



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV Nº 103, SEXTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2020

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)**

Presidente

**Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)**

1º Vice-Presidente

**Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)**

2º Vice-Presidente

**Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)**

1º Secretário

**Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**

2º Secretário

**Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)**

3º Secretário

**Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rocha**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Coordenadora de Elaboração de Diários

**Mardem José de Oliveira Júnior**  
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 76ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA, EM 13 DE AGOSTO DE 2020

1.1 – ABERTURA ..... 10

1.2 – ORDEM DO DIA

##### 1.2.1 – Requerimentos

Nº 1818/2020, do Senador Fabiano Contarato e outros Senadores, de voto de repúdio à Juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba. .... 14

Nº 1742/2020, do Senador Rodrigo Cunha, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Rogério Auto Teófilo. .... 16

Nº 128/2020-CDIR, de autorização ao Senador Nelsinho Trad para desempenho de missão, a fim de acompanhar a comitiva presidencial, em Beirute, Líbano. **Deferido** ..... 16

##### 1.2.2 – Item 4 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 594/2015-Complementar)

Projeto de Lei Complementar nº 135/2020, do Senador Izalci Lucas, que *veda a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e dá outras providências*. **Aprovado, com emendas**, após **Parecer nº 105/2020-PLEN/SF**, proferido pelo Senador Otto Alencar (votação nominal) (rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 594/2015-Complementar). À Câmara dos Deputados. .... 17

##### 1.2.3 – Requerimento

Nº 1761/2020, do Senador Alessandro Vieira, de realização de Sessão Especial destinada a homenagear os profissionais de saúde. **Aprovado**. .... 36

##### 1.2.4 – Item 2

Projeto de Lei nº 3975/2019 (Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209/2015), do Senador Ronaldo Caiado, que *estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, dispõe sobre a repartição da receita advinda da comercialização do petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e dá outras providências*. **Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 209/2015, com emenda de redação**, após **Parecer nº 106/2020-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Eduardo Braga; e **Requerimento nº 1819/2020**. À Sanção. .... 36



**1.2.5 – Item 5**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4731/2019 do Senador Davi Alcolumbre, que *inclui as bacias hidrográficas localizadas nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)*. **Aprovado com adequações redacionais**, após **Parecer nº 107/2020-PLEN/SF**, proferido pelo Senador Carlos Viana. À Sanção. 38

**1.2.6 – Item 3**

Projeto de Lei nº 2824/2020, do Deputado Felipe Carreras, que *dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 20-PLEN)**, ressalvados os destaques, após **Parecer nº 108/2020-PLEN-SF**, proferido pela Senadora Leila Barros; **Emendas nºs 1 a 19-PLEN**; e **Requerimentos nºs 1789, 1804, 1806, 1807 e 1820/2020**. (votação nominal). 44

**Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2824/2020 definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados. 76

**1.3 – ENCERRAMENTO****PARTE II****2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 76ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Requerimento**

Nº 1818/2020, do Senador Fabiano Contarato e outros Senadores, de voto de repúdio à Juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba. 78

**2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA****2.2.1 – Projeto de Lei Complementar nº 135/2020**

Parecer nº 105/2020-PLEN/SF 84

Lista de votação 94

**2.2.2 – Projeto de Lei nº 3975/2019**

Parecer nº 106/2020-PLEN/SF 98

Requerimento nº 1819/2020 103

**2.2.3 – Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei nº 4731/2019**

Parecer nº 107/2020-PLEN/SF 106

**2.2.4 – Projeto de Lei nº 2824/2020**

Emendas nºs 1 a 19-PLEN 112

Requerimentos nºs 1789, 1804, 1806, 1807, 1820 e 1842/2020 151

Parecer nº 108/2020-PLEN/SF 164



Lista de votação .....	200
------------------------	-----

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

#### 3.1 – EXPEDIENTE

##### 3.1.1 – Projetos de Lei

Nº 4201/2020, do Senador Eduardo Gomes, que <i>altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para autorizar a propaganda paga mediante banners eletrônicos na Internet.</i> ....	204
---	-----

Nº 4203/2020, dos Senadores Carlos Viana e Mecias de Jesus, que <i>altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas dos estados de Minas Gerais e de Roraima na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).</i> ....	209
--	-----

Nº 4207/2020, da Senadora Soraya Thronicke, que <i>dispõe sobre os ativos virtuais e sobre as pessoas jurídicas que exerçam as atividades de intermediação, custódia, distribuição, liquidação, transação, emissão ou gestão desses ativos virtuais, sobre crimes relacionados ao uso fraudulento de ativos virtuais, bem como sobre o aumento de pena para o crime de “pirâmide financeira”, e altera a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.</i> ....	214
---	-----

##### 3.1.2 – Projeto de Lei Complementar

Nº 213/2020, da Senadora Eliziane Gama, que <i>institui a Renda Básica da Primeira Infância de R\$ 800,00, custeada por tributação progressiva.</i> ....	232
--	-----

##### 3.1.3 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 29/2020, primeiro signatário o Senador Eduardo Braga, que <i>introduz a renda básica como direito social.</i> ....	246
---	-----

##### 3.1.4 – Requerimentos

Nºs 1566, 1571, 1591, 1592, 1594, 1596, 1605, 1612, 1613, 1617, 1625, 1628, 1651, 1657, 1681, 1684, 1692, 1720, 1732, 1733, 1746, 1756, 1769, 1781, 1782 e 1858/2020, de diversos Senadores, de adição de assinatura à Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2020 .....	252
---	-----

Nºs 1785, 1816, 1844, 1851, 1855 e 1860/2020, de diversos Senadores, de adição de assinatura ao Requerimento nº 1857/2020 .....	304
---	-----

Nº 1790/2020, do Senador Eduardo Gomes, de retirada do Projeto de Lei nº 3945/2020. ....	316
--	-----

Nº 1808/2020, do Senador Rogério Carvalho, de informações ao Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública. ....	319
--	-----

Nº 1811/2020, do Senador Mecias de Jesus, de adição de assinatura ao Projeto de Lei nº 4203/2020. ....	326
--	-----

Nº 1823/2020, do Senador Paulo Rocha, de informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. ....	328
--	-----

Nº 1824/2020, do Senador Paulo Rocha, de informações à Ministra de Estado da Agricultura. ....	329
--	-----

Nºs 1825, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1845, 1846, 1849, 1852, 1853, 1859 e 1865/2020, de diversos Senadores, de adição de assinatura ao Requerimento 1818/2020. ....	335
--	-----

Nº 1856/2020, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Pereira da Silva. ....	367
---	-----



Nº 1857/2020, do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores, de realização de Sessão Especial destinada a homenagear Dom Pedro Casaldáliga. .... 370

### PARTE III

<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>373</b>
<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>376</b>
<b>6 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>377</b>
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>379</b>
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>382</b>
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>386</b>
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>425</b>



Ata da 76ª Sessão, Deliberativa Remota,  
em 13 de agosto de 2020

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre e Marcos Rogério.*

*(Inicia-se a sessão às 16 horas e 22 minutos e encerra-se às 20 horas e 45 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal 56ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

### 76º Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas

Presenças no período: 13/08/2020 15:00:00 até 13/08/2020 21:00:00

Votos no período: 13/08/2020 15:00:00 até 13/08/2020 21:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
Podemos	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
REDE	PR	Flávio Arns	X	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayne Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
MDB	PB	José Maranhão	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PSL	SP	Major Olimpio	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X

Emissão 13/08/2020 20:48:25





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 56ª Legislatura

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**76º Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas**  
**Presenças no período: 13/08/2020 15:00:00 até 13/08/2020 21:00:00**  
**Votos no período: 13/08/2020 15:00:00 até 13/08/2020 21:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	RJ	Romário	X	X
Podemos	ES	Rose de Freitas	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X

***Compareceram 74 senadores.***



**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Eu queria cumprimentar a todos os Senadores, agradecer a atenção e declarar aberta a nossa sessão deliberativa remota.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Antes de iniciar e anunciar a nossa sessão, eu queria, em nome do Senado Federal, desejar os pêsames a todos os familiares do nosso cinegrafista da TV Senado Carlos Alberto Pereira da Silva. Ele entrou no Senado Federal em 1997, tinha 64 anos de idade, era cinegrafista e acompanhava as nossas sessões do Senado Federal, e infelizmente foi vítima do coronavírus. Nós perdemos esse grande profissional que atendia os Senadores.

Quero aproveitar essa oportunidade para, em nome dele, que é mais uma vítima, mais um brasileiro que perde a vida para o coronavírus, desejar os pêsames a toda família e cumprimentar os seus colegas de profissão aqui do Senado e de imprensa.

Ele tinha 64 anos – como disse –, natural do Estado de Goiás, deixa esposa, seis irmãos, cinco filhos e oito netos.

Então, em nome do Senado da República, quero abraçar a família do Carlos Alberto Pereira da Silva, nosso cinegrafista do Senado Federal. Que Deus possa confortá-los!

As mãos serão abaixadas, e, neste momento, serão iniciadas as inscrições.

A presente Sessão Deliberativa Remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

- Projeto de Lei Complementar nº 96, de 2020, de autoria do Senador Izalci Lucas, Relator da matéria: Senador Jorginho Mello;

- Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.975, de 2019, de autoria do Senador Ronaldo Caiado e relatado pelo Senador Eduardo Braga;

- Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, de autoria do Deputado Felipe Carreras, relatado pela Senadora Leila Barros;

- Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, de autoria do Senador Izalci Lucas, relatado pelo Líder Otto Alencar;

- Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.731, de 2019, de minha autoria, relatado pelo Senador Carlos Viana; e

- Projeto de Lei Complementar nº 195, de 2020, de autoria do Senador Jorginho Mello, relatado pela Senadora Líder Daniella Ribeiro.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Eu queria passar a palavra ao Líder Fernando Bezerra, Líder do Governo, em seguida, ao Senador Izalci Lucas e também ao Senador Jorginho Mello, para que eles possam fazer as suas manifestações em relação à pauta estabelecida para a sessão de hoje, para que a gente possa organizar o remanescente do acordo construído pelas Lideranças partidárias.

Com a palavra o Líder Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria pedir a atenção de todos os Líderes e de todos os participantes da nossa sessão para os entendimentos que nós entabulamos, sob a coordenação de V. Exa., mas com a aquiescência dos autores e dos Relatores de duas matérias que constam da Ordem do Dia de hoje.



A primeira delas é a questão do Projeto de Lei nº 96, que trata da tributação sobre lucro presumido e lucro real, de autoria do Senador Izalci Lucas e relatada pelo Senador Jorginho Mello.

Apesar de todos os esforços da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Economia e da Secretaria do Governo, ainda não foi possível se chegar a um entendimento médio em relação aos interesses que estão em pauta.

Eu fiz um apelo, um novo apelo, tanto ao autor quanto ao Relator, para que essa matéria pudesse aguardar para que a gente aprofundasse um pouco mais as discussões, sobretudo com a Receita Federal, das consequências e dos desdobramentos dessa questão. Eu quero pedir a sensibilidade do Senador Izalci Lucas e a sensibilidade do Senador Jorginho Mello em relação à retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 96.

Outro projeto que também está na pauta é o Projeto de Lei Complementar nº 195, de autoria do Senador Jorginho Mello, cujo relatório está sob encargo da Senadora Daniella Ribeiro, e que trata da questão de oferecer apoio e auxílio para as instituições de auxílio privado.

De novo, essa matéria não tem ainda uma avaliação das suas repercussões e dos seus impactos fiscais, que poderá acarretar.

Todos sabem da reunião que ocorreu ontem do Presidente da República com o Presidente Davi Alcolumbre, com o Presidente Rodrigo Maia, com o Ministro da Economia e outros ministros e da delicadeza da situação fiscal em que nós nos encontramos. E foi renovado o apelo para que a gente pudesse ter sempre em mente, quando da apreciação dos projetos, o espaço fiscal muito exíguo que temos não só neste ano como também nos anos subsequentes.

Nesse sentido, como não houve ainda uma posição final por parte do Ministério da Economia em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 195, eu fiz um apelo ao Senador Jorginho Mello, a quem quero agradecer pela compreensão. E também quero agradecer à Senadora Daniella Ribeiro, que me ajudou muito para que a gente pudesse chegar a esse acordo e a esse entendimento.

Então, em relação a esses dois projetos, Sr. Presidente, com a aquiescência dos autores e dos Relatores, existe a compreensão para que sua apreciação possa ser adiada até que a gente tenha uma posição mais clara sobre as consequências dos impactos fiscais que essas matérias podem acarretar.

Como consequência desse acordo, Sr. Presidente, eu recebi um apelo do Senador Izalci e também do Senador Jorginho que eu gostaria que V. Exa. pudesse considerar para que iniciássemos a deliberação da pauta de hoje pelo projeto que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Embora o Governo ainda não esteja apoiando esse projeto, o Governo celebra um acordo de procedimento para que a matéria possa ser deliberada conforme está sendo oferecida no relatório do competente Senador Otto Alencar.

Então, o meu apelo, já que houve a compreensão de importantes Líderes e autores de projeto, é no sentido de que V. Exa. pudesse iniciar a Ordem do Dia pela deliberação do projeto relatado pelo Senador Otto Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fernando.

Eu queria, rapidamente, ouvir o Senador Jorginho e a Senadora Daniella, apenas para complementar a fala sobre o entendimento buscado com o Líder, e também o Senador Izalci, se achar que deve falar, rapidamente, só para a gente tomar a decisão de retirar, uma decisão democrática e coletiva, aqui, no Plenário do Senado.

Senador Jorginho.



**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente Davi, prazer em vê-lo. Eu estou ansioso para falar com V. Exa. depois sobre o Pronampe, sobre a visita ao Presidente da República, se deu certo ou se não deu.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Esqueci-me de falar para V. Exa. Perdoe-me. Tratei do assunto.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor tem que tomar um remédio, porque o senhor está esquecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já fiz uma reunião hoje de manhã e quero relatar para V. Exa. o resultado da reunião com base na conversa de ontem.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bem.

Presidente, com relação ao que disse o Líder Fernando Bezerra – eu também tive uma conversa com a Senadora Daniella Ribeiro, que é a Relatora do 195 –, sem problema, não há dificuldade nenhuma. O Senador Izalci também me fez um apelo e disse que tinha concordado. Então, não há nenhum tipo de problema. Mas eu queria que o projeto não fosse retirado de pauta, que o projeto ficasse em pauta. Nós vamos esperar oito, dez dias para que o Ministério da Economia, apesar de ter muita coisa para fazer, abra um tempinho à noite lá – é muito fácil, a gente ajuda também – para que a gente possa deliberar.

Então, essa é a concordância, concordamos com o Líder, sem problema – não queremos criar problema nenhum –, mas que o projeto não saia de pauta.

Sobre o PLP 135, que o Senador Izalci também está pautando, sobre ciência e tecnologia, eu recebi um apelo da ACATE, lá da Santa Catarina, para que a gente pudesse deliberar. Isso vai ajudar efetivamente em pesquisa e é muito importante na ciência e na inovação lá em Santa Catarina, na tecnologia e na inovação.

Então, eu concordo, Presidente.

Depois, gostaria muito que o senhor pudesse me receber hoje, na sua casa ou em algum lugar que o senhor marcar, eu vou, para que a gente pudesse conversar sobre o Pronampe e sobre mais alguns assuntos que estão na pauta há dias.

Eu agradeço e sei que o senhor tem um coração grande e não vai deixar de nos atender e resolver essas pendências. Está bom?

Eu concordo com o Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.

Vou passar para a Senadora Daniella.

De antemão, informo a V. Exa. que, para a gente tirar matéria que está pautada, ela tem de ser retirada da pauta. Depois, a gente pode incluir lá na frente, construindo esse prazo de 10, 15, 20 dias que vocês vão construir. Mas a gente tem de retirar hoje da pauta porque ele está pautado regimentalmente.

Vou determinar a retirada de pauta, e a gente combina e constrói em qual pauta e de qual sessão ele retornará, porque vocês vão, naturalmente, construir esse entendimento.

Senadora Daniella.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, boa tarde.

Cumprimento os colegas Senadores e Senadoras.



Sr. Presidente, também me uno a V. Exa. nessa moção de pesar sobre a perda do cinegrafista do Senado Federal. Que história foi essa? Choca o Senado, lamentavelmente, também na semana, ainda sob o impacto da semana em que atingimos a triste marca de 100 mil mortos no nosso País.

Sr. Presidente, seguindo aquilo que foi colocado pelo Líder Fernando Bezerra, quero dizer que nós temos toda a compreensão acerca da importância do autor do projeto, parabenizando o Senador Jorginho Melo pelo projeto que institui o Programa Nacional de Auxílio às Instituições da Educação Básica. Compreendemos também que, como colocou muito bem o Senador Fernando Bezerra, haveria de ter um pouco mais de tempo para que pudéssemos ter um acordo para que o projeto simplesmente não seja apenas votado, mas, sim, tenha efetivação, com a responsabilidade que nos cabe. Isso, de fato, é o que foi feito após o acordo sobre a retirada de pauta através do pedido do Líder e da compreensão do autor e, claro, também da minha compreensão.

Sr. Presidente, só para encerrar, queria parabenizá-lo e também o Líder Fernando, mas, acima de tudo, o Senador Izalci, pela perspectiva e não só isso, mas pelo brilhante projeto que financia a ciência, a pesquisa e a tecnologia. Eu tenho certeza de que vai ser um grande salto para o nosso País não só para um Estado, mas para todos os Estados brasileiros que necessitam desse investimento como um todo.

Parabenizo por podermos votar este projeto, dando conta de que há um certo comprometimento no desenvolvimento do nosso País através da pesquisa científica e da tecnologia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da produção científica também, obviamente.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Daniella.

Líder Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu também quero solidarizar-me com V. Exa. e, como V. Exa. disse, com todos os familiares de uma forma especial pelo nosso querido cinegrafista do Senado, pessoa muito querida por todos nós, do Senado Federal.

Agora, Presidente, eu queria fazer um apelo aos Senadores. Primeiro, no que diz respeito a esse entendimento de inverter a pauta, de colocar o 135 no 1º item. Eu pediria até que a gente votasse isso simbolicamente, Presidente, porque é uma matéria tão importante. E eu quero dizer para todos que havia uma dúvida com relação à interpretação do sistema financeiro. Mas meu querido Senador, competente, Otto Alencar já acatou. Então, está muito claro que o fundo não é do sistema financeiro. A Finep está fazendo 53 anos. Então, ela sabe como administrar isso e sempre administrou. Então, não há nenhuma dificuldade. Mas, a pedido do Senador Otto, para ficar mais claro, para não haver dúvida, foi contemplada a questão de que não é sistema financeiro. Portanto, não há nenhuma dificuldade. O Ministro também pediu para alterar a questão da TJ. Eu pedi também ao Senador Otto com relação à Selic. A Selic hoje é só 2,5%. Então, é para a gente não ficar amarrado na TJ. Agradeço demais ao Senador Otto com relação a isso. E faria esse apelo para a gente botar no item 1 e, ao mesmo tempo, votar simbolicamente, porque eu acho que todo mundo já entendeu que para sair da crise o Brasil tem que investir em ciência, tecnologia e inovação.

Agora, o Senador Jorginho levantou a mão, Presidente, porque de fato nós já algumas vezes fizemos a prorrogação – não tirar da pauta e jogar para daqui a dez dias, daqui a quinze dias. Eu



tenho certeza de que nós vamos entrar num entendimento com o Governo. Então, é só adiar, em vez de tirar da pauta. Acho que o Jorginho ia colocar exatamente isso.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Izalci.

Eu retiro de pauta o item 1, Projeto de Lei Complementar nº 96.

Retiro da pauta o item 6, Projeto de Lei Complementar nº 195.

E, de fato, só para fazer uma reflexão e uma ponderação, esse projeto estava na pauta da sessão anterior. Ele foi retirado de pauta pelo Líder Eduardo Gomes, com um acordo de que ele retornaria na próxima sessão como 1º item. E, diante do acordo construído e para o bom andamento da nossa sessão, eu informo ao Plenário do Senado que eu incluirei o Projeto de Lei Complementar nº 135, de autoria do Senador Izalci Lucas e relatado pelo Senador Otto Alencar, como 1º item da pauta.

Só informo ao Plenário e peço, já que os Parlamentares todos desejam celeridade, que os Parlamentares possam rapidamente votar por acordo, sem destaques e sem manifestação, pelo entendimento construído já na sessão passada, apenas com uma ressalva: como é um projeto de lei complementar, Líder Izalci, nós não podemos votar por acordo. Tem que ser votação nominal. Então, é abrir o painel para dar celeridade, e a gente iniciar a votação, com acordo, para conseguir superar esse 1º item construído com esse entendimento de retirada dos dois projetos que estavam na pauta e, logo em seguida, iniciar o 2º item da pauta, que é relatado pelo Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

Porém, antes, peço novamente permissão para incluir dois requerimentos na pauta: um de autoria do Senador Fabiano Contarato e um de autoria do Senador Rodrigo Cunha.

Peço rapidamente à Secretaria-Geral da Mesa que inclua na pauta os dois requerimentos para... Não precisam de deliberação, conforme a Secretaria orienta, mas é preciso estarem pautados para a sua leitura.

Peço ao Senador Fabiano Contarato que faça a defesa do requerimento e, em seguida, o Senador Rodrigo Cunha. Depois iniciamos a sessão deliberativa de hoje.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é muito bom revê-lo e também quero externar minha solidariedade aos 104 mil brasileiros que já faleceram, o que faço também em memória a Carlos Alberto Pereira da Silva, cinegrafista do Senado.

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V. Exa., às Senadoras e aos Senadores que se encontra sobre a mesa o meu requerimento para inserção em ata de voto de repúdio à Juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por, em tese, praticar um ato de racismo enquanto proferia uma sentença no dia 19 de junho.

Passo agora à leitura das razões que me fizeram apresentar este voto de repúdio. Passo direto para a justificação, Sr. Presidente.

A Juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441-07.2018.8.16.0013, escreveu que o réu era – aspas – "seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça". A referência à raça de Natan Vieira da Paz foi feita três vezes na dosimetria da pena, ou seja, por ocasião da dosimetria da pena, com base no art. 59 do Código Penal, ela cita que a prática criminosa ocorreu em razão da raça do sentenciado.



A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, valor constitucional supremo. A dignidade não é direito, mas qualidade intrínseca de todo indivíduo, independentemente de sua raça ou qualquer outro elemento. Nesse sentido, o Estado brasileiro tem o dever de respeito, de proteção e de promoção dos meios necessários à garantia da vida digna de todos os indivíduos.

Infelizmente, mesmo decorridos mais de 132 anos da Lei Áurea, que aboliu a escravidão em 13 de maio de 1888, o Brasil ainda sente fortemente os impactos do período escravocrata e é o Estado brasileiro o principal culpado dessa mazela.

Somente nos últimos dias, diversos atos de racismo praticados por agentes públicos têm sido denunciados pela mídia. No dia 13 de julho, um policial militar de São Paulo pisou no pescoço de uma mulher negra de 51 anos de idade para imobilizá-la. Em 18 de julho, um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, branco, desacatou um guarda municipal de Santos, negro, chamando-o de analfabeto. No dia 6 de agosto, um jovem negro foi acusado de ladrão e agredido por policiais militares em *shopping* no Rio de Janeiro enquanto tentava trocar relógio que havia comprado para seu pai.

Esses casos, Sr. Presidente, além de muitos outros que não são registrados, escancaram o mito da democracia racial brasileira. Ontem, no dia 12 de agosto, outro lastimável fato foi denunciado pelos jornais, motivo pelo qual escrevemos esta nota de repúdio.

É estarrecedor que uma magistrada – ocupante, portanto, de cargo de papel proeminente na República Democrática brasileira – se valha do racismo para justificar a dosimetria da pena em sua sentença condenatória.

Segundo Inês Marchalek Zarpelon, o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça.

Nessa lamentável sentença, a juíza descumpre o principal objetivo da magistratura, qual seja, o de garantir a justiça mediante aplicação da lei. Ocorre que não há justiça quando o aplicador do direito ignora a dignidade humana.

A parcialidade da juíza é patente ao entender que uma pessoa é criminosa em razão de sua raça, sendo indiscutível o descumprimento dos artigos 8º e 9º do Código de Ética da Magistratura Nacional:

Art. 8º O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito.

Art. 9º Ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumpre dispensar às partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação. (...)

Esperamos que a Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná e o Conselho Nacional de Justiça analisem o caso com seriedade. É o que propomos com o presente voto de repúdio.

E quem subscreve juntamente comigo, Sr. Presidente, é o brilhante Senador Paulo Paim, que eu muito admiro e em quem me espelho.

Peço o apoio dos nobres colegas Sras. e Srs. Senadores. (**Requerimento nº 1818/2020 – Vide item 2.1.1 do Sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.



Vou fazer a leitura do requerimento encaminhado pelo Senador Rodrigo Cunha para que a gente possa anunciar o despacho da Presidência em relação aos dois requerimentos.

Gabinete do Senador Rodrigo Cunha.

Requeiro, nos termos do art. 218, II, e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção, em ata, de voto de pesar pelo falecimento de Rogério Auto Teófilo, em 7 de agosto deste ano, na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas, bem como a apresentação de condolências à sua família.

Rogério Auto Teófilo nasceu em 27 de abril de 1957, em Maceió, capital de Alagoas.

Professor, advogado, administrador de empresas. Filho de José Moacir Teófilo, e Thereza Auto Teófilo, casado há 35 anos com a médica Lúcia Rafaelle Cajueiro Teófilo, é pai de três filhos.

Feita a leitura do requerimento do Senador Rodrigo Cunha, a Presidência encaminhará os requerimentos do Senador Fabiano Contarato, de voto de repúdio, e do Senador Rodrigo Cunha, de voto de pesar, à publicação nos termos regimentais.

Tem pela ordem do Líder Otto Alencar e do Jorge Kajuru. Vou passar a palavra ao Líder Jorge Kajuru rapidamente; em seguida, para o Senador Otto Alencar.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Davi, é bem rápido. Eu creio que aqui todos nós queiramos trabalhar no plural, e não no singular.

Não é culpa do Senador Contarato porque ele não estava aqui no momento em que aquilo foi combinado ontem, inclusive com sugestão do seu Líder, o Randolfe, e depois por uma sugestão da Senadora Rose.

De tudo que o senhor falou o conteúdo é insofismável em relação à lamentável racista e desclassificada juíza paranaense. Só que foi combinado ontem que todo o Senado junto faria esse repúdio, e não apenas um ou dois Senadores. Eu só queria fazer essa lembrança. Eu creio que a Rose está lembrada disso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Kajuru, não há nenhum problema regimental para que cada Senador, individualmente, possa encaminhar a sua manifestação ou até mesmo a sua subscrição no requerimento apresentado pelo Senador Fabiano. Seria uma subscrição de complementação de autoria. A Mesa aguardará para fazer a publicação.

Líder Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, se V. Exa. for me dar a palavra... O Izalci Lucas falou. V. Exa. me dá a palavra para acrescentar apenas uma modificação pequena que eu fiz. A questão de ordem é só para isso, para que não passasse sem registrar essa alteração que eu fiz no relatório que li aqui semana passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Quando iniciarmos a deliberação da matéria, eu passo a V. Exa. para fazer essa adequação de forma oral.

Eu gostaria de informar ao Plenário do Senado Federal que a Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, deferiu o Requerimento nº 128, de 2020, de autoria do nobre Senador Nelsinho Trad, que solicita licença dos trabalhos da Casa entre os dias 12 e 15 de agosto de 2020, para participar da comitiva presidencial em Beirute, na República do Líbano.

Dou o conhecimento ao Plenário dessa autorização da Presidência.



Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, de autoria do Senador Izalci Lucas, que veda a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2015–Complementar, de autoria do Senador Lasier Martins).

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas de nºs 1 a 7, que também já foram disponibilizadas na tramitação da matéria e publicadas.

A apreciação da matéria foi iniciada na sessão deliberativa remota no dia 5 de agosto, oportunidade em que foi suspensa e transferida para a sessão de hoje.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Líder Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa.

Nós já tínhamos lido esse relatório, mas ele foi retirado de pauta, com o acordo feito até com o autor da matéria, o nobre Senador Izalci Lucas, e foi feita uma observação, uma manifestação do Líder Senador Fernando Bezerra a respeito de um tema. E eu me preocupei em analisar e colocar na Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007, no seu art.1º, um parágrafo único que estabelece que o fundo de investimento FNDCT não se caracteriza como um fundo de investimento e não se vincula nem ao sistema financeiro, nem ao sistema bancário. Então, para dirimir a dúvida que foi colocada pelo Líder do Governo, Fernando Bezerra, só acrescentei esse parágrafo único ao relatório que eu tinha lido.

Era essa observação que eu queria fazer a V. Exa. **(Íntegra do Parecer nº 105/2020-PLEN-SF – Vide item 2.2.1 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Informo aos Senadores e Senadoras que já foi distribuído a todos os Senadores, com as devidas alterações propostas pelo Relator da matéria, Líder Otto Alencar.

O parecer é favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, e às Emendas de nºs 1 e 6, apresentando as Emendas de nºs 8 a 11; e pela rejeição das demais emendas e do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2015–Complementar.

Completada a instrução das matérias, passa-se à apreciação das matérias, porque foi apensada outra matéria nessa tramitação.

Foi apresentado o requerimento de destaque, Requerimento 1.631, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, da Rede, de destaque da Emenda nº 7.

A Presidência esclarece que a Emenda nº 7 foi acatada pelo Relator, nos termos da Emenda nº 11, apresentada como conclusão do parecer.

Assim, consulto o Líder Randolfe Rodrigues se considera atendido o seu destaque. *(Pausa.)*

Líder Randolfe. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Como está ausente o Líder Randolfe Rodrigues, regimentalmente fica prejudicado o destaque, mas, nesse caso, efetivamente, foi contemplado, porque foi acatado no relatório do Senador...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu gostaria de retirar o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Líder Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – Nós retiramos o destaque, Presidente. O destaque já foi contemplado, tá?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Era só essa consulta que eu gostaria de fazer a V. Exa.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas até fiz uma menção de que V. Exa. já foi acatado pelo Relator. Portanto, não tinha mais...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... motivo para destacar a matéria.

Muito obrigado.

Discussão e votação dos projetos e das emendas, nos termos do parecer, em turno único.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, de pelo menos 41 votos "sim". Por se tratar de um projeto de lei complementar, precisamos de votação nominal.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação remota.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A votação está aberta, para darmos celeridade. E eu vou colher a orientação dos Líderes, rapidamente, enquanto iniciamos e aguardamos a votação dos Srs. Líderes.

Como vota o MDB, Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Meu caro Presidente, colegas Senadores, colegas Senadoras, eu já me posicionei, por várias vezes, no sentido de que não há solução para o Brasil se não for através da educação, da ciência e da tecnologia.

Na sessão passada, eu fui um dos que me manifestei para que nós pudéssemos buscar o acordo e o entendimento. Agora, com muita satisfação, o MDB encaminha o voto favorável, o voto "sim", diante da construção do entendimento e do acordo.

Portanto, o MDB encaminha o voto "sim", a favor da ciência e da tecnologia, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O MDB orienta o voto "sim".

Informo aos Senadores e às Senadoras que o painel já está aberto, colhendo o voto dos Parlamentares.

Como vota o PSD, Líder Otto?

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, quando fui designado por V. Exa. para a relatoria da PEC dos fundos, fui abordado por vários colegas Senadores e Senadoras para que pudesse, no meu relatório, excluir o FNDCT, e assim o fiz. Eu o excluí da PEC dos fundos já com essa visão que agora foi complementada pela iniciativa do nobre Senador Izalci Lucas, que apresentou este projeto. Nós acolhemos modificações de vários Senadores e aprimoramos o nosso relatório.



Eu creio que é fundamental para a ciência, para a tecnologia, para a inovação, para a pesquisa e para a educação, como falou o Líder do MDB, o nobre Senador Eduardo Braga, para que possamos investir, sobretudo neste momento em que estamos atravessando talvez a maior crise sanitária da história do País, sem um horizonte para a cura dessa doença, sem a perspectiva de vacina para este ano.

Fortalecer a ciência e a pesquisa é fundamental nesse momento para que esses recursos aplicados possam resultar em avanços na ciência para preservar vidas e recuperar a saúde.

Portanto, o PSD encaminha o voto "sim" a esta matéria, exaltando aqui a sensibilidade do autor, Senador Izalci Lucas.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSD orienta o voto "sim".

Como vota o Podemos, Líder Alvaro Dias?

**O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Com os cumprimentos ao Senador Izalci por esta preocupação prioritária, e também ao Relator da matéria, o Senador Otto, nós queremos dizer que, embora legislando agora excepcionalmente, este é um tema para a normalidade, para encararmos de frente, com a responsabilidade que o País deve ter em relação à educação, à ciência, à inovação, à tecnologia e ao desenvolvimento.

Nós estamos abraçados ao atraso porque não existimos no passado. Outras nações nos superaram. Nós estamos ainda presos à armadilha da renda média e, para superarmos a armadilha da renda média, precisamos de investimentos em educação, em ciência, pesquisa e tecnologia.

O Podemos vota favoravelmente, é claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Podemos orienta o voto "sim".

Como vota o PSDB, Líder Izalci?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, eu vou destinar este tempo só para agradecer realmente, principalmente ao Senador Otto, que fez um belo relatório, e agradecer o apoio de todo mundo, inclusive do meu querido Líder Fernando; da Senadora Daniella, que é a Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; do Vanderlan, que participou também como Presidente conosco na Comissão; e de cada um dos Senadores.

Acho que o Brasil ganha. É um marco a votação de hoje!

O PSDB vota "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSDB vota "sim".

Como vota o DEM, Líder Rodrigo Pacheco?

**O SR. RODRIGO PACHECO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Democratas orienta o voto "sim".

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder. O Democratas orienta o voto "sim".

Aproveito... Senadora Daniella, V. Exa. pediu pela ordem. Eu aproveito para passar a palavra a V. Exa. para orientar a bancada de V. Exa., como Líder.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Então, Sr. Presidente, na realidade, naquele instante, antes de V. Exa. anunciar, quando falava da pauta, é um projeto que foi falado, acredito, também na reunião de



Líderes, de forma rápida. É uma votação simbólica. Acredito que então, na próxima terça-feira, se possa tratar disso. Já falei com todos os Líderes e colegas. É apenas para que seja reconhecido (o projeto veio da Câmara dos Deputados, e eu o estou relatando) o dia 8 de agosto como Dia Nacional da AME, a atrofia muscular espinhal. E, como este mês está havendo muitos trabalhos educativos acerca do tema, é só para a gente ver se coloca em pauta.

Mas enfim, como a gente tinha modificado a pauta, tentei colocar aqui antes.

Mas, Sr. Presidente, não sendo possível, eu quero aqui primeiro parabenizar a todos – todos – e de forma muito especial, o Senador Izalci Lucas, pela brilhante, eu diria, não só ideia, mas por esse comprometimento com o País, Senador, assim como o Senador Otto Alencar, que tem também toda uma visão muito próxima à área de ciência e tecnologia, como o próprio Izalci, aliada à educação, tudo isso aliado à educação.

Queria dizer, Sr. Presidente, para fazer já a minha orientação, que nós sabemos que existe uma profunda crise na atividade de pesquisa científica e tecnológica do País, em um momento no qual o setor se mostra imprescindível para a superação da situação que nós temos agora, delicadíssima, em que nos encontramos. Portanto, há máxima urgência que os recursos destinados às atividades de ciência, tecnologia e inovação cheguem e que haja esse investimento.

Então é por isso, Sr. Presidente, que o Progressistas, com muita alegria, com muito orgulho, orienta o voto "sim", parabenizando a todos e a todas, inclusive os 81 Senadores, que provavelmente deverão dar o "sim" a esse projeto tão importante para o nosso País, dando um salto na pesquisa científica e na produção científica.

Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Progressistas orienta o voto "sim".

Como vota o PT, Líder Rogério Carvalho?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para orientar a bancada.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o autor, o Senador Izalci Lucas, pelo projeto, e o Relator Otto Alencar, que também fez um trabalho bastante consistente.

Mas me preocupa o fato de a ciência e a tecnologia estarem submetidas ao teto de gastos. Então, de nada adianta a gente aprovar um projeto com essas características, que garantem a execução daquilo que for definido, mas está submetido ao teto de gastos.

Por isso eu apresentei um projeto de emenda à Constituição para que a ciência e a tecnologia fiquem fora do teto de gastos, porque é investimento no futuro, é investimento na transformação do País, na melhoria de vida do nosso povo e na melhoria da economia.

Então o PT orienta o voto "sim", com essa consideração que eu faço.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PT orienta o voto "sim".

Como vota o Cidadania, Líder Eliziane?

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada.) – Presidente, o Cidadania faz o encaminhamento favorável. Naturalmente a ciência e a tecnologia são muito importantes para o desenvolvimento do Brasil. E agora, neste período de pandemia, se tornam ainda muito mais importantes.

E é bom a gente lembrar que no ano passado, em 2019, fora do período de pandemia, nós tivemos um corte de 42% em ciência e tecnologia, um congelamento de R\$29 bilhões. Isso



desencadeia um processo chamado fuga de cérebros: jovens saem do nosso País e vão para outros países em busca, exatamente, de melhores condições para se desenvolverem e, portanto, contribuir. Acabam, infelizmente, às vezes, não dando uma contribuição à altura para o nosso País porque não ficam no País.

Então, o projeto é muito importante. O Cidadania faz um encaminhamento favorável, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Cidadania orienta o voto "sim".

Como vota a Rede, Líder Randolfe?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a Rede encaminha o voto favorável.

Permita-me, Presidente, nesse rápido minuto de encaminhamento, só ressaltar uma questão que foi, inclusive, levantada ainda há pouco pelo meu companheiro de Partido, Senador Fabiano Contarato, sobre o gravíssimo acontecimento de ontem, um ato de racismo praticado por uma magistrada do Estado do Paraná. Nós, ontem, tivemos – a partir, inclusive, de uma ponderação feita pela Senadora Rose de Freitas –, um acordo para subscrevermos uma representação ao CNJ, de vários Senadores, que está sendo preparada pelo nosso gabinete. Mas nada obsta... Eu queria aqui, Presidente, reiterar – já concluindo – o requerimento protocolado pelo Senador Fabiano Contarato, porque nada obsta, muito ao contrário, que nós aqui apreciemos um requerimento de repúdio a esse ato racista.

Presidente, só para concluir, racismo está na Constituição, é crime inafiançável e imprescritível. O Senado Federal, como a mais alta Casa Legislativa do País, não pode tolerar quaisquer atos dessa natureza sem se manifestar. Então, além da representação ao CNJ, que eu acho que vários Senadores devem subscrever, considero que seria de bom-tom, ainda nesta sessão, apreciarmos o requerimento protocolado pelo meu companheiro de Partido, Senador Fabiano Contarato.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O requerimento só está aguardando o encaminhamento de outros Senadores para a subscrição. Ele vai à publicação diretamente, Líder Randolfe, não precisa submeter a Plenário.

Pelo PROS, a Vice-Líder Zenaide.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui parabenizar o Senador Izalci e o nosso Relator Otto Alencar por dar essa prioridade à ciência e tecnologia. Saibam que esse fundo nacional, o FNDCT (*Falha no áudio.*) ...se desenvolve sem educação, ciência e tecnologia.

Parabéns, Izalci, parabéns Senador Otto Alencar! Não só pela relatoria, mas também por tirar da PEC dos fundos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O PROS orienta "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PROS orienta o voto "sim".

Como vota o PL, Líder Jorginho?

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para orientar a bancada.) – Presidente Davi, o Partido Liberal está preocupado com o incentivo à ciência e tecnologia. São dois caminhos. Agora, com a pandemia, a gente viu e entendeu a importância do investimento em ciência para descobrir remédio, vacina, etc. O Brasil sempre esteve na vanguarda.



Então, eu quero cumprimentar a Acate de Santa Catarina, que é um núcleo de empresários de sucesso que hoje representa grande parte da economia, principalmente de Florianópolis e de Santa Catarina, pelo trabalho de excelência que eles fazem, pelo apoio que dão a empreendedores.

Por isso, o Partido Liberal encaminha "sim", com votos de compreensão e entusiasmo da Acate, essa organização que nos orgulha em Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PL orienta o voto "sim".

Como vota o PSB, Líder Veneziano?

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para orientar a bancada.) – Presidente, meus cumprimentos. Louvo o seu regresso.

Podemos aqui registrar que, na sua ausência, a presença do nosso querido companheiro Marcos Rogério foi uma presença de competência. Aqui conduziu, como em outros momentos também assim o fez o nosso querido Senador Weverton Rocha.

Quero saudá-lo, ao tempo em que me solidarizo com os familiares do nosso companheiro de trabalho Carlos, assim o senhor fez. É duríssimo para todos nós estarmos convivendo, dia a dia, ao redor de pessoas que nos são tão queridas.

Então, a solidariedade do colegiado aos familiares, amigos, a todos esses que fazem o Senado Federal sempre maior.

Presidente, da mesma forma, como expôs-se, na semana passada, quando alinhava-se à ideia, à proposta legislativa sugerida, defendida com tanto ardor, abnegação muito própria e que a sua história assim bem o diz, Senador Izalci, em relação a esse tema tão bem relatado pelo nosso companheiro Otto Alencar, o PSB repete o mesmo posicionamento, sugerindo o voto "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSB orienta o voto "sim".

Obrigado, Líder.

Como vota o Republicanos, Líder Mecias?

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Presidente Davi, cumprimento V. Exa., cumprimento todas as Sras. e os Srs. Senadores. Em especial, quero cumprimentar o autor do projeto, nosso querido Senador Izalci, sempre com essa grande preocupação, o não menos preocupado com o tema, o nosso bom baiano, Senador Otto Alencar, Relator do projeto, esse projeto, que proíbe contingenciamento de recursos para a ciência e tecnologia. Qualquer país que se preze tem que aplicar em ciência e tecnologia porque isso envolve educação, saúde, enfim, coloca o nosso País para frente.

E, orientando o voto "sim", Sr. Presidente, eu quero também aproveitar para mandar um abraço para o Senador Omar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Mecias, pode concluir, V. Exa. (*Pausa.*)

Está sem som.

Tem que ligar.

Agora.



**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Está me ouvindo agora, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Agora.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Eu disse, Sr. Presidente, que eu cumprimentava, e cumprimento, o autor do projeto, o Senador Izalci, como cumprimento também o nosso bom baiano, o Senador Otto Alencar, Relator do projeto, que faz com que, a partir deste momento, seja proibido o contingenciamento de recursos para a ciência e tecnologia.

A ciência e tecnologia é, sem dúvida nenhuma, a base de qualquer país, para este País crescer, se desenvolver, gerar emprego, gerar renda, melhorar a vida para as pessoas.

E, complementando, orientando o voto "sim", quero pedir vênica a V. Exa. para abraçar o Senador Omar Aziz, porque hoje é o aniversário dele e, em nome do povo de Roraima, mando um abraço carinhoso, afetuoso, desejando muita sorte e muita saúde para ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Republicanos orienta o voto "sim".

Como vota o PSL, Líder Major Olimpio?

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, ontem, quando eu vi, na penumbra, o senhor, mais o Presidente da Câmara e mais o Presidente, dizerem ao País "Fiquem tranquilos, está tudo bem!", eu tive a certeza de que não está tudo bem. Eu tive uma sensação de missa de corpo presente do Paulo Guedes.

O seu lado conciliador vai ser fundamental, Sr. Presidente. Nós precisamos segurar o Paulo Guedes ali, senão o dólar vai a R\$7 e aí é que a "vaca vai para o brejo" mesmo. Pelo amor de Deus! Parabéns pela sua fala lá, porque eu sei que o senhor estava pensando ali no País.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é fundamental para o País. Não é prioridade do País hoje, está claro isso.

Parabéns Izalci, parabéns Otto! Cinco milhões têm que estar ali. Nós já tivemos um contingenciamento em que só R\$700 milhões chegaram para a ciência e tecnologia. Estão arrebatando com a ciência e a tecnologia no nosso País! O meu Ministro e meu suplente, Marcos Pontes, está sendo ali sabotado, sem recursos. Já se mostrou isso, no ano passado, com o corte de verbas para as bolsas científicas, de pesquisadores, de cientistas, das melhores cabeças do Brasil.

Então parabéns ao Senado pela votação. E nós temos que exigir que tenha recurso, sim, que é o passo do Brasil para a modernidade.

Viva esse fundo, que é solução!

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSL orienta o voto "sim".

Eu vou chamar, rapidamente, a Senadora Kátia Abreu.

Como vota a Senadora Kátia Abreu, que vai votar por telefone.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Davi, colegas Senadores, o meu voto é "sim". Parabéns ao Relator e ao autor da matéria, Izalci e Otto Alencar, e viva o Brasil! Parabéns a vocês todos!

E parabéns a você, Presidente Davi, pela coletiva de ontem, por ter revertido e colocado o País nos trilhos. Eu fiquei orgulhosíssima da sua posição e da sua capacidade de convencimento ao



Presidente no que diz respeito à responsabilidade fiscal, no que diz respeito ao teto, à respeitabilidade ao teto e apoio às nossas reformas.

Parabéns! Viva o Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado Senadora Kátia.

O Senador Marcos Rogério agora vai computar o voto da Senadora Kátia. (*Pausa.*)

Consolidou?

Ok.

Como vota o PSC, líder Zequinha?

Como vota o Governo, Senador Fernando?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para deixar clara a posição do Governo.

O Governo é contra qualquer vinculação orçamentária, o Governo defende o desengessamento do orçamento público federal, mas o Governo entende que a decisão de hoje está atrelada à decisão tomada por esta Casa, na votação da PEC dos fundos públicos.

Nós vamos ter que caminhar para a extinção de diversos fundos públicos, mas o Senado Federal se manifesta pela priorização ao Fundo de Apoio à Ciência e à Tecnologia.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "sim" (*Falha no áudio.*) ... como entendendo uma decisão do Estado de priorizações que estão sendo feitas na excepcionalidade, porque nós temos de caminhar para a deliberação da PEC dos Fundos Públicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou chamar o Senador Izalci Lucas, que está tendo um problema para exercer o voto, e vou pedir, Senador Izalci, para o Senador Marcos Rogério fazer a consolidação do voto de V. Exa.

Então, passo a palavra a V. Exa. para a manifestação do voto.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – O meu voto é "sim", Presidente.

Eu não consigo aqui receber e, quando recebo, já venceu o prazo.

Então, o meu voto é "sim". Eu não poderia ficar fora disso – não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O voto é "sim".

Já vou passar ao Senador Marcos Rogério para aqui fazer a consolidação do voto de V. Exa.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós fizemos um compromisso político de, a cada projeto, nós chamarmos a lista de oradores. Como nós já temos a primeira lista de oradores, eu queria, já que estamos concluindo essa votação e antes de iniciarmos o segundo item da pauta, chamar a lista de oradores....

Pois não, Senador Fernando.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, os próximos itens são projetos de lei e todos eles poderão ser votados por acordo, se V. Exa. entender de assim proceder.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Temos um único impasse. Acho, inclusive, que seria muito oportuno os Senadores autores dos destaques conversarem. Refiro-me ao projeto que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.



Na verdade, temos, nesse projeto de lei, quatro destaques. Sobre o próximo item da pauta, que é o projeto relatado pelo Senador Eduardo Braga, bem como sobre o outro, o último item da pauta, que é relatado pelo Senador Carlos Viana, nós não temos destaques. De fato, então, a gente pode consolidá-los em uma votação simbólica. Contudo, em relação a esse projeto de lei que se refere ao auxílio emergencial para o setor do esporte, nós temos quatro destaques.

Então, se os Líderes conversarem, a gente chamaria a primeira lista de oradores, dando oportunidade aos dez oradores inscritos, e, enquanto isso, a gente vai conversando, porque a gente já sabe que dois projetos terão votação simbólica, ou seja, será rápida a votação.

Senadora Rose, pela ordem.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de tudo, quero saudá-lo por vê-lo novamente na telinha. Cada um tem um quarteirão para cuidar aí, e, quando a gente se encontra, é sempre um prazer.

Muito obrigada pelo tempo de fala.

Sr. Presidente, é apenas para dizer o seguinte: nós estamos reivindicando – e falamos hoje com o Líder Bezerra – sobre a importância que tem um espaço, inclusive quando abrir a sessão – e que esse espaço seja regado e também assistido, isto é, que seja inserido na pauta da internet dos nossos trabalhos –, para que a gente possa fazer manifestações, como as que fizeram ontem o Senador Randolfe, o Kajuru, eu mesma fiz e outros Senadores fizeram, a respeito de fatos que acontecem na sociedade.

Hoje, o Contarato apresentou uma manifestação, que todos vamos assinar, mas, se nós tivéssemos um espaço onde nós pudéssemos, entre nós, conversar e nos entendermos, nós organizaríamos essas manifestações, manifestações essas que, muitas vezes, se perdem por não terem um espaço adequado para discutir, debater, acrescentar, propor, organizar.

Isso é muito importante para nós, porque precisamos... Ainda teremos um espaço nessa votação remota pela frente, pelo que estamos vendo, e esse tempo para nós é muito preciso.

Quero até registrar para V. Exa. o seguinte: V. Exa. sabe, como Presidente do Congresso, a importância que tem V. Exa. hoje conversar com o Executivo, conversar com a outra Casa, discutir conosco, mostrar o que está acontecendo, mas acredite: para nós tem sido muito difícil estar dentro dessa movimentação e entender qual é o próximo passo que vai acontecer.

V. Exa. mostrou um calendário sobre pacto federativo, reforma administrativa. Sobre a reforma tributária qual é o calendário que vai acontecer? E se nós pudermos, em conjunto – ou é a proposta do Amin ou é a proposta do Contarato ou é a proposta do Braga –, nos organizar para lhe apresentar também algumas formas de nós nos integrarmos a toda movimentação política que V. Exa. tão bem está fazendo e também somarmos esforço. Ninguém vai sozinho, o senhor tem o nosso apoio permanente, mas também precisamos nos orientar nesse processo para não ficarmos perdidos como às vezes ficamos.

E eu queria deixar aqui... A Casa sempre homenageou autoridades nos seus espaços; com a morte do Carlão, tão querido, que acompanhava os pronunciamentos, que acompanhava os trabalhos do Presidente Davi, que tinha sempre uma palavra de apoio a esta Casa, eu pediria que se encontrasse uma oportunidade para nós homenagearmos um servidor, fosse ele da imprensa ou de onde fosse, mas que esta Casa – como ele escolheu um abraço a todos nós, o respeito a todos nós – soubesse escolher um espaço para homenagear um servidor da mídia, da área da casa, qualquer serviço. Eu reivindicaria que o Carlão fosse essa pessoa homenageada nos espaços democráticos desta Casa.



Agradeço e parabeno V. Exa. pela acuidade que tem hoje com todos os assuntos relevantes dentro desta República, dialogando com todos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senadora Rose, pelas palavras.

Eu vou passar ao Líder Randolfe, que pediu a palavra pela ordem, para se manifestar em relação ao projeto de auxílio emergencial ao esporte.

Temos quatro destaques: um destaque do PDT, um destaque do Podemos, um destaque do PSD e um destaque da Rede. Eu vou passar ao Líder Randolfe, para ele falar sobre essa matéria, mas eu queria, logo em seguida, que a gente ouvisse a fala dos dez Senadores inscritos, para a gente cumprir o nosso compromisso, enquanto a gente vai votar o segundo item da pauta, relatado pelo Senador Eduardo Braga, que tem acordo para votação simbólica. E aí, quando chegarmos ao projeto, já termos a solução sobre os destaques apresentados.

Com a palavra o Líder Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, é para corroborar o encaminhamento de S. Exa. o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra. As matérias que teremos para votar, na verdade, são matérias de amplo consenso. E como são de amplo consenso – e eu gostaria que os demais Líderes nos seguissem nesse sentido – nós estamos retirando o destaque feito pela Rede Sustentabilidade no projeto de auxílio emergencial do esporte, sobretudo em homenagem à ótima Relatora, à excelente escolha de V. Exa. Não poderia haver Senadora mais gabaritada para relatar essa matéria do que a Senadora Leila Barros, que tem a vida dedicada ao esporte.

Em homenagem a ela, em homenagem à necessidade de termos o quanto antes uma Lei Geral do Esporte, nós retiramos o destaque dessa matéria e apoiamos o encaminhamento do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, para que todas as votações que vierem a partir de agora sejam simbólicas, visto que há amplo consenso no Plenário. Por fim, Presidente, gostaríamos que esse gesto fosse seguido pelos demais Líderes partidários, para agilizarmos o processo.

E, por fim mesmo, eu queria, em nome da Bancada da Rede Sustentabilidade, em nome da oposição, prestar também as minhas sinceras homenagens ao Carlos Alberto Pereira, colaborador do Senado, cinegrafista da TV Senado, que sempre tratava todos nós, colegas Senadores, com enorme carinho. É uma perda enorme para a vida de todos que convivem no Senado. O Carlos Alberto, com o seu sorriso e com o seu carisma, fará muita falta para nós. Ele é um dos milhares de mártires brasileiros deste triste momento de pandemia que vivemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Líder Randolfe.

Antes de chamar a lista de oradores inscritos, tem um pela ordem do Senador Alessandro. Eu vou passar também a palavra para ele. Estou tentando atender aos Senadores aqui, pela ordem e como lista de inscrição. Portanto, como ele se inscreveu aqui e a Secretaria-Geral da Mesa informou, eu vou conceder a palavra, pela ordem, ao Líder Alessandro Vieira.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito este pequeno espaço para recordar a V. Exa. que temos aí também sobre a Mesa o Requerimento nº 1.761, subscrito, salvo engano, por 22 Senadores e que diz respeito à solicitação de uma sessão especial de homenagem aos profissionais da saúde, que vêm enfrentando, de forma



corajosa e eficiente, essa grande pandemia que nos afeta. É o tipo de providência simples e tenho absoluta certeza que é interesse unânime da nossa Casa reconhecer os importantes profissionais e reconhecer o exemplo heroico de vários deles.

Aproveitando também, Sr. Presidente, para solicitar, uma vez que, como alguns outros, o Jorginho, com aquele jeito brincalhão dele, também se referiu à necessidade de melhorar o nosso contato com V. Exa., mas eu sei que a agenda é muito pesada: nós temos também aí o PL nº 4.023, que trata da distribuição de vacinas. Não foi possível, ao longo dos últimos 15 dias, ter contato com V. Exa., ainda que eu tenha solicitado, inclusive por ofício. A solicitação não se dá por interesse meu; ela se dá por interesse do Estado e do Brasil.

Particularmente nesse projeto, que foi desenhado em conjunto com o Senador Nelsinho Trad, o que nós cuidamos é de garantir que as vacinas, uma vez adquiridas ou produzidas, sejam distribuídas de forma equânime pelo Brasil, para que os nossos pequenos Sergipe e Amapá não fiquem atrás na corrida por esse insumo, que será essencial para a retomada do Brasil na virada do ano. Então, é um projeto simples, o de nº 4.023, e peço a V. Exa. compreensão para que ele tenha, no momento oportuno, acesso à pauta.

No mais, muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fica registrado o pleito de V. Exa.

De fato, a gente tem discutido, no Colégio de Líderes, as prioridades das bancadas. Eu fico recolhendo, lá no Colégio de Líderes, o interesse das bancadas partidárias, mas eu vou anotar o projeto que V. Exa. solicita. Já está com o Dr. Bandeira, com o nosso Secretário-Geral. Na próxima terça, na próxima reunião do Colégio de Líderes, eu vou colocar como solicitação de V. Exa.

E o requerimento da sessão especial a Secretaria-Geral da Mesa vai trazer para cá, para o Prodasen, para a gente marcar a data dessa sessão especial em homenagem àqueles profissionais da saúde que defendem a vida dos brasileiros.

Eu vou passar à lista de inscrição.

Eu queria dizer ao Senador Randolfe Rodrigues, que fez uma manifestação, só para relembrar novamente, que temos destaque do PDT; temos destaques, dois inclusive, do Podemos; e um do PSD. Portanto, mesmo com a retirada do destaque de V. Exa., ainda temos aqui quatro destaques. Se puderem falar com os Líderes para que eles retirem lá na frente, construindo o entendimento, seria muito importante. **(Requerimentos nºs 1789, 1804, 1806, 1807 e 1820/2020 – Vide item 2.2.4 do Sumário)**

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa pela ordem de inscrição.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu queria hoje tratar de um tema que é extremamente caro: a defesa da democracia e do Estado de direito no nosso País.

Tivemos, nos últimos dias, a divulgação, com o reconhecimento por parte do Governo, da existência de um dossiê que cita um conjunto de servidores públicos, especialmente da área de segurança pública, que comporiam um movimento antifascista de denúncia do caráter autoritário do Governo brasileiro. Esse dossiê teria sido elaborado pelo Ministério da Justiça, e até agora o Ministro da Justiça não negou. Disse que se tratava apenas de um conjunto de informações contidas em um relatório que, segundo consta, teria sido entregue ao Congresso Nacional. Todos nós desejamos, o mais rapidamente, ter acesso a esse dossiê.



Ao lado disso, ouviu-se o Governo cogitar a recriação do Sistema Nacional de Informação, o tristemente famoso SNI. Quem viveu na época da ditadura, principalmente quem militou nos movimentos sociais, na luta democrática, sabe o que representava ser delatado por alguém do SNI: era prisão, expulsão da faculdade e, em muitos casos, inclusive, a morte.

Nós entendemos que esse tipo de iniciativa, dossiês, SNI, tudo isso é coisa absolutamente incompatível com a democracia e fere de morte a liberdade de expressão. E caminha na mesma linha que tem caracterizado esse Governo desde o início, que é flertar permanentemente com a ideia de um golpe de Estado e da transformação da nossa democracia numa ditadura, encabeçada pelo atual Presidente da República.

E mais do que isso, também outro fato gravíssimo foi revelado. Um Parlamentar do Estado de São Paulo declarou a público, inclusive num depoimento que estava dando ao Ministério Público, que um Parlamentar, um Deputado Federal, o Sr. Eduardo Bolsonaro, teria entregado à Embaixada dos Estados Unidos esse dossiê, o que poderia resultar numa série de retaliações do Governo americano contra funcionários públicos brasileiros.

Quero aqui denunciar a gravidade disso e espero, Sr. Presidente, que, muito em breve, tenhamos acesso a esse dossiê, para que possamos discutir o que o Legislativo deve fazer em relação a essa coisa tão grave.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Humberto.

Segundo orador inscrito da lista de inscrição, Senador Vanderlan Cardoso.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Para discutir.) – Presidente Davi Alcolumbre, meus cumprimentos.

Senadores, Senadoras, Sr. Presidente, eu pedi para falar antes porque a gente não sabe quando vai estar o projeto em pauta. Quero falar sobre o PL 4.731, de autoria de V. Exa., que está sendo relatado pelo Senador Carlos Viana e que estende a atuação da Codevasf para alguns Estados, inclusive o Amapá. Alguns Estados em que era parcialmente passa a ser integralmente, como o meu Estado de Goiás, Tocantins.

Nós não tínhamos o conhecimento – embora, Sr. Presidente, já tinha sido criada a Codevasf, Senadora Rose, no Estado de Goiás, em anos anteriores, ela foi efetivada este ano com um escritório regional, fruto da bancada, que trabalhou bastante – da importância de uma companhia como a Codevasf. Nós não tínhamos noção da abrangência e do profissionalismo da equipe da Codevasf e da experiência que tem na fruticultura, na piscicultura, na apicultura e também no atendimento aos arranjos produtivos locais, que são tudo isso aí, à agricultura familiar.

Inclusive, Sr. Presidente, eu não entendia por que, no Rio São Francisco, em tantas cidades por onde o Rio São Francisco passa, todos pescam o ano todo, e o peixe não acabava. É devido à ação que a Codevasf faz todos os anos, colocando bilhões de alevinos ali no rio, repovoando-o.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo e dizer ao senhor que a nossa bancada está descobrindo que a Codevasf tem tanta agilidade que emendas que foram colocadas, Sr. Presidente... Esta semana mesmo, nos últimos dias, percorri várias cidades do Estado de Goiás entregando máquinas e equipamentos a prefeituras, fruto de emenda nossa, mas a entrega rápida se deveu à rapidez dessa companhia.

Parabenizo o Marcelo, que é o Presidente, a Isabel.



Digo a todos os Senadores desses Estados, e são muitos os Estados agora: o Amapá, de V. Exa., do Lucas, do Randolfe; Pernambuco, para onde foi estendido agora, inclusive, estaremos numa comitiva...

Peço só um pouco mais de tempo porque é tão importante para nós, Sr. Presidente, falar sobre isso.

Estaremos numa comitiva indo a Pernambuco, à cidade de Petrolina, verificar de perto no que se transformou Petrolina com a ajuda dessa importante companhia. Veremos a bacia leiteira próxima, lá no Estado de Pernambuco.

Ou seja, Sr. Presidente, estou muito feliz com esse projeto de V. Exa., de 2019, muito bem relatado pelo Senador Carlos Viana.

Eu tenho certeza de que vai ser aprovado por unanimidade nesta Casa, nesse dia que vai ficar na história do meu Estado de Goiás e de todos esses Estados que serão contemplados com a extensão da Codevasf.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Vanderlan.

O próximo orador inscrito é o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, boa tarde mais uma vez! Boa tarde a todos os companheiros e companheiras!

Quero fazer dois registros iniciais. O primeiro, quero me solidarizar com a família do Carlos Alberto Pereira, o Carlão. Eu estou procurando aqui a memória visual. Como ele é meu contemporâneo no seu ingresso – pois ele entrou para trabalhar no Senado em 1997, quando eu exercia ainda o primeiro mandato de Senador –, tenho, portanto, dois motivos para apresentar meus sentimentos e a minha solidariedade, porque quando a gente individualiza uma dessas 104 mil perdas, o sentimento fica mais claro, nítido e pesado.

O segundo, quero reiterar o pedido que já foi feito em reunião de Líderes e hoje foi comentado na hora em que o senhor nos flagrou, no início, antes de começar a sessão. O senhor nos flagrou e ficou um pouco assustado – eu achei. Mas o senhor não viu nada ainda: a sessão prévia, animada pela Senadora Rose de Freitas, é um perigo institucional. Eu queria reiterar o pedido, diante da incerteza quanto à volta da sessão presencial, para que a sessão seja aberta todos os dias às 14h. E aí, com uma designação de Vice-Presidente de sua razoável confiança, o Senado vai debater os temas, como sempre fez, de maneira ordenada, atualizando até a opinião pública sobre o que nos preocupa.

Terceiro, quero desde já declarar meu voto a favor dos projetos que estão pacificados e destacar que tenho notícia do esforço da Senadora Leila Barros para concertar com o Governo a segunda época do auxílio ao esporte. Esse é um dos casos em que a não deliberação sobre o veto no art. 873, originalmente apresentado pelos Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, e que eu tive a honra de relatar... O auxílio aos esportes precisa ser aprovado ainda que em segunda época, como conseguimos aprovar em segunda época o auxílio aos trabalhadores da arte e da cultura e que inicialmente foi apresentado pelo Senador Humberto Costa.

Finalmente, quero fazer-lhe um apelo. Converse com o Presidente Rodrigo Maia para que a Câmara vote o projeto do empréstimo consignado. Não há nada, Sr. Presidente, nada que justifique o receio em debatê-lo e, creio eu, aprová-lo. Ele não conspira contra o Brasil e ajuda a circulação do dinheiro, necessidade maior neste momento de pandemia.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Amin.

Próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – ... Presidente Davi e a todos os Senadores e Senadoras, autores e Relatores das propostas de hoje, todas importantes. Está-se construindo o bom senso.

Mas, senhoras e senhores, hoje é o dia do agradecimento de minha parte. No dia de ontem, o Congresso rejeitou o Veto nº 10 ao PL 368, de nossa autoria, que regulamenta a profissão de historiador.

Essa é uma luta de mais de 50 anos dessa categoria. Em 1968, o Deputado Ewaldo de Almeida Pinto apresentou o projeto – méritos a ele –, acatando uma sugestão do jornalista Heródoto Barbeiro, à época Presidente da Federação Brasileira de Centros de Estudos Históricos, ligada à União Nacional dos Estudantes. Depois vieram outras propostas com o mesmo objetivo. Veio em 1980, veio em 1990, veio em 2000. Em 2009, a categoria pediu para que eu apresentasse a proposta, que fiz.

Mas quero aqui agradecer a todos que se empenharam: primeiro, à Associação Nacional de História e a toda a categoria, aos Senadores, aos Deputados, ao meu querido Senador e historiador Randolfe – é bom que todos saibam que ele insistiu muito para que esse projeto fosse pautado; não esquecerei, Randolfe –, aos Relatores Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Policarpo, Fátima Bezerra, Alessandro Molon, Maria do Rosário, Gleisi Hoffmann e outros que estavam na mesma caminhada.

As redes sociais foram fundamentais na mobilização e na argumentação para que o veto fosse rejeitado, conforme um grande entendimento que uniu todos os Deputados e todos os Senadores.

François Dosse já dizia: "O historiador tem um papel de destaque: o de narrar à nação, de pôr em ordem seu passado para antecipar o futuro". O historiador aparece tal qual um profeta. O historiador tem uma missão: o de lidar com os fatos, observações, análises sociais, na cadência constante da memória e da verdade, sempre buscando a imparcialidade de suas pesquisas e estudos, trazer à tona as lembranças de outrora, revigorar os caminhos da sociedade e do país, dialogar com o tempo e libertar do cárcere aqueles que ficaram nos subterrâneos. Tudo o que nos foi escondido e negado vem à tona graças à História.

Viva a verdade, a História e os historiadores! A História é a memória. Jamais serão caladas. Podem até tentar, mas não vão conseguir. Eles são os tempos, os fatos e a verdade.

Termino, Presidente, cumprimentando o Senador Rodrigo Pacheco, que vai ser Relator do projeto de combate ao racismo, já colocado no Colégio de Líderes; e a mesma coisa à Senadora Daniella Ribeiro, Relatora do projeto de testagem. E cumprimento V. Exa. por ter pautado o da subnotificação.

E, por fim, me somo a todos os Senadores, com tristeza, no registro da morte pelo Covid-19 do nosso colega de trabalho, o grande Carlos Alberto Pereira, 64 anos. Farei um voto de pesar. Eu tinha uma amizade pessoal com ele. Quero que fique escrito e registrado. Sei que as homenagens serão inúmeras e me somarei a todas.

Obrigado pelo tempo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Paim.



Antes de chamarmos o próximo Senador inscrito, eu estou com o Senador Cid Gomes na linha, que deseja exercer o direito do voto no PLP 135.

Como vota o Senador Cid Gomes? (*Pausa.*)

Senador Cid Gomes, V. Exa. me ouve? (*Pausa.*)

Senador Cid Gomes? (*Pausa.*)

Houve um problema aqui. A gente ainda tem outros oradores. Daqui a pouco, eu colho o voto do Senador Cid Gomes.

O próximo inscrito é o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu queria tratar aqui de dois assuntos. O primeiro é parabenizar o Jorginho, esse excelente Senador, pelo destaque. Ele realmente tem se empenhado muito em todas as ações das empresas, microempresas, médias empresas, e agora está com esse projeto da educação.

Quero cumprimentar também a nossa Senadora Daniella, que é a Relatora do 195, que saiu da pauta, mas quero dizer da importância desse projeto. As escolas privadas estão numa situação caótica. Não se faz com escolas como se faz com o comércio, que fecha e abre no dia seguinte. Há, inclusive, convenções coletivas que determinam que não se pode afastar os professores. Só há um período em que se pode fazê-lo. Então, as escolas, inclusive daqui, do DF, através de um decreto do Governador, se prepararam para retornar, gastaram muito para receber os alunos, fizeram investimentos sem ter recursos, porque não receberam financiamento – a dificuldade é imensa, e ainda tiveram que ter um gasto imenso –, e agora vem a decisão de uma Juíza do Trabalho e, depois, a do Desembargador, um vai e volta, e estão fechadas. Agora, quem vai pagar a folha? Quem vai pagar as despesas? Até mesmo o financiamento está vencendo agora em agosto, da medida provisória.

Então, esse projeto é fundamental. A gente tem que olhar a educação, de gestão pública ou privada, da mesma forma. Não dá para brincar com a educação. Não dá para relegar, para deixar isso para segundo plano. A educação já deveria ter um tratamento diferenciado anteriormente. Então, a gente precisa dar prioridade a esse projeto. Então, eu me somo aqui com o Jorginho e com a Daniella. Vamos ver de que forma o Governo pode fazer... Como fez com a cultura, como vai fazer com o esporte, tem que fazer com a educação! Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Presidente, é que ontem eu me reuni, durante duas horas, quase três horas, com os 17 segmentos que geram mais de 6 milhões de empregos; e existe a questão da desoneração. Há um parecer da Câmara dizendo que é constitucional e há um parecer do Senado dizendo que é inconstitucional, do que eu discordo. Tenho diversos pareceres mostrando claramente que é constitucional e que é simplesmente uma prorrogação.

Em relação a esse assunto, Presidente, acho que V. Exa. poderia, pelo menos virtualmente, fazer uma reunião com esses 17 segmentos. É muito séria a questão da desoneração. Eles me pediram para pedir a V. Exa. para fazer uma reunião com todos, porque, Presidente, aumentou a receita, aumentou o número de empregos, mas, quando você tira da folha, você tira da previdência, e a receita não vai para a previdência. Então, essa é uma questão burocrática que a gente precisa resolver. Eles me pediram, todos eles... Estavam lá os representantes dos 17 segmentos. Eles me pediram que eu interferisse junto a V. Exa. para que fizesse uma reunião com eles para mostrar o que pode acontecer se a gente reonerar. Vai ficar um problema muito sério.

Então, eu faço esse pedido a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Izalci.



Próximo orador inscrito: Senador Jorge Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para discutir.) – Davi, por causa da pandemia, o Conselho Nacional de Justiça sugere a reavaliação de prisões provisórias e preventivas que resultem de crimes menos graves. E, a meu ver, isso parece valer, mas só para os acusados mais afortunados.

Na mesma linha, figurões foram beneficiados na Justiça. O Ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspendeu depoimento de Aécio Neves em inquérito sobre obras da sede do Governo de Minas Gerais. Alexandre determinou que o Parlamentar só seja ouvido após o acesso integral da defesa às declarações de delatores que foram usadas para indicá-lo.

Quero aqui dizer que, vistas em conjunto, essas decisões formam um painel que desacreditam o Poder Judiciário no Brasil, onde quem tem dinheiro protela as decisões na Justiça, enquanto o pobre, como quem rouba xampu, é sempre condenado e mantida a sua condenação, como ontem aconteceu no STF. Aliás, às vezes nem isso acontece: existe muita gente que mofa na cadeia sem sequer passar pelo devido processo legal.

E, para concluir, eu repito o que venho dizendo desde que cheguei a esta Casa em fevereiro de 2019, Presidente Davi. Está mais do que na hora de o Poder Legislativo fazer alguma coisa para mudar a situação do Poder Judiciário brasileiro. Alguns rumos precisam de correção. Isso fará bem aos dois Poderes constituídos. A meu ver, é uma necessidade imperiosa para a consolidação de nossa democracia.

Rapidamente, denúncia gravíssima. Sei que o Senador Lasier Martins pode até passar mal, espero que não passe. O Senador Major Olimpio também, não passe mal pela notícia. Recebi a documentação do Governo de Goiás que, durante o Governo Marconi Perillo, o Ministro Gilmar Mendes recebeu em forma de publicidade das suas palestras jurídicas o valor de R\$9,615 milhões.

Eu chequei os demais Estados. Cinco até agora responderam. O total que ele recebeu em publicidade, pasmem, é de R\$56 milhões. Se isso não for desvio ético, me diga, pelo amor de Deus, o que é. Se isso não for desvio ético, se não for corrupção? Como é que você recebe publicidade de um governo para patrocinar sua palestra jurídica, meu Deus do céu?!

Obrigadíssimo pelo espaço, Presidente Davi.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Kajuru.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, está me ouvindo? Alô?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim, perfeitamente.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, o assunto aqui é sobre tudo o que a gente tem aprovado de recursos financeiros, auxílios emergenciais, como está nesse projeto que a nossa querida Leila vai relatar, mas eu tenho uma preocupação muito grande com a crise econômica também, quando terminarem esses auxílios.

Na última reunião que a gente teve, em que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, estava presente, afirmou-se que o projeto para alavancar a economia seria a venda, a privatização dos ativos brasileiros. Ele disse, deixou claro isto na reunião: que há 150... De ativos... Ativo é o patrimônio, como os Correios. Aí eu pergunto: os recursos tirados dos Correios vão ser colocados onde? A pergunta que se faz é: e quando não houver mais patrimônio para vender?



Eu sou médica de formação, mas eu procuro ver isto: nenhum país do mundo saiu de uma crise econômica – porque a gente tem a sanitária, com 104 mil óbitos – sem investir no setor que gera emprego e renda. E não existe nenhum projeto para isso. É vender, vender, vender e vender. E, quando não houver mais ativos para vender, o Governo não vai investir no setor que gera emprego e renda, se fica o tempo todo: "Vamos fazer reforma disso, reforma daquilo, porque vai atrair investidores"?

Gente, quem atrai investidores é a demanda. Nenhum empresário vai ampliar a sua loja – por exemplo, uma sorveteria – se não houver uma demanda reprimida de gente esperando para comprar na sorveteria dele. A verdade é que o Ministério da Economia deste País não tem um projeto para alavancar a economia. Inclusive a minha pergunta ao Sr. Ministro foi: "O senhor pode me dar um exemplo de algum país que tenha saído de uma crise econômica sem o maior investidor, que é o Estado, investir no setor que gera emprego e renda?"

Aqui nós estamos fazendo um paliativo, enquanto durar a calamidade. Eu acho que esta Casa tem que ter um olhar diferenciado. Cadê o plano para alavancar a economia? Onde está, que a gente não está vendo? Agora, planos para os bancos ficarem cada vez com maiores lucros há.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigada, Senadora Zenaide.

Próximo orador inscrito, Senador Lasier Martins.

**O SR. LASIER MARTINS** (PODEMOS - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, quero também assinalar o meu pesar pela perda do nosso cinegrafista do Senado Carlos Alberto Pereira da Silva.

E quero me juntar, Presidente, às manifestações dos eminentes colegas que saudaram, que aplaudiram e estão, aliás, ainda neste momento, votando o PLP 135, que veda o contingenciamento das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Essa aprovação, Presidente, é marcante, na sessão de hoje, porque esperamos que se ponha um fim nesses desvios para outras rubricas desta milionária verba, bilionária verba, que vem de vários setores e que tive a oportunidade de avaliar e de levantar, ainda no ano de 2016, quando tive a oportunidade de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, principalmente verba levada para o superávit primário. Pois, com a decisão de hoje – e uma vez cumprida a lei que está sendo votada –, nós provavelmente poderemos entrar nessa formidável competição em que estamos muito atrasados que é a competição da pesquisa tecnológica e científica. O Brasil é um país muito grande, muito populoso, mas, na sua economia, hoje em 9º ou 10º lugar, poderia e poderá ser muito melhor se soubermos investir mais nas inovações.

Agora mesmo, na pandemia, nesta funesta pandemia do coronavírus, se nós tivéssemos esses recursos, os nossos cientistas estariam também pesquisando uma vacina, a exemplo de outros países. Mas nós não temos as mesmas condições exatamente porque essa verba para a ciência e tecnologia é aplicada em outros setores.

Eu tenho especial gosto e satisfação nesta aprovação porque apresentei ainda no ano de 2015 um projeto igual ao do meu prezadíssimo amigo e colega Izalci Lucas, com a relatoria precisa e brilhante do Senador Otto Alencar, que até fez referência ao meu projeto, que foi apensado. O que importa é o resultado, e esse resultado está vindo hoje. Esperamos que daqui por diante ele seja bem aproveitado.



No mais, fiquei um pouco assustado com a denúncia do Senador Kajuru. Se isso tem procedência, com relação a essa verba astronômica, estratosférica por parte do Ministro Gilmar Mendes, esse assunto mereceria uma investigação. Também por isso é que tentamos criar a CPI da toga e não logramos êxito. Mas é um absurdo! Eu espero que mais dados sejam trazidos, porque, se aprovamos ministros do Supremo, temos também o direito de julgá-los para o bem do Brasil.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Lasier.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu fiz algumas colocações e, se V. Exa. pudesse me responder, eu gostaria. Nós temos participado diretamente dessas *lives* todas, e V. Exa., que me conhece um pouco mais, sabe da importância de a sociedade orgânica se manifestar oportunamente. Que nós possamos, então, junto com ela, dar sustentação a V. Exa., se V. Exa. sentir necessidade, e também nos devolver em forma de apoio a toda a movimentação que nós fazemos para fazer andar esse quadro.

Eu só queria dizer a V. Exa. o seguinte: a gente que está há muito tempo na política vai vendo como os quadros se modificam. E, hoje, Sr. Presidente, graças a Deus, a sociedade não é mais subjetiva no processo da política. Ela tem a voz imperativa, atuante, oportuna e sempre, Sr. Presidente, estará se manifestando, e nós teremos que ouvi-la. De tal maneira que, quando V. Exa. está num quadro político que a gente acompanha pela mídia e vê que V. Exa. foi levar uma posição do Senado, eu me sinto representada, porque não sou olvidada, a população brasileira não o é. Eu tenho certeza de que, quando V. Exa. fala, o Presidente sabe que V. Exa. está falando por nós todos. E mais: que nós estamos falando junto com a sociedade – não é pela sociedade; é junto com a sociedade.

V. Exa. sabe e eu queria dizer isto hoje manifestadamente que essa sustentação de V. Exa., nesse momento das reformas, é fundamental, Presidente, para que as coisas se consolidem – essa argamassa que está sendo construída, através do seu gestual político, da sua introdução na política. Não é mais a voz isolada do Presidente da Câmara, que, se quisesse contestar alguma atitude, fazia dele a sua postura a favor ou contra isso ou aquilo. Hoje a Câmara não pode estar no cenário político sem ouvir o que pensa V. Exa., e V. Exa. está pensando conosco, e nós estamos pensando com a sociedade.

Portanto, eu quero, assim... Eu não tenho que solicitar nada a V. Exa. Eu não preciso aplaudir V. Exa. – já o fiz várias vezes –, mas preciso dizer a V. Exa. que integre a sua ação a todos aqui no Senado Federal, para que a gente possa fazer o mesmo em relação à sociedade. E aí, sim, não será uma política mais enfraquecida, daquela em que a população se manifesta contra uma decisão que foi tomada no Senado, porque ele olvidou a população. Eu estou orgulhosa deste momento, mas estou apreensiva com ele também, porque nós não podemos errar, e V. Exa., até agora, tem acertado.

Eu só queria dizer, manifestar meu apoio à sua reeleição, não porque o Davi é humano, é simpático, é um político talentoso, não; é porque V. Exa. tem acuidade, está nos representando, está falando para o povo brasileiro, está no quadro nacional, com posicionamentos adequados, oportunos. Outra coisa: sem ferir ninguém. V. Exa. não está estendendo uma mão para cumprimento e a outra para o desfecho de uma agressão. V. Exa. oportunamente coloca as palavras, e elas têm sido muito, muito bem-vindas para o povo brasileiro. E ouço isso.



Então trago um apelo aqui, para que V. Exa. faça isto agora com a sociedade orgânica: abra um espaço do seu tempo. Em todas as reuniões de que participei as pessoas diziam: "Fale com o Presidente Davi, dialogue com o Presidente Davi, traga o Presidente Davi".

E V. Exa. saiba que V. Exa. é muito importante hoje para consolidar o quadro, sem que fique nada para trás: que não fique nenhuma reforma; que não fique nenhuma esquizofrenia de que estamos fazendo sem ouvir a sociedade.

É esse apelo que eu faço, sempre me sentindo muito bem representada por V. Exa. Já disse que V. Exa. pode ser meu filho, mas agora vai ser meu Presidente novamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Rose, pelas palavras novamente, pelo carinho de sempre e pelas mensagens de incentivo a nossas decisões, que são tomadas com muita serenidade, com muita tranquilidade, em nome desta Casa. Eu agradeço, mas divido naturalmente com todos os colegas Senadores e Senadoras, que me incentivam todos os dias, com elogios e com críticas, a ser um homem melhor e um homem público melhor, representando esta Casa. Muito obrigado pelas palavras de V. Exa.

Queria consultar à Secretaria-Geral da Mesa se o Senador Cid Gomes conseguiu se conectar. *(Pausa.)*

O Senador Veneziano retirou a sua assinatura.

Houve um problema de comunicação com o Senador Cid Gomes. Infelizmente nós vamos ter que encerrar...

Ah, sim, o Senador Acir Gurgacz pede pela ordem.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para orientar a bancada.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Antes de encerrar a votação, gostaria de fazer a indicação do PDT, que é voto "sim".

Eu estava em voo aqui para Ji-Paraná, acabei de chegar.

E nós retiramos também o destaque do PDT, para contribuir com essa votação. Essa é uma matéria importante, e o PDT, portanto, retira o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado. A orientação do PDT é pelo voto "sim".

Conseguimos contato, agora, com o Senador Cid Gomes.

Esclareço também à Senadora Leila Barros que o PDT retira o destaque apresentado.

Portanto, nós temos ainda dois destaques do Podemos e um do PSD para deliberarmos, quando do início da votação dessa matéria.

Senador Cid Gomes, V. Exa...

Senadora Rose, pois não.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (PODEMOS - ES. Pela Liderança.) – Eu quero retirar o meu destaque. Então, estou autorizando o Podemos... Falei há pouco com a Senadora Leila, estou retirando o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senadora Rose. São os dois destaques que a senhora apresentou, Senadora? V. Exa. apresentou dois destaques. Retira os dois?

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (PODEMOS - ES) – Retiro os dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O.k. Então, ficam retirados, a pedido da autora, Senadora Rose de Freitas, os dois destaques do Podemos; foi retirado – pedido feito pelo Líder Acir – o destaque do PDT; foi retirado, num primeiro momento, o destaque da Rede, pelo Senador Randolfe Rodrigues.



Então, remanesce apenas um destaque do PSD, destaque apresentado pelo Líder Otto Alencar.

O Senador Cid Gomes já conseguiu votar? (*Pausa.*)

O Senador Cid Gomes conseguiu votar pela votação remota.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado da votação do PLP 135, de 2020, e emendas, nos termos do parecer.

*(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.1 do Sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 71; NÃO 01.

Está aprovado o projeto de lei complementar.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

O Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, aprovado com emendas, vai à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado Federal nº 594, de 2015–Complementar, fica rejeitado e vai ao Arquivo do Senado Federal.

Antes de iniciarmos a outra matéria, fiz uma inclusão extrapauta do requerimento subscrito por vários Senadores e Senadoras, solicitado ainda há pouco pelo Senador Alessandro Vieira.

Queria propor a votação simbólica desse requerimento, que a Secretaria-Geral da Mesa já trouxe para o Prodasen.

Submeter à votação simbólica o Requerimento 1.761, de 2020, de autoria do Senador Alessandro Vieira e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a homenagear todos os profissionais de saúde que vêm atuando no combate ao Covid-19.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 3.975, de 2019 (Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2015), de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, dispõe sobre a repartição da receita advinda da comercialização do petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e dá outras providências.

Faço a designação de Plenário do Líder, Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, para proferir o seu parecer.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer uma indagação a V. Exa.

O parecer está distribuído, é uma matéria fartamente conhecida por todos, porque já votada por unanimidade no Senado, eu queria pedir a V. Exa. para dispensar a leitura do relatório e eu ir diretamente ao voto e à única emenda de redação que nós apresentamos, para que nós pudéssemos fazer a votação simbólica.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Claro, Líder Eduardo Braga.



É de conhecimento de todos os Senadores o parecer de V. Exa. V. Exa., como traz à discussão do Plenário do Senado Federal, é uma matéria de conhecimento desta Casa, inclusive uma matéria que já foi deliberada também na Comissão, por V. Exa., como Relator ainda, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Assuntos Econômicos, eu recolho a manifestação de V. Exa. e V. Exa. pode ir direto ao voto.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir parecer.) – Então, Presidente, o voto é mantendo o texto original do Senado, acrescentando, portanto, uma emenda de redação, fruto do entendimento com alguns Líderes, que acrescenta ao art. 3A o §7º: "alcançando o superávit estabelecido no §2º deste artigo, o saldo apurado na cobrança do preço do transporte da regaseificação e do processamento deverá ser até o término da outorga das instalações, inteiramente reembolsado ao fundo de que trata o inciso I", que é exatamente o Fundo Social do Pré-sal.

O voto, portanto, é pela aprovação, Sr. Presidente, e eu espero que simbolicamente possamos aprovar esta matéria, que resolve um dos grandes gargalos do País, que é o déficit do GSF para o mercado livre, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 106/2020-PLEN-SF – Vide item 2.2.2 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O parecer é contrário à Emenda da Câmara dos Deputados, com a Emenda nº 1 ao projeto de lei original, de redação, que apresenta.

Concluída a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Foi apresentado o Requerimento 1.819, do Senador Rodrigo Pacheco, Líder do DEM, de destaque da expressão "destinados à educação e à saúde", nos termos do art. 2º, da Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013, constante na emenda da Câmara. **(Vide item 2.2.2 do Sumário)**

A emenda foi rejeitada pelo Relator.

O destaque está prejudicado.

A Presidência submeterá a matéria diretamente a votação simbólica.

O Senador Fernando pede a palavra?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, de forma rápida, apenas *(Falha no áudio.)* ... Senador Eduardo Braga sobre essa matéria, mas apenas preservando a posição do Governo, porque o Governo, desde a tramitação da matéria no Senado Federal e, depois, na sequência, na Câmara dos Deputados, o Governo não tem convicção em relação à questão do Brasduto.

Então, gostaria de deixar clara essa posição do Governo, embora o Governo vá orientar a favor do relatório do Senador Eduardo Braga.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Fernando. Também foi feita essa manifestação pelo Senador Marcos Rogério, e a Presidência entendeu a manifestação de todos os Líderes.

A Presidência submeterá a matéria diretamente a votação simbólica.

Em votação a Emenda da Câmara dos Deputados e a Emenda nº 1, de redação, nos termos do parecer proferido pelo Senador Relator Eduardo Braga, em turno único.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada, também, a sua redação final.



Rejeitada a Emenda da Câmara, o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2015, com a emenda de redação, vai à sanção presidencial, ao tempo em que será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu queria solicitar, como ainda temos um destaque de votação apresentado pelo PSD, consultando os Srs. Líderes partidários, já que nós fizemos um entendimento para a votação simbólica do último item da pauta, se eu poderia inverter a pauta, votando agora o último projeto e deixando o projeto de lei de auxílio ao esporte como último item, já que naquela matéria ainda temos um destaque e temos tempo para discuti-la.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se posso inverter a pauta para que votemos o último item, sobre o qual há acordo. (*Pausa.*)

Agradeço a todos os Líderes partidários e faço a inversão da pauta.

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.731, de 2019, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que inclui as bacias hidrográficas...

Perdão, o item 5 passa a ser o próximo item da pauta, aprovada a substituição na pauta para votação

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.731, de 2019, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que inclui as bacias hidrográficas localizadas nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Carlos Viana para proferir parecer de Plenário.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, meu boa-noite a V. Exa. e a todos os Srs. Senadores e a todas as Sras. Senadoras.

Meu agradecimento pela possibilidade de ser o Relator de um projeto tão importante, uma vez que a Codevasf nasceu em nosso Estado de Minas Gerais, onde nasce o São Francisco; e, agora, o trabalho da empresa se estende por boa parte do Brasil, naturalmente, incluindo agora boa parte da Região Norte.

Quero dizer do meu desejo, Presidente Davi, de que, muito em breve, um novo projeto de lei ampliará o trabalho da Codevasf para todo o Estado de Minas Gerais e também para o Estado de Roraima – e vejo agora o Senador Eduardo Braga manifestando o desejo de que também o Amazonas seja atendido por todos os arranjos.

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores que o projeto e o relatório não incluem nenhuma obrigatoriedade de aumento do orçamento da Codevasf. As bancadas é que terão de trabalhar. A empresa poderá estender todos os arranjos produtivos, projetos de saneamento, fomento e desenvolvimento à medida que as bancadas trabalharem para que isso aconteça.

Passo ao parecer de Plenário sobre o Projeto de Lei nº 4.731, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas localizadas nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei nº 4.731, de 2019, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas localizadas nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.



A proposição é formada por apenas dois artigos. O art. 1º altera o *caput* do art. 2º da Lei nº 6.088, de 1974, para incluir novas bacias hidrográficas na área de atuação da Codevasf. O art. 2º contém a cláusula de vigência, que corresponde à data da publicação da lei resultante.

O PL nº 4.731 teve origem nesta Casa e visava à inclusão da bacia do Rio Araguari e das demais bacias dos Estados do Amapá e do Pará na área de atuação da Codevasf. Durante sua tramitação, emenda aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo incluiu também as bacias hidrográficas do Estado do Amazonas em sua área de atuação.

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 10.756, de 2018, que inclui os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte na área de atuação da Codevasf, foi apensado à proposição recebida do Senado Federal. Ao final, foi apresentada e aprovada uma Subemenda Substitutiva Global que deu origem ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, que é o objeto deste relatório.

Desde a sua criação, em 1974, a Codevasf vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua. A atuação da companhia envolve a revitalização de bacias hidrográficas, o desenvolvimento territorial e a irrigação. Trata-se de um conjunto de ações que têm impacto imediato na qualidade de vida da população das regiões atendidas.

Os evidentes benefícios da Codevasf em sua área de atuação vêm motivando sua gradual expansão por meio de uma série de leis promulgadas ao longo dos últimos 20 anos. Assim, a Codevasf deixou de atuar apenas no entorno do Rio São Francisco e alcançou outras bacias hidrográficas na Região Nordeste e em parcelas significativas do Norte e também do nosso Centro-Oeste brasileiro.

A proposição em análise reconhece a relevante contribuição da Codevasf ao desenvolvimento econômico e social e busca estendê-la:

- às bacias hidrográficas dos rios Araguari, Jequitinhonha e Mucuri;
- às bacias hidrográficas continentais ou litorâneas nos Estados de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Ceará, de Goiás e do Amapá.
- às bacias hidrográficas dos Municípios da região do Alto Rio Pardo em Minas Gerais.

Além disso, o PL nº 4.731, de 2019, nos termos do Substitutivo da Câmara dos Deputados, condiciona a instalação e a manutenção de órgãos e setores de operação e representação da Codevasf à prévia dotação orçamentária; ou seja, a companhia, somente depois de ter o orçamento atualizado de acordo com as bancadas e o Governo Federal, é que poderá expandir a sua área de atuação, não havendo obrigatoriedade no aumento desses recursos.

Não há como questionar o mérito de uma proposição que pretende levar para outras regiões do País os benefícios amplamente demonstrados pela Codevasf. Na verdade, o ideal seria, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, inclusive, estender a atuação da companhia a outras regiões ainda não contempladas no Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Esse é o caso, por exemplo, das demais bacias hidrográficas de Minas Gerais. Com a aprovação desse projeto de lei, restará uma fração do meu Estado que ainda não terá acesso às ações de revitalização, de desenvolvimento territorial e de irrigação promovidas pela Codevasf. Em vários casos, trata-se de regiões com reduzidos indicadores econômicos e sociais e que poderiam beneficiar-se enormemente da atuação da companhia.

Dessa forma, uma fração importante da região Amazônica não terá ainda acesso aos benefícios da atuação da Codevasf. Tendo em vista as especificidades das bacias hidrográficas daquela região, talvez seja o caso, inclusive, de se criar, no futuro – e aqui uma sugestão, Presidente Davi –, uma Companhia de Desenvolvimento da Bacia Amazônica capaz de atuar de



forma análoga à Codesvasf, porém de maneira ajustada às peculiaridades da nossa Região Norte, especialmente da nossa Amazônia.

De todo modo, é preciso reconhecer que a expansão contínua da área de atuação da Codevasf requererá uma correspondente expansão das dotações orçamentárias a ela destinadas. Sem isso, a expansão da área de atuação da Companhia somente seria possível com a redução de suas atividades nas regiões já atendidas. Por essa razão, entendemos que o tema deverá receber atenção especial na discussão da Lei Orçamentária.

Independentemente dessas questões, não há razão para estender, desde logo, a atuação da Codevasf às regiões contempladas no Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 4.731, de 2019. Nesse sentido, para não prejudicar as regiões que a proposição busca beneficiar, entendemos que o Substitutivo da Câmara dos Deputados deve ser aprovado por esta Casa, pelo Senado, sem prejuízo da futura apresentação de novos projetos de lei voltados para o atendimento das regiões que igualmente precisam do apoio da Codevasf.

Por fim, entendemos que, no sentido de dotar a proposição de mais clareza, é possível propor alguns ajustes redacionais.

Trata-se, em primeiro lugar, de ajustar a ementa da proposição para explicitar aquilo que efetivamente resulta da alteração da Lei nº 6.088, de 1974. Aproveitamos também para, em conformidade com o nome que consta na Lei nº 6.088, de 1974, fazer referência à “Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco”, e não à “Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba”.

Além disso, ajustamos também a redação do *caput* do art. 2º da Lei nº 6.088, de 1974. Com o propósito de evitar ambiguidades, fizemos referência explícita aos dois rios Araguari, situados no Amapá e no sudoeste de Minas Gerais. O primeiro foi objeto da proposição original e o segundo do Substitutivo da Câmara dos Deputados. Desse modo, evitamos a insegurança jurídica que poderia resultar das interpretações concorrentes do texto. Além disso, como a Codevasf adota a bacia hidrográfica, e não agrupamentos por Municípios, como unidade de planejamento, optamos por fazer referência à bacia hidrográfica do Rio Pardo e não aos “Municípios da região do Alto Rio Pardo em Minas Gerais”. Aproveitamos também para reorganizar a redação desse dispositivo, visando a torná-lo mais claro.

Naturalmente, nenhum desses ajustes redacionais altera o mérito do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 4.731, de 2019.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.731, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), com os ajustes redacionais:

1) Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.731 de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), a seguinte redação:

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas dos Rios Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo e as demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí e do Rio Grande do Norte na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

2) Dê-se ao *caput* do art. 2º da Lei 6.088, de 16 de julho de 1974, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.731, de 2019 (substitutivo da Câmara dos Deputados), a seguinte redação:



Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos Rios São Francisco, Parnaíba, Itapicuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, e poderá, se houver prévia dotação orçamentária, instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação.

Naturalmente, o nosso agradecimento pelo projeto de V. Exa., que agora permite que a Codevasf possa ser estendida.

E, mais uma vez, aqui quero deixar, como Senador por Minas Gerais, o meu desejo de que, muito breve, todo o Estado possa ser atendido. Nós estamos levando os benefícios para o Amapá, para as regiões do Norte, e queremos que, além de Minas, Presidente, muito em breve, a pedido do Senador Mecias de Jesus, nosso companheiro, Roraima possa receber esses benefícios também por parte da Codevasf. E o Estado do Amazonas, que foi retirado na Câmara dos Deputados, em breve será incluído aqui também em uma nova proposta que estou apresentando.

É o nosso voto, Presidente.

Muito obrigado. (**Íntegra do Parecer nº 107/2020-PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Consulto o Líder Eduardo Braga sobre se deseja se manifestar agora.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Presidente, eu quero apenas acompanhar e dizer o seguinte: nós havíamos feito um entendimento e aprovamos no Senado uma emenda em que incluíamos a bacia hidrográfica do Amazonas, do Amapá, do Pará, etc. Lá na Câmara, Sr. Presidente, eles acabaram fazendo a exclusão da bacia hidrográfica do Amazonas e incluíram a bacia hidrográfica de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Ceará, de Goiás, e Municípios da região do Alto Rio Pardo, em Minas Gerais. Veja, eu não tenho nada contra essas regiões, mas excluir a bacia hidrográfica do Amazonas é sinceramente...

Então, eu queria um compromisso do Senador Carlos Viana nesse projeto que ele vai apresentar e um compromisso de V. Exa., porque nós, no Amazonas, não podemos ser prejudicados. Esse é um instrumento importante.

Quero fazer um apelo até ao Senador Omar – aproveito para parabenizá-lo pelo aniversário no dia hoje – e ao Senador Plínio, porque, para o Amazonas, é importante nós estarmos também incluídos na Codevasf para que possamos ter um instrumento para investirmos recursos da União na melhoria da infraestrutura de desenvolvimento regional na bacia hidrográfica da Amazônia e do Amazonas.

Portanto, era esse o apelo que quero fazer a V. Exa., aos Líderes, aos Senadores e às Senadoras, ao Senador Carlos Viana especificamente e aos Senadores da bancada do Amazonas, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

Eu entendo que foi feito um compromisso político com o próprio Relator da matéria, Senador Carlos Viana, de incluir, no próximo projeto que ele vai apresentar para contemplar o Estado de Minas Gerais, o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas, remanescendo o acordo que foi feito no Senado Federal.

Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só um apelo que quero fazer a V. Exa.

O Líder Roberto Rocha apresentou, no dia 9 de junho, um requerimento de audiência exatamente igual ao que nós votamos agora, do Senador Alessandro. Trata-se do Requerimento 1.282, que trata exatamente do mesmo assunto, da sessão solene de homenagem que, inclusive, estava marcada para o dia 27 de agosto.

Por questão de justiça, V. Exa. poderia também aprová-lo junto. É o Requerimento 1.282, de 9 de junho.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou consultar a Secretaria-Geral da Mesa, porque ele pode ser apensado ao outro requerimento, e eles se tornam um requerimento único, apresentado por vários Senadores – o do Senador Alessandro, com a inclusão do requerimento que foi apresentado pelo Senador Roberto Rocha.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Senador Lucas Barreto.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero manifestar aqui a minha solidariedade ao Senador Eduardo Braga. Foi um compromisso assumido antes também. Eu relatei esse projeto no Senado. Então, excluir o Amazonas, que tem tantas comunidades, tantos Municípios, será uma coisa muito ruim para o Amazonas.

Então, fica aqui a minha solidariedade ao Senador Eduardo Braga, pedindo ao Senador Carlos Viana que a gente possa ter essa oportunidade não só de buscar recurso do Governo Federal através da Codevasf, mas de alocar recursos via bancada para os Municípios.

A Amazônia não pode ser excluída. Ela deve estar incluída nessa empresa que tanto tem de tecnologia para oferecer a todos os Municípios e aos Estados amazônicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Lucas.

Senador Mecias.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – V. Exa. me ouve, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu quero dizer que acompanho integralmente o voto do Senador Carlos Viana.



Quero antecipadamente pedir a V. Exa., aos demais Senadores e Senadoras o apoio para o projeto que o Senador está apresentando, já incluindo o Estado de Roraima, a bacia hidrográfica do Estado de Roraima para atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco.

No Estado de Roraima, apesar de sermos apenas 15 Municípios, Sr. Presidente, nós temos Municípios em regiões bastante distantes, longínquas, que precisam urgentemente do apoio e da presença do Governo Federal que os Municípios não conseguem alcançar, que a União não consegue alcançar, sem o apoio de uma companhia que possa ter liberdade, como é a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco.

Fico feliz pelo Estado do Amapá e pelos demais Estados que estão sendo criados agora, estão tendo essa oportunidade agora. Também me junto em solidariedade ao Senador Eduardo Braga pelo Estado do Amazonas, que foi excluído da proposta. Não foi excluído pelo Senador Carlos Viana; muito pelo contrário, foi excluído lá na Câmara dos Deputados, mas agora há uma oportunidade de se fazer justiça.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa., ao receber o projeto do Senador Carlos Viana, já apresentasse, já escolhesse o Relator e o colocasse em pauta brevemente. Que possamos encaminhar para a Câmara dos Deputados e lá pedirmos celeridade para votarmos este projeto que incluirá o restante do Estado de Minas Gerais, o Estado do Amazonas e também o Estado de Roraima, que é o menor PIB do Brasil e que precisa urgentemente desse olhar mais firme e da mão amiga do Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado Senador Mecias.

Na reunião de Líderes de terça-feira, nós já vamos organizar a data de votação desse novo projeto, porque foi um acordo construído a várias mãos, que é a retomada do Estado do Amazonas, a inclusão do Estado de Roraima e a abrangência total do Estado de Minas Gerais. Por esse acordo construído é que nós estamos conseguindo ter uma votação simbólica na sessão de hoje e encaminhar essa legislação para a sanção presidencial.

O parecer do Relator da matéria é favorável ao Substitutivo da Câmara, com adequações redacionais apresentadas pelo Relator.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Senador Fernando levantou a mão. V. Exa. deseja se manifestar?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que este é um momento muito importante para todos que conhecem a história da Codevasf, que começou como Comissão do Vale, depois como Superintendência do Vale e agora como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco.

Ela, de fato, é um *case* de sucesso da Administração Pública federal, e muitos, aqui em Pernambuco, na Bahia, na região originária da Codevasf, perguntam: a Codevasf vai acabar? Estão extinguindo a Codevasf, com a expansão da sua área de atuação? E eu respondo: Na realidade, com a reestruturação da máquina pública federal, quando o Ministério da Integração Nacional se juntou ao Ministério das Cidades, criando o Ministério do Desenvolvimento Regional, a Codevasf, pelo sucesso que alcançou, se transforma, na realidade, na companhia brasileira do desenvolvimento regional.



E não é sem outra razão que as lideranças políticas do Centro-Oeste e do Norte elevam as suas vozes para que a atuação da Codevasf possa chegar às regiões carentes do Brasil, que são representadas pelo Norte, pelo Centro-Oeste e pelo Nordeste, incluindo aí Minas Gerais, que tem um extenso território no Semiárido nordestino.

Por isso, repito aqui, reafirmo aqui, para todos que estão nos acompanhando nesta transmissão da TV Senado: a Codevasf se afirma, a Codevasf é uma vitoriosa. E aqui (*Falha no áudio.*) ... o trabalho dos seus servidores, daqueles que levaram a Codevasf a esse patamar de excelência.

Por isso, Sr. Presidente, é que agora se abre uma nova história para a Codevasf, sem deixar de priorizar a sua região originária, a Bacia do Velho Chico, a Bacia do São Francisco, que precisa da atenção prioritária do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fernando. Agradeço a manifestação de V. Exa.

Informo que reconheço, ao ponto em que agradeço o apoio de todos os Senadores e Senadoras que apoiaram essa matéria apresentada por mim no ano de 2019 e que hoje se conclui a sua votação aqui no Senado Federal, com o apoio de todos os Líderes e de todos os Senadores para a ampliação de área de abrangência, conforme um projeto originário e subscrito por este Presidente. Portanto, eu agradeço o apoio de toda a Casa Legislativa do Senado Federal e também da Câmara dos Deputados, que, rapidamente, deliberou sobre essa matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente em votação simbólica.

Em votação o Substitutivo da Câmara dos Deputados, nos termos do parecer, em turno único.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

Novamente, agradeço o apoio de todos os Senadores e Senadoras.

A matéria vai à sanção presidencial, ao tempo que será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, de autoria do Deputado Felipe Carreras, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas de nºs 1 a 19, que já foram disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. (**Vide item 2.2.4 do Sumário**)

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação da Senadora Leila Barros para proferir o seu parecer de Plenário.

Com a palavra a Relatora da matéria, Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir parecer.) – Boa noite, Sr. Presidente! Eu cumprimento o senhor, todas as Senadoras e Senadores e também aqui deixo todo o meu carinho, a minha solidariedade à família do nosso querido cinegrafista, o Carlos Alberto Pereira da Silva, uma pessoa muito carinhosa, muito querida por todos nós aqui, no Senado Federal. Então, toda a nossa solidariedade à família e aos amigos.



Hoje nós vamos deliberar sobre um projeto que não é apenas importante para milhares de brasileiros que serão beneficiados por essa ação emergencial. Mais do que isso, estamos votando uma medida urgente e imprescindível. O auxílio vai chegar não apenas para os que lidam diretamente com a prática esportiva, Sr. Presidente, como treinadores e professores de Educação Física. Ele também beneficiará os piscineiros, os cortadores de grama, mas, sobretudo, vai ajudar o professor de um projeto social lá na várzea, os profissionais esportivos que atuam nas regiões mais remotas do nosso País ou nas comunidades carentes das grandes metrópoles.

Esses educadores desenvolvem um trabalho forte, de forte impacto para a nossa sociedade. Eles estão cuidando dos nossos jovens, ajudando, por meio do esporte, a tirá-los do assédio do mundo da criminalidade. Todos sabem há tempos os benefícios que a prática esportiva traz para qualquer sociedade.

E países desenvolvidos já entenderam a força do esporte na formação dos jovens e também como instrumento para a construção de valores e de cidadania. O que se aprende no esporte permanece durante toda a vida. O esporte aproxima gerações e une cidadãos de diferentes espectros sociais, é capaz de contribuir, em determinados momentos, para levantar a autoestima de um povo.

Desde os tempos em que eu jogava no desporto escolar do DF, eu aprendi a importância da prática esportiva como preservação de saúde tanto do corpo como da mente. Como pregava D. Bosco, patrono do Colégio Maria Auxiliadora, em que estudei aqui como atleta bolsista: mente sã, corpo sã.

O esporte não apenas fortalece o corpo e auxilia na manutenção da saúde. Ele também ajuda a construir mentes fortes. Todo dia, o atleta é testado a aguentar o esforço físico de um treinamento mais puxado ou a suportar a pressão de um jogo mais importante. Essa força, eu garanto a vocês, ele vai carregar para o resto da vida. Através da superação, o atleta busca alcançar os melhores resultados.

O esporte é inclusão. O esporte ajuda o jovem a lidar com a frustração, pois nele mais se perde do que ganha. E, através da prática esportiva, se aprende que a derrota de hoje pode render o ensinamento para a vitória de amanhã. E, acima de tudo, o esporte ensina que você tem a capacidade de fazer diferente no outro dia. Só eu sei o quanto o esporte fez pela minha autoestima e o quanto me permitiu sonhar. O esporte permite que o atleta faça a diferença, independentemente da sua condição social e dos "nãos" que a vida vai lhe dar. O esporte ensina a não desistir, a respeitar hierarquias e a valorizar o poder coletivo e da meritocracia.

No esporte, você pode até conquistar 15 minutos de fama, mas para se tornar um grande atleta não tem como dar jeitinho; tem que treinar muito, se dedicar e abdicar de muitas coisas. O atleta aprende a respeitar o adversário, a praticar o *fair-play*, o jogo limpo. O esporte – aliás, ocorre o mesmo com a cultura – não apenas pode livrar dos perigos da vida, mas também tem a capacidade de transformar futuros.

Sou apenas uma entre tantos exemplos para mostrar que o esporte pode servir como um norte para direcionar vidas. O esporte transformou a minha vida, da mesma forma que modificou a vida de tantas outras pessoas, como é o caso da família Sena Bonfim, um atleta olímpico aqui de Brasília, expoente da marcha atlética brasileira. Gianetti é sua mãe e treinadora. Medalha de prata nos Jogos Pan-Americanos de Lima, Caio foi um grande exemplo para nós no ano passado. O Sr. João Evangelista, pai de Caio, é treinador de um programa que identifica talentos e forma atletas. Mais do que ensinar o atletismo, ele trabalha os valores consagrados no esporte: responsabilidade, disciplina, pontualidade, autocontrole e foco. O Prof. Gilvan, que ensina



atletismo para crianças carentes do Paranoá e Itapoã, é mais um entre tantos anônimos que utilizam o esporte para mudar a vida e formar cidadãos.

Com a tragédia da pandemia da Covid-19, ficou mais evidente a importância do esporte para garantir a própria existência. O exercício físico regular diminui a possibilidade de uma pessoa adquirir comorbidades e, conseqüentemente, aumenta as chances de sobreviver no enfrentamento do vírus.

Aprovar o PL nº 2.824 é reconhecer a importância desses profissionais, dos nossos profissionais do esporte, é corrigir uma injustiça a essa categoria que tantos serviços tem prestado a favor dos brasileiros.

Fiquei emocionada por ter sido escolhida a Relatora desse projeto, porque sei, e vocês sabem, o que o esporte representou e ainda representa na minha vida.

Peço o apoio de todos os colegas para a aprovação dessa matéria tão importante. A expectativa é muito grande.

Eu quero dizer a vocês que eu me dediquei inteiramente a trabalhar nesse relatório, a dialogar com o Governo, inclusive com a Câmara, porque nós sentimos a necessidade de algumas alterações. Então, a gente tem a garantia da Câmara dos Deputados, de vários Deputados, de Lideranças, de que darão prioridade nessa votação, retornando à Câmara...

Então, eu quero pedir a vocês, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, que, já que todos os nossos Senadores, nossos pares, já tiveram acesso ao relatório, se eu poderia já ir à leitura da análise. (*Pausa.*)

Bom, eu vou para a leitura da análise. (*Pausa.*)

Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Leila, nobre Relatora, V. Exa. tem permissão para proceder conforme propõe, com o resumo do voto.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente Marcos Rogério.

O PL nº 2.824, de 2020, será apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

A iniciativa baseia-se na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre desporto, conforme o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

No que tange à sua juridicidade, é relevante observar o que foi disposto no *caput* do art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia:

Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

O PL nº 2.824, de 2020, adequa-se à caracterização acima, por não implicar despesa permanente. Seu propósito exclusivo é o de possibilitar o enfrentamento das consequências sociais



e econômicas da calamidade, ficando, portanto, dispensada a observância das limitações legais quanto à criação de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

As referidas limitações legais consistiriam, essencialmente, naquelas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a técnica legislativa empregada é correta e conforme as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ainda que a redação de determinados dispositivos possa ser aperfeiçoada em pormenores.

Desse modo, consideramos que a proposição se mostra adequada quanto aos requisitos de constitucionalidade e de juridicidade.

No que se refere ao mérito do PL nº 2.824, de 2020, deve-se assinalar, inicialmente, que a matéria apresenta um conjunto de medidas abrangentes e coerentes, focadas no enfrentamento aos efeitos sociais e econômicos da pandemia. O impacto da pandemia sobre o setor esportivo é severo, com perda substantiva de renda em razão da paralisação das atividades, diante do protocolo sanitário.

Portanto, as ações previstas neste projeto de lei têm caráter emergencial e requerem implementação imediata, sob pena de aprofundamento dos efeitos econômicos e sociais da crise sanitária sobre o setor esportivo, responsável por parcela do PIB e dos empregos no Brasil.

Segundo a Pnad/IBGE, o Brasil perdeu cerca de 9 milhões de ocupações no segundo trimestre de 2020. É crucial que o poder público aja com celeridade, evitando a piora da crise.

Como dito, os efeitos da pandemia fizeram-se desde cedo sentir, de modo drástico, sobre as atividades de natureza esportiva. Em todo o mundo, uma das primeiras medidas tomadas para diminuir os riscos de contaminação foi o fechamento de estádios, ginásios e demais arenas esportivas. Muito provavelmente, esses serão os últimos espaços a voltarem à normalidade.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, maior palco da expressão do esporte mundial e locomotiva econômica para atletas profissionais, foram adiados, impactando diretamente na renda de todos os trabalhadores e trabalhadoras do esporte envolvidos.

No Brasil, os efeitos da pandemia sobre o esporte foram ainda mais graves e destruturadores. Além das competições internacionais, as competições nacionais e regionais das mais diversas modalidades esportivas, tanto individuais quanto coletivas, foram suspensas ou até mesmo canceladas. Mesmo com a mais recente retomada, os estádios continuam fechados para os torcedores. Esse quadro impacta direta e profundamente na renda das entidades de prática e de administração esportiva e de outras organizações que dão suporte ao ecossistema do esporte.

A piora da situação financeira das entidades esportivas empregadoras tende a gerar atrasos em pagamentos de salários, não renovação de contratos e demissões de empregados.

Ademais, é comum que parte da renda desses trabalhadores esteja associada a cláusulas de rendimento, não aplicáveis no contexto de suspensão ou cancelamento de competições. Essa situação é tão grave quanto a potencial queda do interesse de empresas patrocinadoras em apoiar clubes e atletas no presente cenário. Portanto, o impacto negativo na renda dos trabalhadores do esporte tende a ser inevitável.

Adotar medidas que ofereçam o apoio necessário para que o segmento esportivo possa superar as árduas condições trazidas pela pandemia é um dever do Estado para preservar o esporte, em todas as suas facetas e expressões, que constitui, indubitavelmente, um dos maiores patrimônios da Nação brasileira. Na profunda crise trazida pela pandemia, é imprescindível buscar



assegurar a continuidade das atividades esportivas e a sobrevivência das empresas e outras organizações que as promovem, assim como, prioritariamente, garantir a dignidade das pessoas que vivem do esporte.

São sérios os riscos que o Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, vem afastar. Pode-se dizer que sua ação principal está prevista no art. 2º, consistindo na renda emergencial dos trabalhadores e trabalhadoras do esporte. As regras estabelecidas apresentam grande semelhança com as definidas para o auxílio emergencial pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Contudo, o auxílio emergencial do esporte criará um novo mecanismo de distribuição de renda com potencial de alcançar parte dos trabalhadores e trabalhadoras do esporte que não lograram, por uma série de possíveis razões, obter o auxílio já instituído.

A premiação para atletas e paratletas também é meritória. Terá o importante papel de preencher a lacuna deixada pela ausência de premiações de competições suspensas, adiadas ou canceladas em função da pandemia, como os Jogos Olímpicos e campeonatos mundiais. Trata-se, dessa forma, de mais uma fonte de renda auxiliar, agora específica para atletas participantes de competições. Cabe, contudo, melhorias ao dispositivo.

Consideramos importante limitar nominalmente o montante total dos prêmios, por uma questão de responsabilidade fiscal, conforme acordado com o Governo. Por essa razão, propomos o teto de R\$1 milhão para as premiações.

Também mostram-se como extremamente relevantes as determinações do PL nº 2.824, de 2020, no sentido de que as instituições financeiras federais possam abrir linhas de crédito e oferecer condições especiais de renegociação de dívidas para trabalhadores e trabalhadoras, microempresas e pequenas empresas do setor esportivo (art. 6º); a flexibilização do uso de recursos oriundos das loterias por organizações esportivas para abatimento de débitos com a União (art. 7º); bem como a possibilidade de realização do instrumento denominado transação tributária (art. 8º).

O art. 7º merece pequeno reparo. Sugerimos a alteração do texto de seu inciso II, para que as medidas não se limitem ao ano de 2020.

O art. 8º, por sua vez, também merece alterações. Temos a convicção de que as medidas que busca implementar serão bem-vindas se adotadas de forma perene, e não apenas para o ano de 2020, razão pela qual excluimos o limite temporal. Convém lembrar que a Lei da Transação não estipula qualquer prazo para adesão. Ademais, sugerimos a mudança do rol referido no *caput* do artigo, para incluir as entidades de prática desportiva e também aquelas vinculadas à modalidade futebol. Em virtude da eliminação do limite temporal, estamos suprimindo o inciso I do §1º, o que se tornou desnecessário. Propomos ainda a inclusão do termo “poderá” no inciso II do §1º, para dar mais flexibilidade à efetuação da transação; e a inclusão de um novo inciso ao §1º, para garantir desconto máximo caso o pagamento se dê à vista, por meio de operações financeiras.

Convém ressaltar que a possibilidade de operação financeira a partir da antecipação de recursos que entidades esportivas recebem das loterias torna possível para o Governo receber à vista esse passivo, justamente no momento em que mais precisa. A Caixa Econômica Federal já demonstrou, em reunião de trabalho com a Frente Parlamentar Mista do Esporte realizada em 16/05/2020, que tem interesse e condições de estruturar tais operações garantidas pelos recursos das loterias, que inclusive são operacionalizados por ela própria; e outros bancos certamente podem se interessar. O Tesouro Nacional receberia toda a dívida e teríamos a possibilidade de reestruturação das entidades esportivas para que consigam sair da crise – e vale a pena ressaltar a



todos vocês que é uma crise histórica. Em reunião que tivemos no Ministério da Economia, na preparação deste parecer, apresentamos a ideia, que foi muito bem recebida.

Por fim, ainda em relação ao art. 8º, propomos a modificação do §2º, para que seu teor se aplique somente às entidades que se enquadrem como associações civis sem fins lucrativos.

Em linha com a ideia de viabilizar a quitação antecipada, sugerimos a alteração, por meio do PL em tela, do art. 7º-A da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei do Timemania), para permitir a quitação dos débitos dos clubes de futebol por meio de transação tributária com pagamento antecipado mediante operação financeira garantida pelos repasses da Timemania.

Merecem destaque as medidas para aprimoramento da gestão, governança, transparência e responsabilização das entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto (arts. 9º e 10), que buscam atacar um conjunto de problemas graves que, há muitas décadas, prejudica enormemente o ecossistema do esporte brasileiro. Comitês, confederações, federações e clubes são frequentemente notícia na mídia pelas mais variadas formas de abuso de poder e de corrupção, desde casos de desvios e mau uso de verbas públicas até dirigentes que se perpetuam nos cargos, em uma releitura do patrimonialismo, imunes a quaisquer mecanismos de pesos e contrapesos, fiscalização ou responsabilização.

É trabalho complexo tentar classificar essas entidades no campo do direito administrativo. Por um lado, não possuem fins lucrativos, mas, por outro, podem gerar faturamentos altos e receber somas vultosas do orçamento público e de instrumentos como as loterias. Em parte, regem-se pelo princípio constitucional da autonomia das entidades esportivas (Constituição Federal, Art. 217), mas são também fortemente reguladas pelo Poder Público e frequentemente beneficiadas com legislações que dão descontos e facilidades para o pagamento de dívidas com a União.

Diante desse cenário, nada mais correto, acertado e coerente, cada vez mais, que exigir profissionalismo e transparência na gestão dessas entidades. A proposição tem muito a contribuir nesse sentido ao determinar que dirigentes respondam solidária e ilimitadamente, inclusive com seus bens particulares, por atos ilícitos, desvios de finalidade e gestão irregular das entidades, bem como por aplicar créditos em proveito próprio, obter vantagens e pagamentos indevidos, celebrar contratos nebulosos, comprometer receitas e deixar de prestar contas e dar transparência à sua gestão, entre outros. Tudo isso independentemente da forma jurídica adotada pela entidade.

As medidas, que incluem votações não presenciais e por procuração, instituição de comissão eleitoral independente, garantia do peso dos votos dos atletas, equilíbrio de gênero nos colegiados de direção e no colégio eleitoral, obrigatoriedade de que entidades esportivas que recebam recursos públicos deem publicidade, em seus sítios eletrônicos, dos recursos recebidos e submissão dessas entidades e de seus demonstrativos contábeis a auditorias independentes, sem sombra de dúvida, vêm ao encontro da transparência, da legalidade e do interesse público.

O PL novamente acerta ao definir o que são atos de gestão irregular ou temerária e ao instituir mecanismos de controle internos às entidades, com possibilidade de convocação da assembleia geral ou do conselho fiscal para apuração de atos dos dirigentes; competência da assembleia geral para adotar medida judicial contra os dirigentes com impedimento desses, cabendo, quando a entidade não o fizer, ao Ministério Público iniciar tais ações; e possibilidade de declaração de inelegibilidade do gestor por dez anos em qualquer entidade esportiva profissional, sem prejuízo de responsabilização civil e penal.

As mudanças temporárias na aplicação da Lei de Incentivo ao Esporte (arts. 11, 12 e 13) e para a concessão da Bolsa Atleta (art. 15), e a determinação ao Poder Público local da



competência para autorizar o início ou reinício de competições esportivas (art. 14) também são meritórias e coerentes com o presente estado de calamidade.

No entanto, na busca por um entendimento com o Poder Executivo, sugerimos alteração textual aos referidos artigos. Recomendamos que a ampliação do limite de dedução para apoio a projetos esportivos de que trata o art. 12 se limite apenas a pessoas jurídicas. Propomos também enfatizar, no texto do art. 14, a participação de atletas e paratletas na tomada de decisão sobre o início ou o reinício das competições. Por fim, sugerimos alteração no art. 15, para que a regulamentação do que propõe o artigo se dê por ato do Secretário Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.

A flexibilização da destinação dos recursos recebidos de loterias pelo COB, CPB, CBC, CBDE e CBDU para permitir o repasse de recursos entre essas entidades e da Federações a essas entidades é meritória (art. 16).

O grau de incertezas gerado pela pandemia dificulta a execução de projetos, de forma que a flexibilização sugerida é bem-vinda em um momento que requer novas soluções e criatividade para o incentivo ao esporte no nosso País.

Passo agora a analisar as emendas apresentadas ao PL nº 2.824, de 2020.

As Emendas de nºs 1 a 4 são de autoria do querido Senador Esperidião Amin.

A Emenda nº 1 acrescenta artigo para conceder isenções de impostos e contribuições em aquisições ou importações de equipamentos esportivos até 31 de dezembro de 2021. A proposta vem ao encontro do que necessita o ecossistema esportivo brasileiro no presente momento. Entretanto, em negociações com o Ministério da Economia buscando apoio à sanção das medidas propostas, aceitamos reduzir a abrangência da emenda. Somos, portanto, pela sua acolhida, mas apenas em relação ao Imposto de Importação, limitando o benefício aos anos-calendário em que vigorar o estado de calamidade pública.

O conteúdo da Emenda nº 2 é uma combinação dos conteúdos das Emendas nº 1 e nº 3. Somos pela acolhida parcial das referidas emendas.

A Emenda nº 3 altera a redação do art. 7º do PL, para que as entidades citadas no *caput* do artigo possam empregar os recursos advindos das loterias também para a quitação de débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista, cível ou previdenciária. Tal flexibilização, em cenário de pandemia, é bem-vinda. Somos pela sua aprovação parcial, na forma apresentada pelo nosso substitutivo.

A Emenda nº 4-PLN acrescenta artigo para garantir que o repasse de recursos oriundos da arrecadação de loterias a COB, CPB, CBC, CBDU, CBDE e Federações, bem como a entidades nacionais e regionais de administração do desporto, ligas regionais e nacionais e entidades de prática desportiva, seja realizado por meio de conta corrente específica vinculada à Caixa Econômica Federal, com isenção de quaisquer tarifas bancárias. Consideramos que não há necessidade de tratar o tema no presente projeto de lei, razão pela qual somos por sua rejeição.

A Emenda nº 5, de autoria do Senador Wellington Fagundes, dá nova redação ao art. 12 do PL para garantir que a ampliação dos limites de dedução de impostos para apoio a projetos esportivos, proposta no artigo, seja estendida para o ano de 2021. A nosso ver, a redação original é suficiente, pois estende os efeitos do artigo para os anos em que vigorar o estado de calamidade pública, não havendo limitação para os anos de 2020 e 2021. Por essa razão, somos pela sua rejeição.

As Emendas de nºs 6 a 9 e 12 são de autoria do Senador Weverton, do querido Senador Weverton.



A Emenda nº 6 acrescenta artigo ao PL para isentar de taxas bancárias do Banco do Brasil as remessas de recursos ao exterior para pagamento de taxas de inscrição e arbitragem em competições internacionais. Embora reconheçamos o mérito da emenda, não nos parece que caiba acatá-la, por razões que vão desde a constitucionalidade, por ferir o princípio da impessoalidade ao proceder de modo a privilegiar ou prejudicar a ninguém, à quebra da isonomia de tratamento entre empresas públicas e privadas, afinal, dispõe exclusivamente sobre apenas uma única instituição financeira, o Banco do Brasil. Além disso, tivemos informações de que o Banco do Brasil tem praticado, em tempos de pandemia, a isenção desta taxa.

As Emendas de nºs 7 e 12-PLEN acrescentam dispositivo ao PL para dar nova redação ao art. 24 do Decreto nº 7.984, de 2013, que regulamenta a Lei Pelé. O objetivo da emenda é permitir que os recursos repassados a COB, CPB e CBC, oriundos da Lei Pelé, possam ser empregados para pagamento a membros da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CDBU), militares atletas de alto rendimento, inclusive treinadores, professores, médicos e outros profissionais da área de saúde. O que propõem as emendas não é oportuno, pois a competência para alterar decreto regulamentar é do Poder Executivo. Somos, portanto, pela rejeição de ambas.

A Emenda nº 8 adiciona dispositivo ao PL para que 50% dos recursos recebidos pelas secretarias de esporte estaduais advindos de loterias, de que trata o art. 16, da Lei nº 13.756, de 2018, sejam aplicados prioritariamente em jogos escolares e universitários na proporção de 60% para jogos escolares e 40% para jogos universitários, por meio das respectivas federações. O dispositivo original destina prioritariamente os referidos recursos aos jogos escolares, o que nos parece fortalecer o desporto de formação. Entendemos que a medida engessaria desnecessariamente a atuação das secretarias e, portanto, somos pela rejeição da emenda.

A Emenda nº 9 acrescenta dispositivo ao PL para que se destine anualmente à CBDU a renda líquida de um dos testes da Loteria Esportiva Federal. A distribuição realizada pela Lei nº 13.756, de 2018, nos parece coerente. Portanto, somos, pela rejeição.

A Emenda nº 10, de autoria do Senador Eduardo Girão, visa incluir cronistas, jornalistas e radialistas esportivos, sem vínculos empregatícios com entidades de prática desportiva ou concessionárias de serviço de radiodifusão, nas categorias que fazem jus ao auxílio emergencial do esporte. Concordamos com a lembrança do nobre Senador, do nobre autor e acatamos a emenda.

As Emendas de nºs 11 e 15, respectivamente de autoria dos Senadores Romário e Carlos Viana, propõem que a nova entidade recentemente criada, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), seja beneficiária de uma parcela dos recursos destinados ao Sistema Nacional do Desporto provenientes da arrecadação das loterias. Embora reconheçamos o mérito das proposições, considerando que esta nova entidade, o CBCP, foi registrada há cerca de uma semana, não nos parece o melhor momento para promover, sem maior aprofundamento, as alterações sugeridas. Recomendamos, por ora, que as emendas sejam rejeitadas e que o assunto seja retomado em proposição específica.

A Emenda nº 13, de autoria do Senador Fabiano Contarato, tem por finalidade reduzir o prazo de carência de 24 para 12 meses para comprovação de inscrição e de atuação profissional na área esportiva. Apesar de julgar meritória a proposta, atentamos para uma questão de isonomia, visto que a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a chamada Lei Aldir Blanc, que tratou do auxílio emergencial para cultura, em seus artigos 6º, inciso I, e 7º, §1º, inciso VIII, estabelece o mesmo período de 24 meses para comprovação de atuação nas áreas artística e cultural como condicionante para o recebimento do benefício. Por esta razão, para dar tratamento igualitário aos segmentos, somos pela rejeição da emenda.



As Emendas de nºs 14 e 18, respectivamente de autoria da Senadora Rose de Freitas e do Senador Randolfe Rodrigues, pretendem alterar o art. 2º do PL, ampliando o período de duração do benefício de três para cinco meses, para garantir aos atletas a mesma quantidade de parcelas pagas a todos os que estão contemplados com o Auxílio Emergencial. Trata-se de demanda absolutamente meritória que, entretanto, nos parece atendida pelo que dispõe o §4º do mesmo artigo quando estabelece que o auxílio emergencial de que trata esta Lei será prorrogado nas mesmas condições em que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, o Auxílio Emergencial original. Ou seja, automaticamente estariam asseguradas as cinco parcelas pretendidas nas duas emendas, visto que o auxílio original já foi prorrogado em dois meses. Assim, nos posicionamos pela rejeição das emendas.

As Emendas de nºs 16 e 19, respectivamente de autoria do Senador Fabiano Contarato e da Senadora Zenaide Maia, pretendem garantir que o auxílio emergencial ao trabalhador do esporte seja devido pelo período em que perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Embora reconheçamos as preocupações meritórias de ambos autores, entendemos que o Congresso Nacional tem dado tratamento isonômico aos variados segmentos que já fizeram jus ao auxílio emergencial no que se refere às condicionantes para elegibilidade e ao prazo de duração, de forma que optamos por manter apenas as mesmas condições aprovadas para todos os brasileiros e brasileiras, da cultura e demais categorias beneficiadas. Por isso, rejeitamos as duas emendas.

Por fim, a Emenda nº 17, de autoria do Senador Luiz do Carmo, com vistas à promoção da acessibilidade, propõe a inclusão de previsão de recursos de tecnologia assistiva por parte do Poder Público na realização da busca ativa por possíveis beneficiários do auxílio. Diante do mérito inquestionável da emenda, somos a favor da aprovação.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, com o acolhimento integral das Emendas nºs 10 e 17, de Plenário; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2 e 3, de Plenário; e pela rejeição das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 19, de Plenário, na forma do substitutivo a seguir... E já está apresentado a todos vocês, nobres pares. **(Íntegra do Parecer nº 108/2020-PLEN-SF – Vide item 2.2.4 do Sumário)**

Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer aos Líderes da Casa, agradecer a todas as Senadoras e a todos os Senadores que nos ajudaram na conclusão deste relatório. Quero também agradecer aos Deputados da Câmara que também nos ajudaram nesta construção, muitos deles – se eu falar um ou outro, eu tenho medo de gerar um certo ciúme. Então, quero agradecer a participação de todos eles e principalmente ao Governo, porque não adianta aprovarmos aqui um projeto em que lá na frente podem ser vetados muitos dispositivos, e a gente não conseguir atender o que é importante, que é o auxílio e acima de tudo o parcelamento dessas dívidas dessas entidades, o que é histórico.

Então, eu agradeço a todos os pares a compreensão e a todos que colaboraram na conclusão desse nosso relatório.

*(Durante o discurso da Sra. Leila Barros, o Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Rogério.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Leila, esta Presidência cumprimenta V. Exa. pelo relatório apresentado, pela clareza do voto, e passaremos agora à parte da deliberação.



Na sequência, teremos dois destaques. O Podemos havia apresentado os dois destaques: um destaque foi retirado e o outro, mantido. Eu vou ouvir o Líder Alvaro Dias sobre o destaque e também o PSB, pois o PSB também manteve o destaque. Caso não haja a retirada dos destaques, temos duas votações de destaques: o do Podemos e o do PSB.

Eu vou ouvir os dois Líderes, mas eu queria sondar o Colegiado, para não termos três votações nominais pelo sistema eletrônico, se seria possível votarmos o texto principal de forma simbólica; e os destaques, com o registro no painel. É possível ou há divergência em relação a essa proposta? (*Pausa.*)

Muitos sinalizando positivamente. O Líder do Governo Fernando está ali na dúvida, mas vou ouvir o Líder Fernando se é possível votar o texto principal por acordo, de forma simbólica, e apenas os destaques de forma nominal com os devidos encaminhamentos.

Líder Fernando, começo com V. Exa.; depois, vou ouvir os Líderes Alvaro e Veneziano em relação aos destaques apresentados. (*Pausa.*)

Aliás, o Otto Alencar, pois é o PSD, e não o PSB. Perdão.

Líder Fernando.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, V. Exa. está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouço perfeitamente.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Pois não.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria de início registrar o trabalho feito pela Senadora Leila, permanentemente em contato com a equipe do Governo, tanto do Ministério da Economia como da Secretaria de Governo, em contato permanentemente com os técnicos da Liderança do Governo, procurando construir, na medida do possível, um consenso e um entendimento. Tanto é que o Governo, neste presente momento, chama a atenção – como já falou diversas vezes, em diversas sessões, o Senador Esperidião Amin – de que, na votação do projeto do Auxílio Emergencial, que estendeu benefícios para diversas outras categorias, o Poder Executivo já se manifestou apondo o seu veto, tendo em vista a dificuldade de atender a todos esses segmentos, em função dessa responsabilidade fiscal que o Governo deve ter e que sempre terá.

Mas, numa iniciativa que visou atender os profissionais da área da cultura, o Presidente Bolsonaro mostrou a sua sensibilidade e concordou em rever a posição que tinha sido assumida quando da apreciação da Medida Provisória nº 873.

Eu quero, então, dizer que mais uma vez o Governo, numa posição de criar entendimentos e consensos, está apoiando o relatório da Senadora Leila Abreu, para que a gente possa sensibilizar o Presidente da República, apesar de todas as resistências que essa matéria encontra, em função de que não se trata apenas do auxílio emergencial, como todos sabem, mas de diversas outras matérias que guardam um certo impacto fiscal.

Por isso, o meu apelo às Lideranças do PSD, ao Senador Otto Alencar, à Liderança do Podemos, na pessoa do Senador Alvaro Dias. Sei que os destaques abordam temas bastante meritórios, mas eu diria que nós estamos no limite do entendimento, e quero aqui mais uma vez registrar o esforço da Senadora Leila Abreu.

Por isso é que o Governo, ao manifestar o encaminhamento favorável ao relatório da Senadora Leila Abreu... Eu faço um veemente apelo para que a gente possa retirar os destaques e



votar de forma simbólica, para encerrarmos este dia extenso de deliberações tão importantes do interesse da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e reitero os cumprimentos à Senadora Leila Barros.

Tem Abreu no nome, Leila? Não tem, não é? (*Risos.*)

Ah, está bem. (*Risos.*)

Confundi o nome de Leila Barros.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpe-me, Leila! Desculpe-me!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem crédito.

Bom, vamos abrir a palavra, então, ao Líder Alvaro Dias, para manifestação em relação ao destaque.

Eu só indago novamente se o Líder Fernando não se opôs em relação a votar simbolicamente o texto principal.

É isso? (*Pausa.*)

Não há divergência em relação à votação simbólica para o texto principal, mas apenas dos destaques, que, se eventualmente forem mantidos, faríamos pelo sistema de voto no sistema, no painel.

Líder Alvaro, V. Exa. tem a palavra para se manifestar sobre o destaque do Podemos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR. Pela Liderança.) – Primeiramente, Presidente, manifesto a minha admiração pelo trabalho da Senadora Leila, que se dedicou à causa; ela conhece o assunto, é ex-atleta e, sem dúvida, é porta-voz ativa do atletismo do nosso País no Senado Federal.

Eu tive a honra, a satisfação e a primazia de ser o Relator de alterações à Lei Pelé, há algum tempo, e fui autor da emenda que incluiu a utilização dos recursos das loterias para projetos de clubes formadores de atletas olímpicos.

E acabo de receber um telefonema há pouco, há cinco minutos, do Senador Romário, que faz um apelo à Senadora Leila para que acolha a sua emenda. Nós queremos uma votação simbólica, mas esse apelo do Senador Romário nós subscrevemos integralmente, porque há razões para que ele seja atendido. Todos nós conhecemos a dedicação dele a esta causa, ao atleta paraolímpico. O Senador Romário tem essa sensibilidade, esse cuidado. Essa é a prioridade dele no Senado Federal. Ele atua com muito interesse em relação às pessoas menos favorecidas, e, neste caso, ele tem uma justificativa que nos convence – e espero que convença também a Senadora Leila.

Esse Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos é uma entidade, sim, formada há pouco tempo, mas já constituída juridicamente, com CNPJ. Ela está regularmente estabelecida, legalizada para sua operacionalidade e certamente o fará da melhor forma possível, e eu direi por quê.

Primeiramente, esses atletas paraolímpicos estão perdendo a oportunidade ou a formação de atletas paraolímpicos... São milhares de crianças e jovens – inspirados por atletas que ganharam renome nacional e internacional – que estão desperdiçando essa oportunidade da formação, porque há, pelo menos, R\$30 milhões estancados que não podem ser utilizados exatamente por falta de projetos. E foi essa...

Eu peço apenas mais algum tempo, Presidente – eu serei breve, sucinto –, para justificar...



**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

**O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR) – ... a insistência do Senador Romário e fazer esse apelo à Senadora Leila.

São, portanto, projetos que não podem ser executados por falta de organização, e são, pelo menos, R\$30 milhões estancados neste momento que não podem ser utilizados.

Quem comanda esse comitê é uma pessoa da maior respeitabilidade, que foi um dos fundadores do Comitê Paralímpico: o Sr. João Batista Carvalho e Silva. Foi o primeiro Presidente desse Comitê Paralímpico, conceituado e respeitado em toda a área, sobretudo nos Jogos de Sydney, em 2000, quando João Batista era o Presidente da entidade e o Brasil se destacou.

Portanto, nós estamos fazendo esse apelo para que jovens e crianças, seres humanos inspirados nos atletas paraolímpicos que nos honraram com um desempenho extraordinário em várias oportunidades, inclusive nos Jogos de Sydney, possam ser também beneficiados com esse projeto.

Nós estaremos completando essa tarefa muito bem desempenhada pela Senadora Leila. É o apelo que nós fazemos para que realmente possamos votar, de forma simbólica, esse projeto, desde que a Senadora Leila acolha essa emenda do Senador Romário. Se eventualmente essa emenda não puder ser acolhida, nós manteremos o destaque, porque esse é o desejo do Senador Romário.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O apelo que V. Exa. faz à Relatora ela acompanhou atentamente. Indago se a Relatora quer se manifestar agora ou se eu ouço primeiro o Líder Otto. (*Pausa.*)

Vou ouvir o Líder Otto com relação ao destaque do PSD. Na sequência, a Relatora tem a palavra para se manifestar quanto aos destaques.

Líder Otto, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, peço vênica a V. Exa. Este destaque que foi apresentado pela Liderança do PSD tem inspiração no Senador Carlos Viana, que defende também essa posição que foi externada pelo Senador Alvaro Dias.

Portanto, peço a V. Exa. que passe a palavra ao nobre Senador Carlos Viana, para que ele possa se expressar e colocar a posição dele.

V. Exa. pode determinar mais ou menos o mesmo tempo do Alvaro Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Líder Otto, e asseguro a palavra ao Senador Carlos Viana.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Marcos Rogério. Muito obrigado, mais uma vez, a todos os Senadores.

Quero pedir a atenção dos senhores para que eu possa explicar com mais clareza e profundidade. Vou tentar, porque Alvaro Dias é um mestre na narrativa, no discurso.

Mas estamos aqui buscando – fazendo um apelo à Senadora Leila – que se faça justiça a milhares de atletas paralímpicos brasileiros. Nós temos aqui, apoiando a nossa emenda, uma declaração conjunta, senhores, do Comitê Brasileiro de Clubes e da Confederação Nacional de Clubes, que foram a favor da criação do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Lembro que os nossos atletas, só em 2016, trouxeram 72 medalhas para o Brasil.

Mas o que está acontecendo?



Os atletas dependem dos clubes tradicionais para que possam ser treinados. O Comitê Paralímpico Brasileiro leva os atletas, já que são profissionais de ponta e fazem um grande trabalho. Mas nós não temos um apoio financeiro para a formação desses atletas. Os clubes brasileiros dependem de um patrocínio e, quando este deixa de existir, demitem, acabam com os times paralímpicos. Ou seja, o atleta que não tem um grande apoio fica desguarnecido, e nós perdemos talentos.

E não é por falta de dinheiro, porque nós aqui não estamos falando de recursos a mais, como disse o Líder Fernando Bezerra. Nós não estamos falando que o Governo Federal vá mover uma nova parcela do já escasso orçamento para isso. Não. Nós já temos o financiamento que vem das loterias, só que esse dinheiro acaba não sendo utilizado, fica em uma conta e é usado para o fim-meio, ou seja, a destinação desse recurso, que já existe, numa conta que tem R\$30 milhões, R\$40 milhões, deixa de ser utilizado. Por isso que foi criado o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, para que eles possam receber esses recursos, que já estão lá, Srs. Senadores. Nós não estamos falando de nenhuma despesa nova, não.

Eles têm apenas uma semana, mas têm uma larga experiência já no trabalho. O Senador Alvaro citou o João Batista, que é um atleta famoso.

Presidente, meu abraço a ele.

Quero fazer minha aqui a voz do ex-Deputado Federal Leonardo Mattos, que é um grande batalhador para as pessoas com deficiência, para o esporte paralímpico, que tem conversado comigo desde ontem, sensibilizando-me sobre a necessidade de o Senado corrigir esse ponto.

Não é o fato de que essa entidade tenha sido criada há tão pouco tempo que retira dela a atividade legal prevista na legislação, que retira dela a capacidade de gerir esse recurso e que tira dela a possibilidade de incentivar, treinar novos atletas paralímpicos brasileiros.

Por isso, eu também faço um apelo à Senadora Leila – parabéns pelo trabalho, tenho uma admiração enorme por ela: Senadora, acate o nosso destaque! Assim, nós votaremos. Isso não vai criar nenhuma despesa, não criará nenhum problema, e nós faremos justiça aos nossos atletas paralímpicos de todo o Brasil. O Senado tem aqui uma grande oportunidade de incentivar a formação desses atletas.

Peço ao Sr. Presidente alguns minutos a mais apenas, como foi dado ao líder. Estou aqui na condição de líder do PSD.

Nós estamos aqui para corrigir apenas um ponto desses atletas que, ao longo da história, não receberam o apoio e o reconhecimento necessário. O Brasil hoje tem uma trajetória de crescimento no esporte paralímpico. O Brasil está entre os países de ponta. E, como já temos a disponibilidade orçamentária, o que precisamos fazer apenas é agora prever em lei. Daí a expectativa de milhares de atletas paralímpicos brasileiros, que estão nos acompanhando agora e que esperam de nós Senadores essa sensibilidade, um voto a favor do destaque, caso tenhamos que ir para o nosso Plenário, para a votação, mas que a Senadora Leila, neste momento, que é uma profunda entendedora do esporte, acate o nosso pedido, a nossa emenda, que foi tão bem divulgada e embasada. Assim, nós teremos condição de escrever um novo capítulo no financiamento e no apoio aos clubes paralímpicos brasileiros.

Muito obrigado, Presidente Marcos Rogério.

Obrigado.

Peço a sensibilidade dos Srs. Senadores nesse tema e na aprovação desse destaque.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e o cumprimento.

Devolvo a palavra à Senadora, Líder Leila Barros, do PSB, Relatora dessa matéria, para que, com sua habilidade, sensibilidade e compreensão da intenção, do desejo do conjunto dos Senadores, mas obviamente dentro das limitações que tem também, possa nos dar aí o seu encaminhamento para a votação de hoje.

V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Nem se discute o mérito. Eu super apoio a causa. Como Secretária de Esportes aqui do Distrito Federal, eu sempre apoiei o desporto paralímpico; sempre fui uma defensora também aqui na Casa da pessoa com deficiência e também do desporto paralímpico. Mas eu quero dizer para vocês que existe uma lei, a Lei 13.756, de 2018, que, em seu art. 16, §1º, determina:

Art.

16.....

§1º O CDC [Comitê Brasileiro de Clubes] aplicará, no mínimo, 15% dos recursos [recebidos das loterias] em atividades paradesportivas:

I – diretamente, sem possibilidade de restringir a participação nos editais de chamamento público em função de filiação das entidades de práticas desportivas; ou

II – por meio [de repasses] ao CPD [que é o comitê Paralímpico Brasileiro].

Entretanto, com a construção dessa nova entidade, Sr. Presidente, que está legalizada... E nem se discute também a competência da pessoa que hoje é o gestor e comanda essa entidade, que é o Sr. João Batista. Eu não estou questionando a capacidade de comando do João Batista, muito pelo contrário, conheço a sua história. O que eu questiono, por a entidade ser jovem, ser nova, recém-formada, é a sua capacidade de gerir, a sua capacidade de executar esses recursos. Por quê? Quando eu disse que está previsto na lei que o Comitê Brasileiro de Clubes aplicará 15%, eu me referi a um comitê, que antes era uma confederação, que existe há 30 anos e que já mostrou que não teve a capacidade de fazer a gestão. Ele tem lá represados – falaram aí de R\$30 milhões –, pelo que eu já ouvi, R\$50 milhões. E não vi, nas emendas apresentadas, o que faremos com esse dinheiro represado ali, porque esse dinheiro, a partir do momento... O que está sendo apresentado aqui é em relação ao futuro, mas e o que ficou para trás? O que nós vamos fazer com esses R\$50 milhões? Nós vamos deixar? Isso foi um repasse feito das loterias para essa entidade. Nós vamos esquecer tudo isso e vamos caminhar entregando, abrindo um caminho para uma nova entidade?

E mais uma vez eu reitero aqui que tenho respeito à opinião do movimento paralímpico, mas a gente tem de pensar em como fazer essa construção. Eu deixei muito claro para todos os envolvidos que eu tenho a melhor das intenções de fazer essa discussão. Até porque, nos repasses para as demais entidades, COB (Comitê Olímpico do Brasil), CBDE (Confederação Brasileira do Desporto Escolar), CBDU (Confederação Brasileira do Desporto Universitário), CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro), em todos eles, nesta Casa, no Congresso Nacional, para a discussão desses repasses, houve audiência, houve um grande debate.

Então, eu sei da importância, da ansiedade do setor em resolver um problema. Mas antes de resolver esse problema, nós temos que discutir o que faremos com o que ficou de reserva, represado e acima de tudo nós temos que discutir com todos os entes a capacidade dessa nova entidade, porque, se a anterior, com toda a sua *expertise*, com toda a sua experiência, não teve,



nós temos que discutir, sim, qual é a capacidade dessa nova entidade de fazer a gestão e a execução desses recursos que serão repassados.

É simplesmente isso. E deixei o meu gabinete, a minha pessoa à disposição do movimento para fazer essa discussão dentro da Casa, para colocar o projeto debaixo do braço, respeitando a opinião do nobre Senador Carlos Viana, que é uma pessoa que eu respeito muito; do Senador Romário, que dispensa, dispensa qualquer comentário, porque eu convivi uma vida com o Romário – ele no futebol; e eu no voleibol –; e do nosso querido Líder Alvaro Dias, porque eu respeito e apoio a causa. Simplesmente, eu tenho uma dificuldade nesse momento com esse projeto de fazer uma aprovação tão afoitadamente.

É simplesmente isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Relatora Leila Barros.

Bom, a Senadora Leila rejeita, portanto, os destaques.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para finalizar: o Plenário é soberano e o que o Plenário decidir eu acato. Vamos todos juntos. Mas para essa pauta eu agradeço até mesmo o destaque, porque eu quero que o Plenário decida isso. É muita responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Indago, apenas para poder encaminhar para as votações, ao Líder Alvaro Dias e ao Senador Carlos Viana se mantêm os destaques. (*Pausa.*)

Líder Carlos Viana mantém o destaque.

Líder Alvaro, o destaque do Podemos também será mantido?

**O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR. Pela Liderança.) – Quero tranquilizar a Senadora Leila, porque, quando nós elaboramos alterações na Lei Pelé, nós cuidamos de estabelecer as normas para a aplicação desses recursos. E, se surgiu essa nova entidade, é exatamente porque havia um vazio, não havia uma entidade com a competência necessária para a aplicação desses recursos. Parece-me que nós temos que dar essa oportunidade a essa nova entidade, já que os recursos estão represados, são das loterias, e, portanto, não há nenhum aumento do déficit público. Nós estamos legislando apenas em relação à questão dos recursos referentes às loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Eu acho que vale, sim, minha prezada Senadora Leila, essa experiência com essa nova entidade, organizada exatamente para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Vamos, então, à votação do texto principal, conforme já sinalizamos.

O Senador Carlos Viana vai... Porque, se não for retirar o destaque...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... nós votaríamos e passaríamos à votação depois. Na sequência do destaque, eu asseguraria a palavra ao...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela Liderança.) – Acompanhando a fala do Líder Alvaro, lembro aos Senadores e à Senadora Leila que o fato de ela ser recente não retira a experiência daqueles que estão por trás. E outra coisa: o mais importante é que o CDC não conseguiu cumprir porque repassa a clubes tradicionais em boa parte. Nós estamos agora fazendo



com que os clubes paralímpicos tenham independência, que eles possam existir para que, assim, os atletas sejam treinados.

E agradeço a possibilidade de fazer essa defesa mais uma vez. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Vamos, então, à votação.

A Senadora Leila está sinalizando aqui, pedindo a palavra.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Eu só reitero...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... Presidente, que eu não estou aqui julgando a capacidade do gestor. Eu estou julgando, eu estou questionando – e tenho dúvidas – a capacidade da nova entidade de fazer a execução desses recursos, apenas isso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Submeto à votação o texto principal, com a ressalva dos destaques.

A Presidência submeterá o Substitutivo da Relatora diretamente à votação simbólica e, em seguida, os destaques à votação nominal.

Em votação o Substitutivo da Relatora, nos termos do parecer, em turno único, ressalvados os destaques.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as emendas não destacadas.

Passa-se à votação dos destaques.

Destaque do Líder do Podemos. Votação da Emenda nº 11, destacada pelo Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos.

O Líder do Podemos já fez uso da palavra, defendeu seu destaque, e a Relatora já se manifestou também.

Então, entendo que podemos passar diretamente à votação dessas duas matérias.

O Líder Fernando está fazendo gesto, solicitando a palavra, como Líder do Governo. Eu vou...

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – É só para esclarecer: é um destaque só que nós vamos apreciar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois destaques.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São dois destaques e uma mesma matéria, um destaque só, o destaque de Alvaro Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – São duas votações.



**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Duas votações? Porque são matérias distintas?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque são duas emendas, são duas emendas diferentes; não são emendas idênticas.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Para ficar claro o que é cada destaque, porque a Emenda 11 é do Senador Romário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, temos o destaque à Emenda nº 11 e a Emenda nº 15, do Senador Carlos Viana.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – *(Falha no áudio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A conexão de V. Exa. está oscilando.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas elas tratam de temas distintos, a 11 e a 15?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Elas tratam de temas conexos, uma mais abrangente, outra menos, mas são emendas diferentes, a Emenda 11 e a Emenda 15. Eu estou pedindo à Secretaria da Mesa que avalie a possibilidade de a gente colocar numa votação única, mas são duas emendas.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que nós poderíamos fazer aqui, havendo entendimento – e aí eu consultaria o Líder Alvaro e o Líder Carlos Viana –, é a votação de uma e, sendo ela aprovada, de repente a mais abrangente, julgar a prejudicialidade da segunda. Nesse aspecto, nós teríamos apenas uma votação.

O Líder Alvaro e o Líder Carlos, que conhecem...

Líder Fernando.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu tenho uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Eu acho que... Eu estou me guiando pela emenda do Senador Romário, que foi defendida pelo Senador Alvaro e foi defendida pelo Senador Carlos Viana. Na Emenda 11, trata-se de duas questões. A primeira é seccionar as atividades do Comitê Brasileiro, do CBC, dentro do SND, para que o CBC passe a ter suas atividades exclusivamente desenvolvidas para a formação de atletas olímpicos, em simetria com o COB. Outra questão tratada na Emenda 11 é a dos recursos. A Senadora Leila trata de uma questão que diz respeito ao fato de a entidade ser recém-criada e da capacidade de gestão dela para poder tratar desses recursos.

Eu acho que nós poderíamos, submetendo, claro, sempre, à apreciação da Senadora Leila, tranquilizar o Senador Alvaro, o Senador Romário e o Senador Carlos Viana para poder fazer a vinculação dos recursos para o CBCP e não o incluir no SND. Essa entidade daria um tempo, porque essa é a preocupação da Senadora Leila, de ter um tempo para saber se haverá... Apurados os recursos para o CBCP, a gente teria um texto, a Senadora Leila teria a oferecer. Ela vai



estruturar os destaques, mas é uma sugestão de conciliar as duas preocupações. A preocupação do Senador Alvaro e a do Senador Carlos Viana é de que os recursos sejam direcionados diretamente para o CBC; a preocupação da Senadora Leila Barros é com o fato de que é uma entidade recém-criada, e ela talvez não devesse ser levada à questão da secção do COB com o CBCP. Mas a gente asseguraria os recursos. Dá para poder fazer uma redação restritiva em relação à Emenda 11, e eu penso que estaríamos com as preocupações atendidas por aquilo que foi colocado pelo Senador Carlos Viana e pelo Senador Alvaro.

É uma sugestão de entendimento, para a gente poder evitar a votação do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

A Secretaria da Mesa está fazendo aqui a análise das duas emendas. São realmente muito próximas, os textos são muito parecidos, com diferenças muito pequenas. Mas a sugestão de V. Exa. foi apresentada.

Eu ouço o Líder Alvaro Dias e o Senador Carlos Viana sobre se é possível fazer a consolidação nos termos da sugestão apresentada pelo Líder Fernando Bezerra.

**O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR. Pela Liderança.) – Presidente, eu creio que as duas emendas são semelhantes. Então, não vejo necessidade de uma votação em duplicata. Mas creio que é necessário manter, uma vez que esse comitê foi constituído atendendo às partes. Houve um consenso. O comitê de clubes paralímpicos, na sua organização, obteve o apoio e o consenso das outras entidades.

O Senador Carlos Viana, de forma muito competente, já expôs como surgiu esse comitê. Esse comitê surgiu exatamente para operacionalizar recursos já existentes e que não estão sendo aplicados por falta de uma operacionalização competente. O que se pretende com a criação desse comitê é oferecer maior eficiência, maior competência na aplicação desses recursos.

Nós tememos que recursos oriundos das loterias da Caixa Econômica fiquem estancados, desperdiçando oportunidades que teriam milhares de crianças e jovens que poderiam, sim, inspirados nos atletas paralímpicos, também militarem nessa área, se prepararem para isso, serem iguais a eles no futuro.

É isso que nós desejamos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O Senador Kajuru está pedindo a palavra também. Ao fim eu vou ouvir a Senadora Leila porque, a depender do encaminhamento que nós fizermos aqui, de repente podemos fazer até a votação simbólica, se houver concordância da Senadora Leila, em relação ao acordo encaminhado.

Com relação aos textos que nós temos aqui, Líder Fernando, nós vamos consolidar e fazer uma única votação, caso seja necessária, porque são muito semelhantes, aí, na redação final, consolida o texto.

Mas ouço o Senador Jorge Kajuru, também o Carlos Viana e, ao final, a Senadora Leila, porque, se conseguirmos o entendimento, poderíamos fazer também a votação simbólica desse texto.

Kajuru, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Obrigado, querido amigo Sr. Presidente Marcos Rogério. Primeiro, eu concordo com o senhor. Para mim são coisas diferentes. Deveríamos votar os dois destaques, penso eu, respeitando a opinião dos outros.



Só quero dizer aqui que peço pelo amor de Deus que o Governo não seja contra esses dois destaques; porque aí a gente aprova os destaques aqui, aí amanhã ele veta lá, conforme a gente já fez aqui várias vezes. A gente aprova, ele vai e veta. E depois, para a gente derrubar veto aqui, a gente fica dependendo do Presidente Davi, que engaveta. Tipo o caso do saneamento, que o Senador Otto Alencar sabe muito bem, e outros assuntos.

Para terminar, para relaxar um pouco, para eu não ficar só chato, só para dizer o seguinte. Uma pessoa, Presidente Marcos Rogério, que eu tinha como amiga e irmã, na sexta-feira passada eu mandei uma mensagem para ela falando que eu tenho uma grande ideia para ela, minha governadora, e ela fala: "Eu te ligo", e não ligou até hoje. Portanto, não é mais amiga-irmã minha. Mesmo assim eu vou ser favorável a tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Kajuru. Ouço o Senador por Minas Gerais Carlos Viana com relação ao encaminhamento que está sendo dado.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela Liderança.) – Meu irmão Marcos Rogério e Kajuru, que está ali. São dois destaques que tratam do mesmo assunto, do mesmo entendimento: que nós precisamos fazer com que os recursos sigam para o novo comitê paralímpico, para nós não repetirmos o nosso passado.

O recurso já vai para uma conta, e aqui eu quero agradecer ao Líder Fernando Bezerra pela possibilidade, pela proposta, mas nós cometeríamos o mesmo erro que nós temos cometido nos últimos 30, 40 anos com relação ao esporte. E eu defendo que nós mantenhamos a separação.

E o destaque que eu apresentei, Senador Marcos Rogério, traz, inclusive com mais detalhes, todas as alíquotas, os percentuais devidos, toda uma definição clara de quanto caberá a cada entidade, tornando o assunto muito mais claro e não passível futuramente de demandas judiciais. Portanto, eu entendo que possamos fazer uma votação somente, mas encareço ao Líder Alvaro Dias que, nesse caso, seja o destaque que apresentei, porque encampa o desejo do Senador Romário e também uma série de outros itens que a competente Consultoria do Senado nos esclareceu que seriam importantes, como já disse, para evitarmos futuramente questões jurídicas, porque, se nós definirmos agora a separação, mas não dissermos claramente quanto caberá a cada uma, de fato como isso será repassado, nós poderemos ter uma disputa judicial, num assunto em que interessa apenas apoiar o atleta paralímpico. Nós não estamos aqui para discutir essas questões, se é certo ou não é certo – eu tenho certeza de que a Leila concorda com isso –, mas vamos deixar aqui o trabalho do Senado claro, transparente sobre quais as responsabilidades, as parcelas e essa nova definição para o comitê que foi criado, e que assume agora essa responsabilidade, como poderá exercer as suas atividades.

Faço esse apelo ao Líder Senador Alvaro, para que o destaque que apresentei, a nossa emenda encampe as duas e tenhamos apenas uma votação simbólica, porque acredito que todos os Senadores concordam com essa questão do apoio aos clubes paralímpicos, tendo uma receita própria, um apoio próprio de um dinheiro que já está disponível.

Obrigado, Senador Marcos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

E ouço a Senadora Leila, nossa Relatora.

E, ao final, já tenho aqui a orientação da Secretaria da Mesa, com relação aos dois textos, e posso antecipar que o caminho adequado seria a votação em conjunto dos dois textos, porque são similares, complementares, e não divergentes. Caso contrário, nós teríamos que aprovar o primeiro



texto destacado e restaria a prejudicialidade do segundo. Então, a votação dos dois, em conjunto, permitiria a consolidação do texto final, nos termos do que já foi sustentado, destacado por outros Senadores.

Senadora Leila, V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, é apenas para dizer sobre a questão do detalhamento. Esse detalhamento, por mais que tenha vindo de Consultoria, por mais que tenha vindo das entidades... Ela simplesmente foi apresentada. Mais uma vez, reforço essa questão do debate na Casa, mas respeito, claro, a posição dos nobres Senadores, os que estão apresentando os destaques. E, como eu falei, não sou contra a atuação deles com relação a esse apoio. Eu concordo que nós precisamos ter um comitê brasileiro paralímpico, que precisa de uma entidade que tenha capacidade de gerir esses recursos para que eles realmente cheguem aos clubes paralímpicos, aos atletas paralímpicos, o que eu reitero aqui é só a necessidade de um maior debate. Mas, como eu falei, o Plenário é soberano, e estou aqui para acatar qualquer decisão que venha desse Plenário.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senadora Leila.

Considerando o conjunto das manifestações e a constatação feita pela Secretaria-Geral da Mesa de que os textos são similares com apenas algumas diferenças em relação à formatação, mas, no objetivo, são parecidos, e para que não haja, Senador Kajuru, conforme destacado por V. Exa., de repente a prejudicialidade de um aspecto que está numa, e não está na outra, nós faremos uma única votação, mas dos dois destaques.

Se seguissemos aqui a ordem de preferência de destaques, teríamos que votar apenas o do Podemos e fatalmente julgar a prejudicialidade do segundo. Votando numa única votação os dois destaques, na redação final, nós teríamos a consolidação de um único texto.

Há concordância em relação aos autores dos destaques? (*Pausa.*)

Manifestação positiva.

Portanto, faremos a votação no painel, considerando que a Relatora mantém as preocupações dela com relação a esse texto.

Votação em globo das Emendas nºs 11 e 15, destacadas pelos Senadores Alvaro Dias, Líder do Podemos, e Otto Alencar, Líder do PSD.

Os autores já se manifestaram.

Portanto, solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação remota.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Presidência esclarece que quem apoia a Relatora vota "não"; quem apoia os destaques do Senador Alvaro Dias e do Senador Otto Alencar vota "sim" e aprova as emendas destacadas.

Votação aberta.

Para orientação, concedo a palavra aos Líderes.

Líder Eduardo Braga, como orienta o MDB?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar a Senadora Leila, que fez um relatório brilhante, como disse o Fernando Bezerra, buscou o entendimento, buscou fazer com



que houvesse uma negociação com o Governo para que a aprovação deste projeto possa representar a efetividade de benefícios para os atletas, para aqueles que estão envolvidos com o esporte.

No entanto, os argumentos apresentados nos dois destaques são muito pertinentes, e nós ouvimos as ponderações.

Eu quero liberar a Bancada do MDB. Pessoalmente, eu vou votar a favor dos destaques, mas quero liberar a Bancada para votar de acordo com o posicionamento de cada um dos Senadores, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O MDB libera a Bancada.

Como orienta o PSD, Líder Otto Alencar?

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Ouvi as razões apresentadas pelo Líder Alvaro Dias, pelo Senador Carlos Viana, do nosso Partido, em contraponto àquilo que relatou com muita competência a Senadora Leila Barros, que se esforçou muito e fez um relatório bem adequado para as necessidades dos nossos atletas neste momento.

No entanto, eu acredito que o acolhimento da emenda poderia ser feito porque não haveria impedimento em um comitê ser criado recentemente para atender pessoas paralímpicas e não ter essa situação resolvida.

Eu quero encaminhar o voto "sim" pelo PSD, mas quero registrar também que não se distorça a posição da Senadora Leila Barros. Ela não se coloca contra os atletas paralímpicos e deixou isso muito claro. Às vezes, a versão do fato vem para prejudicar aquele que, obedecendo a lei...

Ela se baseou numa legislação que ela apresentou aqui. É uma questão apenas de interpretação da lei, mas a Senadora Leila Barros tem esse compromisso com todos os atletas. Era uma grande atleta que defendeu bem o Brasil. Ela foi uma das melhores jogadoras de vôlei. Eu tenho uma admiração muito grande pela maneira, pela *performance* dela como atleta que defendeu o Brasil por muito tempo e sempre deixou uma imagem daquela que encarna as cores da nossa bandeira. E ela precisa ser respeitada na interpretação que pode ser dada depois. Por isso eu a estou defendendo aqui como advogado dela, mas discordando apenas de ela não ter aceitado as duas emendas, uma do Senador Romário e outra do Senador Carlos Viana, que são dois Senadores que trabalham na direção de atender a esses atletas todos que trabalham, que têm honrado também as cores do Brasil.

Portanto, o PSD encaminha o voto "sim", mas fica aqui registrada a minha defesa do compromisso da Senadora Leila Barros com todos os atletas, inclusive com os paralímpicos. Por isso, Sr. Presidente, encaminho o voto "sim", mas deixo registrada essa observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O PSD encaminha o voto "sim". O Líder Otto saindo aí, como bom médico, em defesa da nossa Relatora nos objetivos dela. As manifestações foram claras. Acho que ficou bastante evidente aqui o posicionamento da Senadora Leila, mas a fala do Líder Otto clareia, dá mais clareza à intenção dela no mérito favorável ao tema. Há apenas as cautelas em relação inclusive ao que aconteceu no passado. Agradeço a V. Exa.



Líder Alvaro Dias, como orienta o Podemos?

**O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Primeiramente subscrevo as palavras sábias do Senador Otto. Meu respeito profundo e admiração maior pela Senadora Leila, nossa campeã. Certamente tem uma coleção de medalhas na sua casa. Ela e o marido são atletas olímpicos de ponta, *top* no nosso País, que nos honraram e nos orgulharam. E nós conhecemos a sensibilidade social da Senadora Leila. Portanto, ela é munida só de boas intenções.

E essas emendas do Romário e do meu amigo Carlos Viana complementarão o trabalho da Senadora Leila, tornarão o trabalho dela ainda melhor, mais produtivo.

Nós temos confiança plena nesse comitê organizado, que obteve convergência em relação a outras entidades.

E nós, que participamos ativamente da elaboração do voto final das alterações da Lei Pelé e, que, com emenda de nossa autoria, incluímos recursos das loterias para os clubes formadores de atletas olímpicos, temos a convicção de que essa é a melhor forma.

E por isso, nós votamos "sim", cumprimentando o Senador Romário, do nosso partido, e Carlos Viana, pela ideia, pela iniciativa, e cumprimentando a Leila, que certamente está feliz também com o acolhimento dessa emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O Podemos orienta o voto "sim".

Como orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Presidente, eu quero também parabenizar a nossa amiga querida, a Senadora Leila, que é uma defensora intransigente do esporte. Tenho certeza de que a vontade era a de acatar imediatamente, já o destaque.

Eu tenho que fazer também uma homenagem à minha amiga Mara Gabrilli, que acabou de mandar-me uma mensagem dizendo exatamente que falou com o Presidente Mizael e que sempre buscaram, realmente, garantir o acesso desses recursos ao desporto. Então, ela me pede, e o PSDB, em homenagem à Mara, vai orientar "sim" ao destaque, em apoio ao Senador Romário e ao Senador Carlos Viana.

Saudades, viu Mara! Você faz muita falta por aqui.

O PSDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O PSDB orienta o voto "sim".

Senador Jayme Campos, pela Liderança do Democratas, como orienta o DEM?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para orientar a bancada.) – Senador Marcos Rogério, é um prazer muito grande ver V. Exa. novamente presidindo os trabalhos do Senado Federal.

Antes de mais nada, quero apenas agradecer ao Senador Otto Alencar por ter acatado a minha emenda no projeto que hoje relatou em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico.



Agradeço ao Senador Otto Alencar a sua sensibilidade de aumentarmos os percentuais, que eram de 25% e foram para 50%, para investimentos estratégicos no desenvolvimento tecnológico das universidades e de empresas inovadoras.

Falando aqui pelo DEM, encaminhando a votação, quero ressaltar a forma zelosa, caprichosa e competente da Senadora Leila, que fez um belo relatório. Entretanto, quero liberar a Bancada do DEM. Quero também dizer que meu voto pessoal será "sim", pelo destaque dos Senadores Alvaro e Carlos Viana, mas a Bancada do DEM está liberada.

Jayme Campos vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jayme Campos, do nosso querido Mato Grosso.

O Democratas, portanto, libera a bancada.

Como orienta o Progressistas, Líder Daniella Ribeiro?

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentar a Senadora Leila Barros.

Quero dizer-lhe, Senadora, que desde o princípio, nessa discussão... Além de acompanhar, tenho a certeza de que todos os Senadores, obviamente, teriam competência para relatar, mas que V. Exa., sem dúvida alguma, além de emocionar, contando a sua própria história através do relatório, dá o seu testemunho de quantas pessoas na vida foram beneficiadas pelo esporte, bem como relata a questão da própria cultura e de outras situações, como a que nós vamos ainda apreciar aqui, como o fato de as próprias escolas.... A gente adiou, por hoje, projetos de importância que acontecerão ainda no futuro.

Sr. Presidente, quero que me dê só mais poucos segundos para dizer que, respeitando e parabenizando os colegas Carlos Viana e Alvaro Dias, tenho certeza de que a Senadora Leila Barros nada mais fez do que cumprir com sua obrigação de ter cuidados especiais, como fez e demonstrou através da leitura do seu relatório, através do cuidado na discussão com o Governo, para que esses recursos pudessem, realmente, chegar até as pessoas. O relatório que ela fez explicou como foram conduzidas essas discussões.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui liberar a Bancada do Progressistas, mas eu quero apoiar a minha colega Leila Barros pela sua explicação – e disso eu tenho certeza – no sentido de demonstrar que o seu compromisso com os atletas paralímpicos permanece. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas é um cuidado necessário, e ela entende bem por que tomou essa decisão de não aceitar neste momento o destaque, oferecendo uma segunda oportunidade para que isso possa ser feito.

Então, nesse sentido, eu acompanho a Relatora, Sr. Presidente, parabenizando-a, assim como parabenizo os colegas. Mas eu tenho certeza de que Leila fez tudo com muito cuidado e afinco. E é por isso que, confiando no seu relatório, no voto meu, pessoal, eu voto junto com a Leila e libero a Bancada do Progressistas.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O Progressistas libera a bancada.

Líder Rogério Carvalho, como orienta o PT?



**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, por questões de economia processual, eu queria pedir alguns segundos a mais.

Primeiro, porque a Bancada do PT quer subscrever o requerimento do Senador Fabiano Contarato, certo? Toda a bancada se dispõe a subscrever o requerimento dele.

Segundo, eu quero parabenizar todos os Relatores de hoje, Otto Alencar, o Eduardo Braga, o Viana, que apresentaram seus pareceres, e cumprimentar a Senadora Leila Barros, porque não é só um relatório, não é só um relato de uma lei, mas um pouco da sua história de vida no esporte e sabe muito bem o que está fazendo. E quero também concordar com o Senador Otto Alencar: apesar do fato de ela não acatar o destaque, ela não é contra. Ela deixou isso muito claro, e isso é muito importante.

Queria aproveitar também para, já que eu não vou falar mais, nem como Líder e vou retirar a minha inscrição, só lembrar ao Senado de que nós hoje fomos ameaçados pelo Embaixador dos Estados Unidos com relação à licitação, ao leilão, ao procedimento para a aquisição da banda larga.

Com uma posição dessa de um embaixador em qualquer país, precisava ser chamado esse embaixador para se explicar publicamente, porque um embaixador de outro país não pode dar pitaco sobre qual caminho o país vai seguir em relação à banda larga. E houve ameaça ao Brasil com sanções se utilizar ou se a Huawei participar do certame. Portanto, fica aqui o meu protesto em relação a isso e fica o meu protesto ao atrelamento incondicional do Governo brasileiro às demandas do Governo americano.

E, por fim, eu quero, mais uma vez, cumprimentar a Senadora Leila Barros e dizer: Leila, isso não é um relatório somente; é a sua vida que está aí, colocada sob a forma de relatório, sua experiência e sua vivência. Tenho certeza de que isso vai produzir grandes frutos.

E eu queria orientar o voto "sim" no destaque, considerando o que disse o Senador Otto Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O PT orienta o voto "sim".

Como orienta o Cidadania, Líder Eliziane Gama?

S. Exa. havia pedido também a palavra pela ordem. Acrescento ao tempo de V. Exa.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero passar o encaminhamento dessa votação ao Senador Kajuru, que, assim como a minha querida amiga Leila Barros, é referência nacional no esporte. Mas, antes de passar a ele o encaminhamento, quero parabenizar a Leila.

Quero lhe dizer, querida amiga, que você emocionou a todos nós com o seu relatório. Eu, pessoalmente, relembrei aqui a emoção e a alegria que você trouxe ao coração de todos os brasileiros todas as vezes que você disputava os jogos, trazendo felicidade aos nossos corações.

Eu quero agora passar o encaminhamento dessa votação, Sr. Presidente, ao meu amigo Kajuru, que, como eu disse, é também uma referência no esporte no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e asseguro a palavra ao Senador Jorge Kajuru.



**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para orientar a bancada.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério, e obrigado especialmente à minha amiga e respeitada Líder, Senadora Eliziane Gama.

Ela tocou em um ponto fundamental. Primeiramente, Presidente, eu vou pedir a V. Exa. que faça de conta que eu sou mulher por um minuto. Eu vou fazer como a querida Daniella e pedir uns segundos a mais. Então, faça de conta que eu sou mulher por um minuto. (*Risos.*)

Obrigado.

Seguindo com a brincadeira, por um minuto também eu vou voltar a ser amigo e irmão da Leila. Mas, falando sério, gente...

Ela está mandando beijos para mim. Mas, como não mostra, ninguém está vendo. Então, fica só entre nós.

Mas, falando sério – o Rogério foi muito feliz, assim como o Otto –, a Leila parecia estar, na relatoria desse projeto, como na sua época de seleção de vôlei, brigando com as cubanas. Eu era repórter e via a briga dela com as cubanas – e vocês não têm noção de qual era o nível das brigas. Então, ela se deu de corpo, alma e coração a esse projeto. Isso é emocionante, indiscutivelmente. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, se eu estivesse no lugar da Leila, Presidente – e me desculpe a sinceridade, mas eu sou assim, eu vou morrer assim, gostem de mim ou não –, eu teria medo do seguinte: será que nessas duas entidades não há picaretagem não? Será que o dinheiro vai para elas mesmo e não vai ser desviado? Eu ficaria nessa dúvida, mas quando se tem um Romário defendendo uma e um Carlos Viana defendendo a outra, você aí, então, faz o que a Leila fez, ou seja, cede e deixa o Plenário decidir. E ela não foi contra – o Otto foi muito feliz.

Então, acho que, num momento como este, eu prefiro que o nosso Cidadania – e sei que o Alessandro pensa assim, que a Eliziane também pensa assim – deve liberar a bancada. Agora, o meu voto, evidentemente, é favorável ao relatório e aos destaques, sendo em conjunto o que votei.

Falei muito como mulher, Presidente, ou pouco? (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem crédito. Falou como o Kajuru de sempre.

Agradeço a V. Exa. a gentileza e o reconhecimento à Líder Leila.

Antes de dar sequência às orientações, vou passar a palavra ao Senador Rodrigo Cunha, que está ao telefone, para fazer a votação, uma vez que não conseguiu votar pelo sistema.

Senador Rodrigo Cunha, como vota V. Exa.?

**O SR. RODRIGO CUNHA** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Presidente Marcos Rogério, agradeço a atenção. Realmente, estou de uma maneira quase incomunicável.

O meu voto é "sim", agradecendo à tecnologia por participar desta sessão.

Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O Senador Rodrigo Cunha vota "sim".

O seu voto está sendo agora confirmado no sistema.

Agradeço, mais uma vez, a V. Exa.

Pelo PDT, Líder Acir Gurgacz, como orienta o PDT?

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para orientar a bancada.) – Bem, Sr. Presidente, meus colegas Senadores e Senadoras, inicialmente,



meus cumprimentos à Senadora Leila, que fez um trabalho excepcional neste relatório. De fato, é um relatório que tem o seu jeito, a sua garra para os nossos atletas brasileiros.

Eu entendo que os destaques vêm melhorar o seu relatório, e tenho certeza de que V. Exa. também concorda, tanto é que habilmente não foi contra os destaques. Então, o PDT encaminha o voto "sim", acompanhando o brilhante relatório da Senadora Leila e também os destaques dos Senadores Carlos Viana e Romário.

Essa é a indicação do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Acir. O PDT, portanto, orienta o voto "sim".

Pela Rede, não temos Senadores conectados. Vamos passar ao próximo Partido: PROS.

Senadora Líder Zenaide Maia, como orienta o PROS?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Leila, essa grande mulher que fez um relatório emocionante como foi falado aí.

E quero dizer o seguinte, Leila. Sei que você jamais ficaria indiferente aos paralímpicos, mas eu queria dizer algo a você, minha amiga: quando fala em alguma entidade, mesmo recentemente criada, que vai amparar, ampliar a proteção das pessoas com deficiência, esses paralímpicos, eu vou votar... Eu votei "sim" no seu projeto, mas vou votar "sim" neste destaque, como você sugeriu. Por que não colocar – você disse que é meritório, e é – para a gente decidir, e não ser essa responsabilidade só sua, minha amiga?

Um forte abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço à Senadora Zenaide. O PROS orienta também o voto "sim".

Líder Jorginho Mello, Jorginho "Pronampe" Mello, como orienta o PL?

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para orientar a bancada.) – Muito bem, meu Presidente.

Eu quero cumprimentar a Relatora Leila Barros pelo esforço, pelo trabalho, pela lucidez, ela que sempre foi um orgulho para todos nós. Mas como votei "sim" sobre o seu relatório, sobre o texto principal, quero pedir vênica a ela agora... Como ela mesmo disse que o Plenário iria decidir, eu quero pedir vênica, e o Partido Liberal encaminha "sim".

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. O PL encaminha o voto "sim".

Como orienta o PSB, Senador Líder Veneziano Vital do Rêgo?

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, não poderia ser diferente por todas as razões, pelo conjunto meritório que vemos e que ouvimos na proposta que estamos a debater, e é importante, Presidente, que façamos alusões congratulatórias à feliz sugestão que foi feita pelo nosso querido Deputado Felipe Carreras, companheiro de Pernambuco, conterrâneo do Líder Fernando Bezerra, por ter sustentado na Câmara e ter ao final conquistado o apoio suficiente para aprovação, a fim de que nós pudéssemos, como estamos nesta noite, detendo-nos a apreciá-lo.

A segunda congratulação é à minha extraordinária Líder, campeã, figura querida de todos nós, experimentada e, portanto, sabidamente felicíssima foi a sugestão do Presidente da Casa, designando-a para relatar esse projeto.



Votamos "sim" à unanimidade e quero dizer, sem perdas das razões estendidas pelo extraordinário companheiro Carlos Viana e outros, que assim também têm defendido o destaque que ora está sendo apreciado, nós seguiremos as linhas que foram expostas pela Senadora, sem que, em nenhum instante, tivesse desconhecido os motivos defensáveis que estão contidos, inseridos no destaque, mas também mostrando os porquês de não pode votar.

Então, eu sigo integralmente do relatório como também ao posicionamento da nossa Relatora Leila Barros no tocante a esse destaque.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Líder Veneziano.

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Presidente Marcos Rogério, cumprimento mais uma vez V. Exa.

Eu quero estender aqui também o meu abraço afetuoso à minha querida Senadora Leila Barros pelo brilhante relatório, ela que sempre faz tudo com muito zelo, com muito apego, com muita dedicação.

Eu, que nasci no interior do Maranhão e vim morar aqui, no interior de Roraima, virei Senador para ficar ao lado de uma estrela como a Leila, de quem sou fã incondicional.

Então, tenho que dizer "sim" ao relatório dela. Mas peço vênica para também acompanhar as emendas do nosso querido Senador Romário e do nosso querido Senador Carlos Viana, nesse destaque. E libero a bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O Republicanos libera a bancada.

Senador Líder Major Olimpio, como orienta o PSL?

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Brasil está nos acompanhando.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a nossa amiga, irmã de trabalho, Leila Barros, pelo esforço que teve, colocando a sua biografia a serviço do Brasil. Este momento está sendo um marco para o esporte brasileiro, coroado com todo o esforço e a dedicação da Leila conversando com o Governo, conversando com todo mundo.

Quero dizer que também dediquei grande parte da minha vida ao esporte. Não cheguei a ser um atleta de expressão feito a Leila – eu era decatleta, e hoje decadente.

Apenas, neste momento, vou acompanhar os destaques que foram feitos por uma questão conceitual só de migração e eventualmente de recurso e estrutura para o paralímpico também.

Mas, Leila, parabéns! Você colocou uma marca hoje para o esporte brasileiro com essa relatoria precisa, concisa, e que vai ser um marco, um divisor de águas hoje para o esporte no Brasil. Parabéns!

Eu vou votar "sim" e libero a bancada, porque não consultei a Soraya.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O PSL libera a bancada.

Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero



inicialmente cumprimentar, mais uma vez, a Senadora e falar da dedicação dela, do extraordinário trabalho que ela fez para tentar construir um entendimento com o Governo.

O Governo, de fato, tem muitas ressalvas em relação ao projeto, a diversos dispositivos, mas nós estamos numa construção para que haja a excepcionalização do apoio do Governo até a apreciação por parte do Presidente Bolsonaro, no sentido de excepcionalizar, como já fez para os profissionais da cultura, também para os profissionais do esporte.

Mas eu gostaria de dizer que fiquei numa bola dividida: de um lado, Leila; do outro lado, Romário. Eu prefiro, portanto, reconhecendo a valorização do trabalho que foi feito pela Senadora Leila Abreu, dizer que o Governo vai se posicionar contra os destaques e a favor do relatório da Senadora Leila.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Portanto, o Governo acompanha a Relatora com o voto "não", é isso?

Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Agradeço a V. Exa.

Bom, nós temos a orientação... Já são 59 votos registrados. Vamos aguardar os Senadores confirmarem os seus votos.

Eu queria, mais uma vez, apenas registrar aqui agradecimentos à Senadora Leila pelo voto substancial, emocionante, como já registrado por muitos Senadores e Senadoras aqui ao longo das manifestações, e dizer que, sempre que um Relator assume a incumbência de relatar matérias como essas, vêm o ônus e o ônus, e algumas implicações são justamente de responsabilidade do Relator, que tem a sua vontade, que tem a sua visão, mas que tem as contingências, que tem as cautelas, que tem as recomendações técnicas do órgão de assessoramento, os apelos do próprio Governo, os apelos de ministérios, os apelos de entidades que representam e que compõem o grupo de interesse, enfim. Mas, com as cautelas que tem a Senadora Leila Barros e com a sensibilidade que tem com relação ao que significa o esporte, ao que representa o esporte em todas as suas formas, em todas as modalidades, ela, embora faça, do ponto de vista formal, a manifestação que fez, preferiu compartilhar com o Plenário a decisão final quanto ao mérito das emendas apresentadas, dos destaques apresentados.

Esse registro foi feito aqui pelo conjunto dos Líderes, e faço questão de mencioná-lo justamente por ser isso expressão da verdade. Os Relatores, muitas das vezes, são rotulados ou são cobrados por comportamentos que não representam a verdade, não exprimem o sentimento deles no momento em que exercem seu papel de Relator.

Portanto, cumprimento a Senadora Leila pelo cuidado, pelo zelo, pela cautela, mas, ao mesmo tempo, pela sensibilidade de compartilhar os apelos do Líder, do Senador Romário, que conhece, que vive o esporte, que é respeitado na Casa, no Brasil e no mundo, bem como também os do Senador Carlos Viana. V. Exa. agiu com prudência e, ao mesmo tempo, com a sabedoria de alguém que sabe reconhecer que, na multidão dos conselhos, há sabedoria.

O Plenário é soberano e dará a decisão final em relação a essa matéria.

Eu vou voltar aqui à lista de oradores inscritos, mas indago à Senadora Leila se quer fazer alguma ponderação nesta fase em que estamos, com a votação em curso, considerando a sequência de falas dos seus colegas líderes em reconhecimento ao seu trabalho e a emoção que você emprestou a esse tema no dia de hoje.

V. Exa. tem a palavra.



**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Eu me sinto uma privilegiada de fazer parte do Senado, em que todos os dias eu aprendo.

Eu agradeço por vocês entenderem a minha paixão, a minha gratidão.

Na verdade, esse relatório eu não fiz simplesmente por paixão, ou pela minha história, mas acima de tudo eu fiz por gratidão a tudo que o esporte fez na minha vida e faz na vida de todos os jovens, de milhares de jovens mundo afora, e principalmente aqui no nosso País.

Eu quero também falar a todos que, como o senhor falou, não é fácil numa relatoria, ainda mais num tema que para mim é tão importante, muitas vezes dizer um não. Seria muito simples para mim chegar e assumir a responsabilidade. Como eu falei para vocês, é uma entidade que chegou agora. Não estou contestando a capacidade das pessoas que estão hoje encabeçando essa ideia, mas, pelo tempo que eu estou na Casa e pelo tempo que eu vivi no esporte, eu aprendi que, nem tudo, nem todo dia a gente vence. Eu sou uma pessoa super acostumada, eu agradeço muito as palavras de todos vocês.

A Leila se frustrou? Nem um pouco! No esporte eu aprendi que ganhar e perder faz parte da vida e, no Parlamento também, diariamente, a gente vive grandes vitórias e grandes derrotas. Isso faz parte da vida. Não é nenhuma frustração, porque, na noite de hoje, quem vence e quem ganha com tudo isso é o esporte.

Eu agradeço imensamente todas as palavras carinhosas, todas as manifestações de solidariedade com relação à minha decisão, mas como o senhor falou, sabiamente, neste momento em que você fica numa bola dividida, é importante você dar voz à multidão.

Então eu passei essa decisão... Como eu falei, o nosso Plenário é soberano e fico muito feliz de, neste momento, ver o esporte vencer.

Eu agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e isso me faz lembrar lições importantes: foco no processo. O resultado vem como consequência do processo. Olhar para o caminho.

Parabéns a V. Exa. Isso mostra o nível de sensibilidade, de compreensão e de acatamento que tem V. Exa. e a paixão pelo que o esporte representou na sua vida e na vida de milhões de brasileiros.

O Senador Líder Randolfe Rodrigues está conectado e tem a palavra para orientar pela Rede Sustentabilidade.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Presidente, peço desculpas a todos os colegas pela ausência em primeiro momento. Eu estava fora de um ambiente fixo, mas queria inicialmente dar razão às preocupações da Senadora Leila.

Como não temos uma posição unificada no âmbito da Rede, nós liberamos a bancada para votar conforme achar melhor.

Ao mesmo tempo considero a emenda, a proposta de destaque apresentada pelo Podemos e pelo PSD, meritória, a qual particularmente votarei favoravelmente, mas a bancada da Rede está liberada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

A Rede libera a bancada.

Nós temos 65 Sras. e Srs. Senadores que já registraram voto no painel.



Temos aqui uma lista de oradores e vamos abrir a palavra a alguns dos senhores e senhoras que estão conectados enquanto os demais Senadores votam.

Está inscrito o Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Não está conectado.

Senador Major Olimpio. (*Pausa.*)

Também não está conectado.

Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Eu vi agora há pouco o Senador Paulo Rocha, mas acho que ele se desconectou.

O Senador Eduardo Braga também não está conectado.

Senadora Daniella Ribeiro.

V. Exa. está inscrita, está conectada e tem a palavra neste momento.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, não, Sr. Presidente! Eu acho que eu não estou inscrita.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dispensa a palavra. É que está na lista de oradores. Agradeço a V Exa. Já tinha feito manifestação anteriormente.

Senador Eduardo Gomes retirou a inscrição.

Senador Eduardo Girão.

V. Exa. está a postos e tem a palavra neste momento.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Paz e bem, meus irmãos, minhas irmãs!

Leila, você fez um trabalho magnífico, magnífico! Cada parágrafo que você lia, eu me emocionava, porque eu sei o quanto você se dedicou nestes dias, o quanto você vibrou por esse projeto que vai ajudar muita gente que está precisando. Esta pandemia chegou para várias áreas. E o esporte, que leva saúde, que leva autoestima e consequentemente imunidade, não tinha sido contemplado ainda. Então, parabéns! Eu quero te agradecer de coração também por ter acatado a nossa emenda, que vai beneficiar pessoas abnegadas que trabalham com o esporte na área dos radialistas, dos cronistas esportivos, que não têm vínculo empregatício com as emissoras e que tiveram seus patrocínios cortados, porque obviamente os jogos pararam, tudo parou. Então, está uma festa. Você pode ter certeza de que a gratidão por você de parte dessas pessoas é muito grande, porque está uma festa, pelo menos no Estado do Ceará e eu tenho certeza de que em outros Estados também com esse apoio. Parabéns pelo teu trabalho!

Eu queria aproveitar esses minutos que me restam, Presidente, e falar da importância e da preocupação que estou tendo, ao mesmo tempo, e importância para os colegas nossos que reconhecem a Operação Lava Jato como o grande patrimônio imaterial do povo brasileiro, que está sob ataque – a gente sabe disso, ninguém é bobo aqui –, está sob ataque pelos três Poderes da República.

Na semana que vem, nós teremos um capítulo, um capítulo em que o Brasil está de olho. O Brasil está de olho nesse capítulo, e nós estamos aqui, pelo menos eu estou aqui, vim para este Senado ter a honra de caminhar com vocês para que o País avançasse na questão da ética na política. Então, na semana que vem teremos o julgamento, no Conselho Nacional do Ministério Público, de um dos procuradores que trabalham nessa operação símbolo internacional positivo no combate à corrupção, que é o Deltan Dallagnol.



A gente precisa estar atento, porque é a segunda vez que chegam com um processo em cima dele. É como se quisessem intimidar esse brasileiro de bem que, em vez de estar ganhando medalhas, em vez de estar ganhando prêmio, está levando processos nas costas. E nós não vamos aceitar. O povo brasileiro, o cidadão de bem não vai aceitar. E a gente está de olho, acompanhando cada capítulo desse desmembramento.

Que Deus nos abençoe hoje e sempre! Muita paz!

Parabéns, Leila! Esse projeto tinha que estar na tua mão. Muita paz!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Temos ainda alguns Senadores inscritos.

Vou chamar os Senadores que estão conectados para fazer uso da palavra e, na sequência, concluiremos a votação.

O Senador Acir não está conectado.

Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Também não está.

Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Também não está conectado.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Nobre Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, está aqui.

O Senador Chico Rodrigues tem a palavra.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Nobre Líder Marcos Rogério, perdoe-me aí o *delay*. Foi um *delay* que houve aqui na comunicação.

Eu gostaria de dizer a V. Exa. que a sua paciência, o seu jeito jeitoso e a sua condução dos trabalhos nos alegram, nos animam, porque mostram exatamente que você está preparado para outros voos não apenas no Senado, mas em Rondônia também.

Nós estamos acompanhando esse projeto que foi tão bem relatado pela Senadora Leila Barros, Leila do Vôlei, e verificamos exatamente que apenas uma pessoa como ela ou como o Romário, que têm uma ligação visceral com o esporte nacional, poderiam ter essa sensibilidade e apresentar, na verdade, um relatório tão minudentemente detalhado e com substância que pudesse, apesar das dificuldades que vivemos hoje, que o nosso Governo vive hoje, em termos de agilização e viabilização da parte de recursos, atender a todos esses segmentos dos desportistas nacionais. Mas o projeto em si tem um valor enorme, porque mostra que nós precisamos urgentemente nos antecipar ao apoio aos esportes, sejam eles de alto rendimento ou não, sejam eles esportes coletivos, como o futebol, como o vôlei, como o basquete, entre outros, e nos dedicar mais, o Governo brasileiro investir mais, porque nós temos, na verdade, um número enorme de desportistas que levam o orgulho do nosso Brasil pelo mundo, assim como levou a Leila, com seu grupo de jogadoras da Seleção Brasileira de Vôlei. Então, eu diria que o momento é muito importante.

Eu sempre fui um defensor, por exemplo, Leila, do Bolsa Atleta, porque para muitos, até humildes, é uma forma de alimentar o seu corpo e levar até a sua mente rica de sonhos a força que o esporte induz no jovem para que ele possa trazer troféus e troféus e troféus e medalhas e medalhas e medalhas para o Brasil.



Então, o projeto teve, na verdade, o seu ajustamento, teve a necessidade de um alinhamento com o Governo. Volto a dizer: sei do empenho, da dedicação, da vontade do Presidente em ver cada vez mais nosso esporte se destacar no cenário mundial, mas algumas restrições econômicas podem impedir.

No entanto, Leila, parabéns a você pela determinação e, acima de tudo, pelo conhecimento e pela nobre missão de fazer do esporte um orgulho para o nosso País.

Então, esse projeto, esse PL 2.824, de 2020, é absolutamente meritório.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao nobre Senador Chico Rodrigues pela fala, sempre cuidadosa, gentil, aqui, no Senado Federal. Agradeço a V. Exa.

O próximo inscrito é o Senador Mecias de Jesus, que retirou a inscrição.

Senador Carlos Viana, V. Exa. está inscrito e tem a palavra neste momento.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para discutir.) – Senador Marcos Rogério, muito obrigado.

Eu quero também me juntar a todos dando os parabéns à Senadora Leila Barros pelo trabalho minucioso, um trabalho difícil, porque nós estamos falando de milhões e milhões de pessoas que amam o esporte ou vivem dele em nosso País, de uma mudança importante na questão de como nós vamos ajudar a manter esse esporte, a incentivar nossos atletas. Quero dar os parabéns a ela pelo espírito democrático. Em momento algum ela se colocou contra os atletas paralímpicos. Em momento algum também – nós queremos deixar isto muito claro aqui, entendemos dessa maneira... É da nossa Casa, é da democracia a nossa discussão em torno de determinados temas. E eu quero agradecer aos Líderes que encaminharam o voto "sim" ou liberaram a bancada, quero fazer este agradecimento em nome de todos os clubes e atletas paralímpicos do Brasil. Eles, que estão nos acompanhando agora em todos os pontos deste País maravilhoso, aguardando a nossa decisão, estão esperançosos de que tenhamos um novo tempo para o esporte.

Garantindo o financiamento, o apoio aos clubes paralímpicos, nós estamos retirando a dependência dos clubes tradicionais, estamos quebrando uma sequência, inclusive, até de preconceito por parte do mercado publicitário, do mercado de apoio, do financiamento, que nunca viu os clubes paralímpicos como, de fato, algo que merecesse um apoio. E não é assim. Nós temos que escrever um novo país para a pessoa com deficiência, temos que escrever um novo país mais justo, mais equilibrado. E o nosso trabalho, o trabalho da Senadora Leila, o nosso destaque e o destaque do Senador Romário caminham nesse sentido, juntos, num debate democrático, amplo, transparente, levando em consideração sempre o melhor para o País.

Quero, mais uma vez, agradecer aqui ao ex-Deputado Federal Leonardo Mattos, com quem tenho conversado muito e aprendido muito nessa luta; o Leonardo foi, enquanto Deputado, autor de projetos importantes na defesa da pessoa com deficiência. E eu aqui, com humildade, com o trabalho de Senador de primeiro mandato, quero também sempre usar a minha voz em defesa daqueles que precisam de uma atenção maior de nossos centros, mais iguais, de um país em que nós possamos construir principalmente mais equilíbrio para todos, especialmente para as pessoas com deficiência. Foi um compromisso que fiz durante a campanha para Senador e que agora faço questão de cumprir com muita responsabilidade e alegria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Carlos Viana.



Não há mais oradores inscritos.

Passaremos à conclusão da votação.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para a proclamação do resultado.

*(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.4 do Sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – SIM, 51 votos; NÃO, 14.

Aprovados, portanto, os destaques.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, sem emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação.

Aprovado o Substitutivo com as Emendas nºs 11 e 15.

Ficam prejudicados o projeto e as demais emendas.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Indago se algum Senador gostaria de fazer algum comunicado final.

Nós vamos encerrar a sessão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, agradecendo à colaboração de todas as Sras. e os Srs. Senadores, à Secretaria-Geral da Mesa, aos servidores da Casa e aos que nos acompanham, cumprida a finalidade desta sessão deliberativa remota do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 45 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 76ª SESSÃO

EXPEDIENTE

**Requerimento**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1818, DE 2020

Voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

## REQUERIMENTO Nº , DE 2020

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441-07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era *seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça*.

### JUSTIFICAÇÃO

A juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441-07.2018.8.16.0013, escreveu que o réu era *seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça*. A referência à raça de Natan Vieira da Paz foi feita três vezes na dosimetria da pena<sup>1</sup>.

A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, valor constitucional supremo da ordem jurídica brasileira. A dignidade não é direito, mas qualidade intrínseca de todo indivíduo, independentemente de sua raça ou qualquer

<sup>1</sup> Link: <https://www.jota.info/justica/juiza-do-parana-cita-raca-de-homem-negro-tres-vezes-em-condenacao-criminal-12082020>. Último acesso em 13 de agosto de 2020.



SF/2041966500-65





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

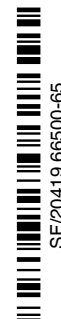
outro elemento. Nesse sentido, o Estado brasileiro tem o dever de respeito, de proteção e de promoção dos meios necessários à garantia da vida digna de todos os indivíduos.

Infelizmente, mesmo decorridos mais de 132 anos da Lei Áurea, que aboliu a escravidão em 13 de maio de 1888, o Brasil ainda sente fortemente os impactos do período escravocrata e é o Estado brasileiro o principal culpado dessa mazela.

Somente nos últimos dias, diversos atos de racismo praticados por agentes públicos têm sido denunciados pela mídia. No dia 13 de julho, um Policial Militar de São Paulo pisou no pescoço de uma mulher negra de 51 anos de idade para imobilizá-la. Em 18 de julho, um Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, branco, desacatou um guarda municipal de Santos, negro, chamando-o de *analfabeto*. No dia 6 de agosto, um jovem negro foi acusado de ladrão e agredido por Policiais Militares em shopping no Rio de Janeiro enquanto tentava trocar relógio que havia comprado para seu pai.

Esses casos, além de muitos outros que não são registrados, escancaram o mito da democracia racial brasileira. Ontem, no dia 12 de agosto, outro lastimável fato foi denunciado pelos jornais, motivo pelo qual escrevemos esta nota de repúdio.

É estarrecedor que uma magistrada - ocupante, portanto, de cargo de papel proeminente na República Democrática brasileira - se valha



SF/2041966500-65





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

do racismo para justificar a dosimetria da pena em sua sentença condenatória.

Segundo Inês Marchalek Zarpelon, o réu era *seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça*.

Nessa lamentável sentença, a juíza descumpre o principal objetivo da magistratura, qual seja, o de garantir a justiça mediante aplicação da lei. Ocorre que não há justiça quando o aplicador do direito ignora a dignidade humana.

A parcialidade da juíza é patente ao entender que uma pessoa é criminosa em razão de sua raça, sendo indiscutível o descumprimento dos artigos 8º e 9º do Código de Ética da Magistratura Nacional:

*Art. 8º O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito.*

*Art. 9º Ao magistrado, no desempenho de sua atividade, cumpre dispensar às partes igualdade de tratamento, vedada qualquer espécie de injustificada discriminação. (...)*



SF/2041966500-65



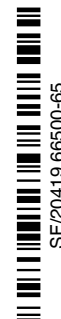


SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Esperamos que a Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná e o Conselho Nacional de Justiça analisem o caso com seriedade. É o que propomos com o presente voto de repúdio.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador FABIANO CONTARATO**  
(REDE/ES)



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### **Projeto de Lei Complementar nº 135/2020**



**PARECER Nº 105, DE 2020-PLEN/SF**

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, do Senador Izalci Lucas, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e o Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2015 – Complementar, do Senador Lasier Martins, que altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que ‘estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências’, para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação, e



SF/20404.57722-09

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

Em exame no Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 135, de 2020, de autoria do Senador Izalci Lucas. O objetivo primordial do PLP nº 135, de 2020, consiste em vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, especialmente as do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Para o alcance desse objetivo, o art. 1º do PLP nº 135, de 2020, propõe nova redação ao § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101,



de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, acrescentando as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade no rol das despesas que não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Atualmente, somente as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias encontram-se no rol das despesas que não serão objeto da citada limitação.

Adicionalmente, os arts. 2º, 3º e 4º do Projeto alteram, respectivamente, os arts. 1º, 10 e 11 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que *dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT*.

Segundo a alteração promovida pelo art. 2º do PLP nº 135, de 2020, o FNDCT passa de um fundo de natureza contábil para um *fundo especial de natureza contábil e financeira*, sendo preservado o seu objetivo original, qual seja, financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País.

Já a alteração contida no art. 3º da Proposta adiciona entre as receitas do FNDCT, mediante acréscimo de três novos incisos no art. 10 da Lei nº 11.540, de 2007, o que segue: *os resultados de aplicações financeiras sobre as suas disponibilidades; os rendimentos de aplicações em fundos de investimentos e participação no capital de empresas inovadora; e a reversão dos saldos financeiros anuais não utilizados até o final do exercício, apurados no balanço anual*.

Preserva-se, ainda, no novo inciso XVIII, o anteriormente disposto no inciso XV, que atribui ao FNDCT outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

O art. 4º do PLP nº 135, de 2020, promove alterações no art. 11 da Lei nº 11.540, de 2007, acrescentando três parágrafos com o seguinte teor: os créditos orçamentários programados no FNDCT não serão objeto da limitação de empenho prevista no art. 9º da LRF; fica vedada a imposição de quaisquer limites à execução da programação financeira relativa às fontes vinculadas do FNDCT, exceto quando houver frustração na arrecadação das receitas correspondentes; e veda-se também a alocação

ht2020-07645



SF/20404.57722-09



3

orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira.

Por sua vez, o art. 5º do PLP nº 135, de 2020, contém cláusula de natureza jurídica, explicitando que as matérias tratadas na futura Lei Complementar que não forem reservadas constitucionalmente a esse tipo de norma poderão ser objeto de alteração por lei ordinária.

O art. 6º contém a cláusula de vigência, determinando que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Justificação da matéria, o nobre proponente salienta a profunda crise por qual passa a atividade de pesquisa científica e tecnológica do país, em um momento no qual o setor mostra-se imprescindível para a superação da situação delicadíssima em nos encontramos, sendo, portando, da máxima urgência que os recursos destinados às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I não sejam contingenciados.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 594, de 2015 – Complementar, do Senador Lasier Martins, em função da aprovação do Requerimento nº 1.620, de 2020, também de autoria do Senador Lasier Martins, que tramita em conjunto com o presente projeto, visto que as duas proposições tratam da mesma matéria.

Foram apresentadas sete emendas ao Projeto.

As Emendas nºs 1, 2 e 3 são de autoria do Senador Jaques Wagner. A primeira acrescenta artigo ao projeto, determinando que os recursos vinculados ao FNDCT alocados em reserva de contingência na Lei Orçamentária Anual de 2020 serão integralmente disponibilizados ao fundo para execução orçamentária e financeira após a entrada em vigor do futuro diploma legal. Justifica-se com o seguinte argumento: *para 2020, a LDO previu que os recursos da função de ciência e tecnologia não sofreriam limitação de empenho, no entanto, parcela dos recursos foi alocada em reserva de contingência, de modo a não ser executada. Dos R\$ 5,2 bilhões previstos no Fundo, R\$ 4,28 bilhões estão em reserva de contingência, sem execução orçamentária e financeira (82% dos recursos totais). Não faz qualquer sentido impedir o uso do FNDCT para enfrentar a pandemia, canalizando seus recursos para o resultado primário.*

ht2020-07645



O proponente argumenta ainda que *durante a calamidade, a meta de resultado primário não precisa ser atendida, não havendo qualquer justificativa para contingenciamento do orçamento do FNDCT*.

A Emenda nº 2 objetiva acrescentar dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007, relacionando os programas desenvolvidos por organizações sociais, qualificadas conforme a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que mantenham contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT, pois seria amplamente sabido que as essas organizações já desenvolvem projetos e programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com resultados reconhecidamente positivos, sendo necessário, portanto, estimular ainda mais as suas atividades, contribuindo, desta forma, com os bons resultados já alcançados por estas entidades.

A Emenda nº 3 acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.540, de 2007, determinando que o FNDCT seja um fundo especial de natureza contábil e financeira.

A Emenda nº 4, de autoria da Senadora Leila Barros, objetiva uma ampla reformulação no art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007, determinando que o FNDCT possa efetuar aporte de capital como alternativa de incentivo a projeto de impacto, mediante participação efetiva e participação societária em encomenda tecnológica; bônus tecnológico; e até mesmo em títulos financeiros, incentivados ou não.

A Emenda determina ainda que os empréstimos do FNDCT à Finep devem observar normas e critérios expedidos pelo Conselho Diretor do FNDCT no tocante a: juros remuneratórios e prazos de carência; amortização e demais condições financeiras; e constituição de provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa.

A Emenda nº 5, de autoria do Senador Jaques Wagner, objetiva a criação do Programa de Apoio Emergencial às Pesquisas sobre Doenças Virais e ao Combate ao Coronavírus – Covid-19, com a finalidade de custear atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no âmbito da pesquisa básica e aplicada, em particular das Ciências Biológicas e da Saúde, Exatas e da Terra, Sociais e Humanas, e Engenharias, destinadas ao estudo, análise e desenvolvimento de soluções de enfrentamento e mitigação de doenças virais em território nacional.

ht2020-07645



SF/20404.57722-09



5

A Emenda nº 6, de autoria do Senador Jayme Campos, objetiva ampliar de 25% para 50% as aplicações em caráter reembolsável das receitas do FNDCT, destinadas a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, sob a forma de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme disciplinado na alínea *a* do inciso II do art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007. Segundo o autor da emenda, a proposta inspira-se em item de projeto de autoria deste Relator.

Finalmente a Emenda nº 7, do Senador Randolfe Rodrigues, determina que a destinação dos recursos do FNDCT, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 11.540, de 2007, contemplará o apoio a programas, projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I voltados para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa do Brasil e para promover o desenvolvimento do setor de bioeconomia.

Justifica o autor da emenda que diante das imensas vantagens que o Brasil possui para a transição para uma economia de carbono-neutra, é do interesse do país estar entre os líderes da transição para esse tipo economia, que resultará em grande valorização da nossa aparato produtivo no longo prazo, com melhorias significativas na qualidade de vida da população.

O PLS nº 594, de 2015 – Complementar, por sua vez, possui apenas dois artigos. O art. 1º altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal para também vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação.

O art. 2º trata da cláusula de vigência, determinando que a lei resultante entrará em vigor na data de sua de sua publicação.

O PLS nº 594, de 2015 – Complementar, foi analisado pelo Senador Cristovam Buarque, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que apresentou Relatório favorável ao projeto com uma emenda redacional, juntando os incisos originalmente propostos no texto do próprio § 2º do art. 9º da LRF, de forma bastante similar ao proposto no art. 1º do PLP nº 135, de 2020.

Todavia o Relatório do Senador Cristovam Buarque não chegou a ser objeto de deliberação pela CAE.



ht2020-07645



## II – ANÁLISE

Nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, durante o estado de calamidade, cabe a deliberação pelo Plenário, por intermédio de Sessão Deliberativa Remota, de matérias urgentes, que não podem esperar a normalização da situação atípica que estamos vivenciando, em função da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Diante da pandemia que estamos enfrentando, não restam dúvidas da urgência das matérias analisadas, visto que esta pandemia somente será superada pelo desenvolvimento de novos fármacos e demais procedimentos médicos e hospitalares que possibilitem não apenas o tratamento e a recuperação dos pacientes que venham a contrair a doença, mas sobretudo novas vacinas que possam assegurar que grande parcela da população obtenha imunidade ao coronavírus.

Como salientado na Justificação do PLP nº 135, de 2020, caso as alterações pretendidas tivessem sido adotadas há dez anos, mesmo com todos os contingenciamentos feitos nesse período, o FNDCT teria um saldo de R\$ 45 bilhões, ao invés dos R\$ 9 bilhões atualmente disponíveis. Tais recursos poderiam financiar com tranquilidade as mais diversas pesquisas científicas que necessitamos com a máxima urgência, como tem sido feito em vários países ao redor do planeta.

Esse fato, por si somente, já evidencia o caráter oportuno e da conveniência das propostas, que devemos aprovar urgentemente. Sem o desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos, não se vislumbra solução para a gravíssima situação que enfrentamos, que resultará em um custo altíssimo, tanto em termos econômicos, como em vidas humanas, que podem ser salvas caso possamos financiar adequadamente as pesquisas científicas necessárias.

Como podemos observar pelo Relatório, as duas propostas em análise são bastante similares, porém o PLP nº 135, de 2020, é mais abrangente e por essa razão somos levados a preferi-lo, pelo caráter meramente regimental, visto que o objetivo do PLS nº 594, de 2015 – Complementar, será plenamente atingindo, sendo a iniciativa do Senador Lasier Martins altamente louvável.

Quanto a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLP nº 135, de 2020, não vislumbramos vícios que possam inviabilizar sua aprovação. No tocante à técnica legislativa, todavia, percebemos a



SF/20404.57722-09

ht2020-07645



7

necessidade de um ajuste redacional no art. 2º, relativo à nova redação proposta ao art. 1º da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, o que nos leva à apresentação de uma emenda redacional.

Quanto às emendas, somos levados a aprovar as de nºs 1 e 6, por entender que elas reforçam o alcance dos objetivos do projeto, e rejeitar as demais.

Os objetivos das emendas nºs 2 e 7, todavia, serão incorporados por emendas do relator, pois tornam-se necessários ajustes significativos de técnica legislativa.

As emendas nºs 4, 5 e 7 devem ser rejeitas por extrapolarem de forma significativa o caráter emergencial das Sessões Plenárias realizadas com base no Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, devendo tais temas serem analisados e debatidos quando do retorno à normalidade dos trabalhos desta Casa.

Foi apresentado uma emenda verbalmente, pelo Senador Chico Rodrigues, a qual limita a 25% dos recursos não reembolsáveis serem aplicados em programas desenvolvidos por organizações sociais, qualificadas conforme a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que mantenham contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que acato.

O líder do governo, Senador Fernando Bezerra, na discussão do projeto, na última quarta-feira, dia 5 de agosto, se manifestou favorável ao não contingenciamento, de não haver limitação de empenho, sobretudo neste momento que a economia brasileira vem enfrentando, em que são necessários recursos para pesquisa no combate do coronavírus. Entretanto, demonstrou uma grande preocupação com a possibilidade do FNDCT se transformar em BNDESPar. Com intuito de mitigar qualquer possibilidade que o fundo passe a ser considerado um fundo de investimento, acataremos a emenda nº 3 e sanaremos essa preocupação do ilustre líder.

Em função das emendas acatadas, somos forçados a propor também um ajuste na ementa da proposição.



SF/20404.57722-09

ht2020-07645



### III – VOTO

Diante do exposto, manifestamos voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2015 – Complementar, e pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, com a aprovação das emendas nºs 1 e 6 e a rejeição das demais, e ainda pela aprovação das seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 08 – PLEN

Dê-se à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, a seguinte redação:

“Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT e dar outras providências.”

#### EMENDA Nº 09 – PLEN

Dê-se ao 1º da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, conforme o art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, é um fundo especial de natureza contábil e financeira, e tem o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País.” (NR)

*Parágrafo Único* – O FNDCT não se caracteriza como um Fundo de Investimentos e não se vincula ao sistema financeiro e bancário nacional.” (NR)

ht2020-07645



SF/20404.57722-09



9

## EMENDA Nº 10 – PLEN

Acrescente-se o seguinte art. 5º ao Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, com a devida renumeração dos artigos subsequentes:

**Art. 5º** O inciso I do art. 12 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, passa a vigor acrescido da seguinte alínea:

“Art. 12 .....

I – .....

.....

d) programas desenvolvidos por organizações sociais, qualificadas conforme a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que mantenham contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, limitado a 25% dos recursos disponibilizados no FNDCT para operações não reembolsáveis, a cada exercício;

.....”(NR)

## EMENDA Nº 11 – PLEN

Acrescente-se o seguinte art. 6º ao Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, com a devida renumeração dos artigos subsequentes:

**Art. 6º** O art. 11 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 11 .....

§1º Os créditos orçamentários programados no FNDCT não serão objeto da limitação de empenho prevista no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

ht2020-07645



SF/20404.57722-09



10

§2º É vedada a imposição de quaisquer limites à execução da programação financeira relativa às fontes vinculadas do FNDCT, exceto quando houver frustração na arrecadação das receitas correspondentes.

§3º É vedada a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira."

§4º A aplicação dos recursos referidos no caput contemplará o apoio a programas, projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I voltados para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa do Brasil e para promover o desenvolvimento do setor de bioeconomia.” (NR)



Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

ht2020-07645





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020 e Emendas, nos termos do Parecer**

Veda a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e dá outras providências.

**Matéria PLP 135/2020**

**Início Votação 13/08/2020 16:55:13**

**Término Votação 13/08/2020 18:05:08**

**Sessão 76º Sessão Deliberativa Remota**

**Data Sessão**

**13/08/2020 15:35:20**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PROGRES	SIM
PT	SIM
Cidadania	SIM
PDT	SIM
REDE	SIM
PROS	SIM
PL	SIM
PSB	SIM
Republica	SIM
PSL	SIM
Governo	SIM

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM

Emissão 13/08/2020 18:05:11





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020 e Emendas, nos termos do Parecer**

Veda a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e dá outras providências.

Matéria **PLP 135/2020** Início Votação **13/08/2020 16:55:13** Término Votação **13/08/2020 18:05:08**  
 Sessão **76º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **13/08/2020 15:35:20**

Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
MDB	PB	José Maranhão	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM

Emissão 13/08/2020 18:05:11





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020 e Emendas, nos termos do Parecer**

Veda a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e dá outras providências.

Matéria **PLP 135/2020** Início Votação **13/08/2020 16:55:13** Término Votação **13/08/2020 18:05:08**

Sessão **76º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **13/08/2020 15:35:20**

PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	RJ	Romário	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM

Presidente: *Davi Alcolumbre*

**SIM:71 NÃO:1 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:73**

Primeiro-Secretario



# Projeto de Lei nº 3975/2019



## PARECER Nº 106, DE 2020-PLEN/SF

Do Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei nº 3.975, de 2019 (Emenda-CD), de autoria da Câmara dos Deputados, que corresponde à emenda ao Projeto de Lei nº 10.985, de 2018, do Senado Federal (Projeto de Lei do Senado - PLS nº 209, de 2015, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação.



SF/20162.57832-29

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise do Plenário do Senado Federal, o Projeto de Lei (PL) nº 3.975 de 2019 (Emenda-CD), de autoria da Câmara dos Deputados, que corresponde à emenda ao PL nº 10.985, de 2018, do Senado Federal (Projeto de Lei do Senado - PLS nº 209, de 2015, na Casa de origem), que



altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União.

O PL nº 10.985, de 2018, decorreu do PLS nº 209, de 2015, que iniciou sua tramitação no Senado Federal, em 2015, sendo encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa. Aprovada nas Comissões e no Plenário do Senado, a matéria foi remetida, em 14 de novembro de 2018, para a Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 10.985, de 2018, do Senado Federal (PLS nº 209, de 2015, na Casa de origem) recebeu o conteúdo do PL nº 3.975, de 2.019 (Emenda-CD), como emenda, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que por sua feita, *“altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei”*.

As mudanças trazidas pela Emenda da Câmara dos Deputados ao PLS nº 209, de 2015, correspondem à alteração das receitas oriundas da comercialização do excedente em óleo da União, no regime de partilha de produção, estabelecidas inicialmente no texto desse PLS nº 209, de 2015, aprovado pelo Senado Federal, passando para: 30% (trinta por cento) ao Fundo Social, 20% (vinte por cento) ao Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto); 20% (vinte por cento) à União, destinados à educação e à saúde, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013; e 30% (trinta por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, conforme critérios de distribuição estabelecidos no art. 159 da Constituição Federal, destinados à educação e à saúde, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

O PL nº 3.975, de 2.019 (Emenda-CD), foi recebido, então, pelo Plenário do Senado Federal, em 9 de julho de 2019, e encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na mesma data. A CAE aprovou



SF/20162.57832-29



o Parecer, com uma emenda de redação, em 10 de março de 2020, e, na mesma data, foi remetido ao Plenário do Senado Federal para apreciação.

## II – ANÁLISE

Cabe inicialmente destacar que o Senado Federal está deliberando sobre a Emenda da Câmara que promoveu um ajuste ao PLS supra, cujos demais dispositivos já não são objeto de deliberação por esta Casa Legislativa.

A proposição em análise modifica o art. 46 da Lei nº 12.351, de 2010. No texto original dessa Lei, os recursos oriundos da comercialização do excedente em óleo da União, no regime de partilha de produção, deveriam ser totalmente transferidos para o Fundo Social, cujas destinações, por sua vez, remetiam precipuamente às áreas de saúde e educação, mas também a outras áreas, tais como ciência e tecnologia, meio ambiente. Posteriormente, com a aprovação da Lei nº 12.858, de 2013, 50% dos recursos do Fundo Social passaram a ser destinados à educação pública até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

O PLS nº 209, de 2015, estabeleceu que parte dos recursos que iriam para o Fundo Social fossem destinados ao BrasDuto (20%) e para estados e municípios (30%). O restante (50%) continuaria sendo destinado ao Fundo Social. A aprovação do PL nº 10.985-A, de 2019, contando com a emenda sob análise, prevê que apenas 30% dos recursos provenientes da comercialização do excedente em óleo da União sejam destinados ao Fundo Social, contra 50% estabelecidos no PLS nº 209, de 2015, na forma do Substitutivo aprovado no Plenário do Senado. Os recursos correspondentes a essa diferença, de 20%, passam, pela proposição em análise, a ser destinados à União para aplicação em saúde e educação. Outra mudança aprovada pela Câmara dos Deputados é que a parcela a ser destinada a estados e municípios deve ser aplicada em saúde e educação.

Com relação à constitucionalidade, compete privativamente à União legislar sobre energia, nos termos do art. 22, IV. Ademais, nada impede a aprovação do PL nº 3.975, de 2.019 (Emenda-CD), considerando que compete ao Congresso Nacional, com fundamento no art. 48 da Constituição Federal (CF), dispor sobre todas as matérias de competência da União. Quanto à regimentalidade, nada há que impeça a aprovação do PL nº



SF/20162.57832-29



3.975, de 2.019 (Emenda-CD). No que se refere à questão orçamentária, cabe ressaltar que não há óbice.

Em termos de técnica legislativa, deve-se apresentar emenda de redação ao art. 3º do PLS nº 209, de 2015, propondo a correção de erro formal que ocorreu na transcrição da redação final da proposição para o 2º turno, no Senado Federal. Nesse artigo, no § 7º do art. 3º-A a ser incluído na Lei nº 11.909, de 2009, se faz referência ao "inciso II do art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de novembro de 2010", **quando o correto, nos termos da emenda aprovada pelo plenário, é "inciso I"**.

Com relação ao mérito, a mudança da proposição em análise pela Câmara dos Deputados traz, relativamente ao que fora aprovado no Senado, uma redução adicional de recursos do Fundo Social e consequentemente daqueles destinados à saúde e à educação e alguns programas estratégicos, como ciência e tecnologia e meio ambiente, para transferir para a União.

Dessa forma, é possível inferir que a Emenda da Câmara não é benéfica, pois implica em redução de gastos com o Fundo Social. Destarte, o texto vincula os recursos destinados aos Estados e Municípios com Saúde e Educação, engessando ainda mais os orçamentos dos entes subnacionais.

Por essas razões, entendemos que o PL nº 3.975, de 2.019 (Emenda-CD) deve ser rejeitado.

### III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **rejeição** do PL 3975 de 2020 (Emenda da Câmara dos Deputados) e pela aprovação da emenda de redação apresentada.

### EMENDA Nº 1 – PLEN (REDAÇÃO)

(PLS nº 209, de 2.015)



SF/20162.57832-29



5

Dê-se ao § 7º do art. 3º-A da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, na forma do art. 3º do PLS nº 209, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 3º-A** .....

.....

§ 7º Alcançado o superávit estabelecido no § 2º deste artigo, o saldo apurado na cobrança do preço do transporte, da regaseificação e do processamento deverá ser, até o término da outorga das instalações, inteiramente reembolsado ao fundo de que trata o inciso I do art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1819, DE 2020

Destaque para votação em separado, da expressão “destinados à educação e à saúde, nos termos do artigo 2º. da Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013”, do PL nº 3975/2019 (ECD).

**AUTORIA:** Líder do DEM Rodrigo Pacheco (DEM/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do Democratas

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Democratas, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da expressão “destinados à educação e à saúde, nos termos do artigo 2º. da Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013”, do PL 3975/2019 (Emenda-CD), que “Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei”.

## JUSTIFICAÇÃO

Será feita oralmente.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Rodrigo Pacheco**  
**(DEM - MG)**  
**Líder do Democratas**



# Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei nº 4731/2019





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

## PARECER Nº 107, DE 2020-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 4.731, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas localizadas nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).



SF/20566.74839-03

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 4.731, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas localizadas nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

A proposição é formada por apenas dois artigos. O art. 1º altera o *caput* do art. 2º da Lei nº 6.088, de 1974, para incluir novas bacias hidrográficas na área de atuação da Codevasf. O art. 2º contém a cláusula de vigência, que corresponde à data da publicação da lei resultante.



O PL nº 4.731, de 2019, teve origem nesta Casa e visava à inclusão da bacia do Rio Araguari e das demais bacias dos Estados do Amapá e do Pará na área de atuação da Codevasf. Durante sua tramitação, emenda aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) incluiu também as bacias hidrográficas do estado do Amazonas em sua área de atuação.

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 10.756, de 2018, que inclui os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte na área de atuação da Codevasf, foi apensado à proposição recebida do Senado Federal. Ao final, foi apresentada e aprovada uma Subemenda Substitutiva Global que deu origem ao Substitutivo da Câmara dos Deputados que é o objeto deste relatório.

## II – ANÁLISE

Desde sua criação, em 1974, a Codevasf vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua. A atuação da Companhia envolve a revitalização de bacias hidrográficas, o desenvolvimento territorial e a irrigação. Trata-se de um conjunto de ações que têm impacto imediato na qualidade de vida da população das regiões atendidas.

Os evidentes benefícios da Codevasf em sua área de atuação vêm motivando sua gradual expansão por meio de uma série de leis promulgadas ao longo dos últimos vinte anos. Assim, a Codevasf deixou de atuar apenas no entorno do rio São Francisco e alcançou outras bacias hidrográficas na região Nordeste e em parcelas significativas das regiões Norte e Centro-Oeste.

A proposição em análise reconhece a relevante contribuição da Codevasf ao desenvolvimento econômico e social e busca estendê-la:

- Às bacias hidrográficas dos rios Araguari, Jequitinhonha e Mucuri;
- Às bacias hidrográficas continentais ou litorâneas nos estados de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Ceará, de Goiás e do Amapá.



- Às bacias hidrográficas dos municípios da região do Alto Rio Pardo em Minas Gerais.

Além disso, o PL nº 4.731, de 2019, nos termos do Substitutivo da Câmara dos Deputados, condiciona a instalação e a manutenção de órgãos e setores de operação e representação da Codevasf a prévia dotação orçamentária.

Não há como questionar o mérito de uma proposição que pretende levar para outras regiões do país os benefícios amplamente demonstrados da Codevasf. Na verdade, o ideal seria, inclusive, estender a atuação da Companhia a outras regiões ainda não contempladas no Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 4.731, de 2019.

Esse é o caso, por exemplo, das demais bacias hidrográficas de Minas Gerais. Com a aprovação desse projeto de lei, restará uma fração do estado que ainda não terá acesso às ações de revitalização, de desenvolvimento territorial e de irrigação promovidas pela Codevasf. Em vários casos, trata-se de regiões com reduzidos indicadores econômicos e sociais e que poderiam beneficiar-se enormemente da atuação da Companhia.

Da mesma forma, uma fração importante da região Amazônica não terá ainda acesso aos benefícios da atuação da Codevasf. Tendo em vista as especificidades das bacias hidrográficas daquela região, talvez seja o caso, inclusive, de se criar, no futuro, uma Companhia de Desenvolvimento da Bacia Amazônica capaz de atuar de forma análoga à Codesvasf, porém de maneira ajustada a suas peculiaridades.

De todo modo, é preciso reconhecer que a expansão contínua da área de atuação da Codevasf requererá uma correspondente expansão das dotações orçamentárias a ela destinadas. Sem isso, a expansão da área de atuação da Companhia somente seria possível com a redução de suas atividades nas regiões já atendidas. Por essa razão, entendemos que o tema deverá receber atenção especial na discussão da Lei Orçamentária.

Independentemente dessas questões, não há razão para não estender, desde logo, a atuação da Codevasf às regiões contempladas no Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 4.731, de 2019. Nesse sentido, para não prejudicar as regiões que a proposição busca beneficiar,



SF/20566.74839-03



entendemos que o Substitutivo da Câmara dos Deputados deve ser aprovado por esta Casa, sem prejuízo da futura apresentação de novos projetos de lei voltados para o atendimento das regiões que igualmente precisam do apoio da Codevasf.

Por fim, entendemos que, no sentido de dotar a proposição de mais clareza, é possível propor alguns ajustes redacionais.

Trata-se, em primeiro lugar, de ajustar a ementa da proposição para explicitar aquilo que efetivamente resulta da alteração da Lei nº 6.088, de 1974. Aproveitamos também para, em conformidade com o nome que consta na Lei nº 6.088, de 1974, fazer referência à “Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco”, e não à “Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba”.

Além disso, ajustamos também a redação do *caput* do art. 2º da Lei nº 6.088, de 1974. Com o propósito de evitar ambiguidades, fizemos referência explícita aos dois rios Araguari, situados no Amapá e no sudoeste de Minas Gerais. O primeiro foi objeto da proposição original e o segundo, do Substitutivo da Câmara dos Deputados. Desse modo, evitamos a insegurança jurídica que poderia resultar das interpretações concorrentes do texto. Além disso, como a Codevasf adota a bacia hidrográfica (e não agrupamentos de municípios) como unidade de planejamento, optamos por fazer referência à bacia hidrográfica do rio Pardo e não aos “municípios da região do Alto Rio Pardo em Minas Gerais”. Aproveitamos também para reorganizar a redação desse dispositivo visando a torná-lo mais claro.

Naturalmente, nenhum desses ajustes redacionais altera o mérito do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 4.731, de 2019.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.731, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), com os seguintes ajustes redacionais:

- 1) Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.731, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), a seguinte redação:



Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas dos rios Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo e as demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí e do Rio Grande do Norte na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

- 2) Dê-se ao *caput* do art. 2º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.731, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), a seguinte redação:

“**Art. 2º** A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Paraíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, e poderá, se houver prévia dotação orçamentária, instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.” (NR)

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



# Projeto de Lei nº 2824/2020





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2824, de 2020**, que *"Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	001; 002; 003; 004
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	005
Senador Weverton (PDT/MA)	006; 007; 008; 009; 012
Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)	010
Senador Romário (PODEMOS/RJ)	011
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	013; 016
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)	014
Senador Carlos Viana (PSD/MG)	015
Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)	017
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	018
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	019

**TOTAL DE EMENDAS: 19**



[Página da matéria](#)



**PL 2824/2020**  
**00001****EMENDA Nº -PLEN**  
(ao PL nº 2.824, de 2020)

Inclua-se o seguinte art. 19 no Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, renumerando-se o seguinte:

“**Art. 19.** A Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 8º-A.** Até 31 de dezembro de 2021, as importações ou aquisições de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras ficam isentas:

I - do Imposto sobre Produtos Industrializados;

II - do Imposto de Importação;

III - da Contribuição para o PIS/Pasep; e

IV - da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

§ 1º A isenção de que trata o *caput* aplica-se exclusivamente às competições desportivas em jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.

§ 2º A isenção referida no inciso II do *caput* aplica-se exclusivamente ao equipamento ou material esportivo sem similar nacional.’

‘**Art. 9º** São beneficiários da isenção de que tratam os arts. 8º e 8º-A desta Lei os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, os atletas das modalidades olímpicas e paralímpicas e os das competições mundiais, o Comitê Olímpico do Brasil - COB e o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, bem como as entidades nacionais e estaduais de administração do desporto que lhes sejam filiadas ou vinculadas.’ (NR)

‘**Art. 10.** O direito à fruição do benefício fiscal de que tratam o arts. 8º e 8º-A fica condicionado:

.....  
.....” (NR)



## JUSTIFICAÇÃO

Além das medidas originalmente previstas no Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, para apoio ao setor esportivo, consideramos imprescindível buscar incentivos tributários para que as entidades do setor possam se estruturar neste momento de pandemia, visando à preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, adiados para o ano de 2021.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN



**PL 2824/2020**  
**00002****EMENDA Nº -PLEN**  
(ao PL nº 2.824, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º e inclua-se o seguinte art. 19 ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, renumerando-se os seguintes:

“Art. 7º .....

IV - até 31 de dezembro de 2020, de débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista, cível ou previdenciária, incluindo a amortização de operações financeiras realizadas com a finalidade de viabilizar o pagamento desses débitos.

§ 3º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com a respectiva entidade nacional de administração do desporto.”

“Art. 19. A Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 8º-A. Até 31 de dezembro de 2021, as importações ou aquisições de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras ficam isentas:

I - do Imposto sobre Produtos Industrializados;

II - do Imposto de Importação;

III - da Contribuição para o PIS/Pasep; e

IV - da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

§ 1º A isenção de que trata o *caput* aplica-se exclusivamente às competições desportivas em jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.

§ 2º A isenção referida no inciso II do *caput* aplica-se exclusivamente ao equipamento ou material esportivo sem similar nacional.’

‘Art. 9º São beneficiários da isenção de que tratam os arts. 8º e 8º-A desta Lei os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, os atletas das modalidades olímpicas e paralímpicas e os das competições mundiais, o Comitê Olímpico do Brasil - COB e o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, bem como as entidades nacionais e estaduais de administração do desporto que lhes sejam filiadas ou vinculadas.’ (NR)



‘Art. 10. O direito à fruição do benefício fiscal de que tratam o arts. 8º e 8º-A fica condicionado:

.....’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

O art. 7º do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, abre possibilidade para que Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, Comitê Brasileiro de Clubes, entidades nacionais e regionais de administração do desporto e ligas regionais e nacionais, desde que não vinculadas à modalidade futebol, destinem até 20% dos recursos recebidos da arrecadação de loterias de prognósticos para o pagamento de débitos com a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as suas autarquias e fundações públicas; valores compreendidos em transação de cobrança de créditos de dívida ativa da União, autarquias e fundações públicas federais celebrada. Diante do grave cenário vivido no esporte brasileiro, a presente emenda busca ir além, ao possibilitar às referidas entidades a gestão direta dos recursos recebidos, bem como que esses possam ser utilizados na quitação de outros débitos: de natureza fiscal, administrativa, trabalhista, cível ou previdenciária, incluindo a amortização de operações financeiras realizadas com a finalidade de viabilizar o seu pagamento.

Ademais, consideramos imprescindível buscar incentivos tributários para que as entidades do setor possam se estruturar neste momento de pandemia, visando à preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, adiados para o ano 2021, razão pela qual sugerimos a inclusão do novo artigo 19 ao PL.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN

gx2020-07397



**PL 2824/2020**  
**00003**

**EMENDA Nº -PLEN**  
(ao PL nº 2.824, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020:

“Art. 7º .....

IV - até 31 de dezembro de 2020, de débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista, cível ou previdenciária, incluindo a amortização de operações financeiras realizadas com a finalidade de viabilizar o pagamento desses débitos.

§ 3º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com a respectiva entidade nacional de administração do desporto.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 7º do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, abre possibilidade para que Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, Comitê Brasileiro de Clubes, entidades nacionais e regionais de administração do desporto e ligas regionais e nacionais, desde que não vinculadas à modalidade futebol, destinem até 20% dos recursos recebidos da arrecadação de loterias de prognósticos para o pagamento de débitos com a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as suas autarquias e fundações públicas; valores compreendidos em transação de cobrança de créditos de dívida ativa da União, autarquias e fundações públicas federais celebrada.

Diante do grave cenário vivido no esporte brasileiro, a presente emenda busca ir além, ao possibilitar às referidas entidades a gestão direta dos recursos recebidos, bem como que esses possam ser utilizados na quitação de outros débitos: de natureza fiscal, administrativa, trabalhista,



cível ou previdenciária, incluindo a amortização de operações financeiras realizadas com a finalidade de viabilizar o seu pagamento.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN



**PL 2824/2020**  
**00004**

**EMENDA Nº -PLEN**  
(ao PL nº 2.824, de 2020)

Inclua-se o seguinte art. 16 no Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, renumerando-se os demais:

“**Art. 16.** O art. 22 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renomeando-se o atual parágrafo único para § 1º:

‘**Art. 22.** .....  
.....

§ 2º O repasse dos recursos aos beneficiários de que tratam os incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do *caput* será realizado por meio de depósito em conta corrente específica vinculada à Caixa Econômica Federal e isento de tarifa bancária.

§ 3º O repasse dos recursos recebidos nos termos do § 2º para as entidades previstas nos incisos III, IV, V e VI do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, será realizado por meio de depósito em conta corrente específica vinculada à Caixa Econômica Federal e isento de tarifa bancária.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda busca garantir que o repasse de recursos oriundos da arrecadação de loterias ao Comitê Olímpico do Brasil, ao Comitê Paralímpico Brasileiro, ao Comitê Brasileiro de Clubes, à Confederação Brasileira de Desporto Escolar, à Confederação Brasileira do Desporto Universitário, à Confederação Nacional dos Clubes e às secretarias estaduais de esporte seja realizado por meio de conta corrente específica vinculada à Caixa Econômica Federal com isenção de quaisquer tarifas bancárias. Busca também garantir as mesmas prerrogativas ao repasse desses recursos a entidades nacionais e regionais de administração do desporto, ligas regionais e nacionais e entidades de prática desportiva.

Acreditamos que a centralização do recebimento dos recursos em contas bancárias específicas contribuirá para um maior controle e fiscalização.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN



**SENADO FEDERAL**

Gabinete Senador Wellington Fagundes

**PL 2824/2020  
00005****EMENDA Nº \_\_\_\_\_ - PLEN**  
(ao Projeto de Lei nº 2824, de 2020)

Dá nova redação ao artigo 12º do PL nº 2824, de 2020, nos termos a seguir:

“Art. 12º Ficam majorado para 2% (dois por cento) e para 7% (sete por cento), respectivamente, os limites para dedução de doações e patrocínios realizados por pessoa jurídica durante o ano-calendário de 2020 e 2021 no apoio direito a projetos desportivos e para-desportivos, referidos nos incisos I e II do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e no e no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.”(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A alteração do artigo faz-se necessária, tendo em vista que o segmento esportivo se encontra sensivelmente afetado financeiramente com a pandemia de Covid-19. Neste momento de incertezas, o setor esportivo tem amargado prejuízos incalculáveis com os cancelamentos de todos os campeonatos. Diante desse cenário, é imperioso resguardar os clubes, times, campeonatos e atletas que estão com dificuldades para se manterem.

Ainda não sabemos como e quando serão retomadas as atividades do setor na sua plenitude, então far-se-á imprescindível uma legislação que colabore com a saúde do setor esportivo e resguarde os nossos atletas olímpicos, paraolímpicos e da base. Defendo que o Congresso Nacional proteja esse segmento de tamanha importância social, cultural e econômica.

Dispor ainda de uma ampliação de prazo torna-se necessário, pois será um dos últimos setores que retomarão suas atividades. Desta forma, os profissionais da área terão condições de retomar suas atividades.

Diante disso, para tentar amenizar os efeitos da Covid-19 neste segmento é necessário que seja ampliado por dois anos os incentivos fiscais de dedução de imposto de renda da pessoa física, sendo os anos-calendário de 2020 e 2021.

Por tudo isso, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para minimizar a situação do setor esportivo brasileiro, a fim de que possam ter acesso aos recursos financeiros necessários, nos termos previstos na presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**





Gabinete do Senador Weverton

**PL 2824/2020**  
**00006****EMENDA ADITIVA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2.824 de 2020)

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020 que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”:

Art. Fica isenta da taxa cobrada pelo Banco do Brasil quando da remessa de recursos para o exterior para pagamento de taxas de inscrição e arbitragem em competições internacionais

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo Tabela de Tarifas de Pessoas Físicas do Banco do Brasil vigente, é cobrada uma “taxa” a título de remessa de numerário para retirada no exterior, da ordem aproximadamente de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

Ocorre que essa taxa, no caso de numerário destinado à inscrições de atletas esportivos, independentemente da categoria e do esporte, é providência que merece ser urgentemente revista por diversos motivos, dentre os quais citamos apenas dois: (i) a finalidade da verba que é inscrever atletas, geralmente humildes; (ii) a elevação do nome do Brasil no exterior por meio de competições que exigem, além do elevado grau de preparo físico e psicológico do atleta, gastos necessários à estadia do competidor(a) que naturalmente são majorados dependendo do país onde a competição seja realizada, caso a moeda local seja mais valorizada que o real.

Além disso, seria um contrassenso geral editar uma Lei complexa, porém meritória, onde nela sejam previstas medidas de apoio ao esporte e, em contrapartida, permitir que o Banco que representa leva o nome do país cujo honra pretende-se elevar no mundo do esporte, tarife atletas meramente em função do envio de verba destinada à inscrição.

Portais razões é que peço então o apoio de meus nobres pares que a presente Emenda seja integralmente acatada.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Senador Weverton

Líder do PDT no Senado Federal





Gabinete do Senador Weverton

**PL 2824/2020**  
**00007****EMENDA ADITIVA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2.824 de 2020)

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020 que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”:

Art. O art. 24 do Decreto 7984 de 2013, que regulamenta a lei 9.615 de 24 de março de 1998 passa a vigorar do seguinte modo:

“Art. 24. ....

§ 2º. ....

II. pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, exceto militares atletas de alto rendimento, inclusive treinadores, professores, médicos e outros profissionais da área de saúde.  
.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Não seria prudente, tampouco racional, proibir, a qualquer título, pagamento de profissionais da saúde, a exemplo de médicos servidores ou empregados públicos, professores ou mesmo de militares atletas, ou treinadores preparadores físicos deles, simplesmente por serem agentes públicos.

A bem da verdade, o preparo de atletas é mais complexo do que se imagina, e vai além do treino extenuante de cada dia.

E para que os treinos surtam os efeitos desejados, o atleta nunca atua só, pois depende da atuação de profissionais em áreas afetas à modalidade esportiva para que contusões, melhor rendimento, maior eficiência sejam alcançados cenário onde não se pode excluir os atletas e treinadores militares, que por sinal, só nas olimpíadas mundiais de 2016 conquistaram muitas medalhas de ouro para a glória do Brasil.

Somem-se eles igualmente o nobre trabalho dos professores, médicos e outros profissionais da saúde no processo de preparo intelectual, psicológico e





**Gabinete do Senador Weverton**

físico dos atletas brasileiros sem os quais o bom resultado olímpico jamais teria sido possível.

Sendo assim por essas e outras razões é que peço então o apoio de meus nobres pares que a presente Emenda seja integralmente acatada.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

Senador Weverton

Líder do PDT no Senado Federal





Gabinete do Senador Weverton

**PL 2824/2020**  
**00008****EMENDA MODIFICATIVA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2.824 de 2020)

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020 que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”:

Art. Altera-se, o § 2º, inciso II B do artigo 16 Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

“Art. 16. O produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:

.....  
II- a partir de 1º de janeiro de 2019:

.....  
b) 1% (um por cento) para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária de 50% obrigatoriamente em jogos escolares e universitários na proporção de 60% para jogos escolares e 40% para jogos universitários, através das respectivas federações estaduais escolares e universitárias, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do art. 7º desta Lei.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O esporte educacional é formado pelo esporte escolar e o esporte universitário, e pela redação a atual a base do esporte universitário, os eventos promovidos nos estados brasileiros pelas federações estaduais universitárias fica desassistida, comprometendo assim totalmente o desenvolvimento do nosso segmento.

Hoje o texto fala de aplicação prioritária, no entanto os jogos escolares e universitários são plataformas de fomento do esporte entre os jovens e com advento do Covid-19, orçamentos para o esporte estão sendo diminuídos, essa mudança para obrigatoriedade daria a garantia da continuidade e realização de





**Gabinete do Senador Weverton**

jogos escolares e universitários em todas as unidades federativas, atendendo milhões de jovens no Brasil!

Sendo assim por essas e outras razões é que peço então o apoio de meus nobres pares que a presente Emenda seja integralmente acatada.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

Senador Weverton

Líder do PDT no Senado Federal





Gabinete do Senador Weverton

**PL 2824/2020**  
**00009****EMENDA ADITIVA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2.824 de 2020)

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020 que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”:

Art. . Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada a Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU, para preparação, treinamento e participação em Jogos Pan-americanos Universitários, Campeonatos mundiais Universitários e Jogos Mundiais Universitários de Inverno e Verão.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) é a entidade máxima responsável pela administração do desporto universitário no Brasil e dentre seus encargos estão a gestão e a organização das competições e eventos esportivos oficiais entre universitários de todo o país.

A história da CBDU é memorável, tendo sido fundada em 09 de agosto de 1939 por acadêmicos, representantes de Federações Universitárias Estaduais e agremiações reunidos no Rio de Janeiro, sendo oficializada dois anos depois pelo Decreto nº 3.617, de 15 de novembro de 1941, assinado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas.

O Decreto-lei nº 3.617 organizou as atividades desportivas do Brasil, incluindo a oficialização do desporto acadêmico e o reconhecimento da CBDU como gestora.

Durante os 80 anos da CBDU, grandes nomes do esporte deixaram sua marca, como: Bernardinho, Daniele Hypolito, Daiane dos Santos, Fernando Scherer, Joanna Maranhão, Tiago Camilo, Maurren Maggi, Arthur Nori, Arthur Zanetti e tantos outros.

Nesse passo, é incontestável a nobre de propósito envolvida nas missões institucionais da CBDU entre as quais destaca-se promoção de eventos desportivos de grande monta, a exemplo dos Jogos Brasileiros Universitários (JUBs), a Liga Do Desporto Universitário – LDU e a Copa Brasil Universitária De Futebol Feminino – CBUFF, por exemplo.





**Gabinete do Senador Weverton**

Ocorre que para manutenção e promoção de eventos desportivos significativos, de grande interesse social, faz-se necessária a captação de mais recursos financeiros, notadamente em fase pós-pandemia, sem os quais a materialização dos propósitos do CDBU não será possível.

Sendo assim por essas e outras razões é que peço então o apoio de meus nobres pares que a presente Emenda seja integralmente acatada.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

Senador Weverton

Líder do PDT no Senado Federal





**PL 2824/2020**  
**00010**

**SENADO FEDERAL**

**Gabinete do Senador Eduardo Girão**

**EMENDA Nº – PLEN**  
**(PL 2824/2020)**

Dê-se ao Artigo 3º, do PL 2824 de 2020 a seguinte redação:

“Art. 3º Compreendem-se como trabalhadores do esporte os profissionais autônomos da educação física, os profissionais e **auxiliares** vinculados a uma entidade de prática esportiva ou a uma entidade nacional de administração do desporto, entre eles, os atletas, os paratletas, os técnicos, os preparadores físicos, os fisioterapeutas, os nutricionistas, os psicólogos, os massagistas, os roupeiros, os árbitros e os auxiliares de arbitragem, de qualquer modalidade, profissionais ou não profissionais, incluídos os trabalhadores envolvidos na realização das competições e os **cronistas, jornalistas e radialistas esportivos, sem vínculos empregatícios com entidades de prática desportiva ou concessionárias de serviço de radiodifusão.**”

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda, visa incluir de forma explícita, na norma mencionada, algumas categorias que tem relação com os eventos esportivos e não estão contemplados no texto da proposição.

São profissionais que com a decretação da pandemia e a suspensão dos eventos estão privados de suas rendas e conseqüentemente não tendo condições de manter o seu sustento e o de suas famílias.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Eduardo Girão**

Entendemos que esses profissionais sem vínculo empregatícios que pretendemos incluir e que tanto contribuem para o esporte no Brasil não podem ficar desassistidos neste momento tão difícil por que passa a população brasileira.

Contando com a sensibilidade dos meus Pares, peço o apoio na aprovação desta emenda.

**Senador Eduardo Girão**  
**(Podemos/CE)**





**PL 2824/2020**  
**00011**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020)

Dê-se ao art. 9º do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, a seguinte redação:

“**Art. 9º** A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 13.** .....

*Parágrafo único.*.....

.....

VII - Comitê Brasileiro de Clubes; e

VIII – Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro - COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, o Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos - CBCP e as entidades nacionais de administração do desporto ou prática do desporto a eles filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.”

Dê-se ao art. 16 do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, a seguinte redação:

“**Art. 16** O art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 8º e 9º:

**Art. 23.** .....

§8º.....

§9º A Fenacubes poderá firmar acordo nos moldes do § 8º deste artigo, a fim de repassar recursos por ela recebidos nos termos desta Lei ao COB, ao CPB, ao CBC, ao CBCP à CBDE e à CBDU, vedado, no entanto, o repasse de recursos destas entidades à Fenacubes.”



Inclua-se os arts. 17 e 18 ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, renumerando-se os demais:

“**Art. 17** A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes inclusões e alterações:

**Art. 16.** .....

II - a partir desta data:

e).....

2. 0,46% (quarenta e seis centésimos por cento) para o CBC;

5. 0,04 (quatro centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos – CBCP.

§ 2º .....

I - .....  
c) 0,01% (um centésimo por cento) para a Federação Nacional dos Clubes Esportivos (Fenacubes); e d) 0,03% (três centésimos por cento) para o CBCP.

**Art. 22.** .....

X - o CBCP.

**Art. 23.** Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e ao CBCP serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

**Art. 25.** O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU, à Fenacubes e ao CBCP."

"**Art. 18.** Fica revogado o art. 16, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018."



## JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional do Desporto - SND tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento e é composto pelas entidades listadas no art. 13, parágrafo único, da Lei nº 9.615/1998.

Conforme art. 14, da Lei nº 9.615/1998, com regulamentação dada pelo art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 7.984/2013, constituem subsistema específico do SND, o Comitê Olímpico Brasileiro - COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e o Comitê Brasileiro de Clubes - CBC.

Portanto, confinou-se dentro de um subsistema do SND as entidades ligadas ao desenvolvimento dos esportes olímpicos e paralímpicos, cada qual dentro de suas funções institucionais e estatutárias.

Esta organização prevê uma assimetria de especialização esportiva que deve ser corrigida. Conquanto o COB e o CPB são incumbidos do planejamento das atividades do esporte de seus subsistemas específicos (art. 14, § 1º, da Lei nº 9.615/1998), olímpico ou paralímpico, o CBC, por sua vez, está envolto com ações de esportes olímpicos e paralímpicos conjuntamente, por força da atual inteligência do art. 16, § 1º, da Lei nº 13.756/ 2018.

Dentro deste específico contexto, o rol de entidades do SND deve ser ampliado para que seja realizada uma reorganização simétrica, de forma a primar pela especialização de funções, conferindo a necessária diferenciação e autonomia de representação para as Entidades de Prática Desportiva - EPDs que formam atletas olímpicos, em relação àquelas que formam atletas paralímpicos, visando o melhor atingimento da eficiência esportiva e desenvolvimento do esporte olímpico e paralímpico nacional.

Neste sentido, as atividades do CBC, dentro do SND, devem ser seccionadas, para que o CBC passe a ter suas atividades exclusivamente volvidas para a formação de atletas olímpicos, em simetria de especialização com o COB, e, assim, deve ser inserida outra entidade no SND, no caso, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos - CBCP, cujas atividades devem ser exclusivamente de formação de atletas paralímpicos, em simetria de especialização com o CPB.

Evidentemente que dentro da mesma engenharia em que é edificado o repasse de recursos provenientes da arrecadação das loterias para o COB, CPB e CBC, igualmente que ao CBCP também devem ser direcionados recursos para o desenvolvimento das ações paralímpicas, por



meio de simples remanejamento de recursos entre entidades beneficiárias, sem acréscimos financeiros de qualquer natureza.

Propõe-se, assim, que o CBCP seja beneficiário de 0,03% (três centésimos por cento) do total de 0,04% (quatro centésimos por cento) que é destinado à Fenacclubes, consoante o art. 16, § 2º, inciso I, letra "c", da Lei nº 13.756/2018, o qual será repassado ao CBCP, ficando a Fenacclubes com o valor total de 0,01% (um centésimos por cento), para o desenvolvimento dos objetivos previstos no art. 24, da Lei nº 13.756/2018.

Esta repactuação implica evidente ganho de eficiência para o desenvolvimento esportivo do país, ao se ter um braço especializado no SND que congrega as EPDs de esportes paralímpicos.

Deriva naturalmente desta engenharia de especialização e redistribuição de recursos, a revogação do art. 16, § 1º, inciso I e II, da Lei nº 13.756/2018, haja vista que as atividades e recursos inerentes aos esportes paralímpicos passam a ser de responsabilidade do CBCP, ficando as atividades inerentes aos esportes olímpicos com o CBC, desafetando, assim, os recursos do CBC que passam a ser destinados exclusivamente para esportes olímpicos.

Para o funcionamento de toda esta dinâmica deve ser alterado o art. 13, parágrafo único, da Lei nº 9.615/1998, para incluir o CBCP no rol de entidades componentes do SND. Na oportunidade, é conveniente realizar a atualização redacional do art. 13, inciso VII, da Lei nº 9.615/1998, para constar a vigente razão social do CBC, uma vez que a então Confederação Brasileira de Clubes passou a ter a denominação social de Comitê Brasileiro de Clubes, conforme já consta do texto da Lei nº 13.756/2018.

Ainda no contexto do SND, em que pese o art. 6º, parágrafo único, do Decreto 7.984/2013, ter incluído o CBC, conforme já dito, no subsistema específico do SND, ao lado do COB o CPB, deve-se, também, realizar a atualização da redação do art. 14, da Lei nº 9.615/1998, para incluir tanto o CBC, quanto o CBCP, de modo a conferir lógica legislativa ao sistema.

A Lei nº 13.756/1998 também deve ser alterada, para que o § 2º, inciso I, letra "c", da Lei nº 13.756/2018 preveja o percentual de 0,01% (um centésimos por cento) para a Fenacclubes, e, também, a inserção da letra "d", prevendo o percentual de 0,03% (três centésimos por cento) para o CBCP.

Como consequência, o CBCP deve ser incluído no rol de entidades constantes dos arts. 22, 23 e 25, da Lei nº 13.756/2018, para se atribuir o



5

mesmo tratamento legislativo destinado às demais entidades constantes do aludido subsistema específico do SND. Assim como o art. 16 do PL, que acrescenta o § 9º ao art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para igualmente fazer constar o CBCP.

Em razão de tudo quanto apresentado e considerando que a presente emenda não prevê aumento de recursos de nenhuma natureza, peço o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO





Gabinete do Senador Weverton

**PL 2824/2020  
00012****EMENDA ADITIVA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2.824 de 2020)

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020 que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”:

Art. O art. 24 do Decreto 7984 de 2013, que regulamenta a lei 9.615 de 24 de março de 1998 passa a vigorar do seguinte modo:

“Art. 24. ....

§ 2º. ....

II. pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, exceto membros da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CDBU), militares atletas de alto rendimento, inclusive treinadores, professores, médicos e outros profissionais da área de saúde.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Não seria prudente, tampouco racional, proibir, a qualquer título, pagamento de profissionais da saúde, a exemplo de médicos servidores ou empregados públicos, professores ou mesmo de militares atletas, ou treinadores preparadores físicos deles, simplesmente por serem agentes públicos.

A bem da verdade, o preparo de atletas é mais complexo do que se imagina, e vai além do treino extenuante de cada dia.

E para que os treinos surtam os efeitos desejados, o atleta nunca atua só, pois depende da atuação de profissionais em áreas afetas à modalidade esportiva para que contusões, melhor rendimento, maior eficiência sejam alcançados cenário onde não se pode excluir os atletas e treinadores militares, que por sinal, só nas olimpíadas mundiais de 2016 conquistaram muitas medalhas de ouro para a glória do Brasil.





**Gabinete do Senador Weverton**

Somem-se eles igualmente o nobre trabalho dos professores, médicos e outros profissionais da saúde no processo de preparo intelectual, psicológico e físico dos atletas brasileiros sem os quais o bom resultado olímpico jamais teria sido possível.

Sendo assim por essas e outras razões é que peço então o apoio de meus nobres pares que a presente Emenda seja integralmente acatada.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

Senador Weverton

Líder do PDT no Senado Federal



**PL 2824/2020  
00013****EMENDA Nº -PLEN**  
(ao PL nº 2824, de 2020)

Dê-se a seguinte redação aos incisos II, do art. 2º e VI, do art. 4º do Projeto de Lei nº 2824, de 2020:

**Art. 2º** .....

II - ter atuado de forma profissional ou não profissional na área esportiva nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei, comprovada a atuação de forma documental ou autodeclaratória.

**Art. 4º** .....

VI - outros cadastros referentes a atividades esportivas existentes na unidade da Federação, bem como projetos esportivos apoiados nos termos da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

A finalidade desta emenda é reduzir o prazo de carência de 24 (vinte quatro) para 12 (doze) meses para comprovação de inscrição e de atuação profissional na área esportiva.

Entendemos não haver razoabilidade na aplicação de prazo demasiadamente longo, de acordo o dispositivo aprovado na Câmara dos Deputados, de comprovação pelos trabalhadores do esporte, assim compreendido os profissionais autônomos da educação física, os



profissionais vinculados a uma entidade de prática esportiva ou a uma entidade nacional de administração do desporto de respectiva inscrição, atuação e homologação em entidades desportivas.

Precisamos evitar injustiça e permitir que o maior número de pessoas, classificadas dentro dessa categoria, possam ser atendidas pelo benefício emergencial num período tão difícil e grandes incertezas acerca da retomada segura das atividades esportivas.

Sala das Sessões,

**Senador FABIANO CONTARATO**  
(REDE/ES)



**PL 2824/2020**  
**00014**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 2824, de 2020)

Altera o caput do art. 2º do PL 2824,2020 com a seguinte redação:

Art.2º - “Durante o período de 5 (cinco) meses, será concedido auxílio emergencial em parcelas sucessivas no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador do esporte que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos: ( NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa garantir os atletas a mesma quantidade de parcelas pagas a todos os que estão contemplados com o auxílio emergencial. Não podemos fazer distinção pelo fato de serem atletas. Todos precisam de condições para a sua subsistência.

Conto com o apoio e compreensão dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senadora ROSE DE FREITAS





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

**PL 2824/2020**  
**00015**

**EMENDA Nº -PLEN**  
(ao PL nº 2.824, de 2020)

Dê-se a seguinte redação aos arts. 13 e 14 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na forma do art. 9º do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020:

“Art. 9º .....

‘Art. 13º .....

*Parágrafo único*.....

.....

VII – o Comitê Brasileiro de Clubes; e

VIII - o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.’

‘Art. 14. O Comitê Olímpico do Brasil – COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos – CBCP e as entidades nacionais de administração do desporto ou prática do desporto a eles filiadas ou vinculadas constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.

.....’(NR)”

Dê-se a seguinte redação ao § 9º do art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na forma do art. 16 do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, mantendo-se a redação proposta ao § 8º:

“Art. 16.....

‘Art. 23 .....

.....

§ 9º A Fenacubes poderá firmar acordo nos moldes do § 8º deste artigo, a fim de repassar recursos por ela recebidos nos termos desta Lei ao COB, ao CPB, ao CBC, ao CBCP, à CBDE e à CBDU, sendo vedado o repasse de recursos dessas entidades à Fenacubes.’(NR)”



Incluem-se os seguintes arts. 17 e 18 no Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, renumerando-se os subsequentes.

“Art. 17. A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 16 .....

.....  
II - .....

.....  
e) .....

.....  
2. 0,46% (quarenta e seis centésimos por cento) para o CBC.

.....  
5. 0,04% (quatro centésimos por cento) para o CBCP.

.....  
§ 2º .....

I - .....

.....  
c) 0,01% (um centésimo por cento) para a Fenacubes; e

d) 0,03% (três centésimos por cento) para o CBCP.  
.....’

‘Art. 22 .....

.....  
X – o CBCP.

.....’

‘Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e ao CBCP serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio das despesas administrativas, conforme regulamentação.

.....’



‘Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU, à Fenaclubes e ao CBCP.’(NR)”

“Art. 18. Ficam revogados o § 1º, incisos I e II, do art. 16 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.”

## JUSTIFICAÇÃO

Buscamos com essa emenda aperfeiçoar importante aspecto na delineação do Sistema Nacional de Desporto (SND). Definido no art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, o SND tem por finalidade promover e aprimorar as práticas esportivas de rendimento e é composto pelas entidades listadas no parágrafo único.

Já o art. 14 da mesma Lei (conhecida por Lei Pelé) determina que o Comitê Olímpico do Brasil – COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB e as entidades nacionais de administração do desporto que lhes são filiadas ou vinculadas constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto. Por sua vez, o Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, que regulamenta a Lei Pelé, incluiu expressamente, conforme o parágrafo único do art. 6º, o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC como integrante do SND.

A atual configuração implica uma assimetria de especialização esportiva que deve ser corrigida. Enquanto o COB e o CPB são incumbidos do planejamento das atividades do esporte de seus subsistemas específicos, olímpico ou paralímpico, o CBC se responsabiliza, por sua vez, por ações dos esportes olímpico e paralímpico conjuntamente, por força do que é determinado no art. 16, § 1º, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Nesse contexto, o rol de entidades do SND deve ser ampliado para que se alcance uma reorganização simétrica, que prime pela especialização de funções, conferindo a necessária diferenciação e autonomia de representação para as Entidades de Prática Desportiva – EPDs que formam atletas olímpicos em relação às que formam atletas paralímpicos.

Assim, as atividades atualmente previstas do CBC dentro do SND devem ser seccionadas para que o CBC se volte exclusivamente para a formação de atletas olímpicos, em simetria de especialização com o COB. Por conseguinte, deve ser inserida outra entidade no SND, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos – CBCP, cujas atividades, em simetria de



especialização com o CPB, devem voltar-se exclusivamente à formação de atletas paralímpicos.

Por certo que, dentro da mesma engenharia em que se processa o repasse de recursos proveniente da arrecadação das loterias para o COB, CPB e CBC, também devem ser direcionados recursos ao CBPC para o desenvolvimento das ações voltadas aos esportes paralímpicos. O que se propõe aqui fazer é um simples remanejamento de recursos entre entidades beneficiárias, sem acréscimos financeiros de qualquer natureza. Cabe frisar, ademais, que as entidades envolvidas, e mais especificamente o CBC, o CBPC e a Confederação Nacional dos Clubes – Fenaclubes, convergem no mesmo entendimento, que resultou na emenda que ora apresentamos. Convém, aliás, esclarecer que o CBC (Comitê Brasileiro de Clubes, como já visto) denominava-se Confederação Brasileira de Clubes e foi assim referido no inciso VII do parágrafo único do art. 13 da Lei Pelé.

Estabelece-se, portanto, que o CBPC seja beneficiário de 0,03% (três centésimos por cento) do total de 0,04% (quatro centésimos por cento) que ora é destinado à Fenaclubes, consoante o art. 16, § 2º, inciso I, alínea “c” da Lei nº 13.756, de 2018. Caberia à Fenaclubes o percentual de 0,01% (um centésimo por cento) para o desenvolvimento das atividades previstas no art. 24 dessa mesma Lei (capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais). A inserção da alínea “d” ao § 2º, inciso I, do art. 16 também da Lei nº 13.756, de 2018, visa a destinar o percentual de 0,03% (três centésimos por cento) para o CBPC.

A proposta repactuação implica evidente ganho de eficiência para o desenvolvimento esportivo do País, ao se garantir um braço especializado no SND que congrega as EPDs de esportes paralímpicos.

Deriva naturalmente da nova configuração de especialização de atividades e redistribuição de recursos a revogação do art. 16, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 13.756, de 2018, haja vista que as atividades e recursos inerentes aos esportes paralímpicos passam a ser de responsabilidade do CBPC.

Para o funcionamento da nova dinâmica deve ainda ser alterado o art. 13, parágrafo único, da Lei nº 9.615, de 1998, de modo a incluir o CBPC no rol de entidades componentes do SND. Cabe também, nesse contexto, a atualização do nome da Confederação Brasileira de Clubes para Comitê Brasileiro de Clubes, conforme já consta do texto da Lei nº 13.756, de 2018. Congruentemente, deve-se atualizar a redação do art. 14 da Lei Pelé para incluir tanto o CBC quanto o CBPC no subsistema específico do SND ali definido, conferindo lógica legislativa ao sistema.

Ademais, o CBPC deve ser incluído no rol de entidades constantes dos arts. 22, 23 e 25 da Lei nº 13.756, de 2018, atribuindo-se o



5

mesmo tratamento legislativo destinado às demais entidades constantes do aludido subsistema específico do SND. Por fim, também deve ser modificado o art. 16 do Projeto de Lei que se intenta emendar, para fazer constar, igualmente, o CBCP no proposto § 9º ao art. 23 da Lei nº 13.756, de 2018.

Em razão dos motivos aqui apresentados, que visam a relevante aperfeiçoamento na configuração e dinâmica do SND, sem resultar em qualquer aumento de dispêndios, mas sim em um melhor aproveitamento dos recursos já disponíveis, peço o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



**PL 2824/2020**  
**00016**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 2824, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 2824, de 2020:

**Art. 2º** Enquanto perdurar o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º desta Lei, será concedido auxílio emergencial em parcelas sucessivas no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador do esporte que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

.....

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade garantir o auxílio emergencial ao trabalhador do esporte pelo período em que perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Condicionar o auxílio emergencial aos trabalhadores por apenas três meses é negar a realidade imposta pela pandemia ora enfrentada. Após esse período, se a crise sanitária e econômica ainda não tiver sido superada, esses trabalhadores não poderão simplesmente ser abandonados à própria sorte. Portanto, entendemos que o mais adequado é vincular a concessão do auxílio emergencial ao período de duração do estado de calamidade pública.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos senhores e das senhoras Parlamentares.

Sala das Sessões,

**Senador FABIANO CONTARATO**  
(REDE/ES)





**PL 2824/2020**  
**00017**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

**EMENDA Nº -PLEN**  
(ao PL nº 2824, de 2020)

Dê-se ao § 6º do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
§ 6º O poder público, em conjunto com órgãos e entidades vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), realizará busca ativa, fornecerá recursos de tecnologia assistiva e assistirá os trabalhadores que enfrentem dificuldade ou impossibilidade de utilizar a plataforma digital criada para a autodeclaração e a solicitação do auxílio emergencial de que trata o *caput* deste artigo.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei Brasileira da Inclusão, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, destina-se a assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com os demais cidadãos.

O art. 74 da referida lei, ao tratar da tecnologia assistiva, ou seja, aquela destinada a prover ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, a estas garante acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.

Neste sentido, reconhece-se o mérito do presente projeto de lei ao atribuir, ao setor público, a responsabilidade de realizar busca ativa e assistir os trabalhadores que enfrentem dificuldade ou impossibilidade de utilizar a plataforma digital criada para a autodeclaração e a solicitação do auxílio emergencial.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

Todavia, é imprescindível destacar que alguns ajustes são necessários. Por isso, proponho a inclusão de previsão de recursos de tecnologia assistiva, a fim de promover mais acessibilidade, mais independência e, com isso, tornar nossa sociedade cada vez mais inclusiva.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ DO CARMO**



**PL 2824/2020  
00018****EMENDA Nº - PLEN**  
(Ao PL nº 2824, de 2020)**EMENDA Nº de 2020**

Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 2º do PL 2824 de 2020:

"Art.2º Durante o período de 5 (cinco) meses, será concedido auxílio emergencial em parcelas sucessivas no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador do esporte que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

.....  
.....  
....." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Tendo em vista que o Auxílio Emergencial aprovado pela Lei nº 13.982, de 2 de Abril de 2020, já foi prorrogado por mais dois meses, esta Emenda visa garantir aos trabalhadores do esporte beneficiários do Auxílio previsto no PL 2824 o recebimento da mesma quantidade de parcelas dos beneficiários do Auxílio Emergencial.

Além disso, em caso de nova prorrogação do Auxílio Emergencial, os trabalhadores do esporte também serão contemplados haja vista o disposto no § 4º do art. 2º do PL 2824.



Sala das Sessões,

Gabinete da Liderança da Rede Sustentabilidade no Senado Federal  
Senado Federal, Anexo 1, 9º Pavimento, Brasília DF - CEP 70165-900





**PL 2824/2020**  
**00019**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 2824, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 2824, de 2020:

**Art. 2º** Enquanto perdurar o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º desta Lei, será concedido auxílio emergencial em parcelas sucessivas no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador do esporte que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

.....

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade garantir o auxílio emergencial ao trabalhador do esporte enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

É cristalino que o setor esportivo irá sofrer com as consequências da pandemia por mais de três meses. Condicionar o auxílio emergencial enquanto perdurar o escalado de calamidade pública é garantir subsistência a esses trabalhadores.

Diante de todo o exposto, solicita-se o apoio dos pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2020.

Senadora **ZENAIDE MAIA**

**PROS/RN**

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaidemaia@senado.leg.br





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1789, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 8 - PLEN, apresentada ao PL nº 2824/2020.

**AUTORIA:** Líder do PDT Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



**Gabinete do Senador Weverton**

Senhor Presidente,

Em nome da liderança do PDT no Senado, requiero, com base no Parágrafo único combinado com inciso II, ambos do artigo 312 do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para votação em separado da Emenda nº 8 aposta ao PL nº. 2.824 de 2020 que: “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020” no intuito de incorporá-la ao texto do(a) Relator(a).

SF/20337.97103-41

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo de se acatar o texto da Emenda nº 8 não é outro senão o de se aumentar o fomento ao esporte educacional, tanto a nível escolar quanto universitário, donde, não raras as vezes, são descobertos novos talentos que tanto enobrecem o esporte brasileiro, dentro e fora do país.

Por tais razões, é que peço o apoio de meus nobres pares que o presente Requerimento de Destaque seja integralmente acatado.

Sala das sessões, em de agosto de 2020.

**Senador Weverton**

Líder do PDT no Senado Federal





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1804, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 11 - PLEN, apresentada ao PL nº 2824/2020.

**AUTORIA:** Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Liderança do Podemos

## REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 11 ao PL 2824/2020, que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”.

## JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional do Desporto - SND tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento e é composto pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e o Comitê Brasileiro de Clubes - CBC.

Esta organização prevê uma assimetria de especialização esportiva que deve ser corrigida. Conquanto o COB e o CPB são incumbidos do planejamento das atividades do esporte de seus subsistemas específicos (art. 14, § 1º, da Lei nº 9.615/1998), olímpico ou paralímpico, o CBC, por sua vez, está envolto com ações de esportes olímpicos e paralímpicos conjuntamente (art. 16, § 1º, da Lei nº 13.756/2018).

Assim, o rol de entidades deve ser ampliado para que seja realizada uma reorganização simétrica, de forma a primar pela especialização de funções. Neste sentido, a emenda destacada propõe a inserção no rol do o Comitê Brasileiro

SF/20682.77957-90 (LexEdit)



  
SF/20682.77957-90 (LexEdit)

de Clubes Paralímpicos - CBCP, cujas atividades devem ser exclusivamente de formação de atletas paralímpicos, em simetria de especialização com o CPB, com direcionamento de recursos para desenvolvimento das atividades.

Em razão de tudo quanto apresentado, visando o melhor atingimento da eficiência esportiva e desenvolvimento do esporte olímpico e paralímpico nacional e considerando que a presente emenda não prevê aumento de recursos de nenhuma natureza, esperamos o apoio para sua aprovação neste destaque.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODEMOS - PR)**  
**Líder**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1806, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 15 - PLEN, apresentada ao PL nº 2824/2020.

**AUTORIA:** Líder do PSD Otto Alencar (PSD/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do PSD, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 15 ao PL 2824/2020, que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Otto Alencar**  
**(PSD - BA)**  
**Líder do PSD**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1807, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 18 - PLEN, apresentada ao PL nº 2824/2020.

**AUTORIA:** Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança da REDE Sustentabilidade, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 18 ao PL 2824/2020, que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
**(REDE - AP)**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1820, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 14 - PLEN, apresentada ao PL nº 2824/2020.

**AUTORIA:** Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Liderança do Podemos

## REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 14 ao PL 2824/2020, que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018”.

### JUSTIFICAÇÃO

A emenda destacada visa garantir aos atletas a mesma quantidade de parcelas pagas a todos os que estão contemplados com o auxílio emergencial. Não podemos fazer distinção pelo fato de serem atletas. Todos precisam de condições para a sua subsistência.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODEMOS - PR)**  
**Líder**



SF/20070.31014-25 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1842, DE 2020

Retirada do RQS nº 1789/2020.

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, Em nome da liderança do PDT no Senado Federal, com base no Parágrafo único combinado com inciso II, ambos do artigo 312 do Regimento Interno do Senado Federal, retirada do destaque para votação em separado da Emenda nº 8 aposta ao PL nº. 2.824 de 2020, Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020” no intuito de incorporá-la ao texto do(a) Relator(a)

Sala das Sessões, de de .

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**  
**Líder do PDT no Senado Federal**



SF/20256.64326-84 (LexEdit\*)





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

## PARECER N° 108, DE 2020-PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões, sobre o Projeto de Lei n° 2.824, de 2020, do Deputado Felipe Carreras e outros, que *dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis n°s 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018.*



SF/20945.65946-81

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) n° 2.824, de 2020, do Deputado Felipe Carreras e outros, que *dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis n°s 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018.*

O PL n° 2.824, de 2020, ao qual, na Câmara dos Deputados, foi apensado o PL n° 3.106, de 2020, tramitou inicialmente em regime de prioridade e, posteriormente, mediante requerimento do autor, em regime de urgência. Foi aprovado na forma do substitutivo apresentado, em plenário, pelo Deputado Alexandre Frota.

A proposta compõe-se de 19 artigos, dos quais o art. 1º contém o seu objetivo, em consonância com o que consta da ementa.

O art. 2º determina que, durante o período de três meses, será concedido auxílio emergencial (auxílio emergencial do esporte) em parcelas





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

sucessivas de R\$ 600,00 ao trabalhador do esporte que cumpra os seguintes requisitos, especificados em seus incisos: ser maior de 18 anos de idade, salvo se for atleta ou paratleta com idade mínima de 14 anos vinculado a uma entidade de prática esportiva ou entidade nacional de administração do desporto (inciso I); ter atuado de forma profissional ou não na área esportiva nos 24 meses anteriores à data de publicação da lei em que vier a se converter o projeto, atuação essa a ser comprovada de forma documental ou autodeclaratória (inciso II); não ter emprego formal ativo (inciso III); não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, incluído o Programa Bolsa-Atleta mas ressalvado o Programa Bolsa Família (inciso IV); ter renda familiar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários-mínimos, o que for maior (inciso V); possuir inscrição homologada em pelo menos um dos cadastros a que se refere o art. 4º do PL – cadastros municipais, distrital e estaduais do esporte, entre outros (inciso VI); não ser beneficiário do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 – Lei do Auxílio Emergencial (VII).

O § 1º do art. 2º dispõe que o recebimento do auxílio emergencial do esporte estará limitado a dois membros da mesma unidade familiar, enquanto o § 2º determina que a mulher provedora de família monoparental receberá duas cotas do auxílio. Os §§ 3º e 4º definem, respectivamente, que o auxílio será pago a partir da publicação da futura lei e que será prorrogado nas mesmas condições em que for prorrogado o auxílio previsto no art. 2º da Lei do Auxílio Emergencial. O § 5º, por sua vez, estipula que os valores recebidos a título de auxílio emergencial são impenhoráveis e não serão objeto de constrição ou de desconto de qualquer natureza, especialmente por parte das instituições financeiras, inclusive judicial, salvo mediante decisão proferida em ação de alimentos, no limite de 50% do valor auferido pelo beneficiário. Por fim, o § 6º assenta que o poder público, em conjunto com órgãos e entidades vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), realizará busca ativa e assistirá os trabalhadores que enfrentem dificuldade ou impossibilidade de utilizar a plataforma digital criada para a autodeclaração e a solicitação do auxílio.

O art. 3º define como trabalhadores do esporte os profissionais autônomos da educação física, os profissionais vinculados a uma entidade de prática esportiva ou a uma entidade nacional de administração do desporto,





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

entre eles, os atletas, os paratletas, os técnicos, os preparadores físicos, os fisioterapeutas, os nutricionistas, os psicólogos, os massagistas, os árbitros e os auxiliares de arbitragem, de qualquer modalidade, profissionais ou não profissionais, incluídos os trabalhadores envolvidos na realização das competições.

O art. 4º traz o requisito de que o trabalhador do esporte, para fazer jus ao auxílio emergencial, deverá comprovar inscrição homologada em pelo menos um dos seguintes cadastros, especificados em seus incisos: cadastros estaduais de esporte (inciso I); cadastros municipais de esporte (inciso II); cadastro distrital de esporte (inciso III); cadastro nos Conselhos Regionais de Educação Física (CREF) (inciso IV); cadastro das entidades de prática desportiva ou de entidade nacional de administração do desporto (inciso V); e outros cadastros referentes a atividades esportivas existentes na unidade da Federação, bem como a projetos esportivos apoiados nos termos da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Incentivo ao Esporte), nos vinte e quatro meses anteriores à data de publicação da lei em que vier a se converter o projeto (inciso VI).

O parágrafo único do art. 4º define que caberá a cada ente federativo, na forma do regulamento, e enquanto perdurar o estado de calamidade pública mencionado no art. 1º do PL, adotar as medidas cabíveis para garantir inclusões e alterações nos referidos cadastros de trabalhadores do esporte, de forma autodeclaratória e documental, e preferencialmente de modo não presencial.

O art. 5º estabelece premiação a ser paga pela União aos atletas ou paratletas no âmbito de competições promovidas por entidades internacionais de administração desportiva ou pelas entidades constantes dos incisos I a V e VII do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé): Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); entidades nacionais e regionais de administração do desporto; ligas regionais e nacionais; e Confederação Brasileira de Clubes (CBC).

O valor das premiações será equivalente ao imposto de renda incidente sobre as premiações de loterias, concursos e sorteios realizados durante o estado de calamidade pública referido no art. 1º do PL. Incluem-se no cálculo tanto os prêmios pagos em dinheiro, cuja alíquota de imposto de



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

renda de 30% foi estabelecida pelo art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, quanto aqueles distribuídos sob a forma de bens e serviços, que se sujeitam à alíquota de 20%, de acordo com art. 63 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995. As premiações limitam-se ao valor de R\$ 30.000,00.

O art. 6º abre a possibilidade para que instituições financeiras federais disponibilizem aos trabalhadores que atuem comprovadamente no setor esportivo e às micro e pequenas empresas com finalidade esportiva em seus estatutos linhas de crédito para fomento de suas atividades e aquisição de equipamentos (art. 6º, I) e condições especiais para renegociação de seus débitos (art. 6º, II).

O § 1º do art. 6º dispõe que os débitos relacionados às linhas de crédito previstas no inciso I deverão ser pagos no prazo de até 36 meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), a partir de 180 dias, contados do final do estado de calamidade pública referido no art. 1º do PL.

O § 2º do art. 6º estabelece como requisitos para o acesso às linhas de crédito e às condições especiais de que tratam os incisos I e II o compromisso de manutenção dos níveis de emprego existentes à data de decretação do mencionado estado de calamidade pública.

O art. 7º abre possibilidade para que entidades constantes dos incisos I a V e VII do parágrafo único do art. 13 da Lei Pelé (COB, CPB, entidades nacionais e regionais de administração do desporto, ligas regionais e nacionais e CBC) **não vinculadas à modalidade futebol** possam destinar até 20% dos recursos recebidos da arrecadação de loterias de prognósticos de que trata o art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa) para o pagamento de:

i) débitos com a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as suas autarquias e fundações públicas, exceto multas penais, até 31 de dezembro de 2020 (art. 7º, I);



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

ii) valores compreendidos em transação de cobrança de créditos de dívida ativa da União, autarquias e fundações públicas federais celebrada até 31 de dezembro de 2020, na forma do art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 (art. 7º, II); e

iii) valores compreendidos no parcelamento especial de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol perante a União de que trata a Seção II do Capítulo I da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – Lei do Profut (art. 7º, III).

O § 1º do art. 7º estabelece que os recursos utilizados na forma do *caput* não serão considerados na apuração dos limites referidos no art. 23 da Lei nº 13.756, de 2018, a saber:

**Art. 23.** Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU **serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto**, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

O § 2º do art. 7º estipula que ato do Poder Executivo poderá autorizar a destinação de percentuais adicionais dos recursos mencionados no *caput* às finalidades referidas nos incisos I e II do artigo, os quais serão computados como gasto administrativo, para o efeito de apuração do limite máximo permitido para essa modalidade de aplicação dos recursos.

Na mesma linha, o art. 8º abre possibilidade para que as mesmas entidades qualificadas no art. 7º possam realizar, até 31 de dezembro de 2020, a transação de cobrança de créditos de dívida ativa da União, autarquias e fundações públicas federais, na forma do art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, observados os prazos e os descontos previstos no seu § 3º e o disposto no presente artigo.

O § 1º do art. 8º define, nos incisos que se seguem, que a transação referida no *caput* poderá abranger débitos inscritos em dívida ativa após a celebração do acordo, desde que constituídos até a data da publicação da lei a que o projeto em tela der origem, observadas as mesmas



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

condições pactuadas (inciso I); e será realizada por adesão, na forma e nas condições constantes da regulamentação específica, admitido o requerimento individual de transação, caso o edital não seja publicado até 31 de outubro de 2020 (inciso II).

O § 2º do art. 8º estabelece que a referida celebração da transação de cobrança será condicionada ao compromisso de cumprimento das regras previstas nos arts. 18, 18-A, 18-B, 18-C, 18-D e 18-E da Lei Pelé. Os citados arts. 18 e 18-A propõem requisitos para que entidades do Sistema Nacional do Desporto recebam isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais. Por sua vez, os arts. 18-B a 18-E estipulam novas regras para o aprimoramento da governança das entidades do setor esportivo. Complementa-se, ainda no texto do § 2º do art. 8º, que a inobservância, inclusive a não adequação de estatutos ou contratos sociais nos prazos estipulados pelo regulamento, acarretará a rescisão da transação, na forma do inciso VII do art. 4º da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

O art. 9º do PL altera o art. 18-A da Lei Pelé, dando nova redação às alíneas *h* e *k* do seu inciso VII e adicionando-lhe os incisos IX e X, dá nova redação ao inciso IV do art. 22 dessa lei e acrescenta-lhe os incisos VI e VII.

Apresentamos a seguir, respectivamente, a redação vigente e a nova redação proposta à alínea *h*:

*h*) colégio eleitoral **constituído de todos os filiados** no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, **1/3 (um terço) dos votos**, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do *caput* do art. 22 desta Lei;

*h*) colégio eleitoral **constituído de representantes de todos os filiados** no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, **1/3 (um terço) do valor total dos votos**, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do *caput* do art. 22 desta Lei;

Por sua vez, seguem, respectivamente, a redação vigente e a nova redação proposta à alínea *k*:



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade;

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade, **assegurado, ao menos, 1/5 (um quinto) de representação de cada sexo;**

Os propostos incisos IX e X ao art. 18-A da Lei Pelé acrescentam novos requisitos para que entidades sem fins lucrativos componentes do Sistema Nacional do Desporto possam receber recursos da administração pública federal direta e indireta, a saber:

i) dar publicidade em sítio eletrônico da entidade aos recursos recebidos mediante convênio ou transferidos, à sua destinação e às prestações de contas apresentadas (IX); e

ii) submeter seus demonstrativos anuais a auditoria independente quando auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta superior à definida para a empresa de pequeno porte, nos termos do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (X).

Por fim, seguem a redação vigente e a proposta de alteração do inciso IV do art. 22, bem como os novos incisos VI e VII propostos ao mesmo artigo:

IV – sistema de recolhimento dos votos imune a fraude;

IV – sistema de recolhimento dos votos imune a fraude, **assegurada votação não presencial;**

(...)

VI – constituição de pleito eleitoral por comissão apartada da diretoria da entidade desportiva;





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

VII – processo eleitoral fiscalizado por delegados das chapas concorrentes e pelo conselho fiscal.

O art. 10 do PL acrescenta os arts. 18-B, 18-C, 18-D e 18-E à Lei Pelé.

O art. 18-B dispõe que os dirigentes das entidades do Sistema Nacional do Desporto, independentemente da forma jurídica adotada, têm seus bens particulares sujeitos ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). O citado artigo regula a desconsideração da personalidade jurídica, em casos de abuso, para estender aos bens particulares de administradores ou sócios os efeitos de determinadas relações de obrigações.

O § 1º do art. 18-B define dirigente como aquele que exerce, de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da entidade, incluídos seus administradores, enquanto o § 2º estabelece que os dirigentes de entidades desportivas respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão irregular ou temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto.

Estabelece o § 3º do art. 18-B que o dirigente será responsabilizado solidariamente quando tiver conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu antecessor ou pelo administrador competente e não comunicar o fato ao órgão estatutário competente.

O art. 18-C traz a conceituação de atos de gestão irregular ou temerária como aqueles praticados pelo dirigente e que revelem desvio de finalidade na direção da entidade ou que gerem risco excessivo e irresponsável para seu patrimônio, e exemplifica nos seus incisos: aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros (inciso I); obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo para a entidade desportiva (inciso II); celebrar contrato com empresa da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores, exceto no caso de contratos de patrocínio ou doação em benefício da entidade desportiva (inciso III); receber qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos oriundos de terceiros que, no



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

prazo de até um ano, antes ou depois do repasse, tenham celebrado contrato com a entidade desportiva profissional (inciso IV); antecipar ou comprometer receitas em desconformidade com o previsto em lei (inciso V); não divulgar de forma transparente informações de gestão aos associados (inciso VI); e deixar de prestar contas de recursos públicos recebidos (inciso VII).

O § 1º do art. 18-C estabelece que, em qualquer hipótese, o dirigente não será responsabilizado quando: não tiver agido com culpa grave ou dolo (inciso I); ou comprovar que agiu de boa-fé e que as medidas realizadas visavam a evitar prejuízo maior à entidade (inciso II).

O § 2º do art. 18-C acrescenta que, para os fins do disposto no inciso IV do *caput* do artigo, também será considerado ato de gestão irregular ou temerária o recebimento de qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos por: cônjuge ou companheiro do dirigente (inciso I); parente do dirigente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso II); e empresa ou sociedade civil da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores (inciso III).

O art. 18-D determina que os dirigentes que praticarem atos de gestão irregular ou temerária poderão ser responsabilizados por meio de mecanismos de controle social internos da entidade, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal.

Define seu § 1º que, na ausência de disposição específica, caberá à assembleia-geral da entidade deliberar sobre a instauração de procedimentos de apuração de responsabilidade. Já o § 2º estabelece que assembleia-geral poderá ser convocada por 30% dos associados com direito a voto para deliberar sobre a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade dos dirigentes, caso, após três meses da ciência do ato considerado de gestão irregular ou temerária: não tenha sido instaurado o procedimento de apuração de responsabilidade (inciso I); ou não tenha sido convocada assembleia-geral para deliberar sobre os procedimentos internos de apuração de responsabilidade (inciso II). O § 3º do artigo dispõe que, nas entidades em que não houver assembleia-geral, competirá ao conselho fiscal os procedimentos dispostos nos §§ 1º e 2º.



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Por fim, precisam seus §§ 4º e 5º, respectivamente, que o dirigente será considerado inelegível por dez anos para cargos eletivos em qualquer entidade desportiva profissional, caso constatada sua responsabilidade e que, excepcionalmente, o Tribunal de Contas da União poderá definir os atos que configurem gestão fraudulenta para fins de responsabilização dos dirigentes.

O art. 18-E afirma competir à entidade do Sistema Nacional do Desporto adotar medida judicial cabível contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio, mediante prévia deliberação da assembleia-geral. Seus parágrafos determinam, sucessivamente, que: os dirigentes contra os quais deva ser proposta medida judicial ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembleia (§ 1º); o impedimento previsto no § 1º será suspenso caso a medida judicial não tenha sido proposta após três meses da deliberação da assembleia-geral (§ 2º); em entidades em que não haja assembleia geral na sua estrutura, competem ao conselho fiscal os procedimentos previstos no art. 18-E (§ 3º); e pode o Ministério Público iniciar as ações previstas no *caput* desse artigo, caso a própria entidade não o faça (§ 4º).

O art. 11 estabelece que o estado de calamidade pública referido no art. 1º do PL não será computado para o efeito da contagem dos prazos para a realização dos projetos desportivos e paradesportivos de que trata a Lei de Incentivo ao Esporte, aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, inclusive os relativos à captação, aplicação, e à respectiva prestação de contas dos recursos, além de prorrogar os prazos vencidos entre 20 de março de 2020 e a data da publicação da lei em que vier a se converter o PL 2.824, de 2020, na forma do regulamento.

O art. 12 determina que nos anos-calendário em que vigorar o presente estado de calamidade pública, ficam majorados para 2% (pessoa jurídica) e 7% (pessoa física) respectivamente, os limites para dedução de doações e de patrocínios realizados no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos referidos nos incisos I e II do § 1º do art. 1º da Lei de Incentivo ao Esporte e no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

O art. 13 dispõe que, durante o presente estado de calamidade pública, a concessão de recursos no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

para o esporte, deverão priorizar o fomento de atividades esportivas que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades esportivas coletivas somente seja possível após o fim da vigência do estado de calamidade pública.

O art. 14 estipula que, enquanto vigorar o presente estado de calamidade pública, as competições esportivas e os treinamentos somente poderão ser iniciados ou reiniciados mediante autorização do poder público local e com observância de protocolo que garanta a segurança dos atletas, dos paratletas, dos participantes e do público, assegurada a participação de representações de atletas e de paratletas, na forma da regulamentação.

O art. 15 precisa que, para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta no ano de 2021, poderá ser considerada a participação em competição esportiva, nacional ou internacional, ocorrida nos anos de 2019 ou 2020, com exceção da categoria Atleta Pódio, na forma do regulamento.

O art. 16 acrescenta os §§ 8º e 9º ao art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa). O referido § 8º permite que os recursos recebidos de loterias por COB, CPB, CBC, Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) sejam objeto de repasse entre essas entidades, mediante acordo, para fins de aplicação em programas e em projetos específicos, desde que previamente autorizado pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte e observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. Já o § 9º permite que se firme acordo para repasse de recursos recebidos pela Confederação Nacional dos Clubes (FENACLUBES) às entidades citadas no § 8º.

O art. 17 reabre o prazo de adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT), previsto no art. 9º da Lei do Profut, para que entidades esportivas possam apresentar requerimento de parcelamento de débitos junto à União enquanto vigorar o estado de calamidade pública referido no art. 1º do PL.



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Estabelece o parágrafo único do art. 17 que o disposto no *caput* aplica-se inclusive aos optantes anteriores que foram excluídos do Profut.

O art. 18 do PL estabelece que as despesas de que trata o art. 2º do PL, para concessão do auxílio emergencial do esporte, decorrerão de dotações orçamentárias ou adicionais da União, até o limite de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais).

O art. 19, por fim, fixa o início do prazo de vigência da lei em que vier a se converter o PL em análise, para coincidir com a data de sua publicação.

A justificação do PL nº 2.824, de 2020, defende as medidas originalmente propostas como providências emergenciais para superar uma situação particularmente difícil do segmento esportivo no País, diante dos amplos e severos impactos da propagação da covid-19.

Foram apresentadas à matéria, no Senado Federal, dezenove emendas de Plenário, que serão relatadas na seção a seguir. As emendas de numeração 1 a 4 são de autoria do Senador Esperidião Amin. A Emenda nº 5 é de autoria do Senador Wellington Fagundes. Já as emendas de numeração 6 a 9 e 12 são de autoria do Senador Weverton. A emenda nº 10 é de autoria do Senador Eduardo Girão. A emenda nº 11 é de autoria do Senador Romário. As emendas de numeração 13 e 16 são de autoria do Senador Fabiano Contarato. A emenda nº 14 é de autoria da Senadora Rose de Freitas. A emenda nº 15 é de autoria do Senador Carlos Viana. A emenda nº 17 é de autoria do Senador Luiz do Carmo. A Emenda nº 18 é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. E a emenda nº 19 é de autoria da Senadora Zenaide Maia.

## II – ANÁLISE

O PL nº 2.824, de 2020, será apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

A iniciativa baseia-se na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre desporto, conforme o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

No que tange a sua juridicidade, é relevante observar o que foi disposto no *caput* do art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, que institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia:

**Art. 3º** Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

O PL nº 2.824, de 2020, adequa-se à caracterização acima, por não implicar despesa permanente. Seu propósito exclusivo é o de possibilitar o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da calamidade, ficando, portanto, dispensada a observância das limitações legais quanto à criação de ação governamental que acarrete aumento de despesa. As referidas limitações legais consistiriam, essencialmente, naquelas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a técnica legislativa empregada é correta e conforme às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ainda que a redação de determinados dispositivos possa ser aperfeiçoada em pormenores.

Desse modo, consideramos que a proposição se mostra adequada quanto aos requisitos de constitucionalidade e de juridicidade.

No que se refere ao mérito do PL nº 2.824, de 2020, deve-se assinalar, inicialmente, que a matéria apresenta um conjunto de medidas

SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

abrangentes e coerentes, focadas no enfrentamento aos efeitos sociais e econômicos da pandemia. O impacto da pandemia sobre o setor esportivo é severo, com perda substantiva de renda em razão da paralisação das atividades, diante do protocolo sanitário. Portanto, as ações previstas neste projeto de lei têm caráter emergencial e requerem implementação imediata, sob pena de aprofundamento dos efeitos econômicos e sociais da crise sanitária sobre o setor do esporte, responsável por parcela do PIB e dos empregos no Brasil. Segundo a Pnad/IBGE, o Brasil perdeu cerca de nove milhões de ocupações no segundo trimestre de 2020. É crucial que o poder público aja com celeridade, evitando a piora da crise.

Como dito, os efeitos da pandemia fizeram-se desde cedo sentir-se, e de modo drástico, sobre as atividades de natureza esportiva. Em todo o mundo, uma das primeiras medidas tomadas para diminuir os riscos de contaminação foi o fechamento de estádios, ginásios e demais arenas esportivas. Muito provavelmente, esses serão os últimos espaços a voltarem à normalidade. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, maior palco da expressão do esporte mundial e locomotiva econômica para atletas profissionais, foram adiados, impactando diretamente na renda de todos os trabalhadores e trabalhadoras do esporte envolvidos.

No Brasil, os efeitos da pandemia sobre o esporte foram ainda mais graves e desestruturadores. Além das competições internacionais, as competições nacionais e regionais das mais diversas modalidades esportivas, tanto individuais quanto coletivas, foram suspensas ou até mesmo canceladas. Mesmo com a sua recente retomada, os estádios continuam fechados para os torcedores. Esse quadro impacta direta e profundamente na renda das entidades de prática e de administração esportiva e de outras organizações que dão suporte ao ecossistema do esporte.

A piora da situação financeira das entidades esportivas empregadoras tende a gerar atrasos em pagamentos de salários, não renovação de contratos e demissões de empregados. Ademais, é comum que parte da renda desses trabalhadores esteja associada a cláusulas de rendimento, não aplicáveis no contexto de suspensão ou cancelamento de competições. Essa situação é tão grave quanto a potencial queda do interesse de empresas patrocinadoras em apoiar clubes e atletas no presente cenário. Portanto, o impacto negativo na renda dos trabalhadores do esporte tende a ser inevitável.





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Adotar medidas que ofereçam o apoio necessário para que o segmento esportivo possa superar as árduas condições trazidas pela pandemia é um dever do Estado para preservar o esporte, em todas as suas facetas e expressões, que constitui, indubitavelmente, um dos maiores patrimônios da nação brasileira.

Na profunda crise trazida pela pandemia, é imprescindível buscar assegurar a continuidade das atividades esportivas e a sobrevivência das empresas e outras organizações que as promovem, assim como, prioritariamente, garantir a dignidade das pessoas que vivem do esporte. São sérios os riscos que o Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, vem afastar.

Pode-se dizer que sua ação principal está prevista no art. 2º, consistindo na renda emergencial dos trabalhadores e trabalhadoras do esporte. As regras estabelecidas apresentam grande semelhança com as definidas para o auxílio emergencial pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Contudo, o auxílio emergencial do esporte criará um novo mecanismo de distribuição de renda com potencial de alcançar parte dos trabalhadores e trabalhadoras do esporte que não lograram, por uma série de possíveis razões, obter o auxílio já instituído.

A premiação para atletas e paratletas também é meritória. Terá o importante papel de preencher a lacuna deixada pela ausência de premiações de competições suspensas, adiadas ou canceladas em função da pandemia, como os Jogos Olímpicos e campeonatos mundiais. Trata-se, dessa forma, de mais uma fonte de renda auxiliar, agora específica para atletas participantes de competições. Cabe, contudo, melhoria ao dispositivo. Consideramos importante limitar nominalmente o montante total dos prêmios, por uma questão de responsabilidade fiscal. Por essa razão, propomos o teto de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as premiações.

Também mostram-se como extremamente relevantes as determinações do PL nº 2.824, de 2020, no sentido de que as instituições financeiras federais possam abrir linhas de crédito e oferecer condições especiais de renegociação de dívidas para trabalhadores e trabalhadoras, microempresas e pequenas empresas do setor esportivo (art. 6º); a flexibilização do uso de recursos oriundos das loterias por organizações esportivas para abatimento de débitos com a União (art. 7º); bem como a



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

possibilidade de realização do instrumento denominado *transação tributária* (art. 8º).

O art. 7º merece pequeno reparo. Sugerimos a alteração do texto de seu inciso II, para que as medidas não se limitem ao ano de 2020.

O art. 8º, por sua vez, também merece alterações. Temos a convicção de que as medidas que busca implementar serão bem-vindas se adotadas de forma perene, e não apenas para o ano de 2020, razão pela qual excluímos o limite temporal. Convém lembrar que a Lei da Transação não estipula qualquer prazo para adesão. Ademais, sugerimos a mudança do rol referido no *caput* do artigo, para incluir as entidades de prática desportiva e também aquelas vinculadas à modalidade futebol. Em virtude da eliminação do limite temporal estamos suprimindo o inciso I do § 1º, que se tornou desnecessário. Propomos ainda a inclusão do termo “poderá” no inciso II do § 1º, para dar mais flexibilidade à efetuação da transação; e a inclusão de um novo inciso ao § 1º, para garantir desconto máximo caso o pagamento se dê à vista, por meio de operações financeiras.

Convém ressaltar que a possibilidade de operação financeira a partir da antecipação de recursos que entidades esportivas recebem das loterias torna possível para o Governo receber à vista esse passivo, justamente no momento em que mais precisa. A Caixa Econômica Federal já demonstrou, em reunião de trabalho com a Frente Parlamentar Mista do Esporte realizada em 16/05/2020, que tem interesse e condições de estruturar tais operações garantidas pelos recursos das loterias, que inclusive, são operacionalizados por ela própria. E outros bancos certamente podem se interessar. O Tesouro Nacional receberia toda dívida e teríamos a possibilidade de reestruturação das entidades esportivas para que consigam sair da crise. Em reunião que tivemos no Ministério da Economia, na preparação deste parecer, apresentamos a ideia, que foi muito bem recebida..

Por fim, ainda em relação ao art. 8º, propomos a modificação do § 2º, para que seu teor se aplique somente às entidades que se enquadrem como associações civis sem fins lucrativos.

Em linha com a ideia de viabilizar a quitação antecipada, sugerimos a alteração, por meio do PL em tela, do art. 7º-A da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei do Timemania), para permitir a quitação dos



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

débitos dos clubes de futebol por meio de transação tributária com pagamento antecipado mediante operação financeira garantida pelos repasses da Timemania.

Merecem destaque as medidas para aprimoramento da gestão, governança, transparência e responsabilização das entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto (arts. 9º e 10), que buscam atacar um conjunto de problemas graves que, há muitas décadas, prejudica enormemente o ecossistema do esporte brasileiro. Comitês, confederações, federações e clubes são frequentemente notícia na mídia pelas mais variadas formas de abuso de poder e de corrupção. Desde casos de desvios e mau uso de verbas públicas, até dirigentes que se perpetuam nos cargos, em uma reeleitura do patrimonialismo, e imunes a quaisquer mecanismos de pesos e contrapesos, fiscalização ou responsabilização.

É trabalho complexo tentar classificar essas entidades no campo do direito administrativo. Por um lado, não possuem fins lucrativos, mas, por outro, podem gerar faturamentos altos e receber somas vultosas do orçamento público e de instrumentos como as loterias. Em parte, regem-se pelo princípio constitucional da autonomia das entidades esportivas (Constituição Federal, art. 217, I), mas são também fortemente reguladas pelo poder público e frequentemente beneficiadas com legislações que dão descontos e facilidades para o pagamento de dívidas com a União.

Diante desse cenário, nada mais correto, acertado e coerente, cada vez mais, que exigir profissionalismo e transparência na gestão das entidades. A proposição tem muito a contribuir nesse sentido, ao determinar que dirigentes respondam solidária e ilimitadamente, inclusive com seus bens particulares, por atos ilícitos, desvio de finalidade e gestão irregular das entidades, bem como por aplicar créditos em proveito próprio, obter vantagens e pagamentos indevidos, celebrar contratos nebulosos, comprometer receitas e deixar de prestar contas e dar transparência à sua gestão, entre outros. Tudo isso independentemente da forma jurídica adotada pela entidade.

As medidas, que incluem votações não presenciais e por procuração, instituição de comissão eleitoral independente, garantia do peso dos votos dos atletas, equilíbrio de gênero nos colegiados de direção e no colégio eleitoral, obrigatoriedade que entidades esportivas que recebam



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

recursos públicos deem publicidade, em seus sítios eletrônicos, dos recursos recebidos, e submissão dessas entidades e de seus demonstrativos contábeis a auditoria independente, sem sombra de dúvida, vêm ao encontro da transparência, da legalidade e do interesse público.

O PL novamente acerta ao definir o que são atos de gestão irregular ou temerária, e ao instituir: mecanismos de controle internos à entidade, com possibilidade de convocação da assembleia-geral ou do conselho fiscal para apuração de atos dos dirigentes; competência da assembleia geral para adotar medida judicial contra os dirigentes, com impedimento desses, cabendo, quando a entidade não o fizer, ao Ministério Público iniciar tais ações; e possibilidade de declaração de inelegibilidade do gestor por dez anos em qualquer entidade esportiva profissional, sem prejuízo de responsabilização civil e penal.

As mudanças temporárias na aplicação da Lei de Incentivo ao Esporte (arts. 11, 12 e 13) e para a concessão da Bolsa-Atleta (art. 15), e a determinação ao poder público local da competência para autorizar o início ou reinício de competições esportivas (art. 14) também são meritórias e coerentes com o presente estado de pandemia.

No entanto, na busca por um entendimento com o Poder Executivo, sugerimos alteração textual aos referidos artigos. Recomendamos que a ampliação do limite de dedução para apoio a projetos esportivos de que trata o art. 12 se limite às pessoas jurídicas. Propomos também enfatizar no texto do art. 14 a participação de atletas e paratletas na tomada de decisão sobre o início ou reinício de competições. Por fim, sugerimos alteração no art. 15, para que a regulamentação do que propõe o artigo se dê por ato do Secretário Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.

A flexibilização da destinação dos recursos recebidos de loterias por COB, CPB, CBC, CBDE e CBDU para permitir o repasse de recursos entre essas entidades, e da Fenaclubes a essas entidades é meritória (art. 16). O alto grau de incertezas gerado pela pandemia dificulta a execução de projetos, de forma que a flexibilização sugerida é bem-vinda em um momento que requer novas soluções e criatividade para incentivo ao esporte.

Passo agora a analisar as emendas apresentadas ao PL nº 2.824, de 2020.





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

As emendas de numeração 1 a 4 são de autoria do Senador Esperidião Amin.

A **Emenda nº 1-PLEN** acrescenta artigo para conceder isenções de impostos e contribuições em aquisições ou importações de equipamentos esportivos até 31 de dezembro de 2021. A proposta vem ao encontro do que necessita o ecossistema esportivo brasileiro no presente momento. Entretanto, em negociações com o Ministério da Economia, buscando apoio à sanção das medidas propostas, aceitamos reduzir a abrangência da emenda. Somos, portanto, pela sua acolhida, mas apenas em relação ao Imposto de Importação, limitando o benefício aos anos-calendário em que vigorar o estado de calamidade pública.

O conteúdo da **Emenda nº 2-PLEN** é uma combinação dos conteúdos das emendas nº 1 e nº 3. Somos pela acolhida parcial das referidas emendas,.

A **Emenda nº 3-PLEN** altera a redação do art. 7º do PL, para que as entidades citadas no *caput* do artigo possam empregar os recursos advindos das loterias também para quitação de débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista, cível ou previdenciária. Tal flexibilização, em cenário de pandemia, é bem-vinda. Somos pela sua aprovação parcial, na forma do substitutivo.

A **Emenda nº 4-PLEN** acrescenta artigo para garantir que o repasse de recursos oriundos da arrecadação de loterias a COB, CPB, CBC, CBDU, CBDE e Fenaclubes, bem como a entidades nacionais e regionais de administração do desporto, ligas regionais e nacionais e entidades de prática desportiva seja realizado por meio de conta corrente específica vinculada à Caixa Econômica Federal com isenção de quaisquer tarifas bancárias. Consideramos que não há necessidade de tratar o tema no presente projeto de lei, razão pela qual somos por sua rejeição.

A **Emenda nº 5-PLEN**, de autoria do Senador Wellington Fagundes, dá nova redação ao art. 12 do PL, para garantir que a ampliação dos limites de dedução de impostos para apoio a projetos esportivos proposta no artigo seja estendida para o ano de 2021. Ao nosso ver, a redação original é suficiente e até mesmo mais efetiva, pois estende os efeitos do artigo para os anos em que vigorar o estado de calamidade pública, não havendo



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

limitação para os anos de 2020 e 2021. Por essa razão, somos pela sua rejeição.

As emendas de numeração 6 a 9 e 12 são de autoria do Senador Weverton.

A **Emenda nº 6-PLEN** acrescenta artigo ao PL para isentar de taxas bancárias do Banco do Brasil as remessas de recursos ao exterior para pagamento de taxas de inscrição e arbitragem em competições internacionais. Embora reconheçamos o mérito da emenda, não nos parece que caiba acatá-la, por razões que vão desde a constitucionalidade, por ferir o princípio da impessoalidade ao proceder de modo a privilegiar ou prejudicar a ninguém, quanto a quebra a isonomia de tratamento entre empresas públicas e privadas, afinal, dispõe exclusivamente sobre apenas uma única instituição financeira, o Banco do Brasil. Além disso, tivemos informações de que o próprio Banco do Brasil tem praticado, em tempos de pandemia, a isenção desta taxa.

As **Emendas de nº 7 e 12-PLEN** acrescentam dispositivo ao PL para dar nova redação ao art. 24 do Decreto nº 7.984, de 2013, que regulamenta a Lei Pelé. O objetivo da emenda é permitir que os recursos repassados a COB, CPB e CBC, oriundos da Lei Pelé, possam ser empregados para pagamento a membros da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CDBU), militares atletas de alto rendimento, inclusive treinadores, professores, médicos e outros profissionais da área de saúde. O que propõem as emendas não é oportuno, pois, a competência para alterar decreto regulamentar é do Poder Executivo. Somos, portanto, pela rejeição de ambas.

A **Emenda nº 8-PLEN** adiciona dispositivo ao PL para que 50% dos recursos recebidos pelas secretarias de esporte estaduais advindos de loterias, de que trata o art. 16 da Lei nº 13.756, de 2018, sejam aplicados prioritariamente em jogos escolares e universitários na proporção de 60% para jogos escolares e 40% para jogos universitários, por meio das respectivas federações. O dispositivo original destina prioritariamente os referidos recursos aos jogos escolares, o que nos parece fortalecer o desporto de formação. Entendemos que a medida engessaria desnecessariamente a atuação das secretarias e, portanto, somos pela rejeição da emenda.



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

A **Emenda nº 9-PLEN** acrescenta dispositivo ao PL para que se destine anualmente à CBDU a renda líquida de um dos testes da Loteria Esportiva Federal. A distribuição realizada pela Lei nº 13.756, de 2018, nos parece coerente. Somos, portanto, pela rejeição.

A **Emenda nº 10-PLEN**, de autoria do Senador Eduardo Girão, visa incluir cronistas, jornalistas e radialistas esportivos, sem vínculos empregatícios com entidades de prática desportiva ou concessionárias de serviço de radiodifusão, nas categorias que fazem jus ao auxílio emergencial do esporte. Concordamos com a lembrança do autor e acatamos a emenda.

As **Emendas de nº 11 e 15-PLEN**, respectivamente de autoria dos Senadores Romário e Carlos Viana, propõem-se que uma nova entidade, recentemente criada, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos – CBCP, seja beneficiário de uma parcela dos recursos destinados ao Sistema Nacional do Desporto provenientes da arrecadação das loterias. Embora reconheçamos o mérito das proposições, considerando que esta nova entidade, o CBCP, foi registrada há cerca de uma semana, não nos parece o melhor momento para promover, sem maior aprofundamento, as alterações sugeridas, recomendando, por ora, que as emendas sejam rejeitadas e o assunto retomado em proposição específica.

A **Emenda nº 13-PLEN**, de autoria do Senador Fabiano Contarato, tem por finalidade reduzir o prazo de carência de 24 (vinte quatro) para 12 (doze) meses para comprovação de inscrição e de atuação profissional na área esportiva. Apesar de julgar meritória a proposta, atentamos para uma questão de isonomia, visto que a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a chamada Lei Audir Blanc, que tratou do auxílio emergencial para cultura, em seus artigos 6º, inciso I, e 7º, § 1º, inciso VIII, estabelecem o mesmo período de 24 (vinte e quatro) meses para comprovação de atuação nas áreas artística e cultural como condicionante para o recebimento do benefício. Por esta razão, para dar tratamento igualitário aos segmentos, somos pela rejeição da emenda.

As **Emendas de nº 14 e 18-PLEN**, respectivamente de autoria da Senadora Rose de Freitas e do Senador Randolfe Rodrigues, pretendem alterar o art. 2º do PL, ampliando o período de duração do benefício de 3 (três) para 5 (cinco) meses, para garantir aos atletas a mesma quantidade de parcelas pagas a todos os que estão contemplados com o auxílio emergencial.



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Trata-se de demanda absolutamente meritória que, entretanto, nos parece atendida pelo que dispõe o § 4º do mesmo artigo quando estabelece que o auxílio emergencial de que trata esta Lei será prorrogado nas mesmas condições em que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, o auxílio emergencial original. Ou seja, automaticamente estariam asseguradas as cinco parcelas pretendidas nas duas emendas, visto que o auxílio original já foi prorrogado em dois meses. Assim, nos posicionamos pela rejeição das emendas.

As **Emendas de nº 16 e 19-PLEN**, respectivamente de autoria do Senador Fabiano Contarato e da Senadora Zenaide Maia, pretendem garantir que o auxílio emergencial ao trabalhador do esporte seja devido pelo período em que perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Embora reconheçamos as preocupações meritórias de ambos autores, entendemos que o Congresso Nacional tem dado tratamento isonômico aos variados segmentos que já fizeram jus ao auxílio emergencial no que se refere às condicionantes para elegibilidade e ao prazo de duração, de forma que optamos por manter apenas as mesmas condições aprovadas para todos os brasileiros e brasileiras, da cultura e demais categorias beneficiadas. Por isso, rejeitamos as duas emendas.

Por fim, a **Emenda nº 17-PLEN**, de autoria do Senador Luiz do Carmo, com vistas a promoção da acessibilidade, propõe a inclusão de previsão de recursos de tecnologia assistiva por parte do Poder Público na realização da busca ativa por possíveis beneficiários do auxílio. Diante do mérito inquestionável da emenda somos pela sua aprovação.

### III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, pelo acolhimento **integral** das Emendas nºs 10 e 17-PLEN, pelo acolhimento **parcial** das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN e pela **rejeição** das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 19-PLEN, na forma do substitutivo a seguir:





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

## EMENDA Nº 20 -PLEN (SUBSTITUTIVO)

### PROJETO DE LEI Nº 2.824, DE 2020

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018.



SF/20945.65946-81

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

#### CAPÍTULO II DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DESTINADAS A ATLETAS E A PARATLETAS

**Art. 2º** Durante o período de 3 (três) meses, será concedido auxílio emergencial em parcelas sucessivas no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador do esporte que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos de idade, salvo no caso de atletas ou de paratletas com idade mínima de 14 (catorze) anos vinculados a uma entidade de prática esportiva ou a uma entidade nacional de administração do desporto;





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

II – ter atuado de forma profissional ou não profissional na área esportiva nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de publicação desta Lei, comprovada a atuação de forma documental ou autodeclaratória;

III – não ter emprego formal ativo;

IV – não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, incluído o Programa Bolsa-Atleta, ressalvado o Programa Bolsa Família;

V – ter renda familiar mensal *per capita* de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários-mínimos, o que for maior;

VI – estar inscrito, com a respectiva homologação da inscrição, em, pelo menos, um dos cadastros previstos no art. 4º desta Lei; e

VII – não ser beneficiário do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

§ 1º O recebimento do auxílio emergencial de que trata o *caput* deste artigo está limitado a 2 (dois) membros da mesma unidade familiar.

§ 2º A mulher provedora de família monoparental receberá 2 (duas) cotas do auxílio emergencial de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º O auxílio emergencial de que trata o *caput* deste artigo será concedido a partir da publicação desta Lei.

§ 4º O auxílio emergencial de que trata o *caput* deste artigo será prorrogado nas mesmas condições em que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

§ 5º Os valores recebidos a título de auxílio emergencial são impenhoráveis e não serão objeto de constrição ou de desconto de qualquer natureza, especialmente por parte das instituições financeiras, inclusive





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

judicial, salvo mediante decisão proferida em ação de alimentos, no limite de 50% (cinquenta por cento) do valor auferido pelo beneficiário.

§ 6º O poder público, em conjunto com órgãos e entidades vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), realizará busca ativa, fornecerá recursos de tecnologia assistiva e assistirá os trabalhadores que enfrentem dificuldade ou impossibilidade de utilizar a plataforma digital criada para a autodeclaração e a solicitação do auxílio emergencial de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 3º** Compreendem-se como trabalhadores do esporte os profissionais autônomos da educação física, os profissionais e auxiliares vinculados a uma entidade de prática esportiva ou a uma entidade nacional de administração do desporto, entre eles, os atletas, os paratletas, os técnicos, os preparadores físicos, os fisioterapeutas, os nutricionistas, os psicólogos, os massagistas, os árbitros e os auxiliares de arbitragem, de qualquer modalidade, profissionais ou não profissionais, incluídos os trabalhadores envolvidos na realização das competições e os cronistas, jornalistas e radialistas esportivos, sem vínculos empregatícios com entidades de prática desportiva ou concessionárias de serviço de radiodifusão.

**Art. 4º** Fará jus ao auxílio emergencial de que trata o art. 2º desta Lei o trabalhador do esporte que comprove sua inscrição e a respectiva homologação em, pelo menos, um dos seguintes cadastros:

- I – cadastros estaduais de esporte;
- II – cadastros municipais de esporte;
- III – cadastro distrital de esporte;
- IV – cadastro nos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs);
- V – cadastro das entidades de prática esportiva ou de alguma entidade nacional de administração do desporto; e



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

VI – outros cadastros referentes a atividades esportivas existentes na unidade da Federação, bem como a projetos esportivos apoiados nos termos da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de publicação desta Lei.

*Parágrafo único.* Na forma do regulamento, serão adotadas as medidas cabíveis, por cada ente federativo, enquanto perdurar o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, para garantir, preferencialmente de modo não presencial, inclusões e alterações nos cadastros de forma autodeclaratória e documental.

**Art. 5º** A título de premiação, a União pagará aos atletas ou aos paratletas valor equivalente ao imposto sobre a renda de que tratam o art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e o art. 63 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, incidente sobre as premiações recebidas durante o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, no âmbito de competições esportivas promovidas pelas entidades referidas nos incisos I, II, III, IV, V e VII do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, ou por entidades internacionais de administração desportiva, na forma do regulamento, até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

*Parágrafo único.* As despesas de que trata *caput* decorrerão de dotações orçamentárias ou adicionais da União, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

**Art. 6º** Às pessoas físicas que comprovem ser trabalhadores do setor esportivo e às microempresas e às empresas de pequeno porte que tenham finalidade esportiva nos respectivos estatutos, as instituições financeiras federais poderão disponibilizar:

I – linhas de crédito específicas para o fomento de atividades e para a aquisição de equipamentos; e

II – condições especiais para renegociação de débitos.

§ 1º Os débitos relacionados às linhas de crédito previstas no inciso I do *caput* deste artigo deverão ser pagos no prazo de até 36 (trinta e seis) meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), a partir de 180 (cento e oitenta) dias,



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

contados do final do estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

§ 2º É condição para o acesso às linhas de crédito e às condições especiais de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo o compromisso de manutenção dos níveis de emprego existentes à data de decretação do estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei.

### CAPÍTULO III DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DESTINADAS A ENTIDADES DESPORTIVAS

**Art. 7º** As entidades referidas nos incisos I, II, III, IV, V e VII do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, não vinculadas à modalidade futebol, poderão destinar até 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos na forma do art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para o pagamento:

I – até 31 de dezembro de 2020, de débitos com a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as suas autarquias e fundações públicas, exceto multas penais;

II – de valores compreendidos em transação tributária, na forma da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020;

III - de valores compreendidos no parcelamento de que trata a Seção II do Capítulo I da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015; e

IV – de débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista, cível ou previdenciária, incluindo a amortização de operações financeiras realizadas com a finalidade exclusiva de viabilizar o pagamento desses débitos.

§ 1º Os recursos utilizados na forma do *caput* deste artigo não serão considerados na apuração dos limites referidos no art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

§ 2º Ato do Poder Executivo poderá autorizar a destinação de percentuais adicionais dos recursos mencionados no *caput* às finalidades referidas nos incisos I a IV do *caput* deste artigo, os quais serão computados como gasto administrativo, para o efeito de apuração do limite máximo permitido para essa modalidade de aplicação dos recursos.

§ 3º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com a respectiva entidade nacional de administração do desporto.

**Art. 8º** As entidades referidas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, inclusive as vinculadas à modalidade futebol, poderão celebrar a transação referida no art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, observados os prazos e os descontos previstos no seu § 3º e o disposto neste artigo.

§ 1º A transação referida no *caput* deste artigo:

I – poderá ser realizada por adesão, na forma e nas condições constantes da regulamentação específica, admitido o requerimento individual de transação, caso o edital não seja publicado até 31 de outubro de 2020.

II – em caso de pagamento à vista mediante operação financeira estruturada para este fim, terá o desconto máximo previsto.

§ 2º Para as associações civis sem fins lucrativos, a celebração da transação de que trata este artigo será condicionada ao compromisso de cumprimento das regras previstas nos arts. 18, 18-A, 18-B, 18-C, 18-D e 18-E da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, cuja inobservância, inclusive a não adequação de estatutos ou contratos sociais nos prazos estipulados pelo regulamento, acarretará a rescisão da transação, na forma do inciso VII do art. 4º da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

**Art. 9º** A Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 7º-A.** Após a amortização de todas as prestações mensais dos parcelamentos referidos nos arts. 6º e 7º desta Lei, ou de eventual





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

transação tributária nos termos da Lei nº 13.988 de 14 de abril de 2020, incluindo operações financeiras realizadas com a finalidade de antecipar ou viabilizar o pagamento de tributos e dívidas em geral, os valores da remuneração referida no inciso II do art. 2º desta Lei deverão ser utilizados exclusivamente em atividades de formação desportiva.”(NR)

#### CAPÍTULO IV DAS MEDIDAS PARA O APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA DAS ENTIDADES DO SETOR DESPORTIVO

**Art. 10.** A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 18-A. ....

VII – .....

h) colégio eleitoral constituído de representantes de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) do valor total dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do *caput* do art. 22 desta Lei;

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade, assegurado, ao menos, 1/5 (um quinto) de representação de cada sexo;

IX – deem publicidade em sítio eletrônico da entidade aos recursos recebidos mediante convênio ou transferidos em virtude desta Lei, à sua destinação e às prestações de contas apresentadas;

X – submetam seus demonstrativos anuais à auditoria independente quando auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta superior à definida para a empresa de pequeno porte, nos



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

termos do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....”(NR)

“Art. 22. ....

IV – sistema de recolhimento dos votos imune a fraude, assegurada votação não presencial;

VI – constituição de pleito eleitoral por comissão apartada da diretoria da entidade desportiva;

VII – processo eleitoral fiscalizado por delegados das chapas concorrentes e pelo conselho fiscal.

.....”(NR)

**Art. 11.** A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 18-B, 18-C, 18-D e 18-E:

“Art. 18-B. Os dirigentes das entidades do Sistema Nacional do Desporto, independentemente da forma jurídica adotada, têm seus bens particulares sujeitos ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, dirigente é aquele que exerce, de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da entidade, incluídos seus administradores.

§ 2º Os dirigentes de entidades desportivas respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão irregular ou temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto.

§ 3º O dirigente será responsabilizado solidariamente quando tiver conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu antecessor ou pelo administrador competente e não comunicar o fato ao órgão estatutário competente.”

“Art. 18-C. Consideram-se atos de gestão irregular ou temerária praticados pelo dirigente aqueles que revelem desvio de





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

finalidade na direção da entidade ou que gerem risco excessivo e irresponsável para seu patrimônio, tais como:

I – aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros;

II – obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo para a entidade desportiva;

III – celebrar contrato com empresa da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores, exceto no caso de contratos de patrocínio ou doação em benefício da entidade desportiva;

IV – receber qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos oriundos de terceiros que, no prazo de até 1 (um) ano, antes ou depois do repasse, tenham celebrado contrato com a entidade desportiva profissional;

V – antecipar ou comprometer receitas em desconformidade com o previsto em lei;

VI – não divulgar de forma transparente informações de gestão aos associados;

VII – deixar de prestar contas de recursos públicos recebidos.

§ 1º Em qualquer hipótese, o dirigente não será responsabilizado quando:

I – não tiver agido com culpa grave ou dolo; ou

II – comprovar que agiu de boa-fé e que as medidas realizadas visavam a evitar prejuízo maior à entidade.

§ 2º Para os fins do disposto no inciso IV do *caput* deste artigo, também será considerado ato de gestão irregular ou temerária o recebimento de qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos por:

I – cônjuge ou companheiro do dirigente;

II – parente do dirigente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

III – empresa ou sociedade civil da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores.”

“**Art. 18-D.** Os dirigentes que praticarem atos de gestão irregular ou temerária poderão ser responsabilizados por meio de mecanismos de controle social internos da entidade, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal.

§ 1º Na ausência de disposição específica, caberá à assembleia-geral da entidade deliberar sobre a instauração de procedimentos de apuração de responsabilidade.

§ 2º A assembleia-geral poderá ser convocada por 30% (trinta por cento) dos associados com direito a voto para deliberar sobre a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade dos dirigentes, caso, após 3 (três) meses da ciência do ato considerado de gestão irregular ou temerária:

I – não tenha sido instaurado o procedimento de apuração de responsabilidade; ou

II – não tenha sido convocada assembleia-geral para deliberar sobre os procedimentos internos de apuração de responsabilidade.

§ 3º Em entidades em que não haja assembleia-geral na sua estrutura, compete ao conselho fiscal os procedimentos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º O dirigente será considerado inelegível por 10 (dez) anos para cargos eletivos em qualquer entidade desportiva profissional, caso constatada sua responsabilidade.

§ 5º Excepcionalmente, o Tribunal de Contas da União poderá definir os atos que configurem gestão fraudulenta para fins de responsabilização dos dirigentes a que se refere o *caput* deste artigo.”

“**Art. 18-E.** Compete à entidade do Sistema Nacional do Desporto, mediante prévia deliberação da assembleia-geral, adotar medida judicial cabível contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio.

§ 1º Os dirigentes contra os quais deva ser proposta medida judicial ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembleia.



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

§ 2º O impedimento previsto no § 1º deste artigo será suspenso caso a medida judicial não tenha sido proposta após 3 (três) meses da deliberação da assembleia-geral.

§ 3º Em entidades em que não haja assembleia geral na sua - estrutura, competem ao conselho fiscal os procedimentos previstos neste artigo.

§ 4º Pode o Ministério Público iniciar as ações previstas no *caput* deste artigo, caso a própria entidade não o faça.”

## CAPÍTULO V DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA E DE SUPERAÇÃO DA PANDEMIA DESTINADAS AO SETOR DESPORTIVO

**Art. 12.** O estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei não será computado para o efeito da contagem dos prazos para a realização dos projetos desportivos e paradesportivos de que trata a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, inclusive os relativos à captação e à aplicação de recursos e à respectiva prestação de contas, prorrogados os prazos vencidos entre 20 de março de 2020 e a data da publicação desta Lei, na forma do regulamento.

**Art. 13.** Nos anos-calendário em que vigorar o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, fica majorado para 2% (dois por cento) o limite para dedução de doações e de patrocínios realizados no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos referidos no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.

**Art. 14.** Enquanto vigorar o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, a concessão de recursos no âmbito da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, bem como as ações estabelecidas pelos demais programas e políticas federais para o esporte, deverão priorizar o fomento de atividades esportivas que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e de plataformas digitais ou meios de comunicação não presenciais, ou cujos recursos de apoio e fomento possam ser adiantados, mesmo que a realização das atividades esportivas coletivas somente seja possível após o fim da vigência do estado de calamidade pública.

SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

**Art. 15.** Enquanto vigorar o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, as competições esportivas e os treinamentos somente poderão ser iniciados ou reiniciados mediante autorização do poder público local e com observância de protocolo que garanta a segurança dos atletas, dos paratletas, dos participantes e do público, assegurada a participação de representações de atletas e de paratletas na decisão, na forma da regulamentação.

**Art. 16.** Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, na forma da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, no ano de 2021, poderá ser considerada a participação em competição esportiva, nacional ou internacional, ocorrida nos anos de 2019 ou 2020, com exceção da categoria Atleta Pódio, conforme fixado em ato do Secretário Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.

**Art. 17.** O art. 23 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 8º e 9º:

“**Art. 23.** .....

§ 8º Os recursos de que tratam o *caput* deste artigo poderão ser objeto de repasse entre as entidades nele mencionadas, mediante acordo, para fins de aplicação em programas e em projetos específicos, desde que previamente autorizado pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela área do esporte e observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 9º A Fenalubes poderá firmar acordo nos moldes do § 8º deste artigo, a fim de repassar recursos por ela recebidos nos termos desta Lei ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU, vedado, no entanto, o repasse de recursos destas entidades à Fenalubes.”(NR)

**Art. 18.** O prazo previsto no art. 9º da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e modificado pelo art. 3º da Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016, fica reaberto enquanto vigorar o estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, respeitado o disposto no § 11 do art. 195 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se inclusive aos optantes anteriores que foram excluídos do Programa de



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

## Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

**Art. 19.** A Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 8º-A.** Nos anos-calendário em que vigorar o estado de calamidade pública, as importações ou aquisições de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras ficam isentas do Imposto de Importação.

Parágrafo único. A isenção de que trata o caput aplica-se exclusivamente às competições desportivas em jogos olímpicos, paralímpicos, pan-americanos e parapan-americanos e se aplica exclusivamente ao equipamento ou material esportivo sem similar nacional.

**Art. 9º-A.** São beneficiários da isenção de que trata o art. 8º-A desta Lei os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, o Comitê Olímpico do Brasil - COB e o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, bem como as entidades nacionais e estaduais de administração do desporto que lhes sejam filiadas ou vinculadas e os atletas das modalidades olímpicas e paralímpicas e os das competições mundiais filiadas a essas entidades há, no mínimo, doze meses.”

“**Art. 10.** O direito à fruição do benefício fiscal de que tratam o arts. 8º e 8º-A fica condicionado:

.....

II – .....

a) ao atendimento do requisito estabelecido no § 1º do art. 8º e no parágrafo único do art. 8º-A;

b) à condição de beneficiário da isenção ou da alíquota zero, do importador ou adquirente, nos termos dos arts. 9º e 9º-A desta Lei; e

.....” (NR)

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS



SF/20945.65946-81





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

**Art. 20.** As despesas de que trata o art. 2º desta Lei decorrerão de dotações orçamentárias ou adicionais da União, até o limite de R\$ 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais).

**Art. 21.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Emendas nºs 11 e 15 - PLEN ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, destacadas**

Matéria **PL 2824/2020** Início Votação **13/08/2020 19:56:39** Término Votação **13/08/2020 20:43:33**  
 Sessão **76º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **13/08/2020 15:35:20**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
MDB	LIVRE
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
DEM	LIVRE
PROGRES	LIVRE
PT	SIM
Cidadania	LIVRE
PDT	SIM
REDE	LIVRE
PROS	SIM
PL	SIM
PSB	NÃO
Republica	LIVRE
PSL	LIVRE
Governo	NÃO

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	NÃO
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	NÃO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
MDB	SC	Dário Berger	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM

Emissão 13/08/2020 20:43:36



**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Emendas nºs 11 e 15 - PLEN ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, destacadas**

Matéria **PL 2824/2020** Início Votação **13/08/2020 19:56:39** Término Votação **13/08/2020 20:43:33**  
 Sessão **76º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **13/08/2020 15:35:20**

MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
MDB	PB	José Maranhão	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	NÃO
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	RJ	Romário	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM

Emissão 13/08/2020 20:43:36



**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Emendas nºs 11 e 15 - PLEN ao Projeto de Lei nº 2.824, de 2020, destacadas**

Matéria	PL 2824/2020		Início Votação	13/08/2020 19:56:39	Término Votação	13/08/2020 20:43:33
Sessão	76º Sessão Deliberativa Remota				Data Sessão	13/08/2020 15:35:20
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM			
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO			
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM			
PDT	MA	Weverton	SIM			
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM			

Presidente: *Marcos Rogério*

**SIM:51   NÃO:14   ABST.: 0   PRESIDENTE:1   TOTAL:66**

Primeiro-Secretario

Emissão 13/08/2020 20:43:36



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**

## **EXPEDIENTE**

### **Projetos de Lei**





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4201, DE 2020

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para autorizar a propaganda paga mediante banners eletrônicos na Internet.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para autorizar a propaganda paga mediante *banners* eletrônicos na Internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** .....  
.....

XV – custos com a criação e inclusão de sítios na Internet, *banners* eletrônicos e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente com provedor da aplicação de Internet com sede e foro no país;

.....” (NR)

“**Art. 57-C.** É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na Internet, excetuados os seguintes meios de divulgação, desde que identificados de forma inequívoca como tais e contratados exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes:

I – impulsionamento de conteúdos;

II – *banners* eletrônicos.

§ 1º .....



SF/20146.82935-69



I – de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, ressalvada a hipótese de *banners* eletrônicos pagos;

§ 3º O impulsionamento e os *banners* eletrônicos de que tratam os incisos do *caput* deste artigo deverão ser contratados diretamente com provedor da aplicação de Internet com sede e foro no país, ou de sua filial, sucursal, escritório, estabelecimento ou representante legalmente estabelecido no país e apenas com o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações, no caso do impulsionamento, ou candidatos, no caso dos *banners* eletrônicos.

§ 4º Os *banners* eletrônicos têm sua divulgação limitada a até 10 (dez) dias, consecutivos ou alternados, para cada candidato, em um mesmo sítio da Internet, devendo constar do anúncio, de forma visível, o valor total pago para sua divulgação em determinado dia.”  
(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

## JUSTIFICAÇÃO

A propaganda eleitoral pela Internet é, sem dúvida, importante mecanismo para barateamento de campanhas e consequente democratização do acesso a cargos eletivos.

As eleições de 2018 demonstraram isso cabalmente. O pleito foi palco de uso intensivo da rede mundial de computadores. Como resultado, testemunhamos maior diversidade de escolha do cidadão: os espaços de poder político acolheram mais mulheres, negros e indígenas.

De fato, a Internet traz mais igualdade aos candidatos. Basta imaginarmos o custo para organização de carreata, ou comício, e o investimento necessário para divulgação de conteúdos eletrônicos em redes sociais.

Ocorre que, estranhamente, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei das Eleições, não veicula permissivo para a contratação de *banners* eletrônicos, conquanto faculte o impulsionamento de conteúdos e autorize a propaganda na reprodução virtual das páginas de jornal impresso na Internet.



SF/20146.82935-69



  
SF/20146.82935-69

Desse modo, é possível que o candidato mais abastado tenha sua propaganda na Internet veiculada, pela via indireta, ao custear um caro anúncio de jornal impresso, ao passo que o postulante com menos recursos não seria autorizado a divulgar sua candidatura em portais de notícias eletrônicos.

A restrição em vigor, totalmente desarrazoada, limita o direito à informação dos eleitores. Afinal, os dispêndios com propaganda eleitoral são declarados, auditados, e estão sujeitos a limite de gastos.

Diante disso, propomos que também sejam permitidos *banners* eletrônicos em sítios da Internet, com balizas que assegurem a paridade de armas entre os candidatos.

Nesse sentido, um bom ponto de partida é a limitação atual à duração da propaganda na mídia impressa, contida no art. 43 da Lei das Eleições. As normas em vigor limitam em 10 (dez) o número de edições em que a propaganda impressa será veiculada, quantitativo que entendemos razoável para restringir o número de dias que o *banner* de determinado candidato possa ser visualizado em determinado sítio da Internet. Por outro lado, considerando-se os diferentes formatos de páginas da Internet e resoluções de dispositivos, não propomos limite prévio do tamanho da propaganda.

Ademais, tivemos a preocupação de que os *banners* estejam ao alcance das autoridades judiciárias brasileiras com a celeridade que o processo contencioso eleitoral exige. Por isso, são impostas a eles a mesma restrição a sítios dos candidatos na Internet e a conteúdos impulsionados: devem estar hospedados, direta ou indiretamente, em provedor de aplicação de internet estabelecido no país.

Com a convicção de que o projeto representa um passo importante no aprimoramento de nosso processo eleitoral, submetemos a matéria ao crivo dos demais Senadores.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GOMES



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 16

- Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - Lei das Eleições (1997); Lei Geral das Eleições (1997) - 9504/97

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9504>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4203, DE 2020

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas dos estados de Minas Gerais e de Roraima na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PSD/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas dos estados de Minas Gerais e de Roraima na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).



SF/20928.32284-36

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O *caput* do art. 2º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Paraíba, Itapicuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu, nos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Maranhão, de Minas Gerais, de Roraima e de Sergipe, e poderá instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Desde sua criação, em 1974, a Codevasf vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua. A atuação da Companhia envolve a revitalização de bacias



hidrográficas, o desenvolvimento territorial e a irrigação. Trata-se de um conjunto de ações que têm impacto imediato na qualidade de vida da população das regiões atendidas.

Os evidentes benefícios da Codevasf em sua área de atuação vêm motivando sua gradual expansão por meio de uma série de leis promulgadas ao longo dos últimos vinte anos. Assim, a Codevasf deixou de atuar apenas no entorno do rio São Francisco e alcançou outras bacias hidrográficas na região Nordeste e em parcelas significativas das regiões Norte e Centro-Oeste.

A presente proposição reconhece a relevante contribuição da Codevasf para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que atua e busca estendê-la a todas as bacias hidrográficas dos estados de Minas Gerais e de Roraima.

No caso de Minas Gerais, uma parte de seu território já se encontra na área de atuação da Codevasf. Contudo, resta uma fração do estado que ainda não tem acesso às ações de revitalização, de desenvolvimento territorial e de irrigação promovidas pela Companhia. Em vários casos, trata-se de regiões com reduzidos indicadores econômicos e sociais e que poderiam beneficiar-se enormemente de sua atuação.

Da mesma forma, uma fração importante da região Amazônica ainda não tem acesso aos benefícios da atuação da Codevasf. Tendo em vista as especificidades das bacias hidrográficas daquela região, talvez seja o caso, inclusive, de se criar, no futuro, uma Companhia de Desenvolvimento da Bacia Amazônica capaz de atuar de forma análoga à Codevasf, porém de maneira ajustada a suas peculiaridades. Neste momento, contudo, nós propomos incluir as bacias hidrográficas do estado de Roraima, onde as ações de revitalização, de desenvolvimento territorial e de irrigação ainda não chegaram.

É claro que o ideal seria, inclusive, estender a atuação da Companhia a outras regiões ainda não contempladas na Lei nº 6.088, de 1974, e neste Projeto de Lei. Contudo, entendemos que, ao incluir esses dois estados na área de atuação de Codevasf, estamos dando mais um passo em direção à democratização dos benefícios de sua atuação. Por essa razão, contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



SF/20928.32284-36



3

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



---

Senado Federal – Anexo II – Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23  
70165-900 – Brasília – DF

Página 4 de 5

Avulso do PL 4203/2020.



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.088, de 16 de Julho de 1974 - LEI-6088-1974-07-16 - 6088/74

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974;6088>

- artigo 2º





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4207, DE 2020

Dispõe sobre os ativos virtuais e sobre as pessoas jurídicas que exerçam as atividades de intermediação, custódia, distribuição, liquidação, transação, emissão ou gestão desses ativos virtuais, sobre crimes relacionados ao uso fraudulento de ativos virtuais, bem como sobre o aumento de pena para o crime de “pirâmide financeira”, e altera a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

**AUTORIA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)



[Página da matéria](#)



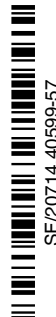


SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PROJETO DE LEI Nº 2020.**

Dispõe sobre os ativos virtuais e sobre as pessoas jurídicas que exerçam as atividades de intermediação, custódia, distribuição, liquidação, transação, emissão ou gestão desses ativos virtuais, sobre crimes relacionados ao uso fraudulento de ativos virtuais, bem como sobre o aumento de pena para o crime de “pirâmide financeira”, e altera a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.



**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas sobre ativos virtuais e sobre as pessoas jurídicas que exercem atividades de intermediação, custódia, distribuição, liquidação, transação, emissão ou gestão desses ativos virtuais.

**Art. 2º** Para fins do disposto nesta lei consideram-se ativos virtuais:

I – qualquer representação digital de um valor, seja ele criptografado ou não, que não seja emitido por banco central ou qualquer autoridade pública, no país ou no exterior, ou represente moeda eletrônica de curso legal no Brasil ou moeda estrangeira, mas que seja aceito ou transacionado por pessoa física ou pessoa jurídica como meio de troca ou de pagamento, e que possa ser armazenado, negociado ou transferido eletronicamente.

II – ativos virtuais intangíveis (“tokens”) que representem, em formato digital, bens, serviços ou um ou mais direitos, que possam ser emitidos, registrados, retidos, transacionados ou transferidos por meio de dispositivo eletrônico compartilhado, que possibilite identificar, direta ou indiretamente, o titular do ativo virtual, e que não se enquadrem no conceito de valor mobiliário disposto no art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

**Art. 3º** A emissão de ativos virtuais, nos termos desta lei, poderá ser realizada por pessoas jurídicas de direito público ou privado, estabelecidas no Brasil, desde que a finalidade à qual sirva a emissão dos ativos virtuais seja compatível com as suas atividades ou com seus mercados de atuação.

**Art. 4º** As pessoas jurídicas que exerçam as atividades de emissão, de intermediação, de custódia, de distribuição, de liquidação, de negociação ou de administração de ativos virtuais para terceiros deverão:

I – constituir-se sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada;

II – observar limite mínimo de capital social, a ser integralizado em moeda corrente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

III – manter a segregação patrimonial dos ativos virtuais de titularidade própria daqueles detidos por conta e ordem de terceiros.

§ 1º Os ativos virtuais detidos por conta e ordem de terceiros não respondem, direta ou indiretamente, por nenhuma obrigação das pessoas jurídicas mencionadas no *caput*, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade destas últimas.

§ 2º Os ativos virtuais detidos por conta e ordem de terceiros não integrarão o ativo das pessoas jurídicas mencionadas no *caput* e:

I – não podem ser dados em garantia de obrigações assumidas por elas;

II – deverão ser restituídos na hipótese de decretação de falência, na forma prevista no art. 85, da Lei nº 11.101, de 09 fevereiro de 2005.

§ 3º As pessoas que exerçam o controle efetivo das sociedades empresariais no mercado de ativos virtuais devem possuir reputação ilibada e competência técnica necessária para o desempenho de suas funções.

§ 4º São obrigações das pessoas jurídicas mencionadas no *caput*:

I – manter sistema adequado de segurança e controles internos;

II – manter sistema eletrônico resiliente e seguro, com adoção de medidas para evitar perda, deterioração ou furto de ativos virtuais;

III – estabelecer arranjos de governança para prevenir e gerenciar conflitos de interesse entre controladores, sócios e terceiros;

IV – fornecer aos clientes informações claras, precisas e não enganosas sobre os ativos virtuais, inclusive sobre as obrigações fiscais decorrentes da detenção ou da negociação de ativos virtuais, bem como dos riscos financeiros, de mercado, de liquidez e de higiene dos ativos virtuais;

V – não fornecer a clientes informações de caráter promocional que possam induzi-los a decisões não fundamentadas ou imprecisas relacionadas a ativos virtuais, ou abordá-los de forma agressiva por qualquer meio de comunicação, inclusive digital;

VI – informar clientes sobre a inexistência de regra geral de seguro para investimentos em ativos virtuais e a não submissão à regulação setorial, bem como a inexistência de regime especial de insolvência e de recuperação para as sociedades empresariais mencionadas no *caput*;

VII – publicar e comunicar de forma transparente e precisa a política de cobrança de tarifas e outros preços para os serviços prestados;



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

VIII – formalizar com seus clientes contratos, acordos ou termos, que definam de forma clara e precisa as responsabilidades e os objetivos da prestação de serviço;

IX – abster-se de fazer uso de ativos virtuais ou chaves criptográficas mantidas em nome de seus clientes, exceto com o consentimento prévio e expresso dos últimos;

X – assegurar o estabelecimento de mecanismos necessários para a devolução dos ativos virtuais custodiados ou o acesso aos ativos virtuais mantidos em nome de seus clientes, prontamente e sempre que solicitado;

XI – evitar o armazenamento de dados pessoais de clientes em sistema de registro distribuído de forma descentralizada;

XII – prover a máxima transparência para com os clientes, que devem ser efetivamente informados em relação à privacidade de seus dados pessoais;

**Art. 5º** Competirá à Receita Federal do Brasil a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a cobrança da atividade descrita no art. 1º.

**Art. 6º** Competirá ao Banco Central do Brasil a supervisão e a regulação da atividade descrita no art. 1º, nas circunstâncias específicas em que a emissão, a transação ou a transferência de ativos virtuais, por sua natureza, integrem os arranjos de pagamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), disposta no art. 6º, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

**Art. 7º** Competirá à Comissão de Valores Mobiliários a supervisão e a regulação da atividade descrita no art. 1º, nas circunstâncias específicas em que a emissão, a transação ou a transferência dos ativos virtuais seja compatível com a natureza de valores mobiliários, disposta pelo art. 2º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

**Art. 8º** Competirá ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras a supervisão e a regulação da atividade descrita no art. 1º, conforme as disposições da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e da Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020.

**Art. 9º** As circunstâncias não descritas nesta Lei que sejam relacionadas aos escopos definidos devem ser analisadas por Fórum Interministerial, com funcionamento, competência e composição a serem estabelecidos em Decreto.

**Art. 10.** A Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 24-A:

“Art. 24-A. Organizar, gerir, ofertar carteiras, intermediar operações de compra e venda de ativos virtuais com o objetivo previsto no inciso IX, do art. 2º, da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, evasão de divisas, sonegação fiscal, realização de operações fraudulentas ou prática de



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

outros crimes contra o Sistema Financeiro, independentemente da obtenção de benefício econômico:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.”

**Art. 11.** A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º .....

XIX – pessoas físicas ou jurídicas que exerçam as atividades de intermediação, custódia, distribuição, liquidação, transação, emissão ou gestão de ativos virtuais por ordem e conta de terceiros.

Art. 12-A Fica criado o Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente (CNPEP), cujo funcionamento será disciplinado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e operacionalizado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

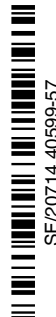
§ 1º As autoridades da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, classificadas como pessoas expostas politicamente pela legislação e regulação vigentes, manterão atualizados os seus dados no CNPEP, sob pena de enquadramento nas punições dispostas no art. 1º, bem como nas sanções administrativas previstas no art. 12, ambos dispostos na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

§ 2º As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão consultar o CNPEP para execução de políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e para avaliação de risco de crédito, mediante adesão a convênio com o operacionalizador do CNPEP, convencionado livremente entre as partes.

§ 3º As demais instituições integrantes de mercados regulados e não regulados poderão aderir ao convênio com o CNPEP, para fins de atendimento de políticas de prevenção à lavagem de dinheiro.

§ 4º É de responsabilidade do COAF o cadastro no CNPEP de pessoas estrangeiras consideradas expostas politicamente, para atendimento ao disposto na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

.....”



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

## JUSTIFICAÇÃO

Segundo disciplina o inciso VI, do artigo 6º, da Lei nº. 12.865, de 9 de outubro de 2013<sup>1</sup> – Lei de Meios de Pagamento –, moedas eletrônicas “*são os recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento*”. Em outras palavras, “moeda eletrônica” é sinônimo de dinheiro (moeda fiduciária nacional) em estoque virtual, sem precisar de conta corrente tradicional, conta de depósito em um banco, ou instituição financeira, tal como conhecemos.

As moedas eletrônicas são armazenadas em “contas de pagamentos”, cuja definição legal está disposta pelo inciso IV, do artigo 6º, da Lei de Meios de Pagamento: “*conta de registro detida em nome de usuário final de serviços de pagamento utilizada para a execução de transações de pagamento*”.

De forma inovadora, a Lei de Meios de Pagamento protege 100% dos recursos financeiros “depositados”, tratado pela alínea “g”, do inciso III, de seu artigo 6º como “*conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica*”.

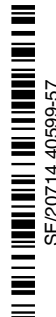
A proteção conferida a esse “estoque de dinheiro virtual”, de propriedade do usuário-consumidor, é garantida pela regulação do Banco Central do Brasil, via o disposto no artigo 12, da Circular BC nº 3.681, de 4 de novembro de 2013<sup>2</sup>.

Essa proteção é disciplinada pela forma com que o BACEN exige das empresas, instituições de pagamento, que os recursos venham a ser “guardados”: a obrigação é clara pelo disposto na norma bancária, ou o dinheiro é convertido em títulos do governo ou há que se fazer um depósito junto ao BACEN dos recursos dos usuários.

O objetivo, como um todo, é proteger a propriedade privada do detentor do dinheiro convertido em moeda eletrônica, que acreditou na empresa como “agente fiduciário”, uma espécie de garantidor, de sua poupança. Em uma comparação simplória, é como se estivéssemos falando de crédito de telefone pré-pago<sup>3</sup>: o cidadão compra créditos e os utiliza, para

<sup>1</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12865.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12865.htm)

<sup>2</sup>[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48839/Circ\\_3681\\_v6\\_P.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48839/Circ_3681_v6_P.pdf)



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

os casos de contas pré-pagas. Aqui, é “depositar” o dinheiro em uma conta virtual para poder utilizá-lo apenas por meio de um cartão de débito, sem precisar ficar andando com dinheiro em mãos.<sup>4</sup> Tudo isso está operacionalmente descrito na Carta Circular do BC nº 3.893, de 7 de agosto de 2018<sup>5</sup>.

No Brasil, o primeiro teste de higidez desse “modelo de proteção” do consumidor ocorreu quando da quebra do Banco Neon, decretada pelo BACEN, na manhã de 4 de maio de 2018<sup>6</sup>. Todas as contas de pagamento dos clientes da Neon Pagamentos, instituição de pagamento do grupo econômico Neon S.A., foram protegidas e resguardadas. Nenhum consumidor foi lesado. Em 7 de maio de 2018, três dias após a quebra do Banco Neon, a Neon Pagamentos firmou parceria com o Banco Votorantim<sup>7</sup> e voltou a operar normalmente no mercado, com a ciência e, principalmente, a devida aquiescência do BACEN.

Diferentemente das “moedas eletrônicas”, que são denominadas e conversíveis em Real, ou moeda soberana, de meio físico ou digital, são as “moedas” virtuais, ou criptomoedas, que nasceram como representação digital de valor de um ativo, *digital cash*, e que não têm sua denominação em moeda nacional.

O *Bitcoin* foi a primeira criptomoeda que nasceu no ambiente pós-crise financeira global de 2007-2008, e teve como objetivo propiciar tanto a troca de valores entre pessoas naturais, sem a intermediação de terceiros, quanto permitir a efetuação de pagamentos, um “meio de pagamento”, também sem a intermediação de qualquer autoridade central<sup>8</sup>.

<sup>3</sup>Como ocorre no Quênia, via contas *M-Pesa* da empresa *SafariCom*: <https://cryptonomics.show/2019/08/14/episode-2-01-sign-of-the-times/>

<sup>4</sup><https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/jota-inside-moeda-eletronica-moeda-virtual-e-reducao-uso-dinheiro-em-especie-27102016>

<sup>5</sup>[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50635/C\\_Circ\\_3893\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50635/C_Circ_3893_v1_O.pdf)

<sup>6</sup><https://tecnoblog.net/241825/banco-neon-pagamentos-liquidacao-extrajudicial/>

<sup>7</sup><https://www.bancovotorantim.com.br/web/site/pt/noticias/banco-votorantim-e-neon-pagamentos-anunciam-parceria-estrategica/>

<sup>8</sup>*The Bitcoin Standard: The Decentralized Alternative to Central Banking*, de autoria de Saifedean Ammous



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

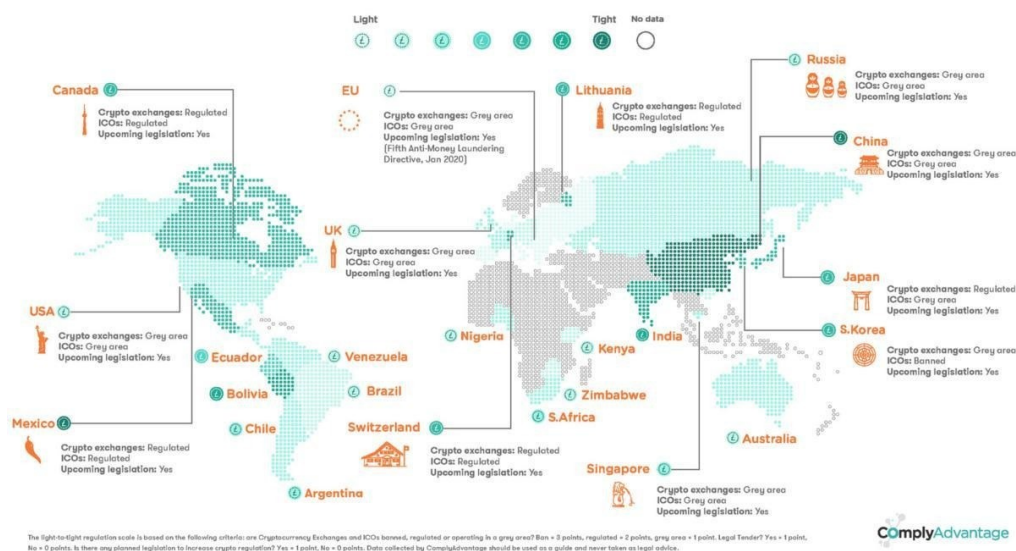
## Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

A descentralização<sup>9</sup> das relações é reflexo da nova Ética<sup>10</sup> e nova Democracia<sup>11</sup>, nascidas da era digital. Em função disso, as criptomoedas carecem de regulação sistêmica no mundo<sup>12</sup>.

O quadro abaixo, editado pela Consultoria *Comply Advantage*, registra, de forma bastante sintética, o cenário regulatório atual entre os países que adotam algum tipo de regulamentação envolvendo criptomoedas.

## Crypto Regulations by Country

How do different countries around the world approach crypto-regulations?



O Japão foi o primeiro país a considerar o intercâmbio, genericamente o “câmbio”, realizado via criptomoedas como meio de pagamento<sup>13</sup>. Do nascimento das criptomoedas, surgiram os “cripto ativos”, também denominados de “tokens” ou “ativos virtuais”, “digital assets”. A primeira

<sup>9</sup> *Blockchain and the Law: The Rule of Code*, de autoria de Primavera De Filippi e Aaron Wright

<sup>10</sup> *Future Politics: Living Together in a World Transformed by Tech*, de autoria de Jamie Susskind

<sup>11</sup> *The Crisis of Capitalist Democracy*, de autoria de Richard A. Posner

<sup>12</sup> <https://www.loc.gov/law/help/cryptocurrency/cryptocurrency-world-survey.pdf>

<sup>13</sup> <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/02/conhecimento-sobre-blockchain-abre-opportunidades.html>





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

“tokenização” de ativos ocorreu em 31 de julho de 2013, por meio do lançamento da “*Initial Coin Offerings*” (“ICO” ou, no plural, “ICOs”) denominada *Mastercoin*<sup>14</sup>.

No Seminário Internacional “*What are the opportunities provided by tokenization?*”, organizado pelo *Institute for Management Development* (IMD)<sup>15</sup>, datado de 19 de agosto de 2019, o professor Arturo Bris<sup>16</sup> destacou que governos precisam adotar certos cuidados e não se precipitarem na edição de medidas regulatórias, que possam eventualmente inibir a formação do mercado virtual. O professor citou os casos da Holanda, do Reino Unido, da Suíça e de Cingapura, como países de destaque na regulamentação da oferta pública de criptoativos, seja por meio do processo de “tokenização”<sup>17</sup> de ativos ou simples intercâmbio de valores via “digital cash” entre particulares, sem a intermediação de qualquer autoridade central.

A regulamentação excessiva pode impactar negativamente o crescimento do mercado, ainda iniciante. No entanto, todos os países citados pelo Professor Arturo Bris estão alinhados e convergem em suas constatações para a necessidade de adoção de mecanismos legais e regulatórios capazes de:

- (i) **combater a lavagem de dinheiro;**
- (ii) **proteger carteiras virtuais e a propriedade privada dos consumidores-investidores; e**
- (iii) **incorporar regras fiscais-tributárias, a fim de permitir o recolhimento de tributos a partir do ganho de capital, fruto de trocas comerciais via cripto ativos.**

<sup>14</sup><https://www.securitytokenacademy.com/info/global-regulatory-review-1215/>

<sup>15</sup><https://www.imd.org/>

<sup>16</sup>[https://www.imd.org/faculty/professors/arturo-bris/?utm\\_medium=social&utm\\_source=linkedin&utm\\_campaign=DF%20Register%20Webinar2](https://www.imd.org/faculty/professors/arturo-bris/?utm_medium=social&utm_source=linkedin&utm_campaign=DF%20Register%20Webinar2)

<sup>17</sup><https://www.loc.gov/law/help/cryptocurrency/cryptocurrency-world-survey.pdf>



SF/20714.40599-57





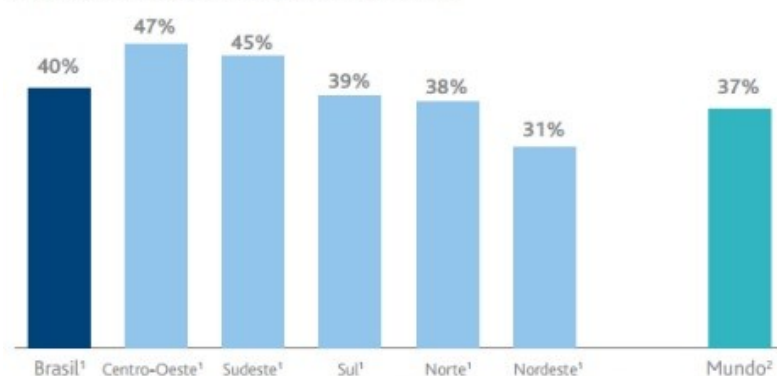
SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**Instrumentos virtuais destinados a pagamentos são cada mais utilizados em substituição ao tradicional papel moeda.** Na Suécia, por exemplo, as autoridades estimam que, em 2030, já será possível extinguir o uso de papel moeda.<sup>18</sup> O próprio BACEN já estuda, desde 2018, a possibilidade de emissão do Real de forma totalmente “tokenizada”, isto é, digital.<sup>19</sup> A Dinamarca também trabalha com esse objetivo.

*Smartphones* são mecanismos de expansão de meios virtuais para pagamento. Para não se restringir a uma aparente realidade específica e bem-sucedida da Europa nórdica, pode-se analisar os dados de acesso a *smartphones* no Brasil e no Equador. Segundo o Banco Central Equatoriano, 100% dos domicílios possuem um celular. No Brasil, os dados de 2015 apontam que 40% da população possui um smartphone. Há muito que avançar, mas o cenário é favorável à expansão de moedas eletrônicas e virtuais. O *smartphone* pode ser um poderoso instrumento de bancarização e inclusão digital. Esta é a conclusão de pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos, em 2015 (gráfico abaixo).

PENETRAÇÃO DO SMARTPHONE NO BRASIL E NO MUNDO



FONTES: (1) IBGE, POPULAÇÃO ACIMA DE 10 ANOS. (2) THE MOBILE ECONOMY REPORT 2015 [OS DADOS DESSE RELATÓRIO SÃO ESTIMADOS E PASSAM POR REVISÃO HISTÓRICA A CADA ANO]

<sup>18</sup> <https://www.bis.org/cpmi/publ/d174.pdf>

<sup>19</sup> <https://www.bcb.gov.br/htms/public/inovtec/O-Meio-Circulante-na-Era-Digital.pdf?4>





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

De acordo com pesquisa realizada pela Tendências Consultoria/MasterCard, a maior parte dos comerciantes considera que o recurso a meios eletrônicos reduz os custos de transação<sup>20</sup>. Segundo a literatura, a migração completa de instrumentos em papel para instrumentos eletrônicos de pagamento tem o potencial de gerar economia equivalente a cerca de 1% do Produto Interno Bruto (“PIB”)<sup>21</sup>. Os resultados apontam que os instrumentos eletrônicos custariam até um terço dos instrumentos baseados em papel.

Para o cenário brasileiro, com dados de 2005, o BACEN estimou que uma migração completa de não eletrônicos para eletrônicos geraria um ganho social de aproximadamente 0,7% do PIB brasileiro de 2005. Esse percentual representa o equivalente a R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais).<sup>22</sup> No Japão, por exemplo, já é exigido o registro das atividades dos operadores de ativo virtual na Agência de Serviços Financeiros do país para proteger os consumidores e impedir o uso criminoso da tecnologia.

Na medida em que a tecnologia evolui, os mercados evoluem e a regulação se ajusta. No Reino Unido<sup>23 24</sup>, o Poder Judiciário lançou consulta pública para receber contribuições acerca das definições sobre cripto ativos, redes distribuídas (“DTLs”, o *Blockchain* é uma dessas redes), contratos inteligentes (“Smart Contracts”), entre outros. A consulta procura se antecipar às demandas judiciais no que toca às imprecisões e à imprevisibilidade envolvendo o mundo digital e suas relações contratuais.

<sup>20</sup> <https://newsroom.mastercard.com/latin-america/files/2015/10/Pesquisa-Tend%C3%Aancias-MasterCard.pdf>

<sup>21</sup> Robinson, P. E., & Flatraaker, D. I. (1995). Costs in the payment system. *Economic Bulletin*, 2, 207–216. Humphrey, D. B.; Pulley, L.; Vessla, J. (1996). Cash, Paper and Electronic Payments: A cross-country analysis. *Journal of Money, Credit and Banking*. Vol. 28, N. 3, Part 2: Payment Systems Research and Public Policy Risk, Efficiency, and Innovation. Pp. 914–939.

<sup>22</sup> [https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Documents/sistema\\_pagamentos\\_brasileiro/Publicacoes\\_SPB/Nota%20Técnica%20-%20Custo%20Eficiencia.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Documents/sistema_pagamentos_brasileiro/Publicacoes_SPB/Nota%20Técnica%20-%20Custo%20Eficiencia.pdf)

<sup>23</sup> <https://br.jexlatin.com/portal/opinioao-o-direito-brasileiro-garante-validade-juridica-de-contratos-eletronicos>

<sup>24</sup> <https://www.judiciary.uk/announcements/have-your-say-new-consultation-launched-on-cryptoassets/>



SF/20714.40599-57



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

A Universidade de Cambridge publicou seu primeiro estudo intitulado “*Global Cryptoasset Regulatory Landscape Study*”<sup>25</sup>, datado de julho de 2019, em que pretendeu classificar e catalogar todos os cripto ativos e suas respectivas modalidades. Trata-se de passo inicial necessário previamente a qualquer tipo de intervenção estatal, seja por meio da regulação ou da regulamentação.

Nos Estados Unidos da América<sup>26</sup>, reguladores afirmam que podem estabelecer normas para disciplinar o uso de moedas virtuais. Ainda que não possuam a natureza jurídica de moeda fiduciária, na acepção da legislação em vigor, elas têm valor econômico crescente. As autoridades, contudo, procuram evitar que a regulação possa impactar negativamente as possibilidades de inovação. A intenção é assegurar segurança jurídica e econômica de transações, além de proteger consumidores-investidores de ofertas públicas potencialmente enganosas via ICOs<sup>27</sup>. Por esse motivo, em julho de 2019, autoridade reguladora do Reino Unido, a *Financial Conduct Authority* (“FCA”),<sup>28</sup> finalizou guia público sobre criptoativos, determinando perímetros regulatórios.

No Brasil, tanto o BACEN quanto a Comissão de Valores Mobiliários fizeram alertas públicos a respeito dos riscos inerentes a investimentos em criptomoedas e cripto ativos em função da não aplicação de regulação setorial a esses ativos. A Receita Federal do Brasil, por seu turno, primeiramente, incorporou as criptomoedas, com o Bitcoin, no conceito de ativo sujeito à declaração de Imposto de Renda em função de eventual ganho de capital. Mais recentemente, também emitiu a Instrução Normativa RFB

<sup>25</sup>[https://www.jbs.cam.ac.uk/fileadmin/user\\_upload/research/centres/alternative-finance/downloads/2019-04-ccaf-global-cryptoasset-regulatory-landscape-study.pdf](https://www.jbs.cam.ac.uk/fileadmin/user_upload/research/centres/alternative-finance/downloads/2019-04-ccaf-global-cryptoasset-regulatory-landscape-study.pdf)

<sup>26</sup>Em fevereiro de 2020 O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos afirmou que a *Financial Crimes Enforcement Network* (“FinCEN”) observa a importância dos criptoativos, mas envida esforços para que estes não sejam utilizados como uma forma de ocultação/realização de práticas criminosas, principalmente pelo lado da rastreabilidade do criptoativos e das transações realizadas. Acessível em <https://www.theblockcrypto.com/post/55734/trump-administration-to-release-new-fincen-requirements-for-cryptos-mnuchin-tells-congress>

<sup>27</sup><https://www.sec.gov/files/OCIE%202019%20Priorities.pdf>

<sup>28</sup><https://www.fca.org.uk/publication/policy/ps19-22.pdf>



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

nº 1888, de 03 de maio de 2019 (IN 1888), cujo objetivo é monitorar o tamanho de mercado nacional relacionado à criptoeconomia<sup>29</sup>. Na sequência, o BACEN emitiu Comunicado de que as informações coletadas pela RFB serão incorporadas ao Balanço de Pagamentos para fins estatísticos.

Em sentido idêntico, a autoridade europeia “*European Securities and Markets Authority*” (“ESMA”), em apuração datada de setembro de 2019<sup>30</sup>, constatou que a criptoeconomia seria ainda pequena para causar eventual impacto na estabilidade do sistema financeiro internacional. No entanto, haveria necessidade da construção de mecanismos globais de coordenação para uma avaliação de forma constante e permanente<sup>31</sup>.

Por outro lado, há enorme preocupação mundial com medidas eficientes e capazes de identificar, monitorar e combater a lavagem de capitais na criptoeconomia.

Entre os anos de 2013 e 2015, o Grupo de Ação Financeira (“GAFI-FATF”) divulgou os primeiros guias de “*Supervisão Baseada em Risco*” aplicáveis à criptoeconomia: o “*Guidance for a Risk-Based Approach – Prepaid Cards, Mobile Payments and Internet-Based Payment Services*”<sup>32</sup> e o “*Guidance for a Risk-Based Approach – Virtual Currencies*”<sup>33</sup>.

O GAFI é organismo intergovernamental do Grupo dos 20 – G20 –, que tem como objetivo desenvolver e promover políticas, nacionais e

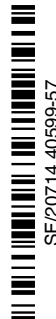
<sup>29</sup>A título exemplificativo, a Corte da Carolina do Norte, EUA, no final de 2016, autorizou a Receita Federal Norte Americana, “*Internal Revenue Service – IRS*”, a ter acesso à movimentação de uma e-wallet, uma espécie de “carteira virtual”, de um cliente em uma bitcoin exchanger, “casa de câmbio” de moedas virtuais (veja: <https://www.justice.gov/opa/pr/court-authorizes-service-john-doe-summons-seeking-identities-us-taxpayers-who-have-used>).

<sup>30</sup><https://www.esma.europa.eu/sections/press-releases>

<sup>31</sup>[...] “(...) Crypto assets do not pose material risks to financial stability at this point, considering their small size. However, global regulators acknowledge the need for a coordinated international-level response, because of the specific challenges that CAs raise and their cross-border nature.”

<sup>32</sup><http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/Guidance-RBA-NPPS.pdf>

<sup>33</sup><http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/Guidance-RBA-Virtual-Currencies.pdf>



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

internacionais, de combate a corrupção e ao financiamento do terrorismo. O intuito dos guias foi sinalizar para o mundo globalizado a importância de um novo segmento de mercado, a criptoeconomia, e as novas janelas de risco envolvendo a lavagem de dinheiro.

A partir de 2016, o Brasil, por meio da XIII Reunião Plenária do Fórum qualificado da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (“ENCCLA”), finalizava, como Recomendação, “*a seus participantes que tenham especial atenção para as operações que envolvam esse meio de pagamento.*”<sup>34</sup> Entre 2017 e 2019, BACEN e RFB coordenaram ações específicas destinadas à definição concreta de protocolos para prevenção à lavagem de dinheiro na criptoeconomia. Não há ainda, contudo, conclusões<sup>35</sup>.

Entre 16 a 18 de outubro de 2019, o Plenário do GAFI-FATF reuniu-se em Paris, na França, e publicizou suas novas definições interpretativas à Recomendação nº 15<sup>36</sup>, envolvendo a criptoeconomia<sup>37</sup>. A conformidade do Brasil às Recomendações do GAFI será avaliada em 2020.

Considerando o cenário de crescente mutação econômica e de conexões globais, considera-se necessária a criação de um Comitê de acompanhamento e monitoramento das atividades envolvendo ativos virtuais, inclusive daqueles regulados setorialmente<sup>38</sup>. O intuito é analisar, de forma constante, a evolução do mercado desses ativos, bem como prevenir e identificar eventuais riscos à estabilidade financeira.

<sup>34</sup><http://enccla.camara.leg.br/acoes/acoes-de-2016>

<sup>35</sup><https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P050419.pdf>

<sup>36</sup><https://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/pdfs/FATF%20Recommendations%202012.pdf>

<sup>37</sup><http://www.fatf-gafi.org/publications/fatfgeneral/documents/outcomes-plenary-october-2019.html>

<sup>38</sup>Conforme apontado pela professora Dra. Camila Villard Duran da Universidade de São Paulo, no âmbito da Comissão Especial “PL 2303/15 – BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS”. Documento disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/banco-central-regular-moedas-virtuais/documentos/audiencias-publicas/CamilaDuranProfessoraDoutoradaUSP.pdf>



SF/20714.40599-57





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

A criação de um Comitê interministerial, que necessariamente deve possuir assento para o Ministério da Economia, a RFB, o BACEN, a CVM, o COAF, o Ministério de Ciência e Tecnologia, contando ainda com a participação do mercado, da sociedade civil organizada, de indicados pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, da academia e de eventuais participantes de governos estrangeiros, a serem convidados, a depender da pauta a ser tratada e das discussões.

A medida justifica-se pela ausência de consenso quanto às classificações e aos riscos inerentes a esses ativos, demandando o desenvolvimento de uma estrutura de aprendizado institucional.

O Comitê subsidiará decisões e regulamentações futuras no tema, a serem feitas por nova legislação ou por resoluções e portarias de órgãos competentes (ou seja, normas infralegais). A criação desse Comitê, como indicado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e, mais especificamente, pelo artigo 12, inciso II, do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, deve ser realizada via Decreto, a ser editado pelo Presidente da República, nos moldes da criação da ENCCLA, em 2003, bem como, mais recentemente, na instituição da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética, por meio do Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020.

Em resumo, daquilo que foi discutido durante o Fórum da Comissão Especial, os pontos que se sobressaíram - e que precisam de endereçamento desta casa legislativa - são:

- (i) a necessidade de alteração da Lei de Lavagem de Dinheiro, para que as *exchanges* (ou seja, as corretoras de ativos virtuais) sejam cadastradas e possam reportar operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, ampliando o combate à lavagem de dinheiro [razão que também justifica a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente (CNPEP)];





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

- (ii) a necessidade de garantir mecanismos jurídicos que possam permitir maior informação, transparência e proteção do investidor-consumidor contra a assimetria de informações e eventuais fraudes nesse mercado;
- (iii) a necessidade de salvaguardar os dados pessoais e as carteiras virtuais dos investidores-consumidores, notadamente com a segregação de ativos entre as suas contas e as contas das *exchanges*; e
- (iv) a necessidade de criação de mecanismos para o monitoramento do mercado de ativos virtuais, de forma a prevenir e gerir eventuais riscos à estabilidade financeira.

O presente projeto é fruto do trabalho realizado por comissão independente, composta pelos professores Doutora Camila Villard Duran<sup>39</sup> e Tiago Severo<sup>40</sup>, em conjunto com a equipe técnica de meu gabinete.

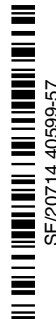
Por todo exposto, solicita-se o apoio dos eminentes Congressistas para lograr-se a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

**Senadora SORAYA THRONICKE**

<sup>39</sup> Professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Pesquisadora sênior associada ao Programa de Governança Econômica Global da Universidade de Oxford. Professora visitante da Sciences Po Paris. Co-fundadora do Grupo de Pesquisa USP-FGV Direito, Moeda e Finanças

<sup>40</sup> Advogado, Secretário-Geral da Comissão de Direito Bancário da OAB-DF e professor da FGV-Rio



SF/20714.40599-57



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 9.191, de 1º de Novembro de 2017 - DEC-9191-2017-11-01 - 9191/17  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2017;9191>
  - inciso II do artigo 12
- Decreto nº 10.222 de 05/02/2020 - DEC-10222-2020-02-05 - 10222/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2020;10222>
- Lei Complementar nº 95, de 26 de Fevereiro de 1998 - LCP-95-1998-02-26 - 95/98  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:1998;95>
- Lei nº 1.521, de 26 de Dezembro de 1951 - Lei dos Crimes Contra a Economia Popular;  
Lei de Economia Popular - 1521/51  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1951;1521>
  - inciso IX do artigo 2º
- Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976 - Lei da CVM; Lei da Comissão de Valores  
Mobiliários; Lei do Mercado de Valores Mobiliários - 6385/76  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976;6385>
  - artigo 2º
- Lei nº 7.492, de 16 de Junho de 1986 - Lei do Colarinho Branco (1986); Lei dos Crimes  
Financeiros; Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional - 7492/86  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1986;7492>
- Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro - 9613/98  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9613>
- Lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 - Lei de Falências (2005), Lei de  
Recuperação de Empresas e Falências; Nova Lei de Falências - 11101/05  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2005;11101>
  - artigo 85
- Lei nº 12.865, de 9 de Outubro de 2013 - LEI-12865-2013-10-09 - 12865/13  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12865>
  - artigo 6º
  - inciso VI do artigo 6º
- Lei nº 13.974 de 07/01/2020 - LEI-13974-2020-01-07 - 13974/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13974>



# Projeto de Lei Complementar





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 213, DE 2020

Institui a Renda Básica da Primeira Infância de R\$ 800,00, custeada por tributação progressiva.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2020

Institui a Renda Básica da Primeira Infância de R\$ 800,00, custeada por tributação progressiva.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Lei institui a renda básica da primeira infância, que:

I – consistirá em benefício mensal à criança vulnerável;

II – será custeada por tributação progressiva.

*Parágrafo único.* Está na primeira infância a criança com até 6 (seis) anos completos, conforme dispõe a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância.

**Art. 2º** Está vulnerável, fazendo jus ao benefício de que trata esta Lei, a criança em unidade familiar que se encontre em situação de pobreza, na forma do limite de renda familiar *per capita* da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

### CAPÍTULO II

#### DA OPERAÇÃO

**Art. 3º** A renda básica da primeira infância substituirá de ofício o benefício variável do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para as famílias com criança na primeira infância, sendo exigidas para manutenção do benefício as mesmas condicionalidades.

**Art. 4º** A renda básica da primeira infância terá:



I – o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) nos 3 (três) primeiros anos completos de vida, reduzido em R\$ 100,00 (cem reais) para cada ano posterior;

II - o limite máximo de 3 (três) benefícios por família;

III – concessão automática, vedada filas de espera.

**Art. 5º** A criança beneficiária cuja renda familiar *per capita* ultrapassar o limite de que trata o art. 2º continuará fazendo jus ao recebimento do benefício, da seguinte forma:

I – pelos primeiros 12 (doze) meses em 50% (cinquenta por cento) de seu valor;

II – pelos seguintes 12 (doze) meses em 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

**Art. 6º** O Poder Executivo utilizará a tecnologia instituída para pagamento do auxílio emergencial, de que trata a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para que as famílias no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) reportem mensalmente informações de renda, de qualquer tipo, para fins do disposto nos arts. 2º e 5º desta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

**Art. 7º** Fica instituído o imposto previsto no art. 153, VII, da Constituição, tendo como base grandes fortunas.

§ 1º São considerados grandes fortunas os patrimônios líquidos superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

§ 2º Para o patrimônio líquido superior ao valor de que trata o § 1º incidirá alíquota equivalente a dois centavos para cada real excedente.

§ 3º O tributo de que trata este artigo terá:

I - como contribuintes pessoas físicas domiciliadas no País; pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior, em relação ao



SF/20731.44262-56



patrimônio que detenham no País, e o espólio das pessoas a que se refere este artigo;

II - como fato gerador a titularidade de grande fortuna, com apuração anual, no dia 31 de dezembro do ano-base de sua incidência, abrangendo domínio útil, posse e propriedade.

§ 4º Define-se patrimônio líquido para fins deste artigo como a diferença entre os bens e direitos de qualquer natureza, localização e emprego, e as obrigações do contribuinte.

§ 5º Cada cônjuge ou companheiro, se em união estável, será tributado pela titularidade do patrimônio individual e, se for o caso, pela metade do patrimônio comum.

§ 6º O patrimônio dos filhos menores de idade será tributado em conjunto com o dos pais.

§ 7º Havendo evidência de transferência de patrimônio de pessoa física para pessoa jurídica com objetivo de evadir a cobrança dos tributos de que esta Lei, a pessoa jurídica responderá solidariamente pelo pagamento dos tributos.

§ 8º A Receita Federal disciplinará a cobrança do tributo de que trata este artigo, podendo dispor sobre:

I - apuração do patrimônio líquido;

II - exclusão de instrumentos de trabalho usados pelo contribuinte, direitos de propriedade intelectual ou industrial e bens de pequeno valor;

III - abatimento de outros impostos incidentes diretamente sobre o patrimônio.

## CAPÍTULO IV

### DOS LUCROS E DIVIDENDOS



**Art. 8º** Fica revogada a isenção sobre a distribuição de lucros e dividendos de pessoa jurídica para a pessoa física, e os arts. 3º e 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** A alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de 12,5% (doze e cinco décimos por cento). § 1º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de 7,5% (sete e cinco décimos por cento).

.....” (NR)

“**Art. 10.** Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2021, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido, arbitrado ou submetidas ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), estarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), calculado à alíquota de 15% (quinze por cento).

§ 1º No caso de o beneficiário ser pessoa jurídica, o imposto será considerado:

I - antecipação do devido pela pessoa jurídica beneficiária tributada com base no lucro real, admitida a compensação com o imposto retido por ocasião do pagamento ou crédito de lucros ou dividendos a seu titular, sócios ou acionistas;

II - tributação definitiva, nos demais casos.

§ 2º No caso de o beneficiário ser pessoa física, o imposto será considerado, a critério do beneficiário:

I – tributação definitiva; ou

II – integrará a base de cálculo do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual.

§ 3º Os lucros ou dividendos a que se refere o caput, no caso de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou ser beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, estarão sujeitos à incidência do IRRF calculado à alíquota prevista no art. 8º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

§ 4º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.



§ 5º Não são dedutíveis na apuração do lucro real nem da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.” (NR)

## CAPÍTULO V

### DAS HERANÇAS

**Art. 9º** Os Estados e o Distrito Federal poderão majorar as alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD para ampliar em seu território os parâmetros de que tratam os arts. 2º e art. 4º, I e II, desta Lei.

*Parágrafo único.* O Senado Federal revisará em 18 (dezoito) meses as alíquotas máximas do imposto de que trata o *caput*.

## CAPÍTULO VI

### DO TETO DE GASTOS

**Art. 10.** A despesa com a renda básica da primeira infância não será considerada obrigatória para fins da restrição de que trata o inciso VIII do *caput* do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

*Parágrafo único.* A despesa com a renda básica da primeira infância não será passível de contingenciamento.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11.** O Ministério da Economia disporá em regulamento sobre os casos omissos.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias após a sua publicação.



SF/20731.44262-56



## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil se deparará nos próximos meses com o término de uma política que se mostrou exitosa no combate à pobreza e à desigualdade durante o auge da pandemia: o auxílio emergencial. Precisamos encontrar maneiras sustentáveis de continuar o investimento nas famílias que mais precisam. É isso que fazemos neste Projeto criando a renda básica da primeira infância.

Neste PL, nos inspiramos em proposta do professor Naercio Menezes Filho, professor da Cátedra Ruth Cardoso do Insper; membro da Academia Brasileira de Ciências; e professor associado da Faculdade de Economia (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de proposta arrojada, já que cria benefício de R\$ 800 para as crianças na primeira infância que estejam vulneráveis. Mas trata-se também de proposta pragmática, porque estabelece claramente as fontes de financiamento para esta transformação – por meio de tributação progressiva – garantindo o casamento da responsabilidade fiscal com a responsabilidade social.

Nos termos de Luciano Huck, *o debate urgente sobre renda básica evolui pra posições realistas, com o detalhamento de soluções responsáveis para sua viabilidade*. E a proposta do professor Náercio seria um avanço.

Ora, sabemos que a pobreza afeta desproporcionalmente as crianças. E sabemos também que os primeiros anos de vida são cruciais para a formação de um indivíduo. Não à toa, aprovamos no final de 2019 a Lei nº 13.960 que estabelece o Biênio da Primeira Infância, chamando atenção da sociedade para o imperativo de investir nesta faixa etária da população.

Como mostra o pesquisador Daniel Duque, da FGV, a taxa de pobreza na primeira infância supera os 30% para as crianças brancas nos 3 primeiros anos de vida, e chega a ultrapassar os 60% para as crianças negras. Nos cálculos do professor Naercio, a taxa é de 25% para o conjunto de crianças de 0 a 6 anos. Quer dizer que boa parte dos brasileiros mais vulneráveis vivem em famílias com renda abaixo da linha da pobreza. É uma situação que não podemos suportar: é urgente uma renda básica robusta para a primeira infância.

Como mostra o Prêmio Nobel James Heckman, em estudos realizados com o pesquisador brasileiro Flavio Cunha, o retorno para a sociedade do investimento na primeira infância é da ordem de 14% ao ano.



SF/20731.44262-56





Permitir que essas crianças possam ter nutrição condizente com suas necessidades, condições de habitação e recreação adequadas e viver em um ambiente de menor estresse possibilitará que seu cérebro se desenvolva. Esta etapa da vida é crucial para o desenvolvimento tanto das habilidades cognitivas quanto emocionais, que fará com que o aprendizado na escola seja efetivo e que no futuro seja um cidadão próspero e capaz de contribuir para a sua sociedade.

Como explica o professor Naercio, a falta de investimento na infância tem consequências. Se as crianças não se desenvolvem, não estudam adequadamente, dificilmente conseguirão bons empregos.

No futuro essas crianças irão se juntar ao enorme estoque de adultos que também não teve oportunidades no passado. E isso vai diminuindo a produtividade do país e drenando recursos públicos para construção de mais hospitais, presídios e para programas de qualificação profissional, minando a sustentabilidade fiscal do país no longo prazo.

De fato, como aponta o Nobel James Heckman, aqueles que se preocupam com déficits e a dívida devem apoiar o gasto público na primeira infância, de tão virtuosos que são seus efeitos.

Hoje, no entanto, a primeira infância recebe uma parcela ínfima do Orçamento da União. A literatura científica e a experiência internacional nos asseguram de que esta proposta é um caminho devemos seguir. Conforme publicação do *Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo* das Nações Unidas, autorada pelos pesquisadores Sergei Soares, Graziela Ansiliero, Aline Amaral, Pedro Souza e Luis Henrique Paiva<sup>1</sup>:

Tais transferências de renda são **comuns entre países ricos, e 17 dos 28 países da União Europeia (60 por cento) têm benefícios infantis universais**. (...) [Entre os países pobres e de renda média], o caso mais inspirador é o da Argentina, que criou a *Asignación Universal por Hijo (AUH)* para fornecer subsídios para todas as crianças ainda não contempladas por outros sistemas.

<sup>1</sup> SOARES, S. S. D.; ANSILIERO, G.; AMARAL, A. D.; SOUZA, P. H. G. F. de; PAIVA, L. H. "A universal child grant in Brazil: what must we do, and what can we expect from it?" Working Paper 181. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2019



Cabe ressaltar que os domicílios com crianças estão sobre-representados nas periferias das grandes cidades, no Nordeste e no Norte do Brasil.

Hoje, o Bolsa Família é insuficiente para levantar estas famílias da pobreza. Como mostra o professor Naercio Menezes, metade das famílias com crianças na primeira infância que recebem o Bolsa Família permanecem na pobreza mesmo com o benefício!

Por isso, mantemos o foco neste grupo – sem mudar o critério de acesso que o Bolsa utiliza para recebimento do benefício. A grande inovação, entretanto, é no aumento do *valor* do benefício. Ele passará dos modestos R\$ 41 de hoje – menos de R\$ 1,50 por dia – para R\$ 800. Este valor é capaz de retirar as famílias da pobreza.

Haverá um limite de 3 benefícios por família, uma redução gradual dos valores (e não uma interrupção brusca quando a criança sai da primeira infância) e a possibilidade de manutenção parcial do pagamento para as famílias que saem da pobreza (a fim de estimular portas de saída).

Estimamos que a taxa de pobreza na primeira infância cairá pela metade, de 25% para 13%, a um custo de cerca de R\$ 80 bilhões.

Assim, para financiar esta despesa é justo que a tributação sobre os mais ricos seja atualizada.

Revogamos a isenção sobre lucros e dividendos distribuídos de pessoas jurídicas para pessoas físicas. Esta é uma proposta já madura nesta Casa, que inclusive iria para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) neste mês, a partir de iniciativas do Senador OTTO ALENCAR e do Senador EDUARDO BRAGA.

Afinal, pesquisas recentes mostram que os brasileiros que compõem o 1% mais rico da população detém quase 30% da renda nacional, um indicador de desigualdade que é dos maiores do mundo. É preciso solidariedade durante a crise.

Como mostra a premiada tese do pesquisador Pedro Souza (inclusive vencedora do Prêmio Jabuti de livro do ano em 2019), esta desigualdade se manteve intocada ao longo das últimas décadas. Novos dados disponibilizados quanto ao imposto de renda mostram que nossa desigualdade é mais alta e mais persistente do que sabíamos. E os super-ricos



aprenderam ao longo do tempo a usar cada vez melhor as brechas de nosso sistema tributário.

Há, portanto, espaço sim para ampliar a proteção social aos mais pobres.

Dados do imposto de renda compilados pela Secretaria de Política Econômica mostram que apenas um décimo da renda do 1% mais rico da população é tributável. Ou seja, 90% de sua renda está isenta do imposto de renda. Para os 0,1% mais ricos da população brasileira, somente 3% da renda é tributável. Quase tudo que os mais ricos dos ricos ganham não paga imposto de renda. A maior parte dos rendimentos isentos são lucros e dividendos. Cerca de R\$ 300 bilhões são distribuídos anualmente sem pagar imposto de renda na pessoa física.

Como afirmou Armínio Fraga no início de fevereiro, estes mecanismos são uma *desfaçatez completa. É difícil entrar em um debate mais profundo sobre política pública, política social, enquanto se convive com essas aberrações.*

Por isso, suspenderemos o privilégio da isenção existente sobre lucros e dividendos distribuídos de pessoa jurídica para pessoa física. Trata-se fonte injustificável de desigualdade de renda, que beneficia grandes advogados, médicos, consultores financeiros, artistas, jogadores de futebol. Esta disfunção alimenta o fenômeno da “pejotização”, deletério para a arrecadação da Previdência. A própria constitucionalidade dessa isenção é duvidosa. Desempenhando uma mesma função, trabalhadores podem ter remunerações líquidas completamente divergentes por conta do enquadramento como PJ ou como CLT. Não mais com essa proposta. A Receita Federal poderá regulamentar a cobrança, não inferior a 15%.

Se não agora, quando? Estes recursos permitirão uma forte proteção à renda dos mais pobres, quebrando o ciclo da pobreza estrutural sem prejuízo da dívida pública e do déficit primário.

Também instituímos o imposto sobre grandes fortunas. Na prática, há uma virtual isenção à riqueza no Brasil, já que este tributo está previsto na Constituição mas jamais foi instituído. Afinal, com a crise e a queda na arrecadação, o Estado deve buscar recursos acumulados no passado. É apenas natural tributar o patrimônio dos que se enquadram no parâmetro de grandes fortunas.



SF/20731.44262-56





Se este tipo de tributação não é aconselhável em tempos normais, pelo risco de elisão e evasão, este não é mais o caso. Vivemos tempos atípicos, e é sim necessário tributar sim o estoque de patrimônio – Esta não é apenas uma medida de fraternidade e de solidariedade, mas de justiça. Sabemos que historicamente no Brasil os mais ricos pagam poucos tributos, e frequentemente se beneficiaram de favores estatais.

Tributar grandes fortunas é uma forma de a sociedade receber de volta uma pequena parcela de renúncias fiscais e subsídios dados no passado. Ao longo do tempo, foram trilhões de reais distribuídos em lucros e dividendos sem pagar imposto de renda, ou rendimentos de aplicações financeiras como letras de crédito agropecuárias ou imobiliárias. Foram trilhões em linhas especiais de financiamento dos bancos públicos, com juros subsidiados pelas classes que, com pouco crédito, pagam juros absurdos no cartão de crédito ou no cheque especial.

Os brasileiros que vivem com mais de 320 salários mínimos possuem patrimônio declarado superior a R\$ 1 trilhão. Eles são menos de 0,1% da população, e podem contribuir neste momento difícil. Há 30 anos a Constituição autoriza esta cobrança, jamais instituída. É intuitivo que o Estado aproveite este patrimônio em vez de se endividar ainda mais. Não devemos pedir dinheiro emprestado a quem deveria simplesmente estar pagando imposto.

Quero destacar também que o meu partido, o Cidadania – que tenho a honra de liderar no Senado – publicou no ano passado a sua Carta de Princípios, que expressamente *defende a responsabilidade fiscal*. Mas se compromete também com o *combate à pobreza e o combate às desigualdades sociais*.

Por isso, reconhecemos a importância da estabilização da dívida pública e da redução do déficit primário, até porque sabemos quem pagaria o pato em caso de uma crise da dívida e de retorno da inflação.

Adicionalmente, os Estados poderão complementar a renda básica da primeira infância com a elevação do imposto sobre heranças – subtributadas na comparação internacional. Dá-se também um prazo para que o Senado Federal revise as alíquotas máximas para este tributo, hoje bem abaixo mesmo de países como os Estados Unidos.

Precisamos de recursos para vencer a crise, e o Brasil possui estes recursos. Pergunto aos meus pares: quantos de nossos eleitores se



beneficiam de isenção às grandes fortunas ou de lucros e dividendos? E quantos são mães, pais, avós que vivem com crianças e não sabem como terminar o mês, ou mesmo a semana?

Esta é a Casa do Norte e do Nordeste: é o momento de fortalecer a proteção social e instituir a renda básica da primeira infância.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA



## LEGISLAÇÃO CITADA

- ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT-1988-10-05 ,  
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
  - inciso VIII do artigo 109
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas; Lei das S.A.; Lei das S/A; Lei das Sociedades por Ações; Lei das Companhias por Ações - 6404/76  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976;6404>
- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9249>
  - artigo 3º
  - artigo 10
- Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - Lei do Ajuste Tributário - 9430/96  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9430>
  - artigo 24
  - artigo 24-
- Lei nº 9.779, de 19 de Janeiro de 1999 - LEI-9779-1999-01-19 - 9779/99  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9779>
  - artigo 8º
- Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004 - Lei do Programa Bolsa Família - 10836/04  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10836>
- Lei nº 13.257 de 08/03/2016 - LEI-13257-2016-03-08 , MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA - 13257/16  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13257>
- Lei nº 13.982 de 02/04/2020 - LEI-13982-2020-04-02 , LEI DO "CORONAVOUCHER" - 13982/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13982>



# Proposta de Emenda à Constituição





# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### Nº 29, DE 2020

Introduz a renda básica como direito social.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM) (1º signatário), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Romário (PODEMOS/RJ)



[Página da matéria](#)



## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2020

Introduz a renda básica como direito social.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** .....

*Parágrafo único.* Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder público, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em Lei.” (NR)

**Art. 2º** O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 107.** .....

.....

§ 6º .....

VI – as despesas relativas à renda básica, de que trata o parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal.

.....” (NR)

**Art. 3º** A renda básica de que trata o parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal será instituída por lei, que poderá fazer sua implementação por etapas, priorizando os cidadãos em situação de insuficiência de renda.

*Parágrafo único.* A renda básica será neutra do ponto de vista fiscal, e poderá ser custeada tanto pelo aumento da arrecadação quanto pela integração com outras despesas, inclusive as previstas na Constituição.



**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Nossa Constituição deve evoluir e garantir uma proteção do Século 21 – a renda básica – em seu rol de direitos sociais.

A história nos chama a agir. A atual crise revela mais do que nunca nossas desigualdades: é hora de aprofundar o pacto que fizemos em 1988. Com Constituição universalizamos a proteção à saúde, que passou a ser direitos de todos e não apenas dos brasileiros com emprego formal. o momento é de fazer o mesmo com a proteção à renda.

Todos os brasileiros devem estar protegidos, não somente os que conquistaram a carreira assinada. Propomos a renda básica como direito social. Ela poderá ser implementada por lei e em etapas, privilegiando os brasileiros mais vulneráveis. Autorizamos, ademais, que possa ser custeada com a integração com outras despesas previstas na Constituição – se este for o desejo futuro do Parlamento. Permitimos, também, que ela não seja limitada pelo teto de gastos, se nossa sociedade decidir assim fazê-lo.

Pelo País, milhões de pessoas formaram enormes filas para buscar o auxílio emergencial. Sempre conhecemos as estatísticas da informalidade, do desemprego, do desalento, mas o coronavírus colocou a olhos nus a vulnerabilidade de nossa sociedade. Temos de buscar formas e meios de tornar permanente este apoio. Afinal, milhões de brasileiros vivem permanentemente no distanciamento *econômico*, no isolamento *das oportunidades*.

Ora, passados 30 anos da Constituição de 1988, como podemos nos conformar em ter 25% dos brasileiros ainda vivendo na pobreza? Quatro em cada dez crianças de nosso País vivem assim, sem o atendimento de suas necessidades básicas. Que futuro teremos com tanto conformismo? Como podemos considerar suportável sermos campeões mundiais de desigualdade?

Por isso, a renda básica vem resgatar o espírito de 1988 – que tive a honra de viver como relator geral da Constituinte amazonense. Uma renda básica robusta, assegurada pela Constituição, poderá tirar milhões de brasileiros da pobreza, especialmente as crianças e os jovens. Ela tem



potencial para reduzir drasticamente nossas desigualdades sociais e regionais.

Tudo indica que a renda básica será uma proteção essencial para dar segurança para as famílias brasileiras diante de um futuro que se mostra desafiador. A recuperação econômica ameaça ser lenta diante de uma crise inédita, que deixará milhões de desempregados. Para além desta conjuntura, as novas tecnologias podem transformar diversas ocupações, deixando outros tantos sem emprego ou em postos precários. Governos de diversos países, organismos multilaterais e as principais empresas do planeta imaginam que a renda básica será parte deste futuro.

Depois da experiência do auxílio emergencial, não podemos retroceder.

O Senado deve estar do lado certo da história. Assim, pedimos o apoio das Senadoras e dos Senadores para a aprovação desta Proposta.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



SF/20193.79575-06



## LEGISLAÇÃO CITADA

- ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT-1988-10-05 ,  
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - parágrafo único do artigo 6º
  - parágrafo 3º do artigo 60



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1566, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Paulo Paim

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)

SF/20304.43945-53 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1571, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2020.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1591, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - Mesa**

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa expedida pela Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à Proposta de Emenda à Constituição, registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “Introduz a renda básica como direito social”

Sala das Reuniões, 3 de agosto de 2020.

**Senadora Simone Tebet**

SF/20168.98551-10 (LexEdit\*)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1592, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luiz do Carmo

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2020.

**Senador Luiz do Carmo**  
(MDB - GO)

SF/20119.10317-29 (LexEdit)





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 1594, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2020.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**  
**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

  
SF/20094.05089-72 (LexEdit)



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1596, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/201937957506, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “insere na Constituição Federal dispositivo que garante a RENDA BÁSICA como o direito social”.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2020.

**Senador Esperidião Amin**  
**(PP - SC)**  
**Líder do Bloco Unidos pelo Brasil**

  
SF/20301.50973-02 (LexEdit)



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1605, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Romário (PODEMOS/RJ)



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “Introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2020.

**Senador Romário**  
**(PODEMOS - RJ)**  
**Senador**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1612, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI)



[Página da matéria](#)





## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa expedida pela Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à Proposta de Emenda à Constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga (MDB/AM), que “Introduz a renda básica como direito social”.

**Senador Marcelo Castro (MDB/PI)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1613, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2020.

**Senador Alessandro Vieira**  
**(CIDADANIA - SE)**  
**Vice-Líder do Cidadania**

SF/20922.19605-95 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1617, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/2020193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2020.

**Senador Jorge Kajuru**  
**(CIDADANIA - GO)**

  
SF/20441.22772-12 (LexEdit)



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1625, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

## REQUERIMIENTO N° DE

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2020.

**Senador Plínio Valério**  
(PSDB - AM)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1628, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Confúcio Moura

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/201937957506, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “garante a Renda Básica como um direito social”.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2020.

**Senador Confúcio Moura**  
(MDB - RO)

SF/20849.65126-22 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1651, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/2019379575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Subcrevo a matéria.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2020.

**Senador Reguffe  
(PODEMOS - DF)**

SF/20336.78636-10 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1657, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

## REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, de de .

**Senadora Daniella Ribeiro**  
**(PP - PB)**

SF/20761.31162-25 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1681, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Chico Rodrigo

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao projeto de lei registrado no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

### JUSTIFICAÇÃO

A pandemia do Covid expôs a necessidade de se criar um mecanismo de proteção social para os menos favorecidos e excluídos.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2020.

**Senador Chico Rodrigues**  
(DEM - RR)

SF/20432.32711-40 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1684, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2020.

**Senador Carlos Fávaro**  
(PSD - MT)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1692, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2020.

**Senador Marcos do Val**  
**(PODEMOS - ES)**  
**Senador**

|||  
SF/20122.02344-45 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1720, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorginho Mello

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

## JUSTIFICAÇÃO

Senador Jorginho Mello deseja incluir assinatura na PEC da Renda básica de autoria do Senador Eduardo Braga.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2020.

**Senador Jorginho Mello**  
**(PL - SC)**  
**Líder do PL**



SF/20156.82615-84 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1732, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Omar Aziz

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.7957506, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2020.

**Senador Omar Aziz**  
(PSD - AM)

SF/20347.06501-70 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1733, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jaques Wagner

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2020.

**Senador Jaques Wagner**  
(PT - BA)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1746, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Dário Berger (MDB/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Dário Berger

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2020.

**Senador Dário Berger**  
(MDB - SC)  
**Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

SF/20425.71052-37 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1756, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jader Barbalho

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2020.

**Senador Jader Barbalho**  
(MDB - PA)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1769, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa expedida pela Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à Proposta de Emenda à Constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “Introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Fabiano Contarato**  
**(REDE - ES)**

SF/20645.12340-49 (LexEdit\*)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1781, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2020.

**Senador Jarbas Vasconcelos**  
(MDB - PE)

  
SF/20716.43813-07 (LexEdit)



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1782, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador José Maranhão (MDB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador José Maranhão

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2020.

**Senador José Maranhão**  
(MDB - PB)

SF/20878.92503-21 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1858, DE 2020

Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.

**AUTORIA:** Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



  
SF/20225.21085-16 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20193.79575-06, de autoria do Senador Eduardo Braga, que “introduz a renda básica como direito social”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Paulo Rocha**  
**(PT - PA)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1785, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS nº 1857/2020.

**AUTORIA:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## REQUERIMENTO Nº DE 2020

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao **Requerimento (SF/20173.29076-94)**, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que tem o objetivo de *homenagear o Dom Pedro Casaldáliga, que durante décadas combateu a grilagem de terras e defendeu os interesses indígenas*.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1816, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1857/2020.

**AUTORIA:** Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Jorginho Mello

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20173.29076-94, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “sessão especial para homenagear o Dom Pedro Casaldáliga, que durante décadas combateu a grilagem de terras e defendeu os interesses indígenas”.

## JUSTIFICAÇÃO

O Senador Jorginho Mello deseja adicionar assinatura no requerimento do Senador Wellington Fagundes que está propondo uma Sessão Especial, em data oportuna ainda a definir, com o objetivo de \*homenagear o Dom Pedro Casaldáliga, que durante décadas combateu a grilagem de terras e defendeu os interesses indígenas.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Jorginho Mello**  
**(PL - SC)**  
**Líder do Partido Liberal**

SF/20004.94428-43 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1844, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1857/2020.

**AUTORIA:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

## REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20173.29076-94, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Zequinha Marinho**  
**(PSC - PA)**  
**Líder do PSC**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1851, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1857/2020.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Paulo Paim

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20173.29076-94, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)

**Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1855, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS nº 1857/2020.

**AUTORIA:** Senador Esperidião Amin (PP/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/2017329076-94, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “se realize Sessão Especial em data oportuna, a fim de homenagear Dom Pedro Casaldáliga, o bispo da prelazia que durante décadas combateu a grilagem de terras e defendeu os indígenas da região”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Esperidião Amin**  
**(PP - SC)**  
**Líder do Bloco Unidos pelo Brasil**

  
SF/20432.56650-43 (LexEdit)



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1860, DE 2020

Adição de assinatura ao Requerimento nº 1857, de 2020, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20173.29076-94, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de homenagear Dom Pedro Casaldáliga, o bispo da prelazia que durante décadas combateu a grilagem de terras e defendeu os indígenas da região”.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2020.

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**  
**Líder do PDT no Senado Federal**

SF/20198.10541-78 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1790, DE 2020

Retirada de tramitação do PL 3945/2020.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Senador Eduardo Gomes

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 3945/2020, que “altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para autorizar a propaganda paga mediante banners eletrônicos na Internet”.

## JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 3.945, de 2020, altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para autorizar a propaganda paga mediante *banners* eletrônicos na Internet.

Na proposição, propomos nova redação do art. 26, inciso XV, da Lei das Eleições, no que entendemos ter sido um mero ajuste de técnica legislativa. A redação atual do referido inciso repete restrição a impulsionamento de conteúdos que já é veiculada no § 3º do art. 57-C da Lei nº 9.504, de 1997, bem como limitação correlata a sítios de candidatos e partidos na Internet, veiculada no *caput* do art. 57-B do mesmo diploma legal. O projeto estaria a eliminar, portanto, redundância, em nome da clareza e da concisão.

A despeito disso, observamos, após a apresentação do projeto, que a mudança no inciso XV do art. 26 da Lei das Eleições pode dificultar a compreensão da matéria, induzindo ao entendimento equivocado de que o PL estaria a criar lacuna legal para contratação de serviços no exterior.

SF/20182.32564-54 (LexEdit)



Diante disso, requeremos a retirada da proposição, seguida de reapresentação da matéria com os devidos ajustes redacionais.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Eduardo Gomes**  
**(MDB - TO)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1808, DE 2020

Informações ao Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Senador Rogério Carvalho

## REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, informações sobre dossiê produzido no âmbito do Ministério investigando pessoas que se declaram anti-fascistas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, informações sobre dossiê produzido no âmbito do Ministério investigando pessoas que se declaram anti-fascistas.

Nesses termos, requisita-se:

1. Existe alguma investigação realizada no âmbito do Ministério da Justiça sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
2. A secretaria de Operações Integradas (SEOPI) elaborou algum dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
3. Qual autoridade determinou a elaboração de um dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?



4. Com qual objetivo foi elaborado o dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
5. Quem determinou a compilação de informações para elaborar o dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
6. Foi utilizado algum elemento encaminhado pelo deputado Douglas Garcia, de SP, para elaboração do levantamento em relação aos antifascistas?
7. Caso tenha sido utilizado qualquer elemento encaminhado pelo deputado Douglas Garcia, solicita-se discriminação de que elementos foram estes.
8. O ministro da justiça teve ciência da elaboração do dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
9. O presidente da república teve ciência da elaboração do dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
10. O vice-presidente da república teve ciência da elaboração do dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
11. O ministro da justiça teve acesso a um dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?
12. O presidente da república teve acesso a um dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista?

SF/20676.68959-73 (LexEdit)





  
SF/20676.68959-73 (LexEdit)

que visem ações de prevenção, neutralização e repressão de atos criminosos de qualquer natureza que atentem contra a ordem pública, a incolumidade das pessoas e o patrimônio. Levando essa justificativa a sério, quais atos criminosos de qualquer natureza que atentem a ordem pública o dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista teriam sido ser prevenidos, neutralizados ou reprimidos?

21. A quais autoridades e órgãos públicos foram encaminhados o dossiê sobre servidores federais e/ou estaduais identificados como integrantes do movimento antifascismo ou antifascista? Com qual objetivo foi endereçado esse documento a essas autoridades e órgãos públicos?
22. Nesse dossiê consta um arquivo intitulado “manual de terrorismo BR”? Se sim, o que motivou a inclusão desse arquivo no dossiê? Qual a relação entre o arquivo e os servidores incluídos no dossiê?

## JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado pelo Uol (<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>), a Seopi (Secretaria de Operações Integradas), diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, produziu um dossiê contendo informações de centenas de pessoas, contendo fotos, endereço nas redes sociais, endereços residenciais e alguns números de celulares.

Curiosamente, este fato se dá pouco tempo após o Deputado Estadual Douglas Garcia, do PSL-SP, ter solicitado via Twitter (<https://twitter.com/DouglasGarcia/status/1267546485849305088?>



ref\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1267546485849305088%7Ctwgr%5E&ref\_url=https%3A%2F%2Fwww.poder360.com.br%2Fmidia%2Fdeputado-pede-denuncias-contrantifascistas-e-recebe-fotos-de-vampeta-nu%2F ), nome completo e provas de pessoas autodenominadas antifascistas. No dia seguinte,o Deputado reportou ( <https://www.poder360.com.br/midia/deputado-pede-denuncias-contrantifascistas-e-recebe-fotos-de-vampeta-nu/> ) ter recebido dados de mais de mil pessoas.

O uso do aparato Estatal para produção de dossiês - ferindo ditames centrais do regime democrático constitucional - configura verdadeira perseguição de adversários políticos, espionagem ilegal, além de ameaça. Ainda mais grave é o fato de que não é a primeira vez que isto acontece, uma vez que existem vastas evidências da instalação do “Gabinete do ódio” no Palácio do Planalto. Rememora-se que a prática de constituir dossiês contra adversários políticos foi consolidada durante a ditadura empresarial-militar no Brasil. Sua adoção pela Secretaria chefiada pelo Delegado da PCDF( <https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/delegado-da-pcdf-jeferson-lisboa-assume-operacoes-integradas-do-ministerio-da-justica> ) Jefferson Lisboa traz para dentro da institucionalidade uma prática de milícia.

Agrava esta situação o fato das investigações se darem no seio do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, uma contradição evidente por se tratar de uma situação injusta e que atenta contra a segurança pública.

É ainda mais chocante o fato de existir uma investigação sigilosa e ilegal contra pessoas que se dizem contrárias ao fascismo, quando o natural e instintivo de qualquer cidadão – e especialmente daqueles que ocupam cargos na estrutura governamental – deveria ser de alinhamento ao combate ao fascismo, em permanente defesa da democracia e do Estado de Direito.



Reafirmamos nosso compromisso com a Democracia e com a Constituição Cidadã de 1988, ao mesmo tempo em que repudiamos veementemente toda e qualquer iniciativa voltada a criminalizar, reprimir, espionar, intimidar ou manipular os defensores da democracia no Brasil.

Desta feita, resta a obrigação do Parlamento Brasileiro de solicitar esclarecimentos acerca das graves denúncias ora apresentadas, elucidando os fundamentos para que centenas de brasileiras e brasileiros comprometidos com o combate à ameaça fascista se vejam investigados pelo Estado.

Sala das Sessões,        de        de        .

**Senador Rogério Carvalho**  
**(PT - SE)**  
**Líder do Partido dos Trabalhadores**

SF/20676.68959-73 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1811, DE 2020

Adição de assinatura ao PL nº 4203/2020.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao PL 4203/2020, de autoria do Senador Carlos Viana, que “altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas dos estados de Minas Gerais e de Roraima na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1823, DE 2020

Informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

**AUTORIA:** Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, informações e o envio de documentação sobre o estado geral do fornecimento de apoio às comunidades e povos tradicionais para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, informações e o envio de documentação sobre o estado geral do fornecimento de apoio às comunidades e povos tradicionais para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Nesses termos, requisitam-se:

1. informações atualizadas sobre quais os valores executados em cestas básicas e outras formas de apoio a comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais desde a entrada em vigor da Medida Provisória nº 942, de 2 de abril de 2020;
2. informações atualizadas que discriminem, com exatidão, a quantidade de cestas básicas e outras formas de apoio entregues a quais povos indígenas, quais aldeias e quais comunidades tradicionais em todo o território nacional;
3. informações sobre os servidores responsáveis pelas entregas (seus nomes e números de matrícula funcional); informações sobre os cidadãos ou cidadãs responsáveis pelo recebimento das diversas formas de auxílio (nomes e números de registro de identidade ou outra forma válida de identificação);





4. fornecimento de documentos que atestem as entregas e os recebimentos das diversas formas de apoio oriundas do crédito de quarenta e cinco milhões de reais com os quais o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos deve prestar apoio ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, nos termos da Medida Provisória nº 942, de 2 de abril de 2020.

### JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal afirmou, em 9 de junho de 2020, que mais de cento e oitenta mil cestas básicas já haviam sido entregues às populações vulneráveis no País. Contudo, em 10 de junho de 2020, a imprensa apurou que, em São Gabriel da Cachoeira, município amazonense de quarenta e cinco mil habitantes, noventa por cento dos quais indígenas, nem uma única cesta básica havia sido entregue.

Não têm cessado de nos alcançar outras informações no mesmo sentido, que têm sido ouvidas, registradas e divulgadas pela imprensa, por instituições de defesa dos direitos de povos e comunidades vulneráveis e pelo Senado Federal.

Conforme é sabido, a Medida Provisória nº 942, de 2 de abril de 2020, abriu crédito extraordinário de quarenta e cinco milhões de reais para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o que não combina com as informações aqui relatadas. Neste momento, tão difícil quanto decisivo para que reafirmemos nosso compromisso estratégico com a civilidade e com uma sociedade complexa, livre, diversa e plural, o Senado Federal não pode deixar de prestar a atenção devida às medidas que devem concretizar aqueles compromissos.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2020

**Senador PAULO ROCHA**

**PT/PA**

**Líder do Bloco Parlamentar Resistência Democrática**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1824, DE 2020

Informações à Ministra da Agricultura.

**AUTORIA:** Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre as medidas fiscalizatórias e de prevenção e repressão à invasão de terras públicas na Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre as medidas fiscalizatórias e de prevenção e repressão à invasão de terras públicas na Amazônia.

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual a estrutura, incluindo órgãos e pessoal, que dispõe o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para fiscalizar a ocupação ilegal nas áreas rurais da Amazônia?
2. V. Exª considera essa estrutura adequada para fiscalizar e reprimir a ocupação ilegal nas áreas rurais da Amazônia?
3. Há estudos que indicam que o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica tem por principal causa a grilagem de terras, sobretudo em áreas não ainda destinadas. Nesses casos, essas terras permaneceriam numa espécie de limbo no que concerne à indefinição sobre a alocação de seu uso, de maneira que ficaria difícil definir um gestor para responder pelas invasões



SF/20752.76668-60 (LexEdit)



  
SF/20752.76668-60 (LexEdit)

de que se aproveitariam grileiros com o fito de desmatá-las e depois transmitirem onerosamente a sua posse, lucrando com a devastação florestal sem que, ao que tudo indica, o Poder Público tomasse as devidas providências ao seu alcance. V. Ex<sup>a</sup> seria capaz de esclarecer qual a estratégia do MAPA para coibir esse tipo de prática?

4. Que medidas o MAPA vem tomando para estabelecer a destinação de áreas rurais na Amazônia e possibilitar o fim da grilagem de terras nessas áreas?
5. O Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, em audiência realizada no Senado Federal em julho de 2020, estimou uma quantidade aproximada de 1.500 grileiros e garimpeiros ilegais hoje dentro de terras tradicionalmente ocupadas por índios Yanomamis, e afirmou que o Governo estaria estudando uma operação para a retirada desses invasores das terras indígenas. Qual a participação do MAPA nessa operação? Qual a estratégia de retirada desses invasores? Há uma data prevista para o início e a conclusão dessa operação?

## JUSTIFICAÇÃO

Diante do quadro apresentado por pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) [<https://www.oeco.org.br/noticias/grileiros-ja-tomaram-quase-12-milhoes-de-hectares-de-florestas-publicas-na-amazonia/>], que aponta que grileiros tomaram posse de 11,6 ha. de florestas públicas na Amazônia, fato agravado pela expectativa de sucesso e posterior convalidação de ações com medidas como a MP da grilagem (MP 910, de 2019), evidencia-se a necessidade de o poder público, sobretudo por



intermédio do MAPA, agir de forma enérgica e urgente para conter essas ocupações ilegais de terras, que ocasionam acelerado desmatamento da Floresta Amazônica e, ainda, destroçam os meios de vida e a cultura das populações indígenas.

Nesse sentido, considerando que, nos termos do art. 21, inciso XIV, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, constitui área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, "reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas", estamos provocando o MAPA para que informe claramente à sociedade brasileira, e até mesmo à comunidade internacional, que tipo de providências estão tomando as autoridades responsáveis para coibir esse tipo de ilegalidade e quais as expectativas de solução para o problema que estamos apontando, notadamente no que se refere à destinação de florestas públicas da União que, justamente pela omissão governamental, deixam essas áreas extremamente vulneráveis a invasores de todo tipo.

Sala das Sessões, 29 de julho de 2020.

**Senador Paulo Rocha**  
**(PT - PA)**

**Líder do Bloco Parlamentar Resistência Democrática**

SF/20752.76668-60 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1825, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Paulo Paim

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1834, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao RQS 1818/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Jorge Kajuru**  
**(CIDADANIA - GO)**



SF/20547.76001-88 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1835, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Alessandro Vieira**  
**(CIDADANIA - SE)**  
**Vice-Líder d Cidadania**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1836, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Romário (PODEMOS/RJ)



[Página da matéria](#)



  
SF/20251.49414-33 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “tem por objetivo a inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441- 07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Romário**  
**(PODEMOS - RJ)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1837, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo n.º 0017441-07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Subcrevo a matéria.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Reguffe  
(PODEMOS - DF)**

SF/20432.20531-54 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1838, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)



  
SF/20786.60720-38 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “requer, nos termos do art. 222, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441- 07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senadora Eliziane Gama**  
**(CIDADANIA - MA)**  
**Líder do CIDADANIA**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1839, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “requer nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao Requerimento nº 1818, de 2020, registrado no Sedol sob o nº SF/20419.66500-65, que tem por objetivo a ‘inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441- 07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
**(REDE - AP)**  
**Senador da República**

SF/20180.14323-30 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1840, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao RQS 1818/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao Requerimento nº 1818, de 2020, registrado no Sedol sob o nº SF/20419.66500-65, que tem por objetivo a “inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441- 07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Jean Paul Prates**  
**(PT - RN)**

|||  
SF/20526.33060-05 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1841, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



  
SF/20596.83744-39 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “requer, inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441- 07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Paulo Rocha**  
**(PT - PA)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1845, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Arolde de Oliveira

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao RQS 1818/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo é a inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441-07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Arolde de Oliveira**  
**(PSD - RJ)**

SF/20207.54379-03 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1846, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

## REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao RQS 1818/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba”.

Sala das Sessões, de de .

**Senadora Daniella Ribeiro**  
**(PP - PB)**

SF/20336.07940-31 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1849, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2020**



Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao Requerimento nº 1818, de 2020, registrado no Sedol sob o nº SF/20419.66500-65, que tem por objetivo a “inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441-07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senadora Mara Gabrilli**  
**(PSDB/SP)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1852, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS nº 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao Requerimento nº 1818, de 2020, registrado no Sedol sob o nº SF/20419.66500-65, que tem por objetivo a “inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441-07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões,

Senador ANGELO CORONEL  
(PSD - BA)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1853, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1818/2020.

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “inserção em ata de voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441- 07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**  
**Líder do PDT no Senado Federal**

  
SF/20843.42625-62 (LexEdit)



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1859, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS 1818/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao RQS 1818/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “voto de repúdio à juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba”.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2020.

**Senador Humberto Costa**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1865, DE 2020

Adição de assinatura ao Requerimento nº 1818, de 2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

**AUTORIA:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luiz do Carmo

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20419.66500-65, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que “requer inserção em ata de voto de repúdio à Juiz Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, por racismo em sentença proferida no dia 19 de junho de 2020, no Processo nº 0017441-07.2018.8.16.0013, em que escreveu que o réu era, seguramente, integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça”.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2020.

**Senador Luiz do Carmo**  
**(MDB - GO)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 1856, DE 2020

Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Pereira da Silva.

**DESPACHO:** Encaminhe-se.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Paulo Paim

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Pereira da Silva, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Maria Aparecida de Araujo Silva e aos seus filhos Carlos Alberto Pereira Silva Júnior, Abel Fabiano de Araújo Silva, Cristiano de Araújo Silva, Gustavo de Araújo Silva e Rachel de Araújo Silva.

## JUSTIFICAÇÃO

O repórter cinematográfico Carlos Alberto Pereira da Silva, nasceu na cidade de Anápolis, no estado de Goiás, no dia 08 de dezembro de 1956 e faleceu na capital do Brasil, Brasília, aos 63 anos, no dia 13 de agosto de 2020, vítima da Covid-19.

Iniciou sua carreira profissional na antiga Radiobras, passou pela extinta TV Manchete, atuou na TV Record e TV Câmara e, atualmente estava na TV Senado. Obteve prêmios nacionais.

Carlos Alberto foi um dos mais queridos profissionais da televisão e do jornalismo brasileiro. A coordenadora da TV Senado, Glauciene Lara, em depoimento ao jornal Correio Braziliense, assim o definiu: “Todos estão super abalados. Não conheço uma pessoa que não goste dele. É um ser humano sempre para cima, extremamente educado, compreensivo e cooperativo. Amava o trabalho”.



  
SF/20337.07309-31 (LexEdit)

Homens como Carlos Alberto deixam lições de sonhos, amizades, calor humano e muita sabedoria. Ele era todo coração e alma, um apaixonado pela família.

Como tão bem escreveu Oswald Montenegro: “Que a arte nos aponte uma resposta, mesmo que ela não saiba. E que ninguém a tente complicar, porque é preciso simplicidade para fazê-la florescer; porque metade de mim é plateia, e a outra metade é canção... E que a minha loucura seja perdoada, porque metade de mim é amor. E a outra metade... também”.

Carlos Alberto Pereira da Silva deixa a esposa, cinco filhos e oito netos.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**  
**Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 1857, DE 2020

Realização de sessão especial, em data oportuna, a fim de homenagear Dom Pedro Casaldáliga.

**AUTORIA:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de homenagear Dom Pedro Casaldáliga, o bispo da prelazia que durante décadas combateu a grilagem de terras e defendeu os indígenas da região.

**JUSTIFICAÇÃO**

São Félix do Araguaia e o Brasil choram a morte de Dom Pedro Casaldáliga, Bispo Emérito de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, e um dos maiores defensores dos direitos humanos do País, que, durante décadas, combateu a grilagem de terras e defendeu os indígenas da região. Bispo daquela prelazia, ele morreu no sábado passado, com 92 anos, e seu nome chegou a ser citado, várias vezes, para o prêmio Nobel da Paz.

Dom Pedro nasceu na província de Barcelona, na Espanha, em 1928 e chegou ao Brasil aos 40 anos, como missionário para trabalhar em São Félix do Araguaia. Era um dos fundadores do Conselho Missionário Indígena e da Pastoral da Terra e sua luta em defesa dos povos oprimidos resultou em várias ameaças de morte e até em um voto de silêncio pela própria Igreja Católica. Mas ele não desistiu. Continuou a sua luta e criou o Santuário dos Mártires da Caminhada, no local onde outro padre – João Bosco – foi assassinado em 1976, também como consequência da luta contra a grilagem de terras.

SF/20173.29076-94 (LexEdit)





## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**PSD** - Otto Alencar\*  
**PSD** - Angelo Coronel\*\*  
**Bloco-PT** - Jaques Wagner\*\*

### Rio Grande do Sul

**PODEMOS** - Lasier Martins\*  
**Bloco-PP** - Luis Carlos Heinze\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Amazonas

**PSD** - Omar Aziz\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PSDB** - Plínio Valério\*\*

### Rio de Janeiro

**PODEMOS** - Romário\*  
**PSD** - Arolde de Oliveira\*\*  
**Bloco-REPUBLICANOS** - Flávio Bolsonaro\*\*

### Ceará

**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PDT** - Cid Gomes\*\*  
**PODEMOS** - Eduardo Girão\*\*

### Paraná

**PODEMOS** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-REDE** - Flávio Arns\*\*  
**PODEMOS** - Oriovisto Guimarães\*\*

### Maranhão

**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Eliziane Gama\*\*  
**Bloco-PDT** - Weverton\*\*

### Paraíba

**Bloco-MDB** - José Maranhão\*  
**Bloco-PP** - Daniella Ribeiro\*\*  
**Bloco-PSB** - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

### Acre

**Bloco-PP** - Mailza Gomes\* (S)  
**Bloco-MDB** - Marcio Bittar\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Pará

**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*  
**Bloco-MDB** - Jader Barbalho\*\*  
**Bloco-PSC** - Zequinha Marinho\*\*

### Espírito Santo

**PODEMOS** - Rose de Freitas\*  
**Bloco-REDE** - Fabiano Contarato\*\*  
**PODEMOS** - Marcos do Val\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-MDB** - Simone Tebet\*  
**PSD** - Nelsinho Trad\*\*  
**Bloco-PSL** - Soraya Thronicke\*\*

### Pernambuco

**Bloco-MDB** - Fernando Bezerra Coelho\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*  
**Bloco-MDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### Piauí

**PODEMOS** - Elmano Férrer\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-MDB** - Marcelo Castro\*\*

### Distrito Federal

**PODEMOS** - Reguffe\*  
**Bloco-PSDB** - Izalci Lucas\*\*  
**Bloco-PSB** - Leila Barros\*\*

### São Paulo

**Bloco-PSDB** - José Serra\*  
**Bloco-PSL** - Major Olimpio\*\*  
**Bloco-PSDB** - Mara Gabrilli\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PT** - Jean Paul Prates\* (S)  
**PODEMOS** - Styvenson Valentim\*\*  
**Bloco-PROS** - Zenaide Maia\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-MDB** - Confúcio Moura\*\*  
**Bloco-DEM** - Marcos Rogério\*\*

### Minas Gerais

**PSD** - Antonio Anastasia\*  
**PSD** - Carlos Viana\*\*  
**Bloco-DEM** - Rodrigo Pacheco\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-MDB** - Dário Berger\*  
**Bloco-PP** - Esperidião Amin\*\*  
**Bloco-PL** - Jorginho Mello\*\*

### Tocantins

**Bloco-PP** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Gomes\*\*  
**PSD** - Irajá\*\*

### Goiás

**Bloco-MDB** - Luiz do Carmo\* (S)  
**Bloco-CIDADANIA** - Jorge Kajuru\*\*  
**PSD** - Vanderlan Cardoso\*\*

### Alagoas

**Bloco-PROS** - Fernando Collor\*  
**Bloco-MDB** - Renan Calheiros\*\*  
**Bloco-PSDB** - Rodrigo Cunha\*\*

### Amapá

**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*  
**PSD** - Lucas Barreto\*\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PL** - Wellington Fagundes\*  
**PSD** - Carlos Fávaro\*\*  
**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Alessandro Vieira\*\*  
**Bloco-PT** - Rogério Carvalho\*\*

### Roraima

**Bloco-PROS** - Telmário Mota\*  
**Bloco-DEM** - Chico Rodrigues\*\*  
**Bloco-REPUBLICANOS** - Mecias de Jesus\*\*

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-2

Ciro Nogueira. ....	PP / PI
Confúcio Moura. ....	MDB / RO
Daniella Ribeiro. ....	PP / PB
Dário Berger. ....	MDB / SC
Eduardo Braga. ....	MDB / AM
Eduardo Gomes. ....	MDB / TO
Esperidião Amin. ....	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho. ....	MDB / PE
Flávio Bolsonaro. ....	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho. ....	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos. ....	MDB / PE
José Maranhão. ....	MDB / PB
Kátia Abreu. ....	PP / TO
Luis Carlos Heinze. ....	PP / RS
Luiz do Carmo. ....	MDB / GO
Mailza Gomes. ....	PP / AC
Marcelo Castro. ....	MDB / PI
Marcio Bittar. ....	MDB / AC
Mecias de Jesus. ....	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros. ....	MDB / AL
Simone Tebet. ....	MDB / MS

### PSD - 12

Angelo Coronel. ....	BA
Antonio Anastasia. ....	MG
Arolde de Oliveira. ....	RJ
Carlos Fávaro. ....	MT
Carlos Viana. ....	MG
Irajá. ....	TO
Lucas Barreto. ....	AP
Nelsinho Trad. ....	MS
Omar Aziz. ....	AM
Otto Alencar. ....	BA
Sérgio Petecão. ....	AC
Vanderlan Cardoso. ....	GO

### Bloco Parlamentar Senado Independente - 11

CIDADANIA-3 / REDE-3 / PDT-3 / PSB-2

Acir Gurgacz. ....	PDT / RO
Alessandro Vieira. ....	CIDADANIA / SE
Cid Gomes. ....	PDT / CE
Eliziane Gama. ....	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato. ....	REDE / ES
Flávio Arns. ....	REDE / PR
Jorge Kajuru. ....	CIDADANIA / GO
Leila Barros. ....	PSB / DF
Randolfe Rodrigues. ....	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo. ....	PSB / PB
Weverton. ....	PDT / MA

### PODEMOS - 10

Alvaro Dias. ....	PR
Eduardo Girão. ....	CE
Elmano Férrer. ....	PI
Lasier Martins. ....	RS
Marcos do Val. ....	ES
Oriovisto Guimarães. ....	PR
Reguffe. ....	DF
Romário. ....	RJ
Rose de Freitas. ....	ES
Styvenson Valentim. ....	RN

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor. ....	PROS / AL
Humberto Costa. ....	PT / PE
Jaques Wagner. ....	PT / BA
Jean Paul Prates. ....	PT / RN
Paulo Paim. ....	PT / RS
Paulo Rocha. ....	PT / PA
Rogério Carvalho. ....	PT / SE
Telmário Mota. ....	PROS / RR
Zenaide Maia. ....	PROS / RN

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues. ....	DEM / RR
Davi Alcolumbre. ....	DEM / AP
Jayme Campos. ....	DEM / MT
Jorginho Mello. ....	PL / SC
Marcos Rogério. ....	DEM / RO
Maria do Carmo Alves. ....	DEM / SE
Rodrigo Pacheco. ....	DEM / MG
Wellington Fagundes. ....	PL / MT
Zequinha Marinho. ....	PSC / PA

### Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 9

PSDB-7 / PSL-2

Izalci Lucas. ....	PSDB / DF
José Serra. ....	PSDB / SP
Major Olimpio. ....	PSL / SP
Mara Gabrilli. ....	PSDB / SP
Plínio Valério. ....	PSDB / AM
Roberto Rocha. ....	PSDB / MA
Rodrigo Cunha. ....	PSDB / AL
Soraya Thronicke. ....	PSL / MS
Tasso Jereissati. ....	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil. ....	21
PSD. ....	12
Bloco Parlamentar Senado Independente. ....	11
PODEMOS. ....	10
Bloco Parlamentar Vanguarda. ....	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ....	9
Bloco Parlamentar PSDB/PSL. ....	9
<b>TOTAL. ....</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Irajá** (PSD-TO)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Humberto Costa** (PT-PE)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSD-MG)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

#### 1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

#### 2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

#### 3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (REPUBLICANOS-RJ)

#### 4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

**2º** Weverton - (PDT-MA)

**3º** Jaques Wagner - (PT-BA)

**4º** Leila Barros - (PSB-DF)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Esperidião Amin - PP</b> (26)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 13</b> <b>Eduardo Braga</b> (2,25,35)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p><b>Líder do PP - 6</b> <b>Ciro Nogueira</b> (8,57)</p> <p>Vice-Líder do PP Daniella Ribeiro (6,58)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 2</b> <b>Mecias de Jesus</b> (12)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rodrigo Cunha - PSDB</b> (32,45,59)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 7</b> <b>Roberto Rocha</b> (21)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,40) Rodrigo Cunha (32,45,59)</p> <p><b>Líder do PSL - 2</b> <b>Major Olimpio</b> (7)</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA/REDE/PDT/PSB) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Veneziano Vital do Rêgo - PSB</b> (22,60)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do CIDADANIA - 3</b> <b>Eliziane Gama</b> (10)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p><b>Líder do REDE - 3</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (20)</p> <p>Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55)</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Weverton</b> (5)</p> <p><b>Líder do PSB - 2</b> <b>Veneziano Vital do Rêgo</b> (22,60)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Paulo Rocha - PT</b> (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (18,30)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 6</b> <b>Rogério Carvalho</b> (34,56)</p> <p><b>Líder do PROS - 3</b> <b>Telmário Mota</b> (19)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (18,30)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (14)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (3,16) Jorginho Mello (9,15) Zequinha Marinho (17,31)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do DEM - 6</b> <b>Rodrigo Pacheco</b> (3,16)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p><b>Líder do PL - 2</b> <b>Jorginho Mello</b> (9,15)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Zequinha Marinho</b> (17,31)</p>	<p><b>PSD - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Otto Alencar - PSD</b> (11)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p><b>PODEMOS - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Alvaro Dias - PODEMOS</b> (1)</p> <p>Vice-Líderes Oriovisto Guimarães (29,47) Eduardo Girão (24,48) Rose de Freitas (28,46,61)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - MDB</b> (2,25,35)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Bezerra Coelho - MDB</b> (36)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (38,53) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (33,40) Chico Rodrigues (41)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (20)</p>		

**Notas:**

1. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
2. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
3. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
7. Em 02.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
9. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
10. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
11. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
20. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019).
21. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
22. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
23. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
35. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID).
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB).
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019/GLREDE).
56. Em 04.02.2020, o Senador Rogério Carvalho foi indicado líder do PT (Of. 8/2020-GLDPT).
57. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
58. Em 03.03.2020, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 1ª vice-líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
59. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
60. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
61. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS  
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA**

**Finalidade:** Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 05/11/2019

**Prazo final:** 10/06/2020

### MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(1)</sup>

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>

Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>

Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(1)</sup>

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(1)</sup>

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(2)</sup>

#### Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** (61) 3303-3492



### 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

**RELATORA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

**Relatórios Parciais - prazo final:** 06/11/2019

**Instalação:** 25/09/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 23/10/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final duplicado:** 26/11/2019

**Relatórios Parciais - prazo final duplicado:** 10/12/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 13/11/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado:** 17/12/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final:** 21/11/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado:** 21/12/2019

#### MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

**Secretário(a):** Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3511



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8)</sup>

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(6)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(7)</sup>	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(7)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4)</sup>	1.
<b>PODEMOS</b>	
Senador Eduardo Girão (CE) <sup>(5)</sup>	1. Senador Marcos do Val (ES) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	1.
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar (BA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (MS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

6. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

**Secretário(a):** Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-4854



## 2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



### 3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9,19)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,19)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(9)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(9)</sup>	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(10)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(12,18)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6)</sup>	7. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(13)</sup>	1. VAGO <sup>(8,33,39)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(13)</sup>	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(8)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(13)</sup>	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(8)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(8,32)</sup>	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(14,37)</sup>
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(8,28,31)</sup>	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(17)</sup>
Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(15,34,37)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,20,23)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	4. VAGO <sup>(3,35,40)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>	5. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(7)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,21,24)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar <sup>(2,26)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2,25)</sup>	2. Senador Lucas Barreto <sup>(2,36,38)</sup>
Senador Irajá <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel <sup>(2,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(4)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(16)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4,29,30)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
34. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
35. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 155/2019-GLBSI).
36. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
37. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



38. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).

39. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

40. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

**(Requerimento 20, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 23/04/2019

**Prazo final:** 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(1)</sup>	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(14)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(14)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(9)</sup>	3. VAGO <sup>(8,20,25,31)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(10)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(12)</sup>	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(7,23,29)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(6)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(6)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(15,23)</sup>	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(2,28)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	2. VAGO <sup>(2,26,32)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(2,28)</sup>	4. VAGO <sup>(2,22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,17)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(17)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(19,21)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Nelsinho Trad <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(1)</sup>
Senador Irajá <sup>(1)</sup>	2. Senador Lucas Barreto <sup>(1,13,27,30)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(13)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(16)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
26. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
27. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
28. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular em permuta com a Senadora Eliziane Gama, que passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 003/2020-BLSENIND).
29. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
31. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
32. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

**(Requerimento 27, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

**(Requerimento 2, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(2,3)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(2)</sup>	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)
3. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9,28,34)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9)</sup>	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,23)</sup>	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(9,51,62)</sup>
Senador José Maranhão (MDB-PB) <sup>(9)</sup>	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9,21)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(10)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(12)</sup>	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,57,59)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,32,60)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(7,32,39,43,55,56)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(8,31,33,40)</sup>	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7)</sup>
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(8,20,29,30)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(8)</sup>
Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(8,48,49,50,64)</sup>	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(14,46,61,63,65)</sup>
Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(13,46)</sup>	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(15,47)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(3)</sup>
VAGO <sup>(3,54,66)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,42)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3,25,26,52,53)</sup>	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,24,27)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3,22,35)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(6,16,18)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,16,19,36,37,44)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6,18,45)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(2,58)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão <sup>(2)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>	2. Senador Carlos Fávaro <sup>(2,67)</sup>
Senador Arolde de Oliveira <sup>(2)</sup>	3. Senador Otto Alencar <sup>(2,58)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(4)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4,38,41)</sup>
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
52. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
53. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
54. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
55. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
56. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
57. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
58. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
59. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
60. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
61. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
62. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
63. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
64. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
65. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
66. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
67. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8)</sup>	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(8)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(14)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(15)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(9)</sup>	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(24)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(10)</sup>	6.
VAGO <sup>(11,26,30)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(6)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(6)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7)</sup>	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) <sup>(7)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(7)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(7)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(12)</sup>	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(13)</sup>
	6. VAGO <sup>(22,29)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,21,28)</sup>
VAGO <sup>(3,27,31)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3,21)</sup>	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(17)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(5)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(5,16,19)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(5)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(1,2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1)</sup>
Senador Irajá <sup>(1,23)</sup>	2. VAGO <sup>(1,25)</sup>
Senador Sérgio Petecão <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Viana <sup>(1,23)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(18)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(20)</sup>

**Notas:**

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
27. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
28. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
29. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
31. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

**Finalidade:** Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,3,4)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(10,17)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(6,16)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(10)</sup>	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) <sup>(16,17)</sup>
VAGO <sup>(10,24,29)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(17)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8)</sup>	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(11)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(14)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(15)</sup>	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(20)</sup>	4. VAGO <sup>(20,23)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,21)</sup>	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>	3. VAGO <sup>(19,21,25,30)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(2,22,26,27)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(2,22)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>	2. Senador Carlos Fávaro <sup>(2,18,28)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(12)</sup>

### Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
25. Em 04.02.2020, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 002/2019-GLBSI).
26. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
27. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

**(Requerimento 53, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)

2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

**Secretário(a):** Ailton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,34)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (25,34)	5. VAGO (30,37)
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. VAGO (6,27,35)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,29,31)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. VAGO (21,33)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
<b>PSD</b>	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,32,36)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

**Notas:**

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
31. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
32. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
33. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
34. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
35. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
36. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
37. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

**(Requerimento 7, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

**Finalidade:** Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

**(Requerimento 48, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Prazo final:** 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
VAGO <sup>(1,2)</sup>	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(1,24)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(10)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(10)</sup>
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(10)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(10)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(10)</sup>	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(12)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(5,22)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(6,18,22)</sup>	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8,31,32)</sup>	1. VAGO <sup>(8,27,29)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(8)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(14)</sup>
Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(13)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,25)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,17,21)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7,16)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(23)</sup>	
<b>PSD</b>	
Senador Nelsinho Trad <sup>(2)</sup>	1. Senador Arolde de Oliveira <sup>(2)</sup>
Senador Antonio Anastasia <sup>(2,30)</sup>	2. Senador Angelo Coronel <sup>(2,30)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(19)</sup></b>	
Senador Marcos do Val <sup>(20,26)</sup>	1. Senador Elmano Férrer <sup>(20,26,28)</sup>

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
29. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
30. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
31. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
32. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



### 7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

**(Requerimento 8, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(2)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(2)</sup>	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

**(Requerimento 52, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 10/09/2019

**Prazo prorrogado:** 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

\*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

**Secretário(a):** Flávio Eduardo de Oliveira Santos

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(8)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8)</sup>
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(8)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8)</sup>	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8)</sup>	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(7,13,14)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(15)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(12)</sup>	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(6)</sup>	1. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(6)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(10,20,24)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(16)</sup>	3. VAGO <sup>(11,25)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3,23,27)</sup>	1. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(3,27)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(3)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(5)</sup>
	3.
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(2,22,26)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(2)</sup>
Senador Irajá <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(18)</sup></b>	
VAGO <sup>(19,21)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães <sup>(19)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(19)</sup>	2. Senador Lasier Martins <sup>(19)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Cufúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).
20. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
21. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
24. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
27. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(10)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(10)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(10)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9,11)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5,13,26)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(16)</sup>
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(7)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(7)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7,8)</sup>	3. VAGO <sup>(21,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3,18,23)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(3,14,15)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3)</sup>	3. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(2,24,28)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2.
<b>PODEMOS <sup>(19)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão <sup>(20,25)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim <sup>(20)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
26. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
27. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
28. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



**9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

**(Requerimento 12, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 15/05/2019

**Prazo final:** 22/12/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(1)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Albuquerque (PSD-AP) <sup>(1,4)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).

2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).

3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

4. Em 12.02.2020, o senador Paulo Albuquerque foi indicado membro titular, em substituição ao senador Lucas Barreto na subcomissão (Of. nº 21/2020-CDR).

\*. Em 10.02.2020, fica prorrogado o prazo final do Colegiado, até o final da presente sessão legislativa (Of. 13/2020-CDR/PRES)

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(12)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9,19)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(11)</sup>
Senador José Maranhão (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(13)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(6)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(5)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) <sup>(7)</sup>
VAGO <sup>(14,25)</sup>	3. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) <sup>(16,22,24)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(15)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(2)</sup>	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(1,23,26)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão <sup>(1,20,21,28)</sup>
Senador Carlos Fávaro <sup>(1,27)</sup>	2. Senador Angelo Coronel <sup>(1,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(1,26)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(10)</sup>	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(10)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(10)</sup>	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(10)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(7)</sup>	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(10)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(11,25)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(6,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(9)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(20,28)</sup>	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(4,12,17)</sup>	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) <sup>(4,13)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(4,23)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(8)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(8,15,22)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(8)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(8)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Arolde de Oliveira <sup>(2)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(2,3)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(2,3)</sup>	2. Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(5)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(24)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>	2.
<b>PODEMOS <sup>(18)</sup></b>	
Senador Orlanildo Guimarães <sup>(19)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim <sup>(19)</sup>

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).

13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
25. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
26. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
27. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(6)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,8,9)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(12)</sup>	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) <sup>(12)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Irajá <sup>(1)</sup>	1. Senador Arolde de Oliveira <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2,5)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(10)</sup></b>	
Senador Alvaro Dias <sup>(11,13)</sup>	1. Senador Eduardo Girão <sup>(11)</sup>

**Notas:**

\*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(6)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(7)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(6,13)</sup>	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(6)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(6)</sup>	3. VAGO <sup>(6,12,26,30)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(5,14)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(5,14)</sup>
VAGO <sup>(21,29)</sup>	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) <sup>(22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
VAGO <sup>(2,27)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2,11)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2)</sup>	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(1)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(1,23,28)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(1)</sup>	2. Senador Omar Aziz <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) <sup>(3)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(8)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3,8)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(15,16,17)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(18)</sup></b>	
Senador Reguffe <sup>(19,24)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim <sup>(19,20,25)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
27. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
28. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
29. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

**(Requerimento 4, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 03/09/2019

**Prazo final:** 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(1,3,4)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>	3.

**Notas:**

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PSL ( PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	1.
Senador Major Olimpio (PSL-SP)	2.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( CIDADANIA, REDE, PDT, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4)</sup>
<b>PODEMOS</b>	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5258

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL***(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)





7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

---



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

